

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Felipe Cosme Damião Sobrinho

**Entre fé e liberdade:
Catolicismo, operariado e ditadura no ABC paulista
(1964-1985)**

Mestrado em Teologia

São Paulo
2015

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Felipe Cosme Damião Sobrinho

**Entre fé e liberdade:
Catolicismo, operariado e ditadura no ABC paulista
(1964-1985)**

Mestrado em Teologia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Teologia Sistemática, sob a orientação do Prof. Dr. Ney de Souza.

São Paulo
2015

Banca Examinadora

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela graça da vida e da vocação.

Ao apoio dos meus pais, irmã e cunhado.

Às paróquias São João Batista – Rudge Ramos e Nossa Senhora das Graças – Vila Humaitá.

Ao querido Dom Nelson Westrupp, SCJ, 4º bispo diocesano de Santo André.

Aos queridos padres: Ademir Santos de Oliveira, Antônio Moura da Silva, Belisário Elias de Souza (in memoriam), Cleidson Pedroso Souza, Dayvid da Silva, Emílio Rubens Chasseraux, Guilherme de Melo Sanches, Joel Nery, José Ailton Teixeira, José Mahon, Julio Rodrigues Neves Júnior, Roberto Alves Marangon e Walfrides José Praxedes.

Aos funcionários da Cúria Diocesana de Santo André.

Aos funcionários do Museu Octaviano Armando Gaiarsa.

Aos amigos da Associação Lar Menino Jesus, com destaque para a querida Irmã Maria Miele, que preserva a memória de Dom Jorge Marcos de Oliveira.

Aos funcionários do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, em especial o amigo Jair Monghelli Júnior, e da Biblioteca Teológica Dom José Gaspar (PUC-SP).

Ao padre Ney de Souza, pela sua paciência, amizade e orientação.

Aos padres Boris Agustín Nef Ulloa e Kunhuaru Iwashita, pelas orientações na qualificação.

Aos professores Dr. Márcio Magalhães Fontoura e Dr. Edgar da Silva Gomes, examinadores da dissertação.

Aos amigos, que muito me ajudaram neste caminho: Carlos Henrique Migliorim, Fábio Senigalia, Gian Carlos Montibeller, Glauber Machado, Guilherme Franco Octaviano, Hamilton Gomes do Nascimento, Leandro Johansen de Godoi, Rudnei Sertório, Vinícius Ferreira Afonso, William Mariotto Torres, Elisabeth Rocha e Irmã Wilma Carvalho.

A todos, muito obrigado!

*A Dom Jorge Marcos de Oliveira, primeiro bispo diocesano de Santo André,
no centenário de seu nascimento.*

Resumo

O presente texto, dissertação de mestrado acadêmico em Teologia, trata das relações entre Igreja Católica e Sociedade na região do ABC Paulista entre 1964 a 1985. O objetivo da pesquisa é salientar a ação da Igreja diante dos desafios sociais da região, nos períodos que antecede e sucede o Concílio Vaticano II, onde a concepção eclesiológica aproxima o catolicismo do mundo contemporâneo.

Nesse mesmo período, ocorre no Brasil o golpe civil-militar, fruto do período de instabilidade política e a necessidade de reformas estruturais no país. A presença da Igreja Católica na ação pastoral de Dom Jorge Marcos de Oliveira e Dom Cláudio Hummes, bispos diocesanos de Santo André no referido período, contribui para a reflexão sobre a interpretação das relações entre poder temporal e espiritual num período de transformações institucionais.

O conceito de revolução, desenvolvido por Hannah Arendt, ajudará na verificação da hipótese principal da dissertação, analisando a concepção de missão da religião católica no ABC na transformação social (movimento operário e governo ditatorial) e na formação de sua própria identidade.

Palavras-chaves: Dom Jorge Marcos – Dom Cláudio – Igreja no ABC – Operariado – Pastoral – Renovação – Sociedade – Ditadura.

Abstract

The following text is a Theology master's degree about the relation between the Catholic Church and the Society in ABC Region from 1964 to 1985. The objective of the research is to improve the church's action towards the social challenges in the region that precedes and comes upon the Second Vatican Council where the ecclesiological conception approaches the catholicism in the contemporary world. The militar civil coup caused by unstable politics and the need of structural reform in the country during this period. The Catholic Church presence in Bishop Jorge Marcos de Oliveira and Bishop Cláudio Hummes's pastoral action, both of them were diocesan bishops of Santo André in the period and contributed to the reflection about the interpretation of the relations between temporal and spiritual power in an institucional transformation period.

The conception of revolution developed by Hannah Arendt will help with the dissertation verification of main hypothesis, examining the conception of mission of the catholic religion in the ABC region in social transformation (working class moviment and dictatorial government) and with their own identity formation.

Key words: Bishop Jorge Marcos – Bishop Claudio – Church in ABC – Working class – Pastoral – Renovation – Society – Dictatorship

Siglas e Abreviações

ABC – Correspondente aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra

AC – Ação Católica

AS – Acta Synodalia Sacrossanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II

ACB – Ação Católica Brasileira

ACM – Ação Católica Masculina

ACMSP – Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

ACO – Ação Católica Operária

ACSA – Arquivo da Cúria de Santo André

ADGABC – Arquivo do Diário do Grande ABC

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

ALMJ – Associação Lar Menino Jesus

AMOAG – Arquivo do Museu Octaviano Armando Gaiarsa

AP – Ação Popular

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DNVS – Departamento Nacional de Vocações Sacerdotais

DOPS – Departamento de Ordem Política Social

FEPASA – Ferrovia Paulista / SA

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JOCF – Juventude Operária Católica Feminina

JUC – Juventude Universitária Católica

LEC – Liga Eleitoral Católica

LSN – Lei de Segurança Nacional

MEB – Movimento de Educação de Base

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PO – Pastoral Operária

PT – Partido dos Trabalhadores

REB – Revista Eclesiástica Brasileira

SNI – Serviço Nacional de Informações

Sumário

INTRODUÇÃO	13
I – A diocese, os trabalhadores e o Concílio (1954-1964)	15
1.1. A criação da diocese de Santo André (1954): a instalação de uma diocese numa igreja em transição	15
1.2. Dom Jorge Marcos de Oliveira: primeiro bispo de Santo André	25
1.3. Uma Igreja em renovação	29
1.4. A Igreja do ABC em diálogo com a sociedade	32
1.5. Concílio Vaticano II: a diocese e o bispo	50
Conclusão.....	56
II – O golpe civil-militar, o catolicismo e a perseguição (1964-1975)	58
2.1. Antecedentes políticos ao golpe: nacionalismo, populismo e projeto de reformas	58
2.2. A Igreja do ABC e as Reformas de Base	67
2.3. O golpe e seus desdobramentos: diálogo, resistência e conflito	71
2.4. A renúncia de Dom Jorge Marcos	94
Conclusão.....	95
III – Novas lutas pela democracia (1976-1985)	97
3.1. O novo bispo de Santo André: Dom Cláudio Hummes, OFM	97
3.2. Sindicalismo e greves	100
3.3. A democracia e a pastoral	112
Conclusão.....	120
CONCLUSÃO	121
FONTES E BIBLIOGRAFIA	124
ANEXOS	138

Introdução

A separação entre Igreja e Estado no Brasil, em 1890, abre novas perspectivas e desafios na missão da Igreja. Organizada no país sob as orientações do regime de padroado, a autonomia do poder temporal desafia a maneira de como a instituição religiosa desenvolverá suas ações nesse novo contexto. A expansão da Igreja no território nacional torna-se notável a partir desta nova configuração, atendendo novas demandas diante do desenvolvimento das cidades e das metrópoles.

Neste sentido, as relações entre Igreja e Sociedade a partir deste momento foram alternadas entre proximidade e crise. Esta dissertação tem como objetivo principal realçar essas relações na região do ABC Paulista, sete municípios localizados na área metropolitana de São Paulo.

A diocese de Santo André, criada em 1954 pelo Papa Pio XII, é composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Região marcada pelo desenvolvimento industrial é um eixo de ligação entre o litoral sul do Estado de São Paulo e a Capital. Na época da criação do bispado, tinha como grande desafio a presença da Igreja entre o ambiente operário, assombrado pelo comunismo, e a estruturação da instituição eclesial numa localidade que se desenvolvia de forma desorganizada.

Diante dos desafios sócio eclesiais, a história do catolicismo no Grande ABC é marcada pelo engajamento na luta pela justiça social e pela construção de uma Igreja de comunhão e participação. Na figura do primeiro bispo diocesano, Dom Jorge Marcos de Oliveira, vemos a preocupação de uma presença de Igreja que contribua com a transformação das estruturas internas e externas, principalmente no contexto da ditadura militar, tema desta pesquisa.

O trabalho é composto por três capítulos. O primeiro, “A diocese, os trabalhadores e o concílio (1954-1964)”, aborda o processo de criação e instalação do bispado de Santo André, os primeiros desafios para o diálogo com o mundo do trabalho, a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II e a presença de Dom Jorge Marcos como padre conciliar.

O segundo, “O golpe civil-militar, o catolicismo e a perseguição (1964-1975)”, apresenta o contexto no qual ocorreu o golpe civil-militar de 1964, a atuação de Dom Jorge Marcos e membros do clero na contestação da ditadura e as retaliações do governo e o contexto da renúncia do bispo.

Por fim, o terceiro capítulo, “Novas lutas pela democracia (1976-1985)”, conclui a redação do texto apresentando a atuação de Dom Cláudio Hummes, segundo bispo diocesano, no momento das grandes greves de 1978 a 1980 até a redemocratização e a articulação pastoral em vista de uma Igreja de Base.

Ao longo da pesquisa, a busca das fontes foi uma grande dificuldade. Pelo fato de o Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André estar em catalogação e o arquivo pessoal de Dom Jorge Marcos estar sob a tutela da Associação Lar Menino Jesus sem organização sistemática, os recursos foram sendo organizados à medida da descoberta de textos, depoimentos e materiais audiovisuais. Como referencial teórico o conceito de revolução apresentado por Hannah Arendt iluminou o desenvolvimento deste texto.

O recurso de História Oral foi um desafio. Muitos protagonistas desta história são falecidos. Outros não desejam falar sobre o assunto. No entanto, a pesquisa foi realizada e os fatos comprovados a partir do estudo delicado das fontes.

A História Eclesiástica, disciplina teológica, ajuda-nos a reler acontecimentos onde não podemos dissociar fé e vida. A necessidade de apresentar a renovação da Igreja e a eclesiologia do Concílio Vaticano II e da América Latina contribuíram para que o trabalho não permanecesse no enfoque da História Social. O horizonte da fé no Mistério Revelado e a vida da Igreja, Povo de Deus, são os fundamentos precisos desta dissertação.

Capítulo I

A diocese, os trabalhadores e o concílio (1954-1964)

Este capítulo apresentará um estudo histórico da diocese de Santo André a partir da sua criação em 1954 até às vésperas do golpe civil-militar de 1964, mesmo período em que ocorre o Concílio Vaticano II (1962-1965). A vida pastoral da diocese, conduzida por Dom Jorge Marcos de Oliveira, primeiro bispo diocesano, nos dez primeiros anos de existência da Igreja Particular revela-nos a dinâmica institucional diante dos graves problemas sociais, que modificam gradativamente o modo como a igreja local estabelece suas relações com a sociedade.

Diante disto, perceberemos no desenvolvimento do texto como as atividades diocesanas serão interpretadas pelas lideranças religiosas e civis da maior região industrial da época, assim como de todo o país. Numa mescla de aprovação e repulsa, a missão realizada favorecerá o desenvolvimento regional, principalmente na defesa dos trabalhadores que, com a ajuda da Igreja, conquistarão muitos direitos em benefício de sua classe.

1.1 - A criação da Diocese de Santo André (1954): a instalação de uma diocese numa Igreja em transição

A criação e instalação de novas dioceses no Brasil acontecem principalmente depois da separação entre Igreja e Estado com a Proclamação da República. Sérgio Miceli, em *A elite eclesiástica brasileira*, apresenta o processo de expansão da Igreja no Brasil no período que chamamos República Velha¹. Até 1889, são treze as Igrejas Particulares em todo o território nacional, pois o regime do padroado régio impossibilitava, em muitos aspectos, a expansão da ação da Igreja. Ney de Souza analisa como a separação entre Igreja Católica e Estado Brasileiro foi importante para o avanço da vida eclesial: “Com a extinção do padroado, no início da República, a Igreja começará a trilhar um caminho próprio. Caminho de desconfiança em relação ao Estado, mas também de aproximação e aliança”².

¹ MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras: 2009, p. 58-75.

² SOUZA, Ney. *Os caminhos do Padroado na evangelização do Brasil*. Apud. Revista Eclesiástica Brasileira (247). Petrópolis: 2002, p. 683-694.

No caso da Diocese de Santo André, que abrange os sete municípios da região denominada ABC Paulista³, o processo de criação se deu justamente pelo crescente desenvolvimento da região devido à industrialização. Até 1911, toda a região era atendida por uma única paróquia, a Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, em São Bernardo do Campo, pois a população não passava de 40.000 habitantes⁴.

No início dos anos de 1950, o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Arcebispo Metropolitano de São Paulo, auxiliado por seu bispo auxiliar, Dom Paulo Rolim Loureiro, projeta a criação de um novo bispado, com sede na cidade de Santo André. Instituiu-se para isso uma Comissão Pró-Bispado, coordenada pelo Vigário Decano da Região, Monsenhor José Bibiano de Abreu, Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, futura catedral, e constituída pelos vigários das paróquias de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, prefeitos dos três municípios, presidentes das câmaras municipais e alguns cidadãos ilustres, como a Sra. Dayse Simonsen Murray.

Uma carta⁵ de Dom Paulo Rolim Loureiro foi dirigida ao Pe. José Bibiano de Abreu para a constituição da Comissão Pró-Bispado. A análise do mesmo é interessante para entendermos o movimento de criação da nova diocese num contexto de expansão do catolicismo numa sociedade em transformação:

Como é do conhecimento de V. Revma., teve S. Emcia. o Sr. Cardeal Arcebispo ensejo de declarar, por ocasião do encerramento das solenidades comemorativas do IV Centenário de Santo André, em sua alocução então pronunciada, achar-se na disposição de encaminhar para a Santa Sé o pedido de criação da Diocese de Santo André.

Para a criação da nova diocese, segundo Dom Paulo, era necessário um patrimônio mínimo para a manutenção da futura Igreja Particular: catedral, um número mínimo de paróquias, cúria diocesana, residência episcopal, seminário menor e algumas propriedades:

³ A região denominada ABC Paulista, território da diocese de Santo André, é composta pelos seguintes municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Na época da criação do bispado (1954) todo o território era dividido em três municípios: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

⁴ COSTA, Gelmino (org.). *Centenário da presença dos missionários de São Carlos: novembro de 1904 a novembro de 2004*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 26.

⁵ ACSA. *Carta para a formação da Comissão Pró-Bispado de Santo André*. 08 de julho de 1953, Pasta Diocese.

Convêm ponderar que para a instalação de uma Diocese é necessário contar-se com a Residência Episcopal, com um Seminário Menor e com um Patrimônio que permita a manutenção das obras diocesanas, além da Catedral que no caso, já existe, podemos dizer.⁶

Diante do projeto de criação do novo bispado, Pe. José Bibiano, presidente da comissão, apresenta suas preocupações, resultantes das dificuldades de organização da nova diocese:

O Revmo. Pároco do Carmo disse que esteve com o Sr. Eminentíssimo Cardeal, e depois de ter exposto o estado de cousas que estava quase para desanimar com seus companheiros, pelas exigências do Exmo. Bispo Auxiliar Dom Paulo Loureiro que falara em 5 milhões de cruzeiros, um Palácio, um Seminário, uma Cúria que, de fato, no presente, seria difícil.

Mas da conversa, digo, com o Senhor Cardeal as cousas facilitaram-se: aceitando como Palácio a casa paroquial com o consentimento do Pároco, assim como a Sede das Associações para a Cúria Diocesana e patrimônio de 3 milhões de cruzeiros e um terreno para o Seminário.⁷

A igreja escolhida para ser Catedral foi a de Nossa Senhora do Carmo, localizada na região central de Santo André e com a obra mais próxima da conclusão. Quanto à residência episcopal, a antiga casa canônica da paróquia do Carmo seria reformada e adaptada para o bispo, assim como o prédio das associações paroquiais, que seria cedido para abrigar a cúria diocesana. O seminário menor seria construído em um terreno doado e os municípios colaborariam com dinheiro para a formação do fundo diocesano.

Após o envolvimento das autoridades religiosas e civis da região, foi enviado o pedido à Santa Sé, intermediado pelo Núncio Apostólico Dom Carlos Chiarlo⁸. O texto, assinado pelos membros da comissão apresenta as justificativas para a criação da diocese:

Os fiéis católicos, residentes nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, representados pela Comissão abaixo abaixo-assinada vem respeitosamente à presença de V. Excia. Revma. afim de solicitar-vos encaminhar e fazer chegar ao Santo Padre os seus desejos de criação do Bispado de Santo André, sufragâneo da Arquidiocese de São Paulo.

⁶ ACSA. *Carta para a formação da Comissão Pró-Bispado de Santo André*. 08 de julho de 1953, Pasta Diocese.

⁷ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO CARMO – Santo André. *Livro de Tombo Paroquial (1940-2011)*, fl. 58.

⁸ ACMSP. *Carta da Comissão Pró-Bispado ao Núncio Apostólico*. s/d.

A criação desse Bispado torna-se necessária tendo-se em vista que os Municípios acima e integrantes do ABC contam atualmente com uma população de cerca de 300.000 habitantes, 15 paróquias criadas e outras tantas em perspectiva de criação, e possuem mais de 1000 fábricas que ocupam cerca de 70.000 operários.

Em 22 de julho de 1954, foi criada pelo Papa Pio XII, pela Bula *Archidiocesis Sancti Pauli*, a Diocese de Santo André, desmembrada integralmente da Arquidiocese de São Paulo, da qual seria sufragânea. Os textos originais das bulas de criação da diocese e nomeação do primeiro bispo estão no Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André (ACSA). A tradução mais recente do documento é de 11 de outubro de 2007. Há textos publicados pela própria diocese e também por alguns autores, dentre eles Heloísa Martins na sua obra “Igreja e Movimento Operário no ABC”, que afirmam que a diocese tenha sido criada em 13 de agosto de 1954. No entanto, essa é a data da expedição do texto, como consta no próprio texto da bula. Na data que foi expedida a bula em Roma anunciou-se através do Cardeal Motta e de Dom Paulo Rolim Loureiro, bispo auxiliar da Arquidiocese, a criação do novo bispado do ABC e a nomeação do primeiro bispo, fato recebido com muita alegria pelos governos dos três municípios na época existentes, bem como da população, que se somava em torno dos 320.000 habitantes, de maioria católica.

Em 26 de julho de 1954 foi nomeado o primeiro bispo da nova diocese, Dom Jorge Marcos de Oliveira, até então Bispo Titular de *Bagis* e Auxiliar do Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara.

A bula de criação da diocese é muito interessante, dado as peculiaridades do estilo literário. O texto da bula apresentado em tópicos, seguindo a tradução original para a língua portuguesa.

A primeira parte da bula enfatiza o crescimento da população da região metropolitana de São Paulo, onde está situada a região do ABC:

1- *Progresso da Arquidiocese de São Paulo e realidade pastoral:* “Alegremo-nos muito em espírito, considerando a operosidade e os felizes progressos da Arquidiocese de São Paulo, Brasil, que, sobretudo nestes tempos, em tantas obras, sobressai, e, que, com dificuldade, um único Pastor, embora se incumbindo zelosamente da promoção do bem das almas, pode dar conta do governo de sua Igreja; como, com efeito, muitos imigrantes demandam à região suburbana da cidade de São Paulo, para aí trabalhar, e como, igualmente, a Igreja vê aumentar, a cada dia, o número e a freqüência de cidadãos, é de todo necessário que,

multiplicadas assim as solicitudes da autoridade sagrada, se atenda mais adequadamente no bem das almas”.

A necessidade de desmembramento do território da Arquidiocese de São Paulo, uma vez que a região do ABC se destaca com características próprias:

2- Necessidade de desmembramento do território: “Levado, pois, por essa consideração e benignamente aceitas as súplicas do clero, povo e dos próprios magistrados, nosso dileto Filho Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Arcebispo de São Paulo, Brasil, pediu-nos com insistência, que se destacasse parte do território de sua Igreja Metropolitana, e se criasse, daí, nova diocese na região que acima tratamos”.

A criação da diocese é resultado da apresentação das propostas apresentadas pela Comissão Pró-Bispado, conforme carta endereçada ao Núncio Apostólico no Brasil:

3- Criação de novo bispado: “Nós, pois, que nos guiamos pela vontade de Deus, pela busca de salvação de todos os povos, anuímos, de boa vontade, a esses desejos e, considerada a matéria com muita atenção, acrescido o parecer do venerável Irmão Carlo Chiarlo, Arcebispo Titular de Amidena e Núncio da República do Brasil, e ouvido o conselho de nossos veneráveis Irmãos Cardeais encarregados dos Negócios Consistoriais; suprido o consenso daqueles que se julga terem algum direito nessa matéria; com pela consciência do que propomos realizar e com pleno uso de nosso poder, determinamos o seguinte: Separamos da Arquidiocese de São Paulo, a região que abrange aqueles municípios civis, de nome, segundo o povo, “SANTO ANDRÉ”, “São Bernardo” e “São Caetano”; erigimo-la na forma de nova diocese, que se chamará Santo André, Brasil, e cujo território se circunscreverá, nos mesmos limites e cidades, que acima lembramos. Essa nova diocese será sufragânea da Sé Metropolitana de São Paulo, Brasil...”

As determinações finais da bula baseiam-se no princípio de unidade com a Santa Sé na organização da Igreja local e no exercício do ministério do bispo diocesano:

4- Determinações finais: “... Para que se execute quanto ordenamos por este Diploma, delegamos a nosso venerável Irmão Carlo Chiarlo, ou a quem estiver à testa da Nunciatura Apostólica, no Brasil, no tempo em que esses decretos forem cumpridos, a que, pois a tocar a execução dessa obra, damos necessários poderes para tanto e, se for o caso, para sub-delegar a qualquer que esteja investido da dignidade eclesiástica, e ordenamos que se lavre em ata esse evento e se enviem à Sagrada Congregação Consistorial cópias autênticas. Queremos que este Diploma tenha eficácia agora e para o futuro; de sorte que o que por ele for decretado seja observado religiosamente por quem por direito e assim obtenham sua eficácia. – Não se poderão derogadas.- Assim, se alguém, embora dotado de autoridade, conscientemente ou

não, fizer algo contrário ao que editamos, declaramos feito nulo e sem força. A ninguém, pois, é lícito destruir ou corromper esses documentos de nossa vontade; ademais, exemplares ou tópicos desse Diploma – quer impressos, quer manuscritos – que tiverem o selo da autoridade eclesiástica e, ao mesmo tempo, forem subscritos por algum tabelião público, terão a mesma fé que este Diploma, se mostrado. – Se alguém menosprezar ou de algum modo negar esses nossos Decretos, saiba que estará a penas estatuídas no direito para aqueles que não cumpram as determinações dos Sumos Pontífices. Dado em Roma, junto a São Pedro, aos vinte e dois dias do mês de Julho, Ano do Senhor de Mil novecentos e cinqüenta e quatro, XVI do nosso Pontificado. Celso Card. Constantini – Chanceler, Adeodato Giovanni Card. Piazza – Secretário da Sagrada Congregação Consistorial, Alberto Serafini- Protocolante Apostólico, Silvio Sericano – Protocolante Apostólico”.

Expedida no dia XIII de Agosto do Ano Pontifício XVI (ass): Al. Trassardi, Vice-lacrador. – No Gabinete Apostólico Notorial – Vol. 99, nº 2.⁹

Promulgadas as bulas de criação da diocese e da nomeação do primeiro bispo, os primeiros contatos de Dom Jorge Marcos com a realidade e o clero local apresentam as inúmeras dificuldades para a estruturação da diocese e sua ação pastoral. Embora a comissão pró-bispado estabelecida pelo arcebispo metropolitano houvesse se esforçado, a realidade eclesial e material da região não favoreceu para que tudo concorresse positivamente.

As paróquias criadas estavam em estruturação, outras haviam sido criadas sem nenhuma propriedade ou decreto; as mais antigas estavam construindo novas igrejas, a catedral em obras de reforma e pintura; as propriedades em grande parte eram doadas sem nenhum documento legal e com demarcação de áreas imprecisas.

Quanto à residência episcopal, a casa da paróquia do Carmo, abrigara uma escola infantil desde os tempos de Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, sem que nunca houvesse uma reforma para que a mesma abrigasse o bispo. O terreno do seminário não passara de um diálogo iniciado entre o proprietário e a comissão, e o fundo diocesano não fora constituído.

O novo bispo analisa e apresenta sua primeira visão sobre a diocese¹⁰:

Lembro-me com exatidão da noite do dia 18 de julho quando, no Aeroporto do Galeão, Monsenhor Ferrovino me consultou sobre a Diocese de Santo André. Disse-me nessa ocasião, que esta diocese

⁹ ACSA. *Texto da bula da criação da Diocese de Santo André criada pelo Papa Pio XII*. MIAZZI, Giovanni Battista [trad.], 11 de outubro de 2007.

¹⁰ ALMJ. *Livro Tombo da Diocese de Santo André*, p. 1-3.

começaria, praticamente, a segunda do Estado de São Paulo. Era um prêmio que me davam... A Diocese foi-me apresentada pelo Monsenhor Ferrovino como tendo uma boa residência episcopal, uma ótima cúria e um patrimônio em dinheiro de três milhões de cruzeiros. A Diocese a ser criada possuía grande terreno para Seminário e contava também com um ótimo Colégio que me poderia auxiliar muito com suas rendas para a Obra Social da Igreja.

Dom Jorge Marcos continua seu relato e afirma:

[...] Segui para São Paulo no dia 18 (de agosto) com o Senhor Cardeal Motta, tendo a alegria de visitar ocultamente minha Diocese no dia 19. Percorri as Paróquias do Carmo (Catedral), Santo André, São Caetano Velho (Sagrada Família), São Caetano do Sul (Novo), Bonfim, Santa Terezinha, Beato Inácio de Azevedo e seus companheiros de martírio (hoje Santo Antônio da Vila Alpina), São José (da Bela Vista, hoje São José Operário) e São Bernardo; encontrei-me com os prefeitos de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul e os presidentes das câmaras destes municípios. Estive com quase todo o clero da Diocese. Vi a casa que seria a residência episcopal: a do Vigário da Paróquia Nossa Senhora do Carmo. A impressão deste primeiro contato com a minha Diocese foi muito boa, quanto aos padres e ao povo. Muito triste quanto a situação material e social da Diocese [...]

Dom Jorge Marcos visitou a diocese três vezes antes da instalação e posse canônica. Encontrou-se com os padres que atuavam nas paróquias, ouvindo as enormes dificuldades que lhe aguardavam. Visitou algumas igrejas e sua futura cúria e residência. O livro tomo iniciado da diocese, traz as primeiras impressões do bispo, revelando sua preocupação para dar seus primeiros passos no ABC. Muitos padres viviam na absoluta pobreza, assim como a população, que somava 320.000 habitantes, sendo 80% operários.

A Catedral cheia de andaimes internos via ultimar-se a pintura. As duas Igrejas de São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo ainda em final de construção, as outras, todas em plena construção ou esperando demolição para serem erguidas. A casa paroquial em absoluto abandono, sem higiene, sem cômodos, necessitando de uma grande reforma para servir como residência do Pároco ou do Bispo. A Cúria, um pavilhão de quinze metros de altura, dividido em dois pisos: um salão de teatro no primeiro e salas no segundo. O prédio estava limpo por fora e péssimo por dentro. À Cúria caberia o segundo piso, com uma área de 181 m², suas paredes de cimento bruto caiado de branco e caiação coberta de pó. O chão de cimento grosso, poroso e esburacado... Tudo aí havia sido aproveitado de outros lugares, janelas e portas vieram do conserto da futura Catedral. Um móvel sequer em estado sofrível

me acomodou nesta visita. Na sala da frente funcionava a escolinha paroquial com duas turmas de quase 100 crianças. A falta de higiene deixava tristemente no ar ambiente um péssimo cheiro, que humilhou os que me acompanhavam, e fez terminar depressa a visita.¹¹

A situação social da região do ABC era conflitiva. Da antiga fazenda dos beneditinos¹² ao ABC de 1954, muitas transformações aconteceram sem nenhuma estruturação. A imigração, ocorrida no último quartel do século XIX e o surgimento das primeiras fábricas têxteis, moinhos, cerâmica e móveis, eram surpreendidas pela indústria química, metalúrgica e automobilística. As fábricas, mantidas pelos grandes mandatários da região, não davam sequer condições básicas de trabalho e nem remuneração justa aos trabalhadores. O êxodo rural, devido ao desenvolvimento do polo industrial, trazia muitas famílias sem nenhuma condição para estabelecimento digno de pais e filhos, fazendo com que novas localidades surjam sem condições de habitação e saneamento. Destes fatores surgem os problemas do abandono e abuso de menores e tantos outros.

Quanto à situação eclesial, a Igreja Católica na região teve uma atuação lenta e gradual, conforme os padrões e modelos eclesiológicos da época. A primeira paróquia foi criada em 1812, no regime do padroado. Com a imigração e a elevação da diocese de São Paulo para arquidiocese (1908), foram criadas em 1911 as paróquias de Santo André e Ribeirão Pires sendo que, até 1952, existiam em toda a região oito paróquias.

O modelo eclesiológico era o dos Concílios de Trento (1545-1563) e Vaticano I (1869-1870)¹³. O medo do comunismo, presente nas fábricas e o tímido trabalho da Ação Católica, principalmente da Juventude Operária Católica, não aproximavam a povo da fé. Havia um catolicismo que diante da desigualdade social promovia assistencialismo religioso. Em 1947, com a eleição de Armando Mazza para o cargo de prefeito municipal de Santo André e nove vereadores, a Igreja combateu abertamente os comunistas eleitos, firmando assim a posição da Igreja da época e sua concepção de vida social. Dom Jorge afirma a Heloísa Martins e Marita Bargas:

¹¹ ALMJ. *Livro Tombo da Diocese de Santo André*, p. 3.

¹² SOUZA, Ney (org.). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 46-60.

¹³ João Batista Libanio afirma: “A recepção que se fizera de Trento e do Vaticano I encurtara a realidade da Igreja prevalentemente a seus aspectos visíveis. Considerava-se católico quem professava visivelmente a fé, era validamente batizado, aceitava os sacramentos e vivia sob o governo do Romano Pontífice, como vigário de Cristo na terra.” LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 16.

Quando eu fui nomeado para Santo André, Santo André lutava muito com o movimento comunista, os sindicatos todos comunistas. Santo André tinha eleito prefeito comunista e toda uma câmara comunista que tinha sido vetada pelo governo e aqui estavam os prefeitos interventores, os prefeitos nomeados ou prefeitos substitutos. Mas na ideia da Igreja, aqui era o foco do comunismo corrupto. Do comunismo ameaçador.¹⁴

O novo bispo encontrara uma diocese que em tudo deveria estruturar-se. Seu clero era predominantemente religioso e estrangeiro. Do clero diocesano, os que permaneceram no primeiro período foram o Pe. José Bibiano de Abreu e o Pe. Antônio de Pádua Ferraz. Os demais eram vinculados a Sagrada Congregação Consistorial¹⁵. Eram lituanos que haviam deixado seu país por causa da perseguição socialista.

A instalação da diocese e a posse do bispo aconteceram na tarde de 12 de setembro de 1954, com a presença do Cardeal Adeodatto Giovanni Piazza, O.Carm., Secretário da Sagrada Congregação Consistorial, legado do Papa Pio XII para as celebrações do 1º Congresso da Padroeira do Brasil, que aconteceu em São Paulo de 04 a 07 de setembro. Mesmo tendo tomado posse de sua diocese, Dom Jorge retornou na mesma noite para o Rio de Janeiro, esperando assim a estruturação da residência episcopal. Por fim, sua entrada solene se deu a 24 de outubro, Domingo das Missões.

Minha posse terá duas circunstâncias que não costumam ser comuns. Serei empossado pelo Eminentíssimo Senhor Cardeal Adeodato Giovanni Piazza, secretário da Sagrada Congregação Consistorial, que é precisamente aquela que trata da nomeação dos bispos e da constituição das dioceses. Tomarei posse no mesmo dia da instalação da diocese, dia 12 de setembro [...] Apesar de tomar posse neste dia não ficarei na diocese. Voltarei ao Rio de Janeiro, nesta mesma noite, só regressando a Santo André para nela entrar solenemente a 24 de outubro... Ficarei na atual casa paroquial de Nossa Senhora do Carmo. Ao lado se ergue um prédio da paróquia, onde estão uma

¹⁴ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 3.

¹⁵ A Sagrada Congregação Consistorial corresponde o que atualmente é a Congregação para os Bispos. O nome e as atribuições deste organismo da Cúria Romana foram reorganizados primeiramente pelo papa Paulo VI em 1967 pela Constituição Apostólica *Regimini Ecclesiae Universae* (15 de agosto de 1967).

pequena escola de três turnos, o Setor Dezesete da Congregação Mariana, que passará a ser Federação Diocesana, a Ação Católica e o salão paroquial. Aí colocarei a Cúria Diocesana.¹⁶

Na ocasião, o legado pontifício foi homenageado pelas autoridades civis e visitou as paróquias de Santo André e Nossa Senhora da Boa Viagem. Estiveram presentes nessa solenidade o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, arcebispo metropolitano; Dom Paulo Rolim Loureiro, bispo auxiliar de São Paulo; Dom Idílio José Soares, bispo de Santos e Dom Eliseu Simões Mendes, bispo de Mossoró.¹⁷

1.2 – Dom Jorge Marcos de Oliveira: primeiro bispo de Santo André¹⁸

Dom Jorge Marcos de Oliveira, primeiro bispo de Santo André, nasceu no Rio de Janeiro, na época capital da República, em 10 de janeiro de 1915, filho do casal Carlos José de Oliveira e Angelina Ruffo Oliveira, membros da alta sociedade carioca, descendentes do Barão Ananias de Oliveira e Sousa.

Ingressou no Seminário São José da Arquidiocese do Rio de Janeiro em 1929, onde realizou os estudos ginasiais e científico. Foi enviado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme para realizar os estudos filosóficos e teológicos em São Paulo, integrando assim a primeira turma do Seminário Central do Ipiranga, inaugurado em 19 de março de 1934.

Recebeu todas as ordens menores e o diaconato pela imposição das mãos de Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, sendo ordenado presbítero pelo Cardeal Leme em 08 de dezembro de 1940 no Santuário de Nossa Senhora da Salette. Como presbítero, exerceu as funções de professor no Seminário Arquidiocesano, Capelão em ambientes de recuperação moral, Assistente da Ação Católica e Diretor Nacional das Obras das Vocações Sacerdotais. Seu contato com os membros da Ação Católica e com o Centro Dom Vital fizeram com que o jovem padre aprofundasse o contato entre Igreja e sociedade.

Em 03 de agosto de 1946, foi nomeado pelo Papa Pio XII bispo titular de Bagis e auxiliar do Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, sendo ordenado em 27 de outubro do mesmo ano, na Igreja de Sant'Ana, Santuário Nacional da Obra de Adoração

¹⁶ ACSA. *A Gazeta de São Paulo*. 1º de setembro de 1954, p.7 (pasta Dom Jorge).

¹⁷ ACMSP. Empossado pelo Cardeal Piazza o 1º Bispo de Santo André, in *O Legionário*, 19 de setembro de 1954 (pasta Diocese de Santo André).

¹⁸ As informações deste pequeno relato biográfico possuem diversas fontes: ALMJ. Entrevista de Dom Jorge Marcos de Oliveira para Heloísa Martins (1984) e ACSA. *A Gazeta de São Paulo* em 01 de setembro de 1954 (pasta Dom Jorge).

Perpétua. O ordenante principal foi o Cardeal Câmara e consagrantes Dom Rosalvo da Costa Rego, bispo auxiliar do Rio, e Dom Manuel da Silveira D'Elboux, bispo de Ribeirão Preto.

Como bispo auxiliar, Dom Jorge ficara conhecido como Bispo das Favelas do Rio. Durante seus oito anos de ministério, visitou cerca de 40 favelas, onde ele mesmo afirma ter conhecido uma nova realidade da vida e ter apresentado uma nova presença da Igreja, uma vez que não era comum na época a presença de um ministro ordenado nesta realidade. Dom Jorge, como bispo emérito de Santo André, durante entrevista a Heloísa Martins e Marita Bargas¹⁹, em 1984, partilhara as importantes experiências que realizara como bispo auxiliar em suas visitas pastorais às favelas cariocas. Ele mesmo chega a dizer das dificuldades para realizar tal missão. O bispo com toda a indumentária e trato elitizado como se tinha à época era uma imagem anacrônica devido ao grande distanciamento da realidade dos pobres.

Entre outros ofícios de bispo auxiliar, Dom Jorge representava o Cardeal Câmara junto às embaixadas e círculos sociais da então Capital Federal. Nesta atuação, conhecera as grandes figuras políticas e intelectuais do período. Exerceu também a missão de Oficial Maior do Tribunal Eclesiástico do Rio de Janeiro.

Foi eleito em 26 de julho de 1954, pelo Papa Pio XII, primeiro bispo da nova Diocese de Santo André. O próprio bispo registra sua proximidade com o Núncio Apóstolo Dom Carlos Chiarlo, que ao ser chamado novamente à Roma, afirma ao novo bispo que não partiria do Brasil sem deixar confiada a ele uma diocese. Depois de muitas especulações, foi publicada a criação da diocese e a sua nomeação.

Após a posse e sua entrada solene, celebrada em 12 de setembro de 1954 com a presença do Cardeal Adeodato Giovanni Piazza, Secretário da Sagrada Congregação Consistorial, o primeiro bispo de Santo André encontrou inúmeras dificuldades: formado numa igreja elitizada, embora tivesse estabelecido contato com os diversos problemas sociais, via-se desafiado a como estabelecer um trabalho de igreja que contribuísse com a formação da diocese do ABC. Um clero misto, de formação concernente à realidade da época, e a falta de estrutura pastoral são os primeiros desafios a serem enfrentados.

A atuação pastoral começou pela primeira visita às dezesseis paróquias existentes e as que já estavam em perspectiva de criação. Nos 21 anos de governo, Dom Jorge criou 58 paróquias. Como não haviam ainda seminaristas diocesanos, o bispo acolheu muitos padres, que estavam em processo de exclausuração ou queriam fazer experiências em outras dioceses. A identidade do presbitério ficou marcada pelas origens diversificadas dos padres e também pelas diversas

¹⁹ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 3.

concepções de igreja e de ação pastoral. O Seminário Menor foi fundado somente em 18 de março de 1962²⁰.

No que se refere à Ação Social, o trabalho de Dom Jorge nos primeiros anos restringiu-se ao trabalho com a Ação Católica. Em 1956 o bispo fundou, devido aos grandes problemas com menores carentes na região, a Associação Lar Menino Jesus. Tornou-se o “Bispo dos Operários”, quando passou de uma atitude anti-comunista, predominante na Igreja da época, para uma efetiva participação na luta dos trabalhadores. Uma referência histórica para este posicionamento é a atuação do bispo pelo direito dos operários da Tecelagem Santex em 1958.²¹

Os problemas sociais do ABC fizeram que uma nova articulação pastoral surgisse, criando inclusive incompreensões da parte de membros da Igreja e da sociedade. No entanto, Dom Jorge, a partir do momento que passou a compreender a realidade do povo e seus sofrimentos, pôs-se a trabalhar por uma Igreja de Base, ainda no período que antecedeu ao Concílio Vaticano II. O diálogo entre Igreja e Sociedade, mesmo com dificuldade, foi a marca do trabalho do bispo e de alguns padres que compartilhavam com ele um projeto de uma igreja social.

Com a celebração do Concílio Vaticano II, quando a Igreja assume a postura de diálogo com o mundo contemporâneo, a partir da visão de si mesma e da realidade que a interpela a evangelizar, a ação pastoral do bispo na diocese toma a vanguarda pela luta em favor de uma nova ordem social. A conscientização da missão do leigo e a opção preferencial pelos pobres, definida pela Conferência Geral do Episcopado da América Latina em Medellín (1968), faz com que a diocese, sob a condução de Dom Jorge Marcos, torne-se protótipo de uma igreja aberta e solidária diante da pobreza e exclusão.

As questões sociais do Brasil, refletidos na vida do ABC por ser o maior pólo industrial do país, impele uma pastoral que lute pelas Reformas de Base, principalmente propostas pelo governo João Goulart. Com o golpe militar de 1964, os posicionamentos do bispo e de muitos padres da diocese são considerados comunizantes. Ao lado da Ação Católica e dos movimentos sociais, o bispo luta, logo após 1964, pela redemocratização do país, o que

²⁰ ALMJ. *Mensagem de Ano Novo aos diocesanos pelo rádio (1961-1962)*. Sobre o Seminário Menor São Bernardo, primeiramente localizado na Vila de Parapiacaba, está nos anexos da dissertação uma mensagem sobre a fundação.

²¹ Este assunto será tratado ao longo do capítulo.

comprometeu de modo significativo seu pastoreio e sua saúde física. Os últimos dez anos de serviço de Dom Jorge como bispo diocesano foram marcados por inúmeras contrariedades.²² Com a chegada de um bispo coadjutor com direito à sucessão na pessoa de Dom Cláudio Hummes, OFM, que tomou posse em 29 de junho de 1975 e assumiu o governo definitivamente em 29 de dezembro do mesmo ano, Dom Jorge restringe suas atividades à Presidência do Conselho Deliberativo da Associação Lar Menino Jesus, lutando intensamente pela obra social fundada por ele, e, após a recuperação parcial de sua saúde cardíaca, fruto de um tratamento intenso em 1976, passa a colaborar como bispo emérito em 1983 na Capela São José, localizada num bairro pobre da periferia de Mauá e nos dois hospitais da região. Por ocasião dos seus quarenta anos de episcopado, Dom Jorge foi nomeado por Dom Cláudio Hummes, Vigário Geral da Diocese, não para exercer este ofício na Cúria Diocesana, mas sim para ter maior liberdade na sua atuação pastoral, presidindo a Eucaristia e administrando os demais sacramentos. Dom Cláudio envia-lhe uma carta saudando o bispo e recordando o seu trabalho em favor da justiça social:

Caríssimo Dom Jorge, Em anexo, envio-lhe a nomeação de Vigário Geral da Diocese, como lhe comuniquei oralmente, ocasião em que o senhor se manifestou muito contente com a nomeação. Seu contentamento me deixa muito feliz, pois gostaria sempre de prestar-lhe os melhores serviços fraternos e vê-lo sempre satisfeito. Como também lhe expliquei oralmente, é claro que baseados nesta nomeação não queremos lhe pedir nenhum serviço de Cúria ou outros, mas tão somente prestar-lhe melhores condições no seu trabalho pastoral e uma situação mais condizente com seu estado de Bispo da Igreja. Peço a Deus que sempre conserve a sua saúde, para que possa ainda conviver conosco por muitos e muitos anos. Esta Diocese é sua. O presbitério e eu o amamos muito e gostaríamos de fazê-lo sempre feliz. Tudo isso ainda tem maior significado agora que o senhor festeja seus 40 anos de episcopado. Dom Jorge, nossa profunda homenagem e veneração. Seu episcopado nestes anos todos foi de enorme importância para a Igreja no Brasil, pois o senhor, como mais alguns outros bispos, foram os pioneiros que reconduziram a Igreja para o meio popular, principalmente o senhor para o meio operário. Nós tentamos seguir os passos destes mestres. Dom Jorge, meu grande abraço e minha oração. Ass. Dom Cláudio Hummes.²³

²² Ao longo da dissertação retornaremos aos temas aqui mencionados.

²³ ALMJ. Carta de Dom Cláudio Hummes para Dom Jorge nomeando-o Vigário Geral da Diocese. 22 de setembro de 1986.

Mesmo como bispo emérito, Dom Jorge não deixou de ser uma pessoa preocupada com o desenvolvimento integral da sociedade, procurando ser uma presença da Igreja na luta pelos Direitos Humanos. O seu apoio às novas lutas pelo direito dos trabalhadores, principalmente na Greve de 1980, pelas Diretas Já e a Constituinte marcam sua lucidez e sua concepção eclesiológica, na qual a Igreja não pode afastar-se do caminho proposto pelo próprio Vaticano II.²⁴

Dom Jorge Marcos faleceu em 28 de maio de 1989, aos 73 anos de idade, 48 anos de ordenação presbiteral e 42 de ministério episcopal, vítima de um infarto agudo do miocárdio. Sua morte foi recebida com grande consternação do povo da diocese e pelo clero. Uma marca do seu funeral foi a presença dos pobres que ele assistiu como zelo e profecia.

Muitos presentes, inclusive membros de outras denominações religiosas e figuras públicas, recordaram a atuação do bispo por um país mais justo e por uma Igreja que trabalhe pelo Reino de Deus olhando para a realidade e, apontando a partir do seu testemunho evangélico, para uma sociedade mais justa e solidária²⁵. Seus restos mortais foram sepultados na Catedral Nossa Senhora do Carmo em Santo André, defronte ao altar dedicado a São José, patrono da Igreja e dos trabalhadores.

1.3 - Uma Igreja em renovação

A separação entre Igreja e Estado, efetivada em 1890 e constitucionalizada em 1891, embora tenha sido compreendida como um problema para a instituição religiosa nos anos subsequentes deu maior autonomia à Igreja, libertando-a, em muitos aspectos, da subserviência ao Estado.²⁶

No entanto, pode-se colocar o desejo da Igreja de se reaproximar do Estado numa busca para defender seus interesses de modo mais oficial a partir de 1916, com a posse de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra no Arcebispado de Olinda. Em sua Carta Pastoral a Olinda, o arcebispo apresenta a situação da Igreja institucional e suas fragilidades. A chamada neocristandade surge de modo oficial com Dom Leme, onde as uniões de interesses comuns entre Estado e Igreja ganham apogeu sob a presidência de Getúlio Vargas (1930-1945).²⁷

²⁴ ALMJ. 1964-1984: poesia; Carta ao Presidente João Baptista Figueiredo (anexos)

²⁵ ADGABC. *Diário do Grande ABC*. Multidão dá adeus a Dom Jorge, primeiro bispo do ABC. 31 de maio de 1989, p. 2 (pasta Dom Jorge). ACSA. *Boletim Diocesano*. Maio de 1989, p. 2-10.

²⁶ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004. [trad. Heloísa Braz de Oliveira Prieto], p. 41-62.

²⁷ LUSTOSA. Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 48-59.

As concepções da Igreja da neocristandade no Brasil ganham força no nacionalismo, na moralidade, na hierarquia, na ordem e no sistema educacional, opondo-se obviamente à secularização, ao comunismo e outras religiões. Essas posições granjearam à Igreja presença forte nos governos getulistas, uma vez que a política dos mesmos se utilizava destas bases.

O trabalho de Dom Sebastião Leme encontra reforço nas linhas de pontificado do Papa Pio XI (1922-1939), conhecido como o Papa da Ação Católica. Desde a publicação da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII em 1891 a Igreja, embora tardiamente, começa a dialogar com problemas do mundo contemporâneo com a chamada Doutrina Social. Sabemos que ao longo do século XIX muitos foram os conflitos entre o catolicismo e o poder civil, devido as revoluções ocorridas no período e o receio de confrontos políticos e institucionais na parte religiosa. A *Rerum Novarum* torna-se então um instrumento de avanço para as relações conturbadas entre Igreja e sociedade moderna.²⁸

Pio XI viveu seu pontificado no período entre as grandes guerras mundiais e, embora tenha mantido o pensamento da romanização, deu forte impulso à presença do leigo católico na vida da sociedade civil. Teve como forte atuação a cristianização das estruturas sociais, inspirando-se na juventude para catolicizar os diversos ambientes da sociedade, dando o nome desse trabalho de Ação Católica. Ney de Souza destaca: “O papa Pio XI governou a Igreja de maneira que o Reino de Deus fosse propagado através dos leigos da Ação Católica, embora o grupo devesse ser o braço continuador da hierarquia”.²⁹

Ainda que a compreensão da missão do laicato fosse de servidores da hierarquia eclesiástica, todo esse movimento contribuiu para que, com a realização do Concílio Vaticano II, a Igreja pudesse discutir a importância do ministério leigo e sua relevância para a evangelização.

No Brasil, seu braço de atuação deu-se justamente em Dom Sebastião Leme, que transferido para a Arquidiocese do Rio em 1921 e eleito cardeal em 1930, trabalhou para que a Igreja no Brasil organizasse um plano de ação para a sua presença na sociedade. Com o texto “Mandamentos dos arcebispos e bispos do Brasil” (1935), surge oficialmente a Ação Católica Brasileira, cujo objetivo era cristianizar a sociedade face ao afastamento de muitos cidadãos dos ideais da Igreja.³⁰

Fica latente nas expressões da Igreja da neocristandade, embora haja uma separação do mundo político, que o catolicismo deseja estar presente nas estruturas sociais para garantir sua

²⁸ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja, de Lutero aos nossos dias: A era contemporânea*. São Paulo: Loyola, 2014, p. 52-56.

²⁹ SOUZA, Ney; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. *Catolicismo e sociedade contemporânea: Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2013, p. 103.

³⁰ Ibid. p, 103-104.

influência na formação da população e nas próprias decisões de poder. As manifestações religioso-nacionalistas são objetos de grande destaque na vida religiosa e política da nação.³¹ Nesse período de reaproximação entre poder religioso e temporal, a Igreja trabalha pela continuidade de sua reorganização interna. A reestruturação da formação do clero, a criação de serviços sociais como os Círculos Operários e o incentivo às associações religiosas, são marcas de um fortalecimento das bases.

Na Ação Católica, percebe-se o empenho de Dom Sebastião Leme em estabelecer um grupo de intelectuais católicos para a difusão da fé da Igreja através do laicato da classe média. Nesse contexto nasce o Centro Dom Vital do Rio de Janeiro; Jackson de Figueiredo, neoconvertido, coordenou o instituto de 1922 a 1928, ano de seu falecimento. Foi substituído por Alceu Amoroso Lima, fundador da Liga Eleitoral Católica, que se tornou grande colaborador do Cardeal Leme entre 1928 e 1940. Politicamente, nos anos 30 era membro da chamada Direita Católica, mas devido ao contato com a filosofia neoescolástica tornou-se um dos expoentes da Doutrina Social nas décadas seguintes.

Com a reorganização da política nacional e os governos democráticos entre 1946-1964, as relações entre Catolicismo e Estado Brasileiro ganhavam novo impulso no processo da construção da sociedade nacional³². Esse novo período estabeleceu uma nova visão social também por parte do clero do país. Ainda que timidamente, figuras do episcopado como Dom Jorge Marcos e Dom Hélder Câmara, embora com muitos traços da neocristandade, passam a refletir a realidade social com maior abertura, desejando reformas tanto na vida da Igreja como na sociedade³³.

Em 1952, com o nascimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), faz com que uma nova visão de Igreja surja através da articulação pastoral e de uma nova visão da realidade brasileira. Fundada em 1952, fruto da articulação e visão de Dom Hélder Câmara e com o incentivo de Dom Giovanni Battista Montini, posteriormente Paulo VI, a CNBB traz um novo agir à Igreja local, principalmente no período posterior ao Concílio Vaticano II e nos anos da ditadura militar (1964-1985).³⁴

Há entre esses grandes acontecimentos uma mudança na ação dos bispos na sociedade e na missão de conduzir a Igreja. Segundo Mainwaring, a mudança institucional da Igreja é

³¹ LUSTOSA. Oscar de Figueiredo. *Op. cit.* p. 51-52.

³² *Ibid.* p, 60-71.

³³ Cf. AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: terceira época (1930-1964)*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 351.

³⁴ INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). *Presença pública da Igreja no Brasil: Jubileu de Ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, p, 32-51; 96-124; 149-223.

fundamental para o desenvolvimento de sua atividade.³⁵ No decorrer deste trabalho, olhando o exemplo específico do primeiro bispo de Santo André, percebe-se como este influxo acaba por determinar uma nova presença da instituição religiosa diante dos problemas do maior pólo industrial da América Latina da época: o ABC Paulista.

1.4 – A Igreja do ABC em diálogo com a sociedade

Apresentada brevemente a figura de Dom Jorge Marcos de Oliveira, percebemos a necessidade de apresentar alguns aspectos que contribuíram para que ele tomasse posição em favor de reformas no interior da Igreja e da sociedade, principalmente durante a ditadura militar.

A formação do bispo aconteceu no Seminário São José do Rio de Janeiro (1929-1933), e no Seminário Central do Ipiranga (1934-1940) em São Paulo. O bispo traça as recordações deste período como de grande transformação no ambiente da formação presbiteral como também da própria sociedade brasileira.

O Seminário Central [do Ipiranga] foi um passo admirável na formação do clero brasileiro. Antigamente cada diocese tinha o seu seminário, no geral, seminários muito mal constituídos. Então [as dioceses do] Rio, São Paulo, Niterói, Campinas, Botucatu e algumas dioceses do Nordeste se reuniram e começaram com o movimento do Seminário Central do Ipiranga. O seminário central deu a oportunidade de se escolher os melhores professores da época, gente muito bem preparada, com uma cultura teológica e filosófica mais ampla, cultura literária também mais ampla. Entretanto, um desconhecimento muito grande da doutrina social da Igreja. Mas a nossa formação foi muito boa.³⁶

O contato de Dom Jorge como seminarista e jovem padre com a filosofia e com pensadores da economia e do mundo do trabalho, assim como o contato com os membros do Centro Dom Vital e figuras importantes da sociedade da época, estabeleceram no pensamento e no trabalho desenvolvido uma mescla entre as preocupações da Igreja da época e o anseio por novas estruturas religiosas e sociais.

³⁵ MAINWARING, Scott. *Op, cit*, p. 21-25.

³⁶ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. *Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira* (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 5.

Ao lado do medo pelo avanço do comunismo e do protestantismo, comum na mentalidade clerical nestas décadas, existe o conflito com as desigualdades sociais, com as quais ele teve contato com suas visitas às favelas quando padre e bispo auxiliar.

O Centro Dom Vital tentava mais uma colocação filosófica diante da realidade brasileira. Quer a realidade religiosa católica, quer a realidade política, inclusive surgiu a Liga Eleitoral Católica, quer a realidade social e de mas, de uma maneira assim expressa, a ideia do confronto entre uma nova visão da filosofia escolástica diante da teologia. Sobretudo uma época muito interessante em que nós discutíamos se era possível a gente falar de filosofia cristã. Ou se era possível nós falarmos em socialismo cristão. Ou se era possível nós discutirmos o conceito sociologia cristã [...] Nós tínhamos a felicidade de ter no Rio [de Janeiro] o cardeal Dom Sebastião Leme. Em São Paulo, eu tinha sido aluno de Dom José Gaspar, um homem admirável, enfrentando na época, uma luta necessária, a luta contra o jogo, a luta contra a política despótica do Getúlio. As cartas de Dom José Gaspar contra o Getúlio. Eu estava, de 1940 a 1946, eu estava intimamente ligado a tudo isso. Em 1946 eu recebi a notícia do meu episcopado. Eu era muito moço, frequentava já as favelas do Rio, tinha uma revolta profunda contra toda aquela situação.³⁷

Como bispo auxiliar do Rio, Dom Jorge Marcos acompanhava a realidade da sociedade como representante do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara nas embaixadas e nos encontros com autoridades civis e militares. Um discurso pronunciado por ele, em novembro de 1947, na inauguração do monumento em honra dos soldados mortos na Revolução de 1935, no Rio de Janeiro, contribui com a compreensão do bispo sobre a vida social e o perigo do comunismo.³⁸

Com a sua chegada em Santo André, a primeira preocupação do bispo era com a estrutura material da Igreja: paróquias, o seminário, a residência oficial e a vida dos párocos. No entanto, a realidade social da diocese exigia do prelado uma posição: a condenação ou a aproximação com o mundo operário, uma vez que a região era vista pela Igreja, segundo o próprio Dom Jorge, um centro de expansão do comunismo ameaçador. Por outro lado, a proposta de uma nova presença da Igreja na sociedade poderia fortalecer a fé católica na

³⁷ Ibid. p. 6.

³⁸ Este discurso está transcrito nos anexos desta dissertação.

região, uma vez que muitos trabalhadores estavam distantes das orientações do catolicismo romano.

O clero da diocese na época da criação do bispado era formado por pouquíssimos padres. Dom Jorge, mesmo antes de assumir a diocese pensa na formação de um clero numeroso e na construção do seminário diocesano.

O Eminentíssimo Cardeal Motta, auxiliado por Dom Paulo Rolim Loureiro, deu os primeiros passos para o Seminário Preparatório em São Bernardo do Campo. Procurarei levantar o mais cedo possível o prédio que abrigue as esperanças que tenho de um clero numeroso e diocesano. Infelizmente conta a nova diocese com nove padres do clero diocesano.³⁹

A linha de apostolado do clero era justamente a da maioria na época: anticomunista e antiprotestante, com distanciamento da realidade social e num trabalho paternalista. A visão social do bispo na época está bem manifesta na entrevista dada ao jornal “A Gazeta de São Paulo”, em 01 de setembro de 1954. Nesse período, percebemos o discurso de Dom Jorge alinhado ao objetivo geral da igreja brasileira da época. Num tom paternalista, a evangelização não levava ainda à superação da desigualdade social. O bispo, em sintonia com a elite da região, trabalhava pela ordem social, apoiando os operários, mas em sintonia com a classe patronal.

Impressionou-me vivamente a massa de operários, à hora da saída das fábricas. Para eles é que perei o maior empenho de seu trabalho de bispo. Creio, firmemente, que a ação mais urgente no seio das classes operárias, é aquela que mostra o Cristo Salvador e aponta o Céu. É aquela que lembra ao homem, sejam quais forem as suas condições sociais ou econômicas, a responsabilidade e a dignidade da pessoa humana [...]⁴⁰.

Quando chegou à diocese, Dom Jorge tinha como movimento da Ação Católica, a Juventude Operária Católica que, com a elevação do bispado, passou a ser Federação Diocesana. A articulação da JOC na região acontecia pelos jovens operários católicos que trabalhavam em

³⁹ ACSA. *A Gazeta de São Paulo*. 1º de setembro de 1954, p.7.

⁴⁰ Ibid.

fábricas de Santo André, Mauá e São Caetano do Sul, cuja formação se deu com o assistente Pe. Eduardo Batista Roberto, religioso salesiano que assessorava a ação dos membros do movimento. No momento inicial, a presença do bispo no meio dos “jocistas”, incentivando seus afazeres é tímida, pois ainda não tinha conhecimento real dos seus trabalhos e nem das condições dos trabalhadores.

Devido a este contexto, a mensagem de Dom Jorge Marcos aos diocesanos em 12 de setembro de 1955, por ocasião das eleições, ressalta a luta da Igreja para vencer o comunismo.⁴¹

O texto, apresentado a seguir conclama os diocesanos para o voto consciente:

Caríssimos Diocesanos, aproximam-se as eleições – queremos manter-nos fora e acima dos partidos, na mais perfeita serenidade, mas sentimos o dever de nos dirigir a todos os diocesanos de modo particular aos eleitores que sufragarão, pelo voto, seus dirigentes e representantes.

Dom Jorge aborda sobre a influência comunistas no pleito:

Como é do conhecimento de todos, os comunistas estão mais ativos que nunca nestes dias que precedem as eleições. Infiltrados em diversos partidos, envolvendo pessoas respeitadas e até os católicos praticantes, difundindo a confusão e o mal estar, mascarados de democratas, de espiritualistas, de católicos, atingem todos os setores angariando votos para si, seus títeres e aqueles que melhor poderão servir a seus instintos funestos. Ninguém desconhece que a linha mestre do plano comunista está em convulsionar a ordem pública até implantar o totalitarismo russo, até dominar definitivamente nossa Pátria, destruindo-lhe a independência, a liberdade interna, a família, o direito enfim.

Por fim, exorta os diocesanos, num tom nacionalista, a não votar nos candidatos comunistas:

Desejamos, pois, pedir a todos os eleitores, mas sobretudo aos católicos que votarão, que defendam seus filhos e seus lares, as liberdades da pessoa humana, sua religião, seu município, sua Pátria, escolhendo bem, pelo voto, aqueles que hão de dirigir as terras sagradas de Santa Cruz. Infelizmente

⁴¹ PARÓQUIA SÃO CAMILO DE LÉLLIS – Santo André. *Livro Tombo Paroquial (1954-1956)*, fls. 13v-14.

nem a palavra nem a ação dos comunistas no Brasil apresentam agora seu pensamento e suas finalidades... Eles falam e agem mascarados. É necessário, portanto, examinar bem os candidatos a fim de que o voto não seja como um jogo de azar que apenas arranque o pouco que temos, mas seja, ao contrário, voto consciente para que sufrague os verdadeiros democratas. Não permitamos que os falsos brasileiros, lobos em pele de cordeiros, subam amanhã os degraus do altar da Pátria, penetrem no recinto dos lares e do trabalho, invadam nossos templos, para destruir a tranquilidade nacional, a família, a religião. Nossa Senhora Aparecida, Rainha do Brasil e protetora da família brasileira, que tem seu trono nas terras paulistas, espera que nós, seus filhos e devotos, saibamos velar pelo Brasil e por Ela, através do nosso voto.

Ele mesmo afirma, na entrevista concedida a Heloísa Martins e Marita Bargas que, no início dos seus trabalhos, a falta de um contato próximo com os trabalhadores e os sindicatos impossibilitava uma constatação do influxo e da atuação real dos comunistas. O trabalho da Ação Católica era pequeno e encontrava resistência dos párocos, assim como resistência de bispos no Brasil. Foi somente com o incentivo do bispo que o movimento cresceu e foi formando lideranças operárias.

A Ação Católica foi se reunindo em Santo André, principalmente em São Caetano e Mauá, depois com um grupo. A maioria dos padres tinha pavor da Ação Católica. A maioria, porque já começara o movimento do Plínio Correia de Oliveira, jogando toda pujança das Congregações Marianas e dos outros grupos contra a Ação Católica. Dom [Antônio de Castro] Mayer já era bispo de Campos, o senhor arcebispo de Diamantina [Dom Geraldo de Proença Sigaud] e outros bispos como o de Petrópolis [Dom Manuel Pedro da Cunha Cintra]. Havia inúmeros outros que proibiam em vários lugares. Mas ela foi penetrando nas fábricas, nas indústrias, sobretudo nos sindicatos discutindo. Foi entrando em choque, formando chapas e concorrendo às eleições.⁴²

A desigualdade social trazia em seu bojo um problema que logo incomodou ao bispo e o interpelou para uma ação: o problema dos menores. Segundo carta de Jaime Leal Costa a Dom Jorge em 1963, assim que foi nomeado para a diocese em 1954, as estatísticas apontam que Santo André era a “capital mundial dos suicídios” principalmente de jovens mulheres,

⁴² ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. *Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira* (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 25.

que sofriam atormentadas pela ilusão e pela sedução.⁴³ Em 1956, chamado pelo Juiz de Menores da cidade, o bispo iniciou as obras da Associação Lar Menino Jesus, com oito menores abandonadas na delegacia.

O Lar Menino Jesus, como foi inicialmente conhecido, ainda hoje existente em Santo André, foi fundado por Dom Jorge em 18 de fevereiro de 1956, com o apoio de famílias tradicionais para, como dizia o próprio bispo, “ser um verdadeiro lar” para as meninas abandonadas. Ainda numa linguagem paternalista, a preocupação do prelado faz com que uma nova ação social comece a surgir na região do ABC. Em pouco tempo, cinco casas surgiam e a Associação passara a ser um sinal profético para a sociedade e também para a ação pastoral da Igreja.⁴⁴

Se no mundo operário os primeiros passos não foram fáceis, os jocistas se animaram com a aproximação gradual do bispo em sua ação apostólica. As greves, que eclodiram nas indústrias andreenses passam a contar com o apoio e o diálogo do bispo. No entanto, muitos membros do clero, sem compreender os caminhos estabelecidos por Dom Jorge, viam como ameaça a aproximação da autoridade eclesiástica com os sindicatos locais e com os líderes comunistas.

Porém a crise na Tecelagem Santo André (SANTEX) dá um novo olhar sobre a luta dos operários pela justiça social. Não era somente uma questão de ideologia partidária, mas também de condições de vida digna para a população, que não tendo reconhecida a sua força de trabalho, tinha aniquilada sua dignidade e sua força de classe. A crise de indústria têxtil coloca a figura do bispo em evidência. Sendo ele membro da comissão para o diálogo com os governantes, o bispo utiliza sua representatividade em meio às autoridades civis para apresentar a posição da Igreja sobre a relação do capital e trabalho. Famosos discursos, publicados pela imprensa, demonstram a concepção social do catolicismo que, no caso do bispo, mostram uma transição.

A ação da Igreja de Santo André, representada na figura do bispo, demonstra o estabelecimento de um novo relacionamento entre catolicismo e sociedade, possibilitando uma nova concepção de diálogo e uma nova relação da instituição eclesiástica com o mundo. Podemos afirmar que esse novo posicionamento define a identidade da Igreja em formação. A nova diocese, mesmo com toda a influência dos grupos mais conservadores, começa a despontar o que tardiamente se chamarão “igreja de base”, aproximando a reflexão teológica

⁴³ ALMJ. *Carta de Jaime Leal Costa a Dom Jorge*. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1963.

⁴⁴ ALMJ. *50 anos de caminhada*. FAENAC: São Caetano do Sul, 2006.

das teorias sociais, estabelecendo novos referenciais para sua atividade pastoral e presença na sociedade civil.

Essa transição se justifica nos movimentos que influenciam o espírito de renovação na Igreja Católica ao longo do século XX. Embora não tenhamos dentre os famosos movimentos precursores do Concílio Vaticano II o chamado “movimento social”, a concepção da denominada Filosofia Cristã, impulsionada pela neoescolástica e por setores da Ação Católica, desenvolve nos meios intelectuais católicos a necessidade de reforma e novos posicionamentos para que realidade social e catolicismo não se distanciassem ainda mais. No caso da diocese do ABC, essa transição acontece com maior facilidade pelo fato que a Igreja local estar iniciando sua missão.

Com vários problemas econômicos, a falência do grupo administrador da SANTEX vinha vitimar 1200 funcionários, que desde dezembro do ano anterior, após o pedido de concordata da mesma não recebiam seus vencimentos⁴⁵. Os enormes valores das dívidas deixavam os funcionários com uma contribuição mínima após a venda da empresa e muitas famílias encontravam-se na miséria.

Um grupo chefiado pelo Governador do Estado, Jânio Quadros, e composta por representantes do governo municipal e Dom Jorge Marcos foi até o Presidente Juscelino Kubistchek pedindo sua ajuda para que haja a encampação da fábrica em benefício dos funcionários⁴⁶. No aniversário da cidade de Santo André, 8 de abril de 1958, o bispo diocesano foi honrado com o título de cidadão honorário andreense. Com o conturbado contexto da falência da Santex seu discurso se intitulou “Direito do trabalhador acima dos direitos dos fazendários” na sessão solene ocorrida na Câmara Municipal⁴⁷.

A resolução encontrada para a crise na tecelagem foi a de agregar seu patrimônio ao do Grupo Reunido do Moinho São Jorge que assumiu a fábrica, pagou os funcionários e ao vender o imóvel cobriu suas dívidas. Essa solução foi pensada pelo bispo e com a ajuda do Banco do Brasil e do Governador do Estado não foram esquecidos os trabalhadores⁴⁸.

⁴⁵ AMOAG. *Jornal de Santo André*. Continuam em má situação os operários da Santex. 8 de março de 1958 (capa).

⁴⁶ AMOAG. *Jornal de Santo André*. Sugerida a encampação da Santex. 22 de março de 1958 (capa). ACSA. *A Mensagem: Seminário de orientação e cultura da Diocese de Santo André*. O Bispo de Santo André defende os operários. 6 de abril de 1958 (capa).

⁴⁷ AMOAG. *Jornal de Santo André*. Em caso de falência: Direito do trabalhador acima dos direitos dos fazendários. 16 de abril de 1958 (capa); ACSA. *A Mensagem*. O direito do trabalhador acima dos direitos dos fazendários. 20 de abril de 1958, p.2.

⁴⁸ AMOAG. *Jornal de Santo André*. A Santex voltou a funcionar. 21 de maio de 1958 (capa).

Uma grande homenagem foi preparada pelos operários para o bispo em 10 de agosto, onde ele recebeu um macacão de operário como sinal de gratidão. Foi fortemente aclamado pelos trabalhadores pelo belo discurso que proferiu nesta sessão solene, denominado “Salário não é renda, é sangue do trabalhador”⁴⁹, alertando a consciência da massa operária sobre seus direitos e potencial de transformação.

Como apresenta o próprio Dom Jorge Marcos em sua entrevista com Heloísa Martins e Marita Bargas, a formação presbiteral de sua geração, embora possuísse os melhores professores de várias dioceses do país e sólido conteúdo no estudo dos grandes tratados filosóficos e teológicos, desconheciam a Doutrina Social da Igreja. Ele mesmo afirma que, durante sua formação no Seminário Central do Ipiranga, começou a ter contato com os filósofos sociais, fornecendo-lhe conteúdos para uma reflexão mais contundente da vida social.

Vivi no Seminário Central sete anos. Os três de filosofia e os quatro de teologia. E me apaixonei pela Doutrina Social da Igreja. Comecei a estudar muito, conheci mais de perto Stuart Mill, Adam Smith, cheguei até ao encontro, assim literário, com os fisiocratas, no início da ideia da economia. Li um pouco de Marx, acompanhei um pouco a Revolução Russa e me formei mais naquela colocação da Igreja, tentando resolver o homem não como elemento que simplesmente produz porque precisa de um salário para se arranjar, mas de um homem que além de produzir e de precisar de um salário para levar a sua vida, era um homem que tinha direito a uma [remuneração], não a uma remuneração indigna, mais tinha o direito de prover a uma família que tivesse acesso a todas as exigências da dignidade humana, sobretudo como filho de Deus, colocando uma parte religiosa.⁵⁰

O próprio bispo afirmou em 1988 que lhe interessava tudo o que se referia ao ser humano para que ele se interessasse e assumisse uma postura de solidariedade e diálogo.

Devo ter errado demais nesses longos anos, levado pelo desejo de ajudar meus irmãos, companheiros de caminhada, de esperanças sofridas, de contínuo retorno ao início da mesma luta para os mesmos

⁴⁹ ACSA. *Salário não é renda, é sangue do trabalhador*. 20 de maio de 1958 (Pasta Dom Jorge/Anexos).

⁵⁰ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. *Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira* (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 33.

ideais. Mas uma característica foi permanente em mim, na minha vida interior, no meu lidar de cada dia: amei sempre, intensamente, a multidão, o povo, o ser humano... Sofri com ele e por ele. Enganei-me e fui enganado. Acreditei com facilidade e deixei-me levar pelos arroubos de servir. Mas amei intensamente, incansavelmente. Bastava ter um título: ser humano. Pobre ou rico. Sadio ou doente. Sofredor ou feliz. Triste, desanimado, traído, abandonado, pecador, criminoso... Explorador, injusto, perseguidor, torturador de altos escalões... Fossem humanos eu os amava para ajudar ao menos rezando para se converterem, transformarem-se, serem felizes e para que participassem do grande grupo, que com o Cristo quer a salvação de todos.⁵¹

Após a crise e congraçamento entre patronato e operários da SANTEX, a Igreja local passa a estabelecer uma nova articulação pastoral que, embora tenha se desenvolvido fragilmente.

Nesse período foi regulamentado o direito de greve, uma vez que o movimento operário começava a tomar novo contorno pela chegada de novas indústrias e também a política desenvolvimentista do governo brasileiro.⁵²

A chegada do Pe. Afonso José Birck, jesuíta, para assumir a assistência da Juventude Operária Católica, demonstra a necessidade do bispo em possuir uma assessoria para a superação dos tantos problemas sociais que aconteciam nas indústrias do território diocesano. Em 1959, ano da chegada do padre, a greve da Rhodia Química, foi a grande paralização pelo reajuste salarial e pelo direito dos trabalhadores.⁵³

Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins em “*Igreja e Movimento Operário no ABC*” analisa a atuação do bispo e alguns padres na busca de melhores condições de vida para os operários, com base nas entrevistas que ela realizou para a elaboração de seu texto⁵⁴. O que fica bem perceptível é que toda a ação feita pela Igreja Particular contempla a metodologia da Doutrina Social da Igreja, que a partir da *Rerum Novarum* de Leão XIII foi assimilada e desenvolvida pelo magistério eclesiástico. A postura da Igreja como mediadora entre proletário e proprietário é a grande novidade para a situação existente, pois até então era a atuação do poder público comum nas mesas de negociação.

⁵¹ ALMJ. *Manuscrito de Dom Jorge Marcos de Oliveira* (1988).

⁵² ALMEIDA, Antônio. *Experiências políticas no ABC Paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 130-139.

⁵³ AMOAG. *Revista Mundo Ilustrado*. Deus também está ao lado dos grevistas. 23 de maio de 1959 (Cópia-Hemeroteca).

⁵⁴ MARTINS, Heloísa. *Igreja e movimento operário no ABC*, p. 69.

A participação do bispo e de alguns padres em várias greves ocorridas na região constituiu-se em referência obrigatória nas entrevistas, na medida em que essas greves foram, também, pontos altos da história da classe operária. A primeira foi da Tecelagem Santo André, iniciada em abril de 1956, que se prolongou por oitenta e sete dias, na qual a Igreja teve participação, ajudando a organizar um fundo de greve para socorrer os operários com comida e dinheiro, além de fazer o trabalho de localizá-los nos bairros onde moravam. No mês de março de 1959, houve a greve na Companhia Rhodia, no setor químico, que depois se estendeu para o setor têxtil. O motivo desta greve foi o de melhores salários e condições de trabalho. Durante a sua ocorrência foram realizados os primeiros piquetes de grevistas em Santo André. Foi nesta greve, também, que ganhou destaque a figura de Padre Afonso Birck, devido a sua participação nos piquetes ao lado dos grevistas. Tornou-se famosa, na memória dos militantes católicos, a sua fotografia, de batina, na porta da fábrica, publicada por uma revista de circulação nacional⁵⁵.

Os primeiros anos da década de 1960 são marcados pelas mudanças na política nacional. O movimento operário sofre as consequências da crise econômica e da interferência do capital internacional, principalmente dos interesses políticos norte-americanos. Nesse contexto, as relações entre capital e trabalho são marcadas pela articulação sindical, pela aprovação da Lei da Falência, em 1960, elaborada e defendida no Congresso Nacional pelo Deputado Adauto Lúcio Cardoso (UDN) com o incentivo e colaboração de Dom Jorge Marcos.⁵⁶

A lei que havia de falência era uma lei que deixava o empregado e o operário em sexto lugar. Então eu consegui, me impressionei tanto com aquilo, algumas falências que acompanhei, o empregado não recebia nada porque primeiro vinha a parte hipotecária, devia o pagamento dos impostos ao governo, depois vinha o pagamento das hipotecas, depois vinham as dívidas do pagamento aos fornecedores, credores e eu não sei o que até chegar ao operário, ao trabalhador, não havia nada. E eu consegui, tive essa ideia uma vez e pedi a dois amigos que fizessem isso para mim. Eu só dei a ideia. A ideia que transmiti ao Deputado Adauto Lúcio Cardoso que era da UDN [União Democrática Nacional], um grande amigo meu, uma das melhores cabeças que tivemos na política, e ao Sobral Pinto que era um jurista admirável que eles vissem a possibilidade de se modificar a lei da falência levando o

⁵⁵ *Ibid.*, p. 69-70.

⁵⁶ A repercussão da revisão da Lei de Falência foi aplaudida na região e projetou ainda mais o bispo no cenário nacional: AMOAG. *A Voz do ABC*. 20 de fevereiro de 1960 (capa); MARTINS, Heloísa. *Igreja e movimento operário no ABC*, p. 71.

trabalhador, o empregado, o funcionário a ser o primeiro remunerado. O primeiro amparado. Então isso já era fruto de uma vivência passo a passo.⁵⁷

Monsenhor José Benedito Antunes registra os efeitos da atuação do bispo diocesano na defesa dos direitos dos trabalhadores:

Dia 20 de março [de 1960] realizou-se na Praça do Carmo uma concentração operária de apoio ao nosso Bispo pela aprovação do projeto que modifica a lei da falência. A atitude de Dom Jorge assumindo, de caráter de autêntico cristianismo os assalariados, sempre vítimas de injustiças, vem marcando cada vez mais a vida paroquial.⁵⁸

Os projetos do governo João Goulart, principalmente no que se refere à indústria nacional e o as Reformas de Base, surgindo grandes discussões nos vários segmentos da sociedade civil e da Igreja Católica sobre a ameaça comunista, a Igreja do ABC (o bispo e membros do clero e leigos) manifesta-se favoravelmente às reformas.

A presença dos padres franceses (Filhos da Caridade) que chegaram em 1961 no Brasil, vindo se instalar imediatamente na Diocese e assumindo a Paróquia Santa Teresinha em Santo André, situada num bairro formado por operários, contribuiu fortemente para o movimento das reformas, já que os padres trabalhavam nas fábricas e nelas formavam nova consciência social⁵⁹.

O crescimento da JOC ante o paternalismo dos Círculos Operários, a criação da Ação Católica Operária e as campanhas sociais propostas pela Diocese popularizavam ainda mais as propostas de reformas, vistas por grande camada da sociedade como ameaça de comunismo e não de justiça social⁶⁰.

A preocupação das reformas em manter uma política honesta e despojada de qualquer corrupção era vista pelo bispo como prioridade. Não foram poucas as vezes que ele utilizou

⁵⁷ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. *Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira* (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 33.

⁵⁸ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO CARMO – Santo André. *Livro Tombo Paroquial (1940-2011)*, fl. 76.

⁵⁹ AMOAG. *Entrevista de Pe. José Mahon*. Projeto Viva Cidade, 1990 (cadernos do 1º Simpósio de História do ABC).

⁶⁰ Cf. MARTINS, Heloísa. *Igreja e Movimento Operário no ABC*, pp. 133-142.

da imprensa para manifestar suas posições sobre candidaturas a cargos públicos e para exortar a consciência dos católicos sobre o voto consciente⁶¹.

A participação de Dom Jorge Marcos em encontros sobre o Movimento pelas Reformas de Base foi marcante⁶². Nestes, juntamente com vários intelectuais da época como Frei Carlos Josaphat, discutiam com determinação e afinco o projeto de Reforma Nacional, levando condições de vida a todos os brasileiros⁶³.

O Jornal “Brasil Urgente” que era dirigido pelo frade dominicano Carlos Josaphat e circulou entre 1963-1964 reflete muito bem as necessidades da Reforma de Base. Na sua edição de 12 de maio de 1963 aponta a presença do bispo no Congresso do Povo Brasileiro pelas Reformas de Base:

Dom Jorge Marcos apóia o Congresso do Povo Brasileiro pelas reformas de base que pretende sintonizar os anseios da massa trabalhadora do país com as atividades dos verdadeiros democratas brasileiros e vai se constituir em um movimento de profundidade cuja principal função será interligar povo e líderes, formando uma frente ampla pela emancipação das massas brasileiras.

Os relatórios do Departamento de Ordem Política Social levam a entender um pouco da situação, embora force no radicalismo:

Relatório de 13 de junho de 1963, informa que se realizou no dia anterior, na Faculdade de Direito de São Paulo, o “Congresso do Povo Brasileiro pelas Reformas de Base” – A Palavra do Frei Carlos Josaphat. Entre os que tomaram parte na mesa redonda dos trabalhos, são citados: Rossine Camargo Guarniere, presidente da Comissão Executiva Nacional do Congresso pelas Reformas de Base, Francisco Julião, Cid Franco, sargento Garcia e Dom Jorge Marcos de Oliveira. Este, em sua breve oração, colocou os problemas da Reforma de Base em termos de exigência, argumentando com as encíclicas do Papa João XXIII, pregou a unidade de todos em torno das reformas radicais, pelas quais estão dispostos até morrer.⁶⁴

O apoio de Dom Jorge aos operários e às reformas de base ganha projeção nacional. A presença do bispo em várias cidades do país para ministrar conferências sobre o movimento

⁶¹ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Contra o Rei Dinheiro. 11 de agosto de 1962 (recorte); ACSA. *O Diário*. Bispo de Santo André pede clamor público pela reforma eleitoral. 20 de maio de 1962 (anexos).

⁶² ALMJ. *Carta enviada pelo presidente da Câmara Municipal de Santos*. 21 de março de 1963.

⁶³ BIBLIOTECA DE PESQUISAS RELIGIOSAS. *Jornal Brasil Urgente*. Povo dirá como quer as Reformas. 12 de maio de 1963, p. 17.

⁶⁴ AESP. DOPS. *Ficha de Dom Jorge Marcos de Oliveira*, fl.11.

operário e a realidade brasileira em universidades, sindicatos, colégios e, inclusive, câmaras municipais mostram a aproximação deste dos movimentos populares. O incentivo dado ao jornal “Brasil Urgente”, é sinal da mudança das relações do bispo com as instituições⁶⁵. Se em 1955 suas ações demonstravam certa cautela para o diálogo sobre os problemas sociais, com o passar do tempo sua contribuição intelectual e pastoral é vista como desejo de mudança eclesial e social. As palavras de José de Souza Martins ilustram o chamado “catolicismo atuante” do primeiro bispo de Santo André.⁶⁶

Se a ação pastoral popular de Dom Jorge nos primeiros anos do bispado e dos poucos padres que lhe apoiavam, nos quais podemos destacar o padre Afonso e o Monsenhor José Benedito Antunes, caminhavam para uma presença social católica na região, a articulação da JOC caminhava para que os militantes católicos assumissem as diretorias dos sindicatos e de entidades locais.

Mesmo com o início de um novo relacionamento entre católicos e comunistas, a disputa em vista da liderança é marcada por embates. O ambiente da Guerra Fria e o receio da ascensão do comunismo faz com que esses ataques continuem até o Golpe de 1964.

O trabalho desenvolvido por Dom Jorge na diocese, principalmente depois do seu envolvimento com o proletariado, ajuda-nos a compreender o novo envolvimento da Igreja Católica com setores da sociedade, sendo a atividade desenvolvida por ele nos primeiros anos de ministério em Santo André o início dessa nova postura.

O próprio bispo, ao recordar a relação entre a hierarquia da Igreja com o operariado em seu texto “A Hierarquia e a Greve”, enfatiza que o apoio do episcopado “nos primeiros tempos da luta dos trabalhadores” é quase inexistente. Recorda somente do incentivo do Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, na época Arcebispo Metropolitano de São Paulo, às questões sociais⁶⁷.

Embora não apoie a participação de clérigos na vida política exercendo cargos públicos, Dom Jorge Marcos apresenta uma nova postura da instituição para com os problemas sociais e a vida política. Todo esse trabalho nasce do aprofundamento da doutrina social da Igreja, principalmente após a eleição do Papa João XXIII e sua preocupação com a questão social.

Não compete ao padre mirar um lugar na política, na defesa dos interesses de classe e dos interesses do povo aos homens que devem representá-los. Cabe ao padre ser pregador da Palavra de Deus, e ao pregador da Palavra de Deus só há uma recompensa, uma recompensa condicionada a deixar tudo

⁶⁵ ALMJ. Carta dirigida por Ruy do Espírito Santo, Dorian Jorge Freire e Fausto Figueira de Mello a Dom Jorge, 22 de outubro de 1963.

⁶⁶ AMOAG. . *News Seller*. Catolicismo atuante. 3 de abril de 1960, p. 11 [*volume News Seller*].

⁶⁷ ALMJ. *A Hierarquia e a greve*. s/d. (Anexos)

neste mundo: é a recompensa do céu! Costumo responder então que, humildemente, de fato, eu sou candidato, mas sou candidato a este céu que depressa se avizinha de nós! Sou candidato a um mundo melhor aqui na terra! Sou candidato a um Estado de São Paulo mais pacificado! Sou candidato a uma ordem social em que os homens não morram de fome na sarjeta de nossas ruas!... Sou candidato a ver um mundo melhor, um mundo dos homens que se amam e se respeitam no fundo dos olhos! Sou candidato ao mundo onde o trabalho represente a atividade normal e construtiva dos homens para o bem comum!⁶⁸

A presença da hierarquia na sociedade manifestava a força do carisma em vista da consolidação das estruturas de poder e na possibilidade da defesa dos interesses católicos nas esferas sociais. Quando se aproximava da classe pobre e da massa trabalhadora, via-se uma postura assistencialista ou de conformidade social.

Uma nova postura do catolicismo resultava numa nova compreensão da missão e da presença da Igreja na sociedade e, portanto, reforça uma nova concepção teológica e pastoral que, embora aproxime a religião da realidade, provoca uma ruptura com a posição de vários membros do clero, inclusive daqueles que trabalharam com ele na Ação Católica. De fato, a releitura da Doutrina Social, retomando e adaptando inclusive o magistério anterior ao Papa João XXIII, faz com que, no início da década de 1960, Dom Jorge seja uma das poucas vozes do episcopado brasileiro sobre os problemas nacionais, conforme as fontes nos apresentam.

A imprensa e os políticos também comentam a ação do bispo. No ABC, a imprensa, que era pequena e coordenada pelas classes detentoras do poder regional, manifesta tanto a aprovação como a repulsa aos posicionamentos da autoridade eclesiástica, denotando a pluralidade de concepções a cerca da presença da Igreja na sociedade: “Essa luta desarmada de Dom Jorge Marcos de Oliveira, em Santo André, é um modelo da vida episcopal do século XX, baseada na ação pela oração e pela imolação”.⁶⁹

Os políticos da região empreenderam um duro golpe ao trabalho pastoral do bispo na conscientização de seus diocesanos. Uma carta assinada pelos prefeitos Francisco Arnoni (Ribeirão Pires) e Élio Bernardi (Mauá) e apoiado por Oswaldo Gimenez (prefeito de Santo André), enviada ao Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi pede a remoção do bispo da diocese, taxando seu trabalho social como desordeiro. Esse texto teria sido captado por um

⁶⁸ ALMJ. *Discurso de Dom Jorge Marcos por ocasião da outorga do título de cidadão paulistano*. 26 de junho de 1961.

⁶⁹ ALMJ. LIMA, Alceu Amoroso. *A imolação episcopal*. (recorte sem data).

correspondente do jornal “O Estado de São Paulo” que publicou uma nota em 7 de dezembro de 1960⁷⁰.

A notícia ergueu uma série de protestos dos mais diversos setores da sociedade local e nacional. Os chefes do executivo da região desmentiram tal fato, indo ao encontro do bispo na Residência Episcopal. A imprensa nacional divulgou várias notas em apoio ao prelado pela sua atuação junto aos operários⁷¹. O correspondente do “Estado” foi demitido.

Longe de querer ser visto como protetor dos operários o bispo de Santo André, afirma que apoiava os operários por acreditar no direito de vida digna para todos, pois todo homem tem sua dignidade, que jamais deve ser alienada. Sua participação em greves fora do território diocesano também foi registrada. A famosa greve da fábrica de biscoito Aymoré, que durou 158 dias em 1960, contra a transferência de funcionários teve a participação decisiva do bispo⁷². Assim também aconteceu com a greve da Companhia Melhoramentos em 1960, com a participação de 1600 operários⁷³.

Vamos fazer uma greve cristã que seja tão sedutora para os operários quanto a mensagem dos comunistas. A greve tem que ser feita pelo respeito à dignidade humana, tão diferente da greve-revolta, da greve-ódio. A consciência é a coisa mais intocável que há. Não pode haver paz quando há compra de consciência.⁷⁴

Com o surgimento de um “novo sindicalismo” pela fundação da Frente Nacional do Trabalho em maio de 1960, numa assembleia com mais de mil trabalhadores de Perus,

⁷⁰ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Prefeitos Municipais pedem a saída do Bispo de Santo André, 7 de novembro de 1960.

⁷¹ Vários jornais manifestaram solidariedade ao bispo e publicaram a carta que os prefeitos redigiram desmentindo a atitude que solicitaria a transferência de Dom Jorge: ALMJ. *Última Hora*. Cruzada no ABC contra a remoção de Dom Jorge!, 8 de dezembro de 1960; ALMJ. *A Hora*. Afastamento do bispo Dom Jorge causa celeuma, 9 de dezembro de 1960; ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Desmentem os prefeitos o pedido de saída do bispo, 8 de dezembro de 1960; ALMJ. *Diário de São Paulo*. Prefeitos do ABC reafirmam apoio ao Bispo de Santo André, 8 de dezembro de 1960; ALMJ. *Diário da Noite*. Prefeitos do ABC reafirmam apoio ao Bispo de Santo André, 8 de dezembro de 1960. Governantes também se manifestam diante do acontecimento: ALMJ. *Última Hora*. Mensagens de apoio a Dom Jorge Marcos: Voto de louvor no Legislativo Santista, 9 de dezembro de 1960 e Deputados Federais dirigem-se ao Núncio Papal: Dom Jorge engrandece o clero e a fé cristã, 12 de dezembro de 1960.

⁷² FRENTE NACIONAL DO TRABALHO. *Cadernos de Formação: Vinte anos de luta: Fundação da FNT*. Março de 1980, pp. 22-38.

⁷³ FRENTE NACIONAL DO TRABALHO. *Cadernos de Formação: Vinte anos de luta...*, pp. 17-18.

⁷⁴ ALMJ. *Manuscrito de Dom Jorge Marcos sobre a importância das greves*.

Cajamar, Caieiras, São Paulo e Santo André, e a presença de Dom Jorge Marcos na comissão executiva, fica claro um movimento pela reforma na base industrial onde se valorize o proletário como aquele que produz progresso para todos. A frente seria uma resposta cristã para o setor sindical e uma para uma nova ideologia nos ambientes de trabalho

A FNT espera formar e estimular uma legítima renovação sindical não somente mudando homens como modificando concepções ideológicas errôneas “Procuramos realizar a doutrina cristã” diz o boletim de lançamento que acrescenta: “O movimento que ora lançamos já passou por seu primeiro teste, em prol do bem comum, quando os 1000 operários da Perus, numa greve que já durava 46 dias, em 1958, decidiram que aceitariam um aumento de salário menor do que o reivindicado, desde que o preço de cimento da empresa baixasse... A Frente Nacional do Trabalho, acentua, é uma associação civil, sem qualquer ligação político-partidária, para congregar todos os homens que vivem do seu trabalho, qualquer que seja sua profissão. O nosso movimento não é só de operários mas de todos aqueles que combatem os excessos do capitalismo e querem a promoção operária.⁷⁵”

Nas figuras eminentes de Dom Jorge e Mário Carvalho de Jesus, a Frente Nacional do Trabalho agirá com pioneirismo na greve de 8 anos da fábrica de cimento e cal Perus. A empresa pertencia ao grupo industrial de propriedade de João José Abdalla, que abrangia fábricas de tecidos, celulose, artefatos de ferro, máquinas de algodão, usina de açúcar, bancos, vilas operárias, fazendas de criação e agricultura, empresa de mineração, a estrada de ferro Perus-Pirapora, imóveis e uma hidrelétrica.

A greve foi iniciada em 14 de maio de 1962 com a participação de cinco fábricas do grupo Abdalla, num total de 3500 operários, destacando a atuação da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus. Protestavam por salários atrasados, exigindo a pontualidade do pagamento, verba para casa própria, prêmio coletivo de produção, taxa de insalubridade e cumprimento da lei no que se refere aos pagamentos de funcionários.

Das inúmeras intervenções de Abdalla decorreu a separação definitiva da FNT do Partido Comunista. Dom Jorge Marcos, por seus pronunciamentos a favor dos direitos dos operários, foi fortemente atacado por Abdalla, na época reeleito deputado federal pelo Partido

⁷⁵AMOAG. *Jornal de Santo André*. 28 de maio de 1960 (capa).

Social Democrático (PSD). Respondendo publicamente na imprensa contra as injúrias de Abdalla, Dom Jorge baseia-se nos documentos papais *Rerum Novarum* e *Mater et Magistra*⁷⁶. Cada vez mais Dom Jorge utiliza os meios de comunicação para divulgar suas opiniões e exigir das autoridades atitudes que beneficiem a população carente que sofre com as mais diversas injustiças. Um exemplo de tais manifestações é a resposta a uma carta de Dom Jorge que o Governador Carvalho Pinto publicou no Jornal Diário Popular em 1961⁷⁷.

Reconhecido pelos inúmeros trabalhos em prol de toda a massa trabalhadora, Dom Jorge Marcos recebeu o título de cidadão paulistano em 30 de novembro de 1961 na Câmara Municipal de São Paulo, com a presença de diversas autoridades do Estado e intelectuais. Discursou para o auditório sobre a surpresa da sua indicação ao título e sobre sua responsabilidade como cristão e bispo de promover a dignidade da pessoa humana, sendo aplaudido pela sua oratória e convicção para com sua missão⁷⁸.

O confronto entre os interesses dos empresários, políticos e trabalhadores refletem a fragilidade das instituições do país, cujo governo está desequilibrado entre o progresso econômico e o desenvolvimento integral da população e das regiões brasileiras. O discurso religioso foi utilizado tanto para a alienação como para a conscientização da população, fomentando posicionamentos em favor da transformação social ou de atitudes reacionárias.

1.5 – Concílio Vaticano II: a diocese e o bispo⁷⁹

Após da longa enfermidade e morte de Pio XII em outubro de 1958, foi eleito papa o patriarca de Veneza, Cardeal Angelo Giuseppe Roncalli, que escolheu o nome de João XXIII. Embora fosse bispo de uma importante igreja local, a figura do novo papa era desconhecida. Havia sido delegado apostólico na Bulgária e Istambul e núncio apostólico na França. Escolhido para Bispo de Roma aos 77 anos, seu pontificado era compreendido como “papado de transição” devido ao clima de incerteza sobre o sucessor ideal para seu antecessor. Em pouco

⁷⁶ Muitos textos remetem a situação conturbada da indústria e do país na época da luta pelas reformas de base. Sobre a Greve da Perus: ALMJ. *Jornal Ação Social*. Encarte completo sobre o tema e a doutrina social. 12 de agosto de 1962. A resposta de Dom Jorge ao deputado Abdalla: ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Resposta do Santo André ao deputado Abdalla, 14 de junho de 1962.

⁷⁷ ALMJ. *Diário Popular*. Carta do Governador ao Bispo de Santo André, 21 de janeiro de 1961.

⁷⁸ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Recebeu homenagem da edilidade o Bispo de Santo André. 1º de dezembro de 1961.

⁷⁹ Sobre as referências históricas e aspectos teológicos do Concílio consultar: LIBÂNIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 21-85 e SOUZA, Ney. Vaticano II, um ponto de chegada ou de partida? In *Religião e Cultura*. São Paulo: Paulinas-Educ, 2010, p. 47-59.

tempo, o novo papa apresentou “jovialidade” em suas ações e na preocupação no diálogo com o mundo contemporâneo.

Meses após a eleição do novo pontífice, o papa comunicou a decisão de um novo concílio em 25 de janeiro de 1959, após o encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, anunciando diretamente aos cardeais presentes e, por meio da Rádio Vaticano, aos fiéis. O novo concílio ecumênico fazia parte do projeto de pontificado do papa que estabelecia também um sínodo para a diocese de Roma e a reforma do Direito Canônico. Era a reforma da Igreja que estava sendo anunciada.

A notícia da realização do concílio foi recebida com surpresa e preocupação. Embora tenha se falado no pontificado de Pio XII a realização de um concílio para concluir os trabalhos do Concílio Vaticano I (1869-1870), adiado pela guerra franco-prussiana, não havia realmente um projeto para a reforma: a centralização dos organismos de governo da Igreja, totalmente controlada pela Cúria Romana, não viam a necessidade da realização da assembleia internacional poderia causar mais confusões do que vantagens

Era necessário dissipar as sombras que tornavam nebulosas a visão da Igreja para o mundo moderno que, desde o pontificado de Gregório XVI (1831-1846) e as decorrentes mudanças das sociedades europeias, não conseguia realizar uma aproximação propositiva entre os dois poderes. Somente ouvindo as “vozes da Igreja Católica” presentes no mundo através do episcopado uma nova postura da Igreja poderia se estabelecer.

Essa nova postura foi preconizada pelos movimentos que foram promovidos no final do século XIX e no início do século XX: bíblico, litúrgico, ecumênico, leigo, missionário, social e teológico. No entanto, a atmosfera desfavorável, representada ultimamente pela condenação de Pio XII a vários teólogos que aprofundavam temas fundamentais de teologia à luz da modernidade, são substituídas pela abertura ao diálogo, demonstrando gradativamente a renovação da teologia no que concerne à visão da Igreja sobre si mesma e sua missão no mundo.

O padre Ney de Souza descreve a atmosfera para a realização do concílio como a necessidade da renovação da Igreja Católica a partir da eleição de João XXIII que, olhando para a multiplicidade da instituição e seus problemas, vê no concílio a possibilidade de buscar soluções para os gigantescos problemas que assolavam a Igreja e a humanidade naquele momento.

Em várias ocasiões o papa explicou suas motivações de convocar um Concílio. Era necessário limpar uma atmosfera de mal-entendidos, de desconfiança e de inimizade, que durante séculos tinham obscurecido o diálogo entre a Igreja Católica e outras igrejas cristãs. A mais importante contribuição para a unidade e a tarefa essencial do Concílio estariam resumidas, segundo João XXIII, na palavra *aggiornamento*: “atualização” da Igreja na inserção no mundo moderno, onde o cristianismo deveria fazer-se presente e atuante. O ponto fundamental dos seus discursos estava no fato de explicar com clareza as falhas da Igreja e insistir na necessidade de profundas mudanças. Ao contrário de outros eclesiásticos do passado e do seu próprio tempo, não via nesse reconhecimento das limitações e lacunas da Igreja um sinal de fraqueza, mas sim de força.⁸⁰

O anúncio do concílio, que não foi convocado para dar continuidade ao Vaticano I, surpreendendo todas as expectativas a respeito do papa João e seu pontificado, demonstra a abertura do pontífice para que a Igreja falasse abertamente em vista da preparação do evento, embora o clima fosse dominado ainda pelo clero europeu, maciçamente italiano, e com muitas atitudes de retrocesso da ala conservadora do episcopado, o desejo do papa em internacionalizar a Igreja e dar a sua caminhada esse caráter de universalidade se demonstrava em pequenos atos.

Iniciado solenemente em 11 de outubro de 1962, após três anos de preparação, no discurso inaugural, o Papa João XXIII salienta a postura da Igreja em combater os erros do mundo moderno não renovando as condenações, mas utilizando o remédio da misericórdia.

Essa postura remete às diretrizes que gradativamente a Igreja vai tornando conhecida. Embora a renovação pastoral proposta pelo concílio ainda não seja plena em nossos dias, a mudança de ótica a respeito do mundo possibilita uma nova atitude para com os males sociais. Em vez do distanciamento, a capacidade de compreender, dialogar e possibilitar novos elementos para a reflexão dos problemas humanos devem reger a evangelização.

Com a morte de João XIII em 3 de junho de 1963, foi eleito papa o Cardeal Giovanni Battista Montini, arcebispo de Milão, que atribuiu a si o nome de Paulo VI. Como João XXIII realizou somente o primeiro período, Paulo VI decidiu pela continuidade do Concílio, realizando outros três períodos, das quais resultaram 16 documentos.

⁸⁰ SOUZA, Ney de. *Vaticano II: um ponto de chegada ou de partida?*, Apud. Religião e Cultura. São Paulo: Paulinas-Educ, p. 54.

A mudança da eclesiologia conciliar, compreendendo a Igreja não mais como sociedade perfeita mas como Povo de Deus, resultou numa articulação da Igreja num viés mais pastoral do que triunfalista.

O Concílio Vaticano II vai romper com uma eclesiologia jurídica que se firmou a partir de Gregório XVI, no século XI. Vai romper, assim, com a eclesiologia clássica da Igreja como *societas perfecta*. Podemos afirmar, sem engano que, após a definição do primado da Palavra de Deus como o primeiro eixo do Concílio, o segundo vem a ser o eixo da Igreja. Pode-se afirmar que todos os documentos do Concílio estão relacionados com a Igreja. Uns se referem à sua vida interna, outros às suas relações com as outras Igrejas cristãs, com as tradições religiosas não-cristãs, com os não crentes, com os meios de comunicação social e com o mundo moderno em toda a sua amplitude.⁸¹

Colocando a hierarquia a serviço de todo o corpo, o mistério da Igreja se compreende como serviço a toda humanidade para a salvação do mundo. Tanto a constituição dogmática sobre a Igreja, como a constituição pastoral sobre a Igreja e o mundo contemporâneo, articulam uma mudança necessária, a presença da Igreja na sociedade não pode se estabelecer somente no exercício do poder espiritual, mas no anúncio evangélico do Reino de Deus para a transformação da sociedade pela justiça e solidariedade.

Há um consenso de que a Constituição de que a constituição dogmática *Lumen Gentium* e a constituição pastoral *Gaudium et Spes* sejam o eixo do Concílio. Na primeira a Igreja procurou conhecer-se melhor, para renovar-se no espírito da sua origem e da sua missão. Se a Igreja pretende ter um futuro no terceiro milênio, faz-se necessário deixar sua paixão pela Idade Média, enraizar-se em sua origem cristã e concentrar suas tarefas no presente. Na segunda constituição, a Igreja apresenta-se no mundo expressando sua vontade de dialogar e contribuir para a construção de uma sociedade nova, baseada nos genuínos valores humanos e cristãos. É necessária uma religião de cunho transformador e libertador na vida concreta da humanidade, na sua existência social e no seu cotidiano.⁸²

⁸¹ CIPOLLINI, Pedro Carlos. *Eclesiologia latino-americana: uma Igreja da libertação pascal*, p. 74, Apud. SOUZA, Ney de (org.). *Temas de Teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007.

⁸² *Ibid*, p. 57.

Dom Jorge Marcos participou das quatro sessões do Concílio, apresentando três intervenções por escrito durante a quarta sessão, referindo-se ao esquema XIII sobre a Igreja no mundo contemporâneo, documento que é a base da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*⁸³. Embora não tenha enviado no período preparatório o voto, isto é, as sugestões para a preparação dos temas a serem discutidos na aula conciliar, o bispo levava consigo as dores dos seus diocesanos, maciçamente operários, a pobreza, a violência e a necessidade de tornar a Igreja mais próxima da realidade do povo.

Uma das primeiras mudanças ocorridas ainda no primeiro período do Concílio foi a vestimenta dos padres. Em junho de 1962, dada a permissão concedida aos padres franceses de usarem o terno eclesiástico para maior aproximação dos fiéis na evangelização, Dom Jorge incentivou aos padres franceses, segundo testemunha o Pe. José Mahon, a utilização do terno⁸⁴. Com as discussões na primeira sessão do concílio sobre o hábito eclesiástico, os padres da diocese foram autorizados a usar o clergyman com terno preto ou cinza, para estarem ao lado do povo. Essa possibilidade não foi a refutação do uso da batina tradicional, mas sim a possibilidade de ser uma presença diferenciada da Igreja em ambientes de hostilidade e distanciamento.

A discussão sobre o novo hábito eclesiástico rendeu ao bispo aprovações e contestações⁸⁵. A revista “O Cruzeiro” noticiou o fato com a matéria “O hábito não faz o monge”. Nela os cônegos Belisário Elias de Sousa e José Benedito Antunes são fotografados de terno, apresentando a possibilidade da Igreja estar mais próxima ao homem moderno inclusive na vestimenta. Cônego Belisário, professor no Seminário Maior de Aparecida, foi impedido de lecionar por chegar ao local com traje civil. Enquanto alguns apoiavam os avanços, outros criticavam tais resoluções.⁸⁶

No primeiro período do Vaticano II, em 18 de novembro, Dom Jorge sofreu seu primeiro enfarte. Com esse acontecimento, começa o agravamento da saúde do bispo. Dom Hélder Câmara escreveu sobre a doença, unindo-a à atuação do bispo no Concílio: “Infelizmente se

⁸³ AS IV/3, 181-87; AS IV/3, 314-19; AS IV/3 792-94.

⁸⁴ Entrevista com Pe. José Mahon em 11 de setembro de 2014.

⁸⁵ A utilização do clergyman foi motivo de carta circular reservada da Nunciatura Apostólica do Brasil em 10 de maio de 1963. Na diocese, dentre as contestações de padres, há o registro da carta dirigida a Dom Jorge pelo Frei Eduardo de Gramma em 12 de março de 1963: ACSA. *Carta reservada do Núncio Apostólico*. 10 de maio de 1963; ACSA. *Carta do Frei Eduardo de Gramma*. 12 de março de 1963. (Pasta Dom Jorge).

⁸⁶ ACSA. *O hábito não faz o monge*. *O Cruzeiro*, abril de 1963 (recorte).

confirma: D. Jorge com enfarte. Não duvido que ele se tenha oferecido pelo Concílio, enfim acredito que ele se restabeleça”⁸⁷

Os problemas ocorridos na diocese no período conciliar fizeram com que o bispo assumisse a postura de conciliação mesmo à distância. Devido a eleição municipal em Santo André, Dom Jorge escreveu uma carta ao prefeito de São Bernardo do Campo, Lauro Gomes de Almeida, pedindo a conciliação e a restauração da paz na cidade.

A reforma litúrgica aconteceu na diocese rapidamente. Mesmo sem a conclusão do concílio, a missa em vernáculo, voltada para a assembleia, começou a ser celebrada nas paróquias. As primeiras traduções foram incrementadas pelo bispo, possibilitando aos padres a celebração do novo ordinário da missa.

A presença do Sr. Bispo Diocesano, Dom Jorge, sempre dá brilhantismo às cerimônias da Semana Santa e às festividades do Santo Natal e de Fim de Ano. Suas cálidas palavras, plenas de sentido pastoral, trazem sempre normas claras e objetivas na orientação da vida cristã de todos. Aos domingos, Sua Excia., celebra às 9 horas na Catedral e a participação do povo é sempre crescente. Com a adoção da língua vernácula pela liturgia sentimos, com grande júbilo, crescer cada vez mais a participação do povo nas celebrações eucarísticas.⁸⁸

Duas cartas, escritas durante a viagem para a terceira sessão do concílio, remontam as expectativas e a influência do espírito conciliar na vida de dom Jorge. As mesmas foram escritas para as Irmãs Servas do Menino Jesus, responsáveis pela administração das casas da Associação Lar Menino Jesus, apresentando em seu conteúdo as expectativas por uma nova vida de Igreja, alicerçada nas virtudes teologais, exercendo o ministério da caridade⁸⁹.

Como sinal de compromisso às orientações dadas pelo concílio no que se refere ao ministério episcopal e o testemunho da Igreja a serviço dos pobres, foi redigido e assinado por um grupo de bispos, dentre eles Dom Jorge, o “Pacto das Catacumbas da Igreja Serva e Pobre” nas Catacumbas de Santa Domitila, em 16 de novembro de 1965. Esse texto, que dispõe como deverá ser regido o ministério do bispo em sua Igreja Particular caracteriza muitas decisões

⁸⁷ 38ª Circular de Dom Hélder à querida Família de São Joaquim, 19 de novembro de 1962, Apud. MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araújo. (org.). *Dom Hélder Câmara, Circulares conciliares*. Recife: Cepe, 2009, v.1, p. 110.

⁸⁸ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO CARMO – Santo André. *Livro Tombo Paroquial (1940-2011)*, fl. 85v.

⁸⁹ As imagens das cartas estão nos anexos desta dissertação.

que o bispo de Santo André tomará na condução da diocese a partir de 1965. Segundo o Pe. José Oscar Beozzo:

Do Brasil, participaram da celebração, Dom Antônio Fragoso de Crateús-CE, Dom Francisco Austregésilo Mesquita Filho de Afogados da Ingazeira-PE, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, arcebispo de Vitória-ES, o Pe. Luiz Gonzaga Fernandes, que estava para ser sagrado bispo auxiliar de Vitória, dias depois, lá mesmo em Roma, Dom Jorge Marcos de Oliveira de Santo André-SP, Dom Hélder Câmara, Dom Henrique Golland Trindade, OFM, arcebispo de Botucatu-SP, Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba-PB⁹⁰.

Já em 1970, em uma entrevista a uma revista regional, Dom Jorge deixa marcada sua impressão do Vaticano II com uma era da renovação eclesial, possibilitando uma aproximação da instituição com a sociedade pela renovação da concepção de si mesma.

A oração para nós cristãos está colocada como uma fonte de energia que ampara com a graça divina, o nosso trabalho. Ela é indispensável em sua maior intensidade, à vida da Igreja... Quanto mais o sábio se aprofunda na ciência, tanto mais se aproxima de Deus. Quanto mais o homem se aproxima do Homem e o ama, mais e mais se aproxima do Criador [...] O que desejamos, porém é que o padre, o estudante de seminário, o religioso imponham respeito não pelo hábito ou pela sotaina, mas por sua maneira de viver, por seus hábitos de vida... O grande resultado do Concílio foi a maior aproximação do homem consagrado ao apostolado, retido, antes, em maiores limitações, do Povo de Deus, do qual ele também faz parte⁹¹.

Esse ambiente de renovação, que irá marcar profundamente o bispo em sua vida pessoal e pastoral, será vivido numa atitude de confronto com as instituições sociais, principalmente após o golpe de 1964, quando a diocese, desde o início da ditadura, colocar-se-á na defesa dos Direitos Humanos, ao lado dos estudantes e trabalhadores perseguidos.

Conclusão

A elaboração do primeiro capítulo dessa dissertação busca apresentar a mudança de paradigma da Igreja da neocristandade, principalmente nas relações entre poder temporal e

⁹⁰ BEOZZO, José Oscar. *Nota sobre os participantes da celebração do Pacto das Catacumbas – Catacumbas de Santa Domitila – Roma – 16 de novembro de 1965*. 26 de junho de 2009. Disponível em www.ccpug.puc-rio.br/nucleodememoria/dhc/textos/beozzocatacumbas.pdf. Acesso em 04 de novembro de 2010.

⁹¹ ALMJ. Dom Jorge numa entrevista em 1970 (Cópia). Revista desconhecida.

poder espiritual e a mudança de paradigmas promovida gradativamente por Dom Jorge Marcos de Oliveira, com a colaboração de um grupo de padres e leigos e a articulação do trabalho da Ação Católica. O Concílio Vaticano II foi o grande eixo que possibilitou a renovação da Igreja e uma nova reflexão das relações desta com o mundo contemporâneo.

Essa transição da concepção da Igreja possibilita-nos compreender o caminho que foi realizado nos primeiros anos da diocese do ABC, sua articulação interna e os futuros posicionamentos que ela assumirá, principalmente diante dos acontecimentos decorrentes da ditadura militar, objeto de estudo do segundo capítulo desse texto.

Capítulo II

O golpe civil-militar, o catolicismo e a perseguição (1964-1975)

O segundo capítulo do texto apresentará sobre as relações entre catolicismo e militarismo no ABC Paulista durante o bispado de Dom Jorge Marcos de Oliveira. Os primeiros dez anos de caminhada da Igreja local deu início à formação de uma pastoral social ligada aos trabalhadores, menores e juventude.

Os dez primeiros anos de Regime Militar serão de grandes contestações sobre qual posição a Igreja deveria tomar diante dos acontecimentos. Como aconteceu em outros momentos, a relação entre Igreja e Sociedade é marcada por aproximações e rupturas. O cenário político, conturbado desde o fim do Estado Novo (1937-1945), com a instauração da ditadura apresenta um desequilíbrio na compreensão de autoridade e poder. O cerceamento da liberdade de expressão e manifestação das instituições sociais, juntamente com a preocupação de diversos bispos com a situação nacional faz com que Igrejas Particulares tomem posições de defesa aos direitos fundamentais da população.

Na diocese de Santo André, o bispo diocesano e membros do presbitério assumem uma pastoral social em vista da reconquista da democracia e dos direitos dos trabalhadores, uma vez que a população local é marcadamente operária. Tudo isso se deve também ao ambiente de renovação da Igreja no espírito do Concílio Vaticano II, que abre a possibilidade de diálogo com o mundo contemporâneo. No decorrer do texto veremos as tensões existentes entre os modelos eclesiológicos e pastorais, assim como das relações entre fé e política.

2.1- Antecedentes políticos ao golpe: nacionalismo, populismo e projeto de reformas

Para refletirmos sobre o golpe civil-militar de 1964, faz-se necessária uma reflexão sobre o Brasil e a América Latina pós Segunda Guerra Mundial, onde assistimos o início da crise do modelo nacional-estatista, esboçado no chamado Terceiro Mundo, desde o final do século

XIX⁹². Com a vitória dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra e sua presença em nossos territórios deu origem a novas plataformas político-sociais. Segundo Daniel Aarão Reis,

A presença dos Estados Unidos, reforçada pela vitória na Segunda Guerra Mundial e pelo enfraquecimento ou inexistência de rivais, contribuiu para um realinhamento de interesses e de alianças. Nesse quadro, os projetos autonomistas entraram em crise. No Brasil, na conjuntura de 1945, houve a queda de Getúlio Vargas e a eleição de Eurico Gaspar Dutra, evidenciando-se um movimento favorável ao estreitamento das relações com os Estados Unidos à custa da ditadura do Estado Novo. A evolução incluiria uma notável reviravolta de altos chefes militares, que, havia pouco, não escondiam simpatias pelas ditaduras corporativistas ou mesmo pelo fascismo.⁹³

O modelo nacional-estatista no Brasil teve sua origem na política do Estado Novo (1937-1945). Num modelo de governo ditatorial, Getúlio Vargas estabelece uma política de integração nacional, sustentada pela mídia governamental. Nas relações internacionais, o Estado Novo fez o possível para afirmar a soberania e os interesses nacionais, mesmo com as posições tumultuadas quando, por pressão norte-americana, o Brasil enviou uma Força Expedicionária aos campos de batalha da Itália durante a Segunda Guerra, já no segundo semestre de 1944. A cultura nacional-estatista articulada por Vargas traz características importantes para compreender os anos subsequentes, principalmente os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, que expressam bem o movimento democrático da República fundada pela Constituição de 1946, embora haja mesclas entre as heranças do Estado Novo e o regime liberal⁹⁴.

A análise da cultura nacional-estatista em sua gênese, por meio dos discursos de seu líder, Getúlio Vargas, evidencia alguns dispositivos estratégicos, entre os quais são relevantes: a) um Estado centralizado e integrador, ao qual se subordinam todas as “particularidades egoísticas” – a ideia é registrada como marca registrada de uma “nova era”; b) um ideário nacionalista, unificador; c) o esteio das Forças Armadas – Getúlio é um líder civil, mas o poder é exercido com base no e sob supervisão do Exército (coadjuvado pela Marinha); d)

⁹² REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 18-22

⁹³ *Ibid*, p. 22-23.

⁹⁴ *Ibid*, p. 19.

amplas alianças sociais, incluindo-se os trabalhadores urbanos e rurais, sempre sob vigilância e tutela; e) concepções de modernização e industrialização em nome dos quais todos os sacrifícios são demandados; f) uma política externa de afirmação nacional.⁹⁵

O governo Kubitschek (PSD) é herdeiro do estilo varguista sob muitos aspectos⁹⁶. No seu estilo de desenvolvimento, rompeu com o modelo nacional-estatista, por abrir-se demais ao capital internacional. Nesse sentido, entendemos os antecedentes do golpe de 1964 com a presença dos Estados Unidos, que resiste à Revolução Cubana e a República Popular da China, sob a tutela do bloco soviético. O governo brasileiro vive um hibridismo, fazendo com que, entre 1959 e 1960, os movimentos grevistas revelassem o descrédito do governo entre as camadas populares e o desgaste da figura do presidente da República. A crise econômica, a corrupção e a diferença de interesses entre as camadas da população desejavam uma fase de mudança política.

Jânio Quadros (UDN) foi o candidato que representou de maneira mais abrangente o anseio de mudança. Eleito presidente da República com 5.636.623 votos, teve como vice-presidente o candidato da oposição, João Goulart (PTB), herdeiro político de Vargas. Com projetos diferentes, o novo mandato presidencial, iniciado no fim de janeiro de 1961, teve em seu início o discurso de mudança.

Ao assumir a presidência da República tinha a seu lado, como vice-presidente João Goulart, eleito autonomamente pela legenda do PTB. Era paradoxal o sistema eleitoral àquela época, pois propiciava uma composição antagônica do governo. Ao longo da trajetória política de Jânio Quadros, embora militando em partidos opostos, teria havido de fato similitude ideológica com João Goulart, no que dizia respeito as teses nacionalistas. Naquelas circunstâncias, entretanto, quando subiram a rampa do Palácio do Planalto, já havia um fosso entre ambos⁹⁷.

Porém o desgaste político do governo logo se apresenta pelas faltas de organização econômica, de habilidade com os partidos políticos da base aliada e de oposição e pela falta

⁹⁵ REIS, Daniel Aarão. *A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista*, in REIS, Daniel Aarão et al. (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 18.

⁹⁶ O episódio da eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart foi muito bem desenvolvido na obra de Almino Affonso. AFFONSO, Almino. *1964 na visão do ministro do Trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2014, p. 55-86.

⁹⁷ *Ibid*, p. 98.

de coesão entre os poderes da república⁹⁸. Segundo Almino Afonso, “o caráter autoritário do governo Jânio Quadros revelava-se a cada instante, quebrando a normalidade da prática democrática”⁹⁹. Depois de várias nuances no estilo de governar, Jânio Quadros renuncia na tarde de 25 de agosto de 1961, sete meses após sua posse. A carta de renúncia apresenta a posição do presidente renunciante, que abre mão do ofício que assumiu democraticamente, em benefício do próprio país, uma vez que, segundo ele, não conseguiria realizar as reformas pretendidas.

Fui vencido pela reação e, assim deixo o Governo. Nestes sete meses, cumpri meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções nem rancores. Mas, baldaram-me os meus esforços para conduzir esta Nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a quem tem direito seu generoso Povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive, do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim, e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, e indispensáveis ao exercício de minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública. Encerro assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes e para os operários, para a grande família do país, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim, não falta a coragem da renúncia. Saio com um agradecimento e com um apelo. O agradecimento é aos companheiros que, comigo, lutaram e me sustentaram, dentro e fora do governo, e deforma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo, nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do conagraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos; de todos para cada um. Somente, assim, seremos dignos da nossa herança e de nossa predestinação cristã. Retorno, agora, a meu trabalho de advogado e professor. Trabalhem, todos. Há muitas formas de servir nossa Pátria. Brasília, 25.08.61 Jânio Quadros.¹⁰⁰

Estando o vice-presidente João Goulart regressando de uma visita oficial à República Popular da China, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli tomou posse como

⁹⁸ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 25-30.

⁹⁹ AFFONSO, Almino. *Op. cit.*, p. 106.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 115.

presidente interino, que em ofício apresenta a tentativa de golpe das Forças Armadas em benefício do próprio Jânio Quadros¹⁰¹:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, na apreciação da atual situação criada pela renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente João Belchior Marques Goulart. Brasília, 28 de agosto de 1961. Ranieri Mazzilli.¹⁰²

Segue-se, após o episódio da renúncia de Jânio, a crise pela legalidade, onde setores das Forças Armadas e da sociedade contestam a posse Jango como perigo à democracia.

O Marechal Odylio Denys, ministro da Guerra na época da renúncia de Jânio Quadros, juntamente com o Ministro da Marinha o Vice-Almirante Sylvio Heck e o Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grün Moss, Ministro da Aeronáutica, apresentaram publicamente uma declaração, tendo a firme decisão de impedir a posse de Goulart, inclusive ameaçando-o de prisão imediata, caso regressasse ao Brasil. O teor do texto evoca os valores sociais, democráticos e cristãos do país, apresentando João Goulart como impasse ao desenvolvimento nacional.

O embate para que Jango não assumira o ofício de presidente da República advém da grande crise política que nascera, principalmente, no último governo de Getúlio Vargas, no qual Goulart era Ministro do Trabalho:

[...] Já ao tempo que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o sr. João Goulart demonstrara, às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo a agitação sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo dos reais interesses das classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chaves de sua administração, bem como organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.¹⁰³

Verificava-se na atuação dele como Vice-Presidente da República, nos dois governos em que exerceu o ofício, a abertura para ideais que, segundo seus opositores, eram comunistas:

¹⁰¹ Segundo Almino Affonso era objetivo de Jânio Quadros apresentar sua renúncia para que, em meio a manifestações populares, ele pudesse retornar ao poder, com o apoio das Forças Armadas, num regime ditatorial, para realizar reformas que nunca foram claras. (Ibid, p. 111-115).

¹⁰² Ibid, p. 139.

¹⁰³ Ibid, p. 142.

[...] No cargo de Vice-Presidente, sabido que é usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito de comunas populares.¹⁰⁴

Havia, influenciando tais afirmações, a refutação do estatismo que vários países dos chamados Segundo e Terceiro Mundo haviam assumido como política de Estado:

Ora, no quadro de grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo em nossos dias, com a comprovada intenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil.¹⁰⁵

Os militares fazem uma análise da situação social e política do país, apresentando suas justificativas para que João Goulart não seja empossado Presidente da República:

[...] País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes, em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social, com tantos e tão urgentes problemas para a recuperação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos – não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo estiverem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.¹⁰⁶

As Forças Armadas, representadas pelos seus ministros, apresenta sua visão da realidade em crise, apelando para os valores tradicionais da sociedade:

[...] Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador, de agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.¹⁰⁷

¹⁰⁴ Ibid, p. 142.

¹⁰⁵ Ibid. p. 142.

¹⁰⁶ Ibid. p. 142-143.

¹⁰⁷ Ibid. p. 143.

Apresentam-se os problemas que poderiam surgir no país comandado por João Goulart:

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da Nação, o sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido em outros países em simples milícias comunistas.¹⁰⁸

Por fim, justificam-se diante das críticas daqueles que defendem a posse de Goulart, cumprindo-se assim a Constituição Federal e, em nome da ordem pública, pede o acatamento da população:

Arrostamos, pois, o vendaval, já esperado, das intrigas e das acusações mais despidoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro. As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.¹⁰⁹

Essa crise desencadeou a luta pela legalidade, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Segundo Daniel Aarão Reis,

No entanto, ao contrário do que imaginavam os chefes militares, organizou-se um movimento de resistência à quebra da legalidade constitucional liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, logo apoiado pelo general Machado Lopes, comandante do III Exército, o mais poderoso do país, sediado no Rio Grande do Sul. Formou-se uma rede de rádios – *a cadeia da legalidade* – que passou a incentivar, em todo o país, a mobilização civil e a desagregação do dispositivo militar golpista.¹¹⁰

As fortes tensões entre os grupos que defendiam ou vetavam a posse de João Goulart revelam a forte crise política e institucional que desafiavam os rumos do Brasil desde a grande crise de 1954. Uma resolução para a crise pós-renúncia, que não dissolverá plenamente a crise, foi o estabelecimento do regime parlamentarista.

¹⁰⁸ Ibid. p. 143.

¹⁰⁹ Ibid. p. 143.

¹¹⁰ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 31.

Almino Affonso descreve esse momento delicado em detalhes¹¹¹, mostrando as tensões que existiam na política nacional, tanto na base aliada ao governo como na oposição. O sistema parlamentarista, embora não fosse a solução real, segundo ele, foi aceita por muitos pares por garantir uma “situação democrática”. A carta que ele enviou a João Goulart, após a aprovação do Congresso Nacional sobre a Emenda Parlamentarista, revela a tensão do novo regime de governo¹¹².

Havia ainda episódios como o da Operação Mosquito, onde alguns oficiais da Força Aérea Brasileira pretendiam interceptar e abater o avião no qual viajavam João Goulart e dezenas de lideranças políticas e jornalísticas¹¹³. Por fim, João Goulart toma posse como presidente, com o poder de Chefe de Estado, em 7 de setembro de 1961, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves.

O golpe branco triunfara. Sem um tiro, de lado a lado, João Goulart fora impedido de assumir a presidência da República na plenitude do regime presidencialista. Em seu discurso, já então no sistema parlamentarista, embora marcado pelo espírito conciliatório, o presidente Goulart deixara claro que confiava em que o povo seria chamado a decidir o Ato Adicional que o golpe branco por fim, instituiria. Não era uma aceitação política definitiva, mas uma transigência em nome da pacificação nacional que a todos interessava¹¹⁴.

¹¹¹ AFFONSO, A. *Op. cit.*, p. 148-156.

¹¹² “Brasília, 2 de setembro de 1961. Presidente: Ontem a Câmara Federal deliberou aceitar a Emenda Parlamentarista, por 234 votos a favor e 59 contra. Liderei intransigentemente contra a Emenda. As razões de minha atitude o senhor as tem na minha carta do dia 30 de agosto, que não chegou a ser enviada porque o avião que conduziu o dr. Tancredo Neves não esperou alguns minutos mais, a fim de que o deputado Wilson Fadul, em nosso nome, levasse o relato da situação. Tentei o tempo todo comunicar-me com o senhor em Montevideú; não foi possível. Suponho que era proposital. Procurei dar minha impressão ao governador Leonel Brizola; também o telefone não me auxiliou. Escrevi-lhe uma carta (ao Brizola) à semelhança de que lhe quis mandar no dia 30.08 e que, por fim, hoje lhe envio para que conheça como agi antes que os fatos se consumassem. Também não sei se minha carta ao Brizola chegou-lhe às mãos. Sua palavra de aquiescência, presidente, ao dr. Tancredo Neves, ao senador Juscelino Kubitschek, ao senador Moura Andrade, ao senador Afonso Arinos, ao deputado San Tiago Dantas, e até ao deputado Gabriel Hermes... decidi a questão. Até companheiros do PTB votaram a favor da Emenda, alguns porque são parlamentaristas mesmo, o mais porque atendiam a sua recomendação. Mesmo assim a bancada, à base de minha sustentação, deliberou contra a Emenda, por 30 votos contra 19. Mas não foi possível “fechar a questão”, porque os 19 se sentiam moralmente autorizados por sua palavra, através dos cidadãos a que me referi. Em plenário, a luta se travou até onde foi possível, até as 6 horas da manhã de hoje. Fomos derrotados, mas lutando. O que me dói é a certeza de que podíamos haver vencido inteiramente: a opinião do povo estava conosco. Bastava um silêncio seu. O tema que o Fadul lhe proporá escapa à minha área de opinião. Ela é apenas sua. Cordial abraço, Almino Affonso” (AFFONSO, Almino. *Op. cit.*, p. 157).

¹¹³ *Ibid.* p. 158-161.

¹¹⁴ *Ibid.* p. 162.

O regime parlamentarista, que vigorou até o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, teve, entre momentos de desgastes e rearticulações, além de Tancredo Neves, teve como primeiros-ministros Auro Soares de Moura Andrade, Brochado da Rocha e Hermes Lima¹¹⁵.

Com o resultado do plebiscito e o restabelecimento do presidencialismo, João Goulart assume a presidência da República em 24 de janeiro de 1963.

Ao assumir a presidência, João Goulart, conforme afirma Daniel Aarão Reis, restabelece o modelo varguista de governo, enfatizando o nacionalismo estatista. O país vive uma crise econômica e em várias instituições, necessitando de urgentes reformas para a recuperação da força econômica a atender novas demandas públicas. As chamadas reformas de base são o discurso que coloca o governo como reformista. No entanto, o nacional-estatismo é entendido por muitos setores da sociedade, empresários, banqueiros, classe média e grupos católicos, como influência comunista.

As posições norte-americanas também reforçam essa concepção, principalmente após a retomada de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética. O governo João Goulart procura realizar uma política externa independente, justificando-se na integração cultural e no desenvolvimento comercial, objetivos nem sempre compreendidos pelos Estados Unidos, que vivia uma crise intensa com Cuba após a Revolução. A influência do capital estrangeiro aumentava a dependência do Brasil na política de desenvolvimento.

As reformas de base apresentaram a necessidade do aprofundamento da consciência democrática do país. Com a industrialização, seja através do estatismo ou do capital estrangeiro, o Brasil passa por grandes transformações, urgindo assim reformas nas estruturas democráticas. Embora muitos direitos e reformas fossem previstas pela Constituição Federal de 1946, e grupos populares apoiassem as reformas, a resistência era salvaguardada pela acusação de comunismo e o perigo de ditadura proletária.

O discurso democrático permeava as ideologias dos grupos conservadores e progressistas. Temas de relevância como a reforma agrária, a reforma eleitoral, os direitos trabalhistas, a autonomia das indústrias petrolífera e de energia, geram embates políticos e sociais que impediram o desenvolvimento das ações. A constante influência das Forças Armadas, que em discurso defendem a constituição e o governo democrático, reforça a incerteza de que as reformas de base são realmente democráticas e para o bem da nação. O discurso anticomunista associa o projeto do governo com o perigo da instauração do comunismo no

¹¹⁵ Ibid. p. 185-238.

Brasil. As bases do golpe civil-militar se encontram nesta crise nacional e de relações institucionais.

2.2- A Igreja do ABC e as Reformas de Base

O projeto das reformas de base proposto pelo governo João Goulart representou uma rearticulação da vida política e econômica do Brasil. A região metropolitana de São Paulo, onde está o ABC, passa por grande desenvolvimento industrial principalmente na década de 1950, gerando novas demandas sociais. O aumento da população, os problemas trabalhistas como organização sindical e os direitos da classe trabalhadora, colocam a região na vanguarda do cenário político das reformas defendidas pelo presidente da República.

Com a criação da diocese e a chegada de Dom Jorge Marcos, como vimos no primeiro capítulo deste texto, percebe-se a preocupação do catolicismo em aproximar-se da população. Há inúmeros motivos que justificam essa necessidade no início dos trabalhos: a falta de estruturas religiosas, a presença da ideologia comunista, a política paternalista dos governos municipais. No entanto, a vida eclesial passa a ver e julgar a sociedade a partir das novas experiências que a pastoral realizará com a população.

Os primeiros anos da diocese foram no mesmo período da instabilidade política do governo federal. A Igreja Católica, ainda numa atitude de viés paternalista, procura organizar suas bases num diálogo com a sociedade em benefício dos menores carentes. Criada a Associação Lar Menino Jesus, primeiramente com uma casa para meninas, a ação social da diocese visa uma política de formação e recuperação da criança, principalmente daquelas que são vítimas da exploração e do abandono de seus responsáveis.

No movimento operário, o contato acontece com a Ação Católica, principalmente da Juventude Operária Católica, que precisa aproximar a nova geração de trabalhadores do ambiente religioso. Porém, com o início da participação nos movimentos grevistas, principalmente na cidade de Santo André, passa-se a perceber a necessidade de uma presença eclesial em defesa dos direitos fundamentais para que haja uma harmonia entre capital e trabalho. Surge disso uma nova concepção da missão da Igreja Católica entre os trabalhadores e em benefício de sua classe.

Dom Jorge Marcos, em sua entrevista a Heloísa Martins, ressalta as necessidades da região e a organização do trabalho da diocese entre a classe trabalhadora, conforme foi apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. Se num primeiro momento a atitude era paternalista, conforme afirmou Antônio de Almeida, o trabalho entre os operários possibilitou uma nova concepção da vida da Igreja local.

Ao assumirem a defesa dos trabalhadores, sintomaticamente, tanto Dom Jorge quanto os demais padres progressistas que atuavam ao seu lado na região atraíram simultaneamente as críticas dos empresários, que qualificavam suas ações como intromissão perigosa e indevida, e de setores da própria Igreja que eram radicalmente contra esse envolvimento do clero com a luta dos trabalhadores, chamando atenção principalmente para o fato de que “os sindicatos em geral estavam entregues aos comunistas”. Em contrapartida, eles ganharam a confiança dos trabalhadores e passaram a ser olhados com simpatia até mesmo pelos tradicionais setores de esquerda.¹¹⁶

Essa nova concepção tem sua base na Doutrina Social da Igreja, principalmente nas encíclicas sociais, e no movimento de renovação do Concílio Vaticano II. Já no discurso inaugural do Concílio, João XXIII, apresenta a necessidade da renovação da postura da Igreja ante a sociedade. Podemos afirmar que a Igreja do ABC, ainda que em pequenas atitudes, transparece, antes do próprio Concílio na necessidade de um diálogo construtivo com a sociedade, dando sua contribuição para a prática da justiça.¹¹⁷

Tal postura, antes de ser assumida pelo clero local ou pelo laicato, nasce das posturas do próprio bispo local. Dada a sua formação acadêmica e religiosa, Dom Jorge Marcos tem como preocupação que o catolicismo ajude no desenvolvimento integral da localidade e sua população. Sua concepção de pastoral tem um enfoque social, desenvolvido sob três aspectos: a falta de formação da população, principalmente os migrantes, o abandono dos menores e a violência contra os movimentos reivindicatórios. O próprio bispo afirma em entrevista para Heloísa Martins:

Vindo para Santo André eu encontrei três coisas logo de início, que me chamaram demasiadamente a atenção, deixando a igreja de lado: a primeira era a multidão avassaladora e inteiramente despreparada que chegava do Nordeste, de Minas e do sul do Estado do Rio [...] A segunda era o abandono das crianças, na época chamada de menores. Uma mulher que ficava aí, com 6, 8 filhos ou 3, 4 filhos, uma mulher que as vezes era obrigada para sobreviver a deixar que a filha levasse assim mais publicamente

¹¹⁶ ALMEIDA, Antônio de. *Op. cit.*, p.134.

¹¹⁷ *Ibid*, p. 135-136.

a vida que ela tinha levado com seu homem. Então era o início assim da prostituição da criança, da menina. E várias vezes, eu tinha assistido a inauguração da comarca, vinha o juiz auxiliar para cá, várias vezes eu era chamado para ver se socorria uma menina encontrada assim nesta situação [...] O terceiro caso era a violência com que qualquer movimento de reivindicação era tratado pela polícia sob o título de movimento comunista. Então, uma greve era um movimento comunista.¹¹⁸

Dado o ambiente de formação das próprias estruturas diocesanas, a ação da Igreja de Santo André, em vista da sua própria constituição segue o influxo da estruturação das cidades da região, uma vez que as mesmas passam entre os anos de 1950 e 1960 por grandes transformações. A situação sócio-política do Brasil influenciou diretamente na situação do Grande ABC, o que impulsionou as atitudes de Dom Jorge Marcos e a repercussão de sua pastoral em todo o país.

O anseio pelas reformas necessárias para o desenvolvimento do país foi assumido na pastoral do bispo e de seus padres, sendo que muitos presbíteros se integraram ao clero diocesano dado o movimento social que a Igreja realizava. Com a participação nos movimentos grevistas e no pronunciamento de conferências, percebemos a consciência de Dom Jorge sobre a situação nacional, mas também a concepção eclesiológica que o mesmo tinha e que refletia em seus posicionamentos e ações.

A intensa participação da Igreja em movimentos sociais também revela que, nos diversos momentos da história eclesial no Brasil, houve momentos de aproximação e distanciamento. Utilizamos estes dois termos para explicitar que a Igreja, situada na história, não consegue abster-se da realidade social. Nessa perspectiva, apresentamos a atuação da diocese de Santo André em vista das propostas das reformas de base.

O apelo às reformas nasce da Doutrina Social da Igreja defendida e aplicada na pastoral diocesana. Em união com Frei Carlos Josaphat, dominicano, Dom Jorge incentiva o *Jornal Brasil Urgente*, memória do engajamento católico entre 1963 e 1964. Procurou a imprensa regional e nacional para expressar a opinião da Igreja do ABC. Um dos textos que torna explícita a preocupação do bispo sobre a realidade nacional na época do regime parlamentarista é a sua mensagem sobre a necessidade da reforma eleitoral.¹¹⁹

¹¹⁸ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. *Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira* (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 19.

¹¹⁹ O texto encontra-se nos anexos desta dissertação.

A reforma agrária, defendida pelo governo João Goulart, embora não fosse compreendida por setores da própria Igreja Católica, era defendida por Dom Jorge Marcos como justa reivindicação dos trabalhadores do campo.

As conferências pronunciadas por Dom Jorge Marcos revelam sua lucidez sobre o momento político nacional, mas também sua preocupação de aproximar a Igreja da sociedade. Percebe-se neste diálogo uma compreensão nova da própria pastoral.

2.3- O golpe e seus desdobramentos: diálogo, resistência e conflito

O golpe civil-militar de 1964 tem sua origem na articulação de diversos grupos sociais. Sob o título de “Revolução”, os articuladores e apoiadores do golpe argumentavam a defesa da democracia brasileira e das instituições tradicionais da nossa sociedade. Hannah Arendt, em sua obra *Sobre a Revolução*, trabalha o conceito de revolução como a ideia de que o curso da história de repente se inicia de novo, de que está para se desenrolar uma história totalmente nova.¹²⁰

Esse argumento de Arendt está ligado ao enorme papel que a questão social desempenha em todas as revoluções.¹²¹ No caso do golpe civil-militar de 1964, a corrupção nas instituições governamentais e o receio da implantação do comunismo no país foram as primeiras justificativas para a tomada de poder e a instauração do governo militar.

No ABC Paulista, o golpe civil-militar teve sua repercussão numa Marcha da Família realizada no dia 26 de abril de 1964, saindo da Praça do Carmo, onde está localizada a Igreja Catedral, como sinal da reprovação ao trabalho de vanguarda do bispo. O próprio Dom Jorge diz a Heloísa Martins:

Aqui ela foi feita contra mim. Porque justamente, naquele dia, pessoas minhas amigas a quem no domingo eu tinha dado a comunhão, passando na frente da minha casa, de terço na mão, rezando contra os corruptos, mas sobretudo contra os subversivos, que tinham invadido a Igreja.¹²²

¹²⁰ ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 56.

¹²¹ Ibid. p. 48-49.

¹²² ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. *Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira* (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 58.

O início do regime militar foi visto como caminho para a verdadeira democracia para a Igreja e a sociedade. Os bispos do Regional Sul 1 da CNBB publicaram o Manifesto do Episcopado Paulista, que manifesta o receio pelo comunismo no Brasil e viam na chamada “Revolução” uma possibilidade da “redenção” do Brasil. Segundo Paulo César Gomes:

Se inicialmente a CNBB havia apoiado as políticas reformistas de Goulart, logo que os movimentos sociais começaram a se avolumar, a entidade passou a temer a desordem social e a adotar oposições claramente conservadoras. Para grande parte do episcopado, uma insurreição comunista se anunciava. Assim, a grande marcha que ocorreu no Rio de Janeiro após o golpe “revestiu-se de caráter oficial enquanto comemoração da intervenção militar”. A Igreja via o comunismo como um “materialismo ateu” que ameaçava a doutrina católica, portanto, “não gratuitamente, logo depois da virada do golpe militar, [...] abençoaria, com sua autoridade, os vitoriosos. Entretanto, o apoio do episcopado não foi unívoco. De fato, havia figuras importantes da hierarquia católica que apoiavam as marchas, como o cardeal Dom Jaime Câmara. Outros religiosos se opuseram a essas informações, como foi o caso do núncio apostólico, Armando Lombardi, que, por meio de suas críticas, fez com que a Igreja se desvinculasse oficialmente do movimento. Dom Carlos Carmelo Motta tentou, sem sucesso, desencorajar as marchas em São Paulo.¹²³

O governo dos generais surgira com a promessa de reformas para o desenvolvimento e a consolidação da democracia brasileira. No entanto, as primeiras medidas feitas pelo novo regime consistiam restringir os poderes do Congresso Nacional e suprimir a participação da população na forma de governar. Em 1966, respondendo ao questionário enviado pela revista “Civilização Brasileira”, Dom Jorge Marcos se expressa:

Não é possível considerar-se democrático um regime que não assegure os direitos básicos do Homem. Podemos reconhecer, nele, um esforço para parecer democrático. Não creio que nele possamos encontrar um esforço para ser democrático. Para democracia verdadeira, não basta haver um Congresso, é necessário que haja um Congresso Autônomo. Não basta “autonomia de direito, mas ela deve ser também, de fato”, sem pressões, sem ameaças de cassações, etc.¹²⁴

¹²³ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 42.

¹²⁴ ACSA. *Questionário proposto pela Revista Civilização Brasileira a personalidades da vida pública nacional respondido por Dom Jorge Marcos de Oliveira*. Maio de 1966, p.49.

Inúmeras crises atingiram setores sociais. No caso do ABC Paulista uma marca do novo regime foi a do desemprego que atingia cerca de 40% da classe operária, criando uma grande instabilidade na vida do povo. A respeito disso foi lançado um manifesto pela Ação Católica Operária da Diocese em 9 de maio de 1965¹²⁵, apelando a necessidade de superação do sofrimento dos operários, que sem ter empregos dignos são cerceados de seus direitos básicos e entregues à miséria.

A base de toda a reflexão do texto está na Doutrina Social da Igreja, principalmente nas encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII. Foi publicado no Jornal da Arquidiocese de São Paulo “*O São Paulo*” em 23 de maio do mesmo ano.

Em 10 de maio de 1965 foi publicada uma carta aberta ao Presidente Castelo Branco sobre a crise que atingia os trabalhadores e desfavorecidos¹²⁶. Seu conteúdo quer apresentar o drama da realidade do povo brasileiro, que necessita de uma política justa para que todo o país desenvolva a partir da justiça social.

Todos os textos do bispo ou os quais ele apoia tem um tom de conciliação no que consistem as reformas necessárias no país e ao que pede a Doutrina Social da Igreja. Não esqueçamos que o espírito de renovação proposto pelo Concílio Vaticano II é o que anima não somente Dom Jorge Marcos, mas também outros bispos como Dom Hélder, Dom Valdir Calheiros e Dom Frágoso na luta pelos direitos dos brasileiros. Sua vida anterior ao Golpe Militar de 1964 já era marcada pelas intensas lutas pela dignidade do trabalhador. Sua chegada na região em vez de significar uma repulsa ao comunismo ameaçador passou a ser uma proposta de diálogo para a promoção da justiça.

Suas posturas a partir do golpe civil-militar de 31 de março de 1964 foram exatamente as mesmas que vinha realizando no início de sua missão de bispo diocesano. No ano de 1966, marcado pela consolidação do novo regime¹²⁷, a ação de Dom Jorge Marcos pode ser representada por dois momentos significativos: a manifestação de operários na Praça do Carmo no dia 1º de Maio¹²⁸ e sua participação no movimento estudantil¹²⁹.

A concentração dos operários em virtude da comemoração do 1º de maio na Praça da Catedral era um modo que a JOC e a ACO encontravam contra o movimento pelego que assombrava

¹²⁵ As imagens deste documento estão nos anexos da dissertação.

¹²⁶ ALMJ. Jornal *Última Hora*. Carta aberta ao Presidente Castelo Branco. 10 de maio de 1965 (recorte).

¹²⁷ Cf. *As relações Igreja e Estado, v.1...*, p. 61

¹²⁸ Ibid, p. 80.

¹²⁹ Ibid, p. 72.

certos ambientes sindicais. Desta vez, grupos bem mais organizados estão reunidos para protestar contra medidas injustas do governo Castelo Branco na economia e política¹³⁰. Evento anterior a este aconteceu no interior da mesma igreja no dia 21 de abril, como sinal de solidariedade e apoio a ação do bispo.

Eventos como passeatas no centro da cidade de Santo André, comícios na Praça da Catedral em virtude do Dia do Trabalhador eram manifestações que concentravam muitos agentes de pastoral das paróquias da periferia da Diocese. O bispo junto com várias figuras políticas falava abertamente aos estudantes e operários que traziam cartazes e faixas em solidariedade ao seu pastor e a diocese perseguida.

Sobre o movimento estudantil sabemos que Dom Jorge Marcos possuía grande admiração e contato com universitários, desde os tempos da Ação Católica no Rio de Janeiro, e com a Juventude Universitária Católica¹³¹. No contexto da ditadura militar, Dom Jorge pronunciou muitas conferências aos estudantes sobre a realidade nacional e o mundo do trabalho. Numa conferência em 15 de setembro de 1966, mês que marcou pelas manifestações estudantis contra o governo, a Igreja começa a ser envolver nesta causa e o bispo se posiciona¹³².

A defesa do bispo pela democracia e os direitos da população nos anos da ditadura causarão forte impacto no próprio clero diocesano, em muitas figuras no episcopado e nos meios de comunicação social. Seu pioneirismo no combate ao regime será incompreendido em muitos aspectos. Começa aí a luta do bispo e de uma igreja mais consciente e de uma massa alienada ou pressionada pelo governo.

O movimento operário, elemento predominante na região da Diocese, sofre duros embates no início do regime, principalmente quando os sindicatos têm suas atividades interrompidas, abrindo portas para a clandestinidade neste segmento social. Também a articulação dos leigos neste setor é perseguida, chegando à radicalização de muitos que se desvinculam para um confronto direto com os militares.

Nos primeiros anos da ditadura (1964-1968), Dom Jorge Marcos torna-se alvo das críticas de grupos conservadores, aliados ao regime militar. Com a “divisão” das posições eclesiais

¹³⁰ No acervo pessoal de Dom Jorge, que está sob responsabilidade da Associação Lar Menino Jesus, existe um material fotográfico significativo sobre este evento. Faixas, cartazes e discursos foram o objeto de destaque desta dia.

¹³¹ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 9; 43.

¹³² Cf. CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. *As relações Igreja e Estado: volume 1*. São Paulo: 1986, pp. 72-73.

sobre o governo militar e a própria adversidade de opiniões dos setores públicos, Dom Jorge e seu clero são atacados severamente na imprensa.

Ante o perigo da invasão da residência episcopal ou das casas da Associação Lar Menino Jesus pela polícia, o bispo, após esconder muito material de resistência que possuía, destrói grande parte das fontes. Sabendo que era espionado, teve receio de que, em nome de alguma informação invadissem espaços e submetessem pessoas, inclusive as religiosas, a interrogatórios e torturas.

[...] Então eu cometi a minha grande loucura e a minha maior falta na vida. Primeiro, distribuí toda a documentação pelas casas das minhas irmãs. Na casa da Mãe Solteira, Lar Menino Jesus, havia residência das irmãs, distribuí tudo por aí. Mas daí me deu um pavor de que reconhecessem, de que descobrissem. Porque um ex-padre chegou e me contou do defloramento violento, estúpido, daquelas moças que eram presas. Inclusive uma freira assim na vista de todo mundo, nas dependências do DOPS no tempo do Fleury [...]. Então mandei queimar o que tinha [...] ¹³³

Todavia lembramos que Dom Jorge era um dos que mais recorriam à imprensa, rádios e televisões para expor sua posição diante da conjuntura nacional. Sua presença junto aos estudantes e sindicalistas era vista como algo que não se enquadrava na sua missão pastoral. Ele, no entanto, defendia todas as suas posturas com base no Concílio Vaticano II, que trazia grandes inovações.

O protagonismo pastoral da Igreja Particular resultou na incardinação de muitos padres vindos de outras dioceses ou que se exclaustravam das congregações religiosas. Alguns deles, ainda como seminaristas, se envolviam diretamente com os problemas sociais e formavam o chamado “setor de vanguarda” junto ao bispo¹³⁴.

As críticas dos jornais subsistem no protagonismo pastoral dos padres e de Dom Jorge. São vários os ataques respondidos com textos publicados em jornais ou relegados ao silêncio da censura, segundo depoimento de Dom Jorge¹³⁵.

O bispo se envolve numa série de iniciativas para conscientizar a população da necessidade de uma sociedade mais justa e solidária, comprometida com as reformas estruturais que são

¹³³ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 2.

¹³⁴ Mesmo estando em fase de organização e catalogação, encontramos no Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André o registro de muitos padres já falecidos que se estabeleceram na diocese pelos avanços de seu trabalho evangelizador.

¹³⁵ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p.42.

imprescindíveis. Dentre estas podemos destacar a conferência que ele pronunciou no Grêmio da Escola Técnica Senador Flaquer em Santo André sobre o momento presente.

Essa conferência foi criticada como serviço ao totalitarismo e atitude oportunista contra a “Revolução” pelo “*O Estado de São Paulo*” de 28 de maio de 1965. A matéria atacava várias iniciativas populares por membros da Igreja como Dom Hélder Câmara e os frades dominicanos e do próprio jornal “*Brasil Urgente*”.

[...] O senhor bispo de Santo André, cujos talentos ninguém lhe nega, os vem usando de longa data com tal propósito e deve hoje sentir-se venturoso com o ensejo, que ainda anteontem se lhe deparou, de confundir a juventude e de soprar, avivando-o, o fogo que a subversão, rediviva, pretende atear de novo no País, devolvendo-o ao reino da corrupção e da anarquia. A conferência que proferiu a convite de uma sociedade estudantina resumiu-se, efetivamente, a uma verrina anti-revolucionária em que não se soube o que mais admirar, se o espírito anti-cristão que o aconselhou a opor-se ao sacrifício do Brasil para devolver a ordem a São Domingos e interromper ali o derramamento de sangue irmão, se a veemência que pôs a estender a mão ao bolchevismo, para a obra diabólica da conflagração do espírito entre nós [...] ¹³⁶

Na comemoração do 1º de Maio de 1966 na Praça do Carmo ele proferiu um discurso justificando sua postura diante dos problemas dos operários. A esta altura a perseguição a ele era visível em toda parte:

Não sou comunista, não sou esquerdista, não tenho política partidária. Sou católico apostólico romano. E tenho compromissos com Deus e a minha Igreja de pregar a verdade pois, como dizia Jesus Cristo, só a verdade salvará os homens. ¹³⁷

Novamente, em 15 de setembro de 1966, Dom Jorge Marcos se dirige aos estudantes na Faculdade de Medicina de Pinheiros, analisando o papel do estudante na vida nacional e criticando o governo pelo uso excessivo de armas ¹³⁸.

Em 1967 a comemoração do Dia do Trabalho possui significado especial. A presença do cantor Geraldo Vandré abrilhantou a festa que contou com a participação de militantes estudantis e de operários vindos das várias paróquias.

¹³⁶ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Padres a serviço do totalitarismo. 28 de maio de 1965.

¹³⁷ ADGABC. MARQUEIZ, José. *Dom Jorge*, 28 de maio de 1991. Artigo preparado para o Diário do Grande ABC (não publicado).

¹³⁸ AESP. *Relatório do DOPS sobre Dom Jorge Marcos de Oliveira*, fl. 13; CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, *As relações Igreja e Estado: volume 1*. São Paulo: 1986, p.72.

Muitas pessoas discursaram inclusive o bispo, enaltecendo a necessidade de uma união entre os trabalhadores para a superação da desigualdade social e a reconquista de direitos. A guerra do Vietnã e a situação semelhante de outros países foram comentadas para pedir a paz. Infelizmente, sem o apoio e para a surpresa do bispo, uma norte-americana foi queimada na manifestação na escadaria na catedral. A Força Pública estava presente¹³⁹.

Na coluna “Notas e Informações”, o “*Estado*” publicou uma severa crítica contra a manifestação, acusando o discurso do bispo de subversivo, bem como a presença de militantes do movimento comuno-nacionalistas e de remanescentes da UNE. A imagem de uma igreja comprometida com os pobres e taxativamente condenada pelos detentores dos meios de comunicação¹⁴⁰.

Após ter palestrado em Curitiba a convite de entidades sindicais e estudantis, Dom Jorge foi alvo de severas críticas da parte do Padre Emir Calluf¹⁴¹, que classificou o bispo como marxista em matérias de jornal e em programas de rádio e televisão. Novamente o “*Estado*” publicou uma matéria¹⁴².

No caso da prisão do prior do Convento dos Dominicanos, Francisco Pereira Araújo (Frei Chico), Dom Jorge manifestou-se em solidariedade ao amigo por artigo publicado em vários jornais, dentre eles o “*Última Hora*” de 04 de agosto de 1967¹⁴³.

O texto discorreu sobre o fato de a detenção ser fruto da arbitrariedade do Regime Militar, que usou de violência e invasão dos espaços do Convento das Perdizes contra um intelectual e religioso brasileiro que prega a paz¹⁴⁴. A postura do bispo foi enfática e denunciadora da injustiça dos militares pela atitude cruenta quanto aos religiosos que pregam o Evangelho. Solidarizou-se também com os beneditinos e as religiosas de Vinhedo, também detidos.

[...] A atitude e pregação de Frei Chico e dos dominicanos, como de tantos padres, não é interesseira, nem demagógica, nem assalariada do poder econômico, mas é uma atitude evangélica assumida, com

¹³⁹ ALMJ. *Jornal da Tarde*. Um violão e um bispo no 1º de Maio de Santo André. 2 de maio de 1967 (cópia).

¹⁴⁰ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. A propaganda subversiva. 4 de maio de 1967 (recorte).

¹⁴¹ Emir Calluf, filho de rica família libanesa, após muitas polêmicas por ser de extrema-direita e outros fatores abandonou o ministério ordenado e passou a viver como renomado psicólogo na Capital Paranaense. Foi autor de muitos livros sobre diversos temas, procurando sempre polemizar a vida sócio-ecclesial. (cf. www.millarch.org/artigo/polemica-com-calluf - Acesso em 25 de outubro de 2009).

¹⁴² ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Bispo é alvo de severas críticas. 30 de maio de 1967 (cópia).

¹⁴³ AMOAG. *Última Hora*. Dom Jorge e Frei Chico. 04 de agosto de 1967 (recorte).

¹⁴⁴ O motivo da detenção de Frei Chico seria o “Movimento pela Paz”, proposto durante uma missa em 11 de julho de 1967. O movimento seria uma greve de 24 horas de âmbito mundial pela paz. (Cf. *As relações Igreja e Estado: volume 2*. São Paulo: 1986, p. 31).

plena responsabilidade diante de tudo quanto salta a seus olhos, gritantemente, vindo da realidade brasileira. [...] ¹⁴⁵

Havia um movimento intenso por parte de vários religiosos, padres diocesanos e alguns bispos como Dom Hélder Câmara e Dom Jorge Marcos para a conscientização das massas a respeito da influência norte-americana na política e economia brasileira. Essa missão consistia na denúncia direta dos meios infames pelos quais os governos oprimiam silenciosamente os mais pobres na exploração do capital e na política de esterilização em massa das mulheres.

O Jornal “*Última Hora*”, no meio das declarações de defesa à permanência do Núncio Apostólico Dom Sebastião Baggio no Brasil, destaca a figura de Dom Jorge Marcos e de outros bispos como visadas pelo governo:

Entre os bispos visados pelo Governo estão o padre [dom] Hélder Câmara, arcebispo de Recife; dom Davi Picão, bispo de Santos; dom [Cândido] Padim, bispo de Lorena; dom Jorge Marcos de Oliveira, bispo de Santo André; dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda; dom José Newton, arcebispo de Brasília; dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia; dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús; dom José Maria Pires, bispo de João Pessoa [arcebispo da Paraíba]; e dom José Delgado, arcebispo de Fortaleza. Praticamente todo o Episcopado do Nordeste está na mira dos organismos federais de segurança que já apontaram extenso dossiê para provar o que chamam de atividades subversivas de vários bispos ¹⁴⁶.

Em 13 de dezembro de 1967 o jornal “*O Globo*”, na terceira parte de uma grande matéria denominada “O Manifesto dos Bispos” de Eugênio Gudin, ataca severamente o Arcebispo de Olinda e Recife e o Bispo de Santo André, afirmando que estes não dispõem de conhecimento técnico ou científico para opinarem sobre a realidade sócio-econômica das nações e a vida do Brasil. Com violência ele ataca Dom Jorge Marcos:

Mas há pior do que Dom Hélder, que é apenas um repetidor alegre de mensagens ambulantes. Há o Dom [Jorge] Marcos, que pontifica, sabem onde? Em pleno coração industrial de São Paulo; no município de Santo André... E essa gente anda solta por aí a instilar na mente e na alma de nossos operários indefesos e desavisados toda esta vasta sementeira de subversão ¹⁴⁷.

¹⁴⁵ *Ibid.*

¹⁴⁶ ALMJ. *Última Hora*. 13 de dezembro de 1967 (recorte).

¹⁴⁷ ALMJ. *O Globo*. O Manifesto dos Bispos III. 13 de dezembro de 1967, p. 2. (recorte).

Logo no início do marcante ano de 1968, Dom Jorge foi atacado severamente pela imprensa marrom por uma entrevista que ele concedeu ao programa Sinal Vermelho da TV-Rio. Neste programa o bispo respondeu a temas diversos, inclusive sobre a situação de violência no Vietnã, país asiático em guerra com os Estados Unidos, a Nicarágua, Santo Domingo, Guatemala e sobre temas polêmicos como revolução armada, regimes comunistas na Europa e a Igreja no mundo de hoje.

Um exemplo da lucidez das colocações de Dom Jorge a respeito desta problemática era a sua constante atualização sobre temas de política e economia, algo que lhe interessava desde os tempos da formação no seminário. Na época da ditadura suas colocações eram lúcidas demais para um regime que queria silenciar intelectuais. Nesta época ele falava abertamente em suas conferências sobre o problema das relações entre Estados Unidos e Brasil e sobre as empresas estatais¹⁴⁸.

Sobre a sua entrevista na televisão o bispo recebeu duras críticas de um editorial do “*Estado de São Paulo*”¹⁴⁹ e do católico ultraconservador Gustavo Corção, ligado a Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, dirigida pelo senhor Plínio Correia de Oliveira e apoiada por Dom Antônio Castro Mayer, Bispo de Campos no Rio de Janeiro, e a Dom Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina nas Minas Gerais¹⁵⁰.

O “*Jornal da Tarde*” também criticou as declarações do prelado, acusando-as de subversivas, contrárias aos ensinamentos da Igreja e fiéis à doutrina marxista¹⁵¹.

Quando se cassou o direito das eleições municipais de 234 municípios do país, na residência episcopal de Santo André aconteceu uma reunião presidida pelo bispo com a presença de padres da diocese e representantes de outras comunidades eclesiais para a elaboração de um manifesto contra a cassação dos direitos do voto pela Lei da Segurança Nacional. O movimento indica as lacunas principais do conceito da Lei de Segurança Nacional definido pelos militares, utilizando do argumento que pela liberdade cristã dos pastores do povo de Deus que eles manifestam sua indignação. Fora a atitude precursora, nota-se o diálogo ecumênico pela promoção do bem comum que se promove pela união do bispo com as demais igrejas. A reunião tornou-se mais uma matéria de imprensa¹⁵².

¹⁴⁸ Entrevista de Dom Jorge Marcos de Oliveira a Heloísa Martins e Marita Bargas em junho de 1984, p. 2.

¹⁴⁹ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Para regozijo do bispo de Santo André. 18 de janeiro de 1968 (cópia).

¹⁵⁰ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Uma entrevista. 6 de fevereiro de 1968 (cópia).

¹⁵¹ ALMJ. *Jornal da Tarde*. As peregrinas doutrinas do bispo de Santo André. 18 de janeiro de 1968 (cópia).

¹⁵² ALMJ. *Folha da Tarde*. Cristãos exigem o voto: E lançam seu manifesto contra cassação. 9 de fevereiro de 1968; AMOAG. *News Seller*. Religiosos condenam supressão de direitos. Santo André, 11 de fevereiro de 1968, p. 2 (cópias).

Nesta mesma época faleceu a 28 de março de 1968, assassinado pela Polícia Militar, o estudante carioca Edson Luís de Lima Souto. Sua morte foi de grande significação para a mobilização do movimento estudantil em todo o país. Na Diocese de Santo André o bispo diocesano celebrou uma missa de sufrágio na Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem no dia 5 de abril, tendo a sua homilia considerada um sermão de agitação¹⁵³. Dentre os pontos de sua reflexão ele disse:

[...] nós estamos engajados em uma luta, não contra o Exército com canhões, aviões e bombas, mas numa luta para que o homem seja salvo das injustiças dos opressores, num mundo que sorri satisfeito, mas que está cheio de injustiça e desumanidades. Nossa luta não é uma luta de ódio, mas uma luta de reivindicações.¹⁵⁴

Na passeata, que aconteceu em Santo André em 4 de abril de 1968¹⁵⁵, reunindo trabalhadores e estudantes oponentes ao regime, Dom Jorge participou do evento a convite das autoridades policiais para que o evento não terminasse em violência. O bispo interpretou o evento como sinal “da crise do povo que sofre”. O objetivo era protestar contra a violência policial em todo o país.

Embora tenha sido anunciado que Dom Jorge fora o organizador da passeata, porém ele mesmo soube da notícia quando chegara de uma conferência em Botucatu. Ele mesmo chegou a afirmar que mesmo participando destes eventos nunca fora organizador de nenhum. Os organizadores do evento foram os sindicatos, alguns padres, a Ação Popular e a JOC como uma preparação para a concentração do 1º de maio¹⁵⁶.

Não é justo que eu fique de fora, o meu lugar é junto com os operários e estudantes e lá estarei, comandando a passeata, como protesto e elemento moderador, para que os operários não venham sofrer mais do que sofrem¹⁵⁷.

¹⁵³ ALMJ. *O Globo*. A Guinada para a Esquerda. 11 de maio de 1968, p. 3.

¹⁵⁴ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. 6 de abril de 1968. (Recorte somente com trechos de pronunciamentos de Dom Jorge Marcos).

¹⁵⁵ ALMJ. *Tribuna da Imprensa*. Passeata em Santo André reúne mais de 100 mil trabalhadores e estudantes. 5 de abril de 1968. (Acervo de Dom Jorge Marcos – Cópia). A questão dos chamados “100 mil” deve ser vista mais como número simbólico, sinal de que muitas pessoas aderiram ao movimento.

¹⁵⁶ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 65.

¹⁵⁷ ALMJ. *Folha de São Paulo*. Santo André: passeata em calma com Dom Jorge. 5 de abril de 1968, p. 3. (cópia)

O famoso Dia do Trabalho de 1968 realizado na Praça da Sé foi sinal da grande violência que se acentuara a cada ano do Regime Militar. Da diocese de Santo André estiveram presentes Dom Jorge Marcos, os padres Emílio Rubens Chasseraux, José Benedito Antunes e Walfrides José Praxedes e leigos da Ação Popular, JOC e da ACO, que se organizaram nas paróquias levando vários ônibus para o evento. Desta participação resultou uma forte perseguição militar aos padres e leigos, muitos deles interrogados e até presos como comunistas¹⁵⁸.

Na pastoral do chamado “bispo vermelho”, título que recebeu pejorativamente por seus antagonistas e que Heloísa Martins utilizou no seu livro “Igreja e Movimento Operário no ABC”¹⁵⁹, existiu um posicionamento claro quanto às injustiças da época. Quanto a isso a obra “As relações Igreja e Estado no Brasil” no seu segundo volume afirma que Dom Jorge Marcos havia desaparecido, curiosamente, das colunas de “O Estado de São Paulo” durante quase um ano. Não que Dom Jorge se calasse ou não agisse mais, mas parece que uma barreira de silêncio lhe havia sido destinada¹⁶⁰, barreira esta que se quebrou somente pela entrevista de janeiro de 1968.

Neste contexto turbulento, Dom Jorge vai para a Europa para uma série de conferências sobre problemas da Igreja na América Latina a convite da Eurovision, cadeia de emissoras de televisão que cobre toda a Europa¹⁶¹. A repercussão sobre esta estada no exterior não foi muito noticiada, uma vez que o governo velava informações sobre o bispo.

No contexto do Ato Institucional 5¹⁶² o bispo de Santo André afirma sua decepção. Ele foi testemunha do acontecimento que marcou profundamente a política ditatorial no Brasil¹⁶³, depois da intervenção do deputado Márcio Moreira Alves na Câmara Federal contra o regime e o governo do Marechal Costa e Silva.

¹⁵⁸ MARTINS, Heloísa. *Igreja e movimento operário no ABC*, pp.202-207.

¹⁵⁹ *Ibid*, p. 61.

¹⁶⁰ CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO. *As relações Igreja e Estado*. vl. 2, p. 52.

¹⁶¹ ALMJ. *Diário do Grande ABC*. Dom Jorge na Europa fala do terceiro mundo. 12 de maio de 1968 (cópia).

¹⁶² Élio Gaspari no seu livro “A Ditadura Envergonhada” da coleção “As ilusões armadas” fala sobre a aprovação e o conteúdo do AI 5, promulgado na noite de 13 de dezembro de 1968 da seguinte forma: “Horas mais tarde, Gama e Silva anunciou diante das câmeras de TV o texto do Ato Institucional nº 5. Pela primeira vez na história do Brasil, o Congresso era fechado por tempo indeterminado. O Ato era uma reedição dos conceitos trazidos pelo léxico desde 1964. Restabeleciam-se as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Além disso, suspendiam-se as franquias constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Um artigo permitia que se proibisse ao cidadão o exercício de sua profissão.” (p. 340).

¹⁶³ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Comando se reúne. 13 de dezembro de 1968, p. 1. Essa edição foi censurada e não chegou aos leitores por causa de seu edital denominado “Instituições em frangalhos”. Adquiri o exemplar em 2008 na Bienal do Livro em São Paulo que foi publicada pelo jornal pelos 40 anos da censura.

Eu vinha lutando demais em 68 contra a Revolução, eu tinha assistido o AI 5 lá em Brasília voltando de lá arrasado. Eu vim no avião que saiu 40 minutos depois do avião levando os generais que foi forçar o alto Exército lá em Brasília, onde muitos generais se reuniram contra o Márcio Moreira Alves [...] quando cheguei em Goiânia para o avião descer [pousar] não podíamos descer porque vinha o avião do comandante da região do Rio, não sei se já era o I Exército [...] Então eu vim assim aos troncos e barrancos, voltando com a tristeza do AI 5 [...] ¹⁶⁴

Percebe-se como a figura do bispo é imersa em contrariedade pelos organismos de imprensa da época, que por momentos se aliam fortemente às classes conservadoras aliadas da Revolução. As posições de Dom Jorge Marcos, divulgadas pelos meios de comunicação social, são alardes das difíceis relações que a Igreja começará a estabelecer com o Estado a partir de 1968, uma vez que, no início do movimento de março de 1964 a Igreja pouco se manifestava.

Não somente Dom Jorge Marcos combateu a ditadura militar. Vários padres e leigos da diocese de Santo André mantiveram posições semelhantes a do ordinário diocesano ¹⁶⁵.

Antes do golpe civil-militar, Dom Jorge foi vítima das denúncias de um padre, que ele jamais revelou o nome, a um delegado de polícia sobre sua atuação junto aos operários e sua postura diante da política. O bispo acreditou no delegado após ouvir por escuta a voz do padre denunciante ¹⁶⁶.

As críticas a alguns padres da diocese apareciam de forma desencontrada em jornais. Destaco três reportagens: a primeira aborda o desejo dos padres de reformas estruturais, onde nossos padres subscritaram a famosa “Carta aos Bispos” do clero mineiro ¹⁶⁷; a segunda ataca com críticas imprecisas os padres José Benedito Antunes e Emílio Rubens Chasseraux sobre sua atuação junto às bases ¹⁶⁸ e uma matéria difamatória com base num inquérito do DOPS que fala da união do bispo de Santo André e dos padres franceses com militantes estudantis considerados subversivos ¹⁶⁹.

¹⁶⁴ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p.31.

¹⁶⁵ Nomenclatura canônica referente à pessoa do bispo diocesano.

¹⁶⁶ ALMJ. MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984), p. 49.

¹⁶⁷ ALMJ. *Folha de São Paulo*. Padres do ABC defendem mudanças de estruturas. 8 de novembro de 1967 (recorte).

¹⁶⁸ ALMJ. *O Globo*. Sacerdotes e extremistas formam lado a lado no mesmo esquema de subversão. 11 de maio de 1968, p. 3 (recorte).

¹⁶⁹ ALMJ. *O Estado de São Paulo*. Dom Jorge e os franceses. 5 de novembro de 1968 (cópia).

Porém, das várias discordâncias existentes entre o presbitério sobre Dom Jorge, destaco aqui alguns padres que se integraram na denúncia contra as injustiças sociais providas pelo regime político após o golpe.

Quanto aos leigos estes se dividiam na militância sindical e aos movimentos de Ação Católica Operária e Ação Popular¹⁷⁰. A polícia chegou a assassinar o militante Raimundo Eduardo da Silva. Muitos outros foram perseguidos e intimados nos diversos inquéritos militares.

Os padres mais envolvidos na resistência à ditadura, dos quais temos testemunhos, foram o Monsenhor José Benedito Antunes, Emílio Rubens Chasseraux, José Mahon e Walfrides José Praxedes.

Monsenhor José Benedito Antunes¹⁷¹, primeiro padre a chegar à diocese depois da posse do bispo¹⁷², foi um ícone na conscientização social. Mineiro, foi ordenado presbítero para a então Diocese de Pouso Alegre, transferindo-se para Santo André a pedido de Dom Jorge, que tinha um clero pequeno e não contava ainda com o seminário menor para a formação de novos padres para a Igreja Particular.

Durante seu período na Catedral do Carmo (1958-1966) procurou dinamizar a vida paroquial com o chamado “Grupo da Catedral”¹⁷³, sendo caluniado pela elite andreense que participava dos grupos da Congregação Mariana, inimigos da JOC e da ACO. Participava com o bispo nas discussões sobre a vida e os direitos dos operários.

Transferido para a Paróquia Santa Luzia e São Carlos Borromeu na Vila Príncipe de Gales em Santo André em 1966, continuou seu trabalho de evangelização de base junto à população

¹⁷⁰ Nas entrevistas de Anastácio Brolezzi e Padre José Mahon a Heloísa Martins e Ademir Médici, respectivamente, eles falam da militância de esquerda que surgiu dentro dos movimentos católicos. Um personagem desta militância é o leigo Aparecido Benedito de Farias, que foi exilado no Chile até a queda de Salvador Allende e depois em Friburgo na Suíça. O militante retornou ao Brasil em 1979 com a Lei da Anistia.

¹⁷¹ Este item elaborado sobre o Monsenhor José Benedito Antunes tem como base um artigo de José Nanci, militante católico da JOC nos anos 60 e que chegou a ser vereador no município de Santo André. Este texto foi publicado no Diário do Grande ABC em 19 de julho de 1964, no dia seguinte a morte do padre. Não temos no Arquivo da Cúria de Santo André até o momento um material organizado sobre Monsenhor Antunes. Quando ele faleceu não foram recolhidos seus poucos pertences e atualmente procuramos um resgate deste material com uma entidade filantrópica que leva seu nome.

¹⁷² Monsenhor José Benedito Antunes foi incardinado na diocese de Santo André em 28 de outubro de 1954.

¹⁷³ O “Grupo da Catedral” era uma organização leiga que procurou sobre a orientação do Monsenhor Antunes realizar um diálogo entre a Igreja e as interpelações da sociedade ainda antes do Concílio Vaticano II. Foi uma maneira de enfrentar o Partido Comunista que se encontrava nas ruas e fábricas influenciando os católicos. Por outro lado, esse grupo afirmava a pastoral de Dom Jorge Marcos de Oliveira que unia a Igreja às bases. (ALMJ. NANJI, José. *Monsenhor Antunes*. in Diário do Grande ABC, Coluna Ame sua cidade, 19 de julho de 1994. (cópia).

carente da cidade que aumentava a cada dia. Era muito conhecido nos ambientes operários e participava do movimento de Ação Popular¹⁷⁴.

O trabalho pastoral do Monsenhor na Catedral consistia numa abertura às realidades sociais. A abertura de Dom Jorge Marcos aos problemas dos operários e demais situações de risco na vida dos diocesanos fez com que o padre Antunes aplicasse na sua administração pastoral as encíclicas sociais do Papa João XXIII.

A Ação Popular se implantou na diocese, pelo menos em termos de ideias, em 1963, através do jornal “*Brasil Urgente*”, que era distribuído na porta da catedral. Os militantes católicos que distribuía o jornal na região começaram a se identificar com as propostas da AP veiculadas no periódico. No movimento operário a presença do movimento se fez através de agentes eclesiais. Antes de 1964 havia certa presença de elementos da AP na Associação de Universitários de Santo André¹⁷⁵.

O movimento, mesmo não possuindo a hegemonia cristã em sua base, fornecia ideias de transformação da realidade que massacrava a identidade do povo. Sua infiltração nos ambientes católicos foi rápida justamente por apresentar aos padres e religiosos essa vertente que se diferenciava da temida e não apoiada revolução armada¹⁷⁶.

Ataques contra a linha pastoral por parte da comunidade conservadora da Catedral não desanimaram a missão do padre. Com a ditadura militar, Monsenhor Antunes e o Grupo da Catedral passam a integrar a luta pela redemocratização do país, a começar pela reintegração de posse dos sindicatos pelos trabalhadores, participando da Chapa de Oposição à Intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

Esse trabalho pastoral teve continuação depois da transferência do Monsenhor para a paróquia da Vila Príncipe de Gales, já que o padre permaneceu ao lado dos militantes, operários e estudantes.

O nome de Monsenhor Antunes como elemento subversivo tomou força por ocasião do Dia do Trabalho de 1968 na Praça da Sé¹⁷⁷, sendo ele uma das primeiras vítimas da perseguição

¹⁷⁴ Segundo Élio Gaspari a Ação Popular surgiu em 1962 da militância laica da Igreja como vertente esquerdista da Juventude Operária Católica. [A AP foi organizada pelo padre jesuíta Henrique Vaz]. Em seu primeiro documento proclamava que a Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade [brasileira]. (cf. *A Ditadura envergonhada*, p. 228).

¹⁷⁵ MARTINS, Heloísa. *Igreja e movimento operário*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1992, p. 186.

¹⁷⁶ *Ibid*, p. 189.

¹⁷⁷ O histórico 1º de maio de 1968 foi o motivo crucial de acusações dos padres do nosso presbitério. A presença dos padres era vista como agitadora e subversiva pelo Serviço Nacional de Informações. Um relatório do DOPS sobre o depoimento do militante João Batista da Silva, ligado a vários membros da ACO, AP e do Sindicato dos Metalúrgicos, estiveram presentes, segundo declarações do depoente, Padre Antunes, Pe. Walter [Arnildo Seidl],

por ter estado no ato. Sua casa foi invadida e vasculhada e o padre rendido pelos policiais na presença de seus familiares.¹⁷⁸

Ele, sendo levado pela polícia, pergunta se o motivo de sua prisão estava relacionado à sua presença no 1º de Maio. Espalhada a notícia da detenção, os padres das paróquias vizinhas uniram-se solidários ao colega e começaram a denunciar os incidentes ocorridos com vigários do ABC.

As manifestações do povo de Vila Príncipe de Gales e Vila Palmares foram de grande apoio ao padre Antunes. Dom Jorge Marcos ficou indignado ao saber da notícia da prisão, compreendida por ele como forte exagero da repressão. Nas palavras do bispo, o padre era um homem pacífico e, se esteve no comício para os trabalhadores, não fez nada demais porque a manifestação foi permitida¹⁷⁹.

O material dado como subversivo pela polícia retirado da residência paroquial de Antunes foram livros. Ele, em consequência disso, respondeu a processo pelos acontecimentos da manifestação dos trabalhadores em São Paulo no dia do trabalhador.

Monsenhor Antunes continuou seu trabalho pastoral na diocese. Foi transferido em 1978 para a Paróquia Santa Rita de Cássia em Santo André, vindo a falecer em 18 de julho de 1994.

Padre Walfrides José Praxedes¹⁸⁰ ou Praxedes, como é conhecido na diocese de Santo André, nasceu no dia 4 de fevereiro de 1935 em Carlópolis, interior do Estado do Paraná, porém foi criado em Porto Feliz, Estado de São Paulo.

Entrou no Seminário Menor São Carlos Borromeu em Sorocaba, onde fez o curso ginásial e clássico. cursou os estudos filosóficos e teológicos no Seminário Central da Imaculada Conceição do Ipiranga.

Em 1957, durante o curso de Teologia, pediu transferência da então Diocese de Sorocaba, sendo aceito por Dom Jorge Marcos de Oliveira em Santo André. Foi ordenado presbítero em 27 de novembro de 1960 por Dom Almir Ferreira, bispo auxiliar de Sorocaba, em sua terra natal¹⁸¹.

Pe. Beno Deimling, Pe. Walfrides Praxedes e Pe. Rubens Chasseraux. As informações dos relatórios são muito desconstruídas sobre a presença dos padres e seu campo de trabalho paroquial. Sigo no texto os dados oficiais da Chancelaria da Cúria Diocesana de Santo André. (ACSA. *Fichas de presbíteros da Diocese*).

¹⁷⁸ CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. *As relações Igreja e Estado no Brasil: volume 2*. São Paulo: 1986, p. 74.

¹⁷⁹ *Ibid*, pp. 74-75.

¹⁸⁰ As informações gerais sobre o Padre Walfrides José Praxedes são fruto de uma entrevista concedida a Felipe Cosme Damião Sobrinho em 03 de abril de 2008 na Paróquia São Geraldo Majela em São Bernardo do Campo.

¹⁸¹ Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André. Ficha cadastral do processo *de genere et mortibus* de Walfrides José Praxedes.

As motivações que fizeram com que o clérigo¹⁸² Walfrides Praxedes se incardinasse na nova diocese do ABC surgiram da realidade sócio-ecclesial. Oriundo da região sorocabana, que era conhecida na época como Manchester Paulista devido a sua identidade industrial, o jovem quis unir os conhecimentos adquiridos no seu processo de formação ao estilo de pastoral do bispo de Santo André, conhecida pela sua abertura aos problemas sociais.

Ordenado presbítero, foi enviado para a cidade de Mauá como vigário coadjutor do então Cônego Alexandre Venâncio Árminas. Em 1963 foi nomeado por Dom Jorge Marcos primeiro reitor do Seminário Menor Diocesano, situado na Vila de Paranapiacaba¹⁸³. Com a criação da paróquia São Jorge¹⁸⁴ no Jardim Zaíra no mesmo município em 1963 foi constituído seu primeiro vigário ecônomo.

O Jardim Zaíra¹⁸⁵ é um típico bairro de consequência do crescimento urbano desordenado. Com o êxodo rural decorrente da industrialização que se intensificou nos anos 50 na região, os migrantes começaram a se instalar nesta área distante do perímetro urbano da cidade que havia se emancipado em 1954. Um bairro predominantemente dormitório e com uma pobreza alarmante.

A criação da paróquia São Jorge e a designação do jovem padre para a estruturação da mesma levou-o a constatar a necessidade de um trabalho de base. A estrutura paroquial era paupérrima. Um barracão de madeira servia como igreja e um pequeno cômodo era a casa paroquial.

Padre Praxedes era muito envolvido com a vida política, apoiava o Movimento de Educação de Base, frustrou-se com o governo de Jânio Quadros e acreditava nas Reformas de Base de João Goulart.

O trabalho paroquial no Jardim Zaíra foi vinculado à Ação Popular. Logo após sua posse, o padre Praxedes começou a se aproximar da população, de maioria operária cuja renda era de dois a três salários mínimos.

Com sua experiência na Juventude Operária Católica ele conseguiu criar um bom relacionamento e indicar aos jovens para a AP. Estava preocupado com o ambiente de

¹⁸² O clérigo era aquele que havia recebido a tonsura. No caso da vinda do padre Praxedes ele veio como clérigo da Diocese de Sorocaba.

¹⁸³ *Ibid.*

¹⁸⁴ Em 1979 a paróquia mudou seu orago para São Paulo Apóstolo por decreto de Dom Cláudio Hummes, a pedido do pároco da época (Padre José Mahon) e dos paroquianos.

¹⁸⁵ O bairro mauaense possui este nome em homenagem a Zaira Mansur Sadek, esposa do proprietário das terras que compõem o atual logradouro.

exploração dos trabalhadores, homens e mulheres vindos do nordeste e recebiam um salário que não provia seus direitos básicos.

Essa conscientização fez com que as pessoas organizassem a cooperativa de consumo e a Sociedade de Amigos de Bairro, onde discutiam as condições de vida do trabalhador e as necessidades do local. Essas pessoas passaram a ocupar lideranças nessas organizações sociais, que influenciavam diretamente a evangelização.

A paróquia tinha como campo de atuação todo o bairro e suas atividades eram centralizadas na educação de base e nos grupos de reflexão. Com o golpe de 1964 a atuação paroquial não se estagnou.

Em 1965 a população sentiu a necessidade de um aprofundamento das questões que estavam discutindo. Segundo Heloísa Martins “foram organizados cursos de análise da realidade brasileira, procurando dar uma visão crítica, do ponto de vista marxista, cujos participantes eram moradores ligados à pastoral popular e militantes da Ação Católica”¹⁸⁶.

A Ação Popular foi a grande força na conscientização e o apoio da paróquia foi total para que o povo formasse uma resistência política forte. Com um trabalho isolado em toda a cidade, a igreja e o povo do Jardim Zaíra eram considerados marginais e subversivos. Em 1967, durante uma festa promovida pela paróquia, a polícia leva vários paroquianos para prestar depoimento na delegacia local. Praxedes une-se aos seus paroquianos, afirmando que caso houvesse alguma prisão, ele estaria com os detidos.

A paróquia foi toda organizada para as comemorações do 1º de Maio de 1968 para a resistência dos militares. O líder do evento foi o militante da AP José Nanci, que era próximo do padre Praxedes. Atitudes desmoralizadoras eram a tática dos militares. Andavam armados nos bairros, principalmente no Zaíra. Jovens eram presos e ameaçados como foi o caso de Raimundo Eduardo da Silva, morto em 5 de janeiro de 1971.

Ele seria o terceiro padre a ser preso do presbitério¹⁸⁷ em 1968, mas com a descoberta do plano por Dom Jorge ele foi escondido pelo Padre José Jeukens¹⁸⁸ que foi imediatamente avisado por telefone. Indo para a casa do padre Jeukens, Praxedes fugiu para Cianorte, interior do Paraná. Voltando à Mauá andava disfarçado e continuava a colaborar com a AP. Chegou a esconder o militante José Nanci em sua casa paroquial.

¹⁸⁶ MARTINS, Heloísa. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1991, p. 188.

¹⁸⁷ Os padres indiciados e presos pela ditadura antes das acusações contra Praxedes foram Emílio Rubens Chasseraux e José Benedito Antunes.

¹⁸⁸ Padre José Jeukens foi pároco da Paróquia São Pedro Apóstolo, vizinha da paróquia do Zaíra, na época que padre Praxedes trabalhou em Mauá.

Desgastado por toda a perseguição, padre Praxedes pediu afastamento da diocese em 1969 para tratar-se de saúde e exercer trabalhos pastorais no interior. Foi para a diocese de São João da Boa Vista trabalhar na paróquia de Mococa. Seguiu para Ribeirão Preto, indo para a paróquia de Altinópolis e, por último, para a Arquidiocese de Campinas com intenso trabalho nas Comunidades Eclesiais de Base e na Pastoral Operária.

Em 1971, após a perseguição a todos os outros padres, Praxedes foi intimado para depor no DOPS em São Paulo, sendo taxado como “o padre vermelho do bispo vermelho”. Os militares não chegaram a prendê-lo. Quem o acompanhou na ida à delegacia foi o Monsenhor Orozimbo Dias Miranda, delegado de Dom Jorge.

O conteúdo do interrogatório era sobre o 1º de Maio, a participação dos paroquianos do Zaíra no evento, fotografias dele na movimentação, as atividades de Dom Jorge e da diocese. Padre Praxedes disse que as informações sobre ele eram tão precisas, pois havia infiltrações de policiais na paróquia, nos congressos que ele participava e demais eventos. Ele não chegou a ser preso.

Em sua entrevista, Praxedes afirma que Dom Jorge Marcos convidava várias personalidades como Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Vandré e Plínio de Arruda Sampaio, que apoiavam a redemocratização. Segundo o padre tudo o que foi realizado na paróquia do Zaíra era um modo de evangelização consciente, onde não existiam motivos para perseguição do governo.

De volta a Santo André, padre Praxedes trabalhou na paróquia Cristo Operário de Santo André e como diretor espiritual dos seminaristas de teologia. Dedicou-se hoje à pregação de retiros espirituais para comunidades religiosas e à paróquia São Geraldo Majela em São Bernardo do Campo.

Mesmo com vários equívocos na utilização do método marxista, padre Praxedes reconhece o esforço de realizar um trabalho sério. Atualmente ele afirma que faltou mística cristã nos trabalhos paroquiais e de conscientização.

Um grupo de padres que resistiram ao regime militar no ABC Paulista foi o grupo dos chamados padres operários, também conhecidos como padres franceses. Padre José Mahon¹⁸⁹, membro da Congregação dos Padres Filhos da Caridade, nasceu no norte da França em 8 de novembro de 1926. Coursou filosofia na Bretanha (Inglaterra). Prestou serviço militar e

¹⁸⁹ A fonte deste escrito são duas entrevistas: a primeira é uma entrevista concedida pelo padre Mahon em 15 de junho de 1990 a Ademir Médici, quando era pároco das paróquias São Jorge e São Geraldo Majela, nos bairros de Cidade São Jorge e Vila Guaraciaba, no município de Santo André (AMOAG. *Entrevista com Padre José Mahon*). A segunda entrevista foi concedida por ele a Felipe Cosme Damiano Sobrinho em 24 de abril de 2008. A terceira em 11 de setembro de 2014.

aprendeu a profissão de fresador. Estudou teologia em Paris pela congregação. Ordenado presbítero em 20 de maio de 1951, exerceu seu o início de seu ministério numa paróquia no subúrbio parisiense e outra no norte da França na divisa com a Bélgica, numa região industrial.

Em 1961 foi enviado como missionário ao Brasil que passava por intenso processo de industrialização e de crescente desigualdade social. A diocese escolhida para o trabalho foi Santo André, por ser o maior pólo industrial da América Latina e pelo pioneirismo do bispo Dom Jorge Marcos.

Juntamente com o padre Pedro Jordane, José Mahon chegou ao Brasil em 1º de dezembro de 1961. Ele foi nomeado vigário ecônomo da Paróquia Santa Teresinha, no bairro homônimo, em Santo André e seu confrade vigário cooperador.

A região da paróquia era cortada pela Estrada de Ferro Santos – Jundiaí. Seus paroquianos eram de predominância operária e vinda do interior do Estado de São Paulo e do Nordeste. O campo de trabalho dos moradores de Santa Teresinha eram as fábricas da General Electric, Moinho São Jorge, Fichet, Nordon e tantas outras.

Fora as associações religiosas, comuns existia o trabalho da JOC para os solteiros. Padre Mahon trouxe para a diocese a Ação Católica Operária, que continuava o trabalho iniciado pela Juventude Operária com os casados.

O trabalho dos padres operários ou padres franceses, modos pelos quais são identificados os Filhos da Caridade, era a conscientização dos operários de seus direitos. Mahon esteve presente no comício da Praça do Carmo com a presença do presidente João Goulart em 1º de dezembro de 1961, quando iniciava as reivindicações pelas reformas de base.

A missão dos padres operários consistia na penetração nas fábricas como funcionários e o serviço religioso nas igrejas. A presença era um modo de evangelização. Mahon foi funcionário na indústria Villares em São Bernardo do Campo.

Em 1963 foi fundada pelos padres franceses a Associação das Donas de Casa, que reunia mulheres para discussões sobre a realidade feminina. Esse trabalho se espalhou por outros bairros de Santo André e Mauá.

A popularização dos trabalhos paroquiais em Santa Teresinha fez com que no regime militar os padres sofressem perseguição velada. Um show feito pelo Geraldo Vandré em 1968 na paróquia, no qual cantou a famosa “Paixão de Jesus Cristo segundo um lavrador” foi sinal de muita presença policial nas intermediações do templo.

Por ocasião do Congresso clandestino da UNE em Ibiúna no mesmo ano, que foi descoberto e dissolvido por grande violência policial, vários espões do DOPS disfarçados de estudantes

iam ao encontro dos padres franceses para pedir esconderijo na casa paroquial. O clima de desconfiança e medo era tão grande que eles não acolhiam elementos suspeitos. Todavia padre Mahon declara que membros de movimentos estudantis conhecidos e da AP tinham apoio deles¹⁹⁰, escondendo-os inclusive na casa paroquial.

No governo pastoral de Dom Jorge Marcos padre Mahon foi vigário geral da pastoral diocesana¹⁹¹, trabalhando na formação do boletim diocesano denominado “Vínculo das Comunidades”¹⁹², como serviço de imprensa da diocese¹⁹³.

Padre Emílio Rubens Chasseraux¹⁹⁴ ou padre Rubens, nasceu em 22 de junho de 1939 em Campinas, interior do Estado de São Paulo, filho de Alexandre e Altumira Chasseraux.

De família pobre e numerosa, Rubens ingressa ainda menino no Seminário São José da Arquidiocese de Botucatu, onde faz os estudos de seminário menor. Coursou a filosofia no Seminário Maior de Aparecida e teologia no Seminário Central da Imaculada Conceição do Ipiranga. Sempre foi um jovem que se preocupava com as dificuldades dos mais pobres. Achava que a vida formativa do seminário possuía pouca ligação com o discurso de pobreza que lhe anunciava os formadores.

Em 1961, Rubens foi designado para trabalhos pastorais na recém-criada paróquia Santa Edwiges no Sacomã. Como seminarista de Botucatu começou a visitar a favela do Vergueiro em São Paulo para uma inteligência maior das realidades das favelas, o que não era muito comum aos padres e clérigos da época. Com esta experiência radicalizou seu compromisso de trabalhar incessantemente na igreja pelos mais pobres, vivendo como eles e lutando pelos seus direitos.

No final de 1963, Rubens, que já havia recebido as Ordens Menores, foi dispensado do Seminário Central do Ipiranga por sérias divergências com os superiores da formação. Procura neste momento a Dom Jorge Marcos de Oliveira, bispo de Santo André, que, ao acolhê-lo como candidato da diocese às ordens sacras exortou para que ele prosseguisse os estudos.

¹⁹⁰ Um destes integrantes é Aparecido de Farias, que concedeu entrevista a Felipe Cosme Damião Sobrinho em março de 2008.

¹⁹¹ O que hoje corresponde ao ofício de Coordenador Diocesano de Pastoral.

¹⁹² Esse boletim diocesano circulou entre 1972 e 1975.

¹⁹³ As atuações dos padres José Mahon e Emílio Rubens Chasseraux a partir de 1975 serão descritas também no quarto capítulo desta monografia.

¹⁹⁴ As fontes para este texto são cópias de materiais de: AMOAG. *Folhetim*. Palmares, vila dos operários. 01 de abril de 1979; *Jornal Documento*. Palmares. 17 de dezembro de 1990; Entrevista transcrita de Padre Rubens Chasseraux a Silvio Duarte dos Santos, 1988 e entrevista concedida pelo padre a Felipe Cosme Damião Sobrinho na Paróquia Nossa Senhora das Dores em março de 2008.

Sem dizer ao bispo que não tinha onde ficar passava o dia lendo e assistindo aulas escondidas no Seminário Central e pernoitava na Praça do Carmo, por opção pessoal, com os moradores de rua.

Dom Jorge pouco antes de suas ordenações orientou ao clérigo Chasseraux que fosse morar na casa paroquial de Santa Teresinha com os padres franceses¹⁹⁵. Foi ordenado presbítero em 29 de junho de 1964 na Catedral Diocesana Nossa Senhora do Carmo, sendo seus padrinhos de ordenação dois moradores de rua.

Nomeado para vice-reitor do seminário menor da diocese, que nesta época estava instalado em prédio próprio em São Bernardo do Campo, e vigário coadjutor da paróquia São Judas Tadeu no Bairro Campestre em Santo André, abandonou estes dois ofícios e partiu para a favela de Vila Palmares, uma das poucas existentes no ABC naquele momento.

Dormindo ao lado de um lixão como morador de rua passara a conhecer a realidade daquele povo que sofria entre a tríplice divisa dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. A população constituída de migrantes marginalizados percebia, pela primeira vez, a presença de um padre na favela.

Realmente as atitudes de padre Rubens vinham ao encontro de sua história de vida. Sua família a esta altura já havia se transferido para Santo André, vivendo num pobre barraco na Vila Luzita. Ele, a revelia do próprio bispo diocesano, iniciou a paróquia de Vila Palmares, dedicada a Nossa Senhora das Dores.

Trabalhando como auxiliar nas demolições das casas que dariam lugar ao novo centro de Santo André junto de seus paroquianos, padre Rubens construiu em terreno invadido um barracão, que servia como templo e escola para a alfabetização, onde estão hoje a atual igreja e casa paroquial construídas por voluntários da comunidade e em 1971 seria inaugurou a creche João XXIII, na antiga sede da fazenda que deu origem à localidade.

O trabalho pastoral do padre consistia em movimentos populares, organização de sociedade de amigos de bairro, militância de grupos fé e política. Numa espiritualidade bíblica indicava ao povo seus direitos por uma vida mais digna.

Seu trabalho na Vila Palmares atraiu a presença dos membros da JOC e da JUC, bem como os militantes da AP e da FNT. Portador de uma opção radical, padre Rubens enfrentava a polícia e as autoridades públicas.

¹⁹⁵ AMOAG. *Entrevista transcrita do Padre José Mahon a Ademir Médici*. 15 de junho de 1990, p. 6.

Nesta época a ditadura militar no ABC perseguia a muitos leigos e alguns clérigos. Porém, segundo os depoimentos dos padres Mahon e Praxedes, padre Rubens Chasseraux seria o mais perseguido pela ditadura de todos.

Os órgãos da repressão prenderam padre Rubens pela primeira vez logo após o comício do 1º de maio de 1968 na Praça da Sé, o qual compareceu manifestando-se contra a Revolução com um grande número de paroquianos. Criticado por jornais que favoreciam a prática dos militares foi detido em 1969 como divulgador de práticas subversivas. A fonte da subversão eram as formações bíblicas e as homilias dominicais dirigidas aos paroquianos em sua igreja.

Suas celebrações, aulas e palestras foram alvo da presença de vários espões militares. A intervenção mais dura foi em 29 de janeiro de 1970, quando teve seu barraco cercado por policiais e recebeu voz de prisão, sendo levado ao DOPS e ficando incomunicável por 21 dias. Desta prisão resultou uma carta que o bispo diocesano, Dom Jorge Marcos de Oliveira, dirigiu a todo o clero e povo da diocese para ser lida após o evangelho das missas de 1º de março de 1970 não podendo ser acrescentado nenhum comentário¹⁹⁶.

O auto de qualificação e interrogatório da Delegacia Especializada de Ordem Social do DOPS de São Paulo de 17 de fevereiro de 1970 apresenta todo o interrogatório feito ao padre Rubens como propagador de atos terroristas através de materiais recolhidos em sua igreja e de seu contato com pessoas subversivas. Estes materiais eram jornais, folhetos da ACO, da AP e do movimento de alfabetização que ocorria na paróquia¹⁹⁷.

Neste mesmo dia o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, compareceu no interrogatório de padre Rubens e conferiu o material apreendido em seu barraco encontrado pelos agentes do DOPS Alcides Paranhos Júnior e Tonioshi Nakahara¹⁹⁸.

Padre Rubens declarou que foi torturado e sua família foi ameaçada. Disse que foram feitas acusações graves contra a diocese e a pessoa de Dom Jorge Marcos de Oliveira. Neste contexto horrendo ele recorda do contato que teve com o Padre José Eduardo Augusti que esteve preso na mesma época, membro do clero de Botucatu.

O processo aberto pela polícia especializada do DOPS foi arquivado em 1971, após o acusado comparecer durante um ano todas as segundas-feiras no órgão militar para prestar esclarecimentos sobre suas atividades.

¹⁹⁶ ACSA. *Carta ao Revdo. Clero e fiéis da Diocese do ABC*. 1º de março de 1970 (cópia).

¹⁹⁷ AESP. *Auto de qualificação e interrogatório de Emílio Rubens Chasseraux*, fls. 1-2.

¹⁹⁸ AESP. *Auto de exibição e apreensão e depoimentos de Alcides Paranhos Junior e Tonioshi Nakahara*. 17, 20 e 24 de fevereiro de 1970.

A perseguição contra a militância do padre foi intensa até o processo de anistia em 1979. No entanto, mesmo indiciado, padre Rubens continuou o trabalho de mobilização na favela de Vila Palmares, conseguindo inclusive a compra do terreno que a mesma ocupava através da fundação da Associação Quilombo dos Palmares.

Muitas informações sobre Dom Jorge Marcos de Oliveira estão registradas num relatório da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo¹⁹⁹, baseado nas investigações policiais do Serviço Nacional de Informações (SNI).

São dados recolhidos desde 1958, quando Dom Jorge começava a se envolver mais diretamente com os sindicatos de Santo André até 1973. O próprio bispo presumia que se um dia os arquivos da Segurança Nacional fossem abertos encontrariam atrocidades relacionadas ao seu nome²⁰⁰.

Como bispo emérito da diocese, Dom Jorge concedeu várias entrevistas a Heloísa Martins para a elaboração de seu livro sobre igreja e movimento operário no ABC.

Dentre suas declarações, o bispo afirma da pouca presença da igreja nos momentos iniciais do golpe militar de 1964, admitindo que posteriormente vários bispos assumiriam a causa da justiça social e da redemocratização na luta pela terra, pelos direitos civis e de anistia, ele recorda que no auge de sua atuação se sentia isolado.

Fato interessante acontece numa reunião do episcopado na sede da CNBB no Rio de Janeiro após a promulgação do AI 5. Falando de sua tristeza a amigos da intelectualidade brasileira, padres e leigos, disse que foi rebatido por irmãos de ministério episcopal sobre suas posições contra a ditadura e recebeu a maior vaia de sua vida: uma vaia de bispos.

Desta situação surge o afastamento do bispo de Santo André das estruturas regional e nacional da Conferência dos Bispos²⁰¹, evitando ao máximo tomar partido em suas declarações²⁰².

Uma exceção é a presença de Dom Jorge na assembleia do Regional Sul 1 da CNBB ocorrida no Seminário Maria Imaculada de Brodowski de 6 a 8 de junho de 1972, onde em conjunto com os demais bispos assina o famoso documento “*Testemunho de Paz*”²⁰³.

2.4- A renúncia de Dom Jorge Marcos

¹⁹⁹ AESP. *Relatório sobre Dom Jorge Marcos de Oliveira*. Finalização: 1º de novembro de 1973. fls. 23.

²⁰⁰ Entrevista de Dom Jorge Marcos a Heloísa Martins e Marita Bargas ente maio e julho de 1984, p. 29.

²⁰¹ Estas declarações também estão presentes nas entrevistas concedidas pelos padres Mahon e Praxedes a Felipe Cosme Damião Sobrinho.

²⁰² Por razões éticas e pedido expresso de Dom Jorge a Heloísa Martins documentado na entrevista (pp. 30-32), não apresento os nomes dos bispos que o atacavam. Decidi não pormenorizar a situação com declarações do falecido bispo.

²⁰³ SEDOC. *Testemunho de paz*. 5 de julho de 1972, col. 107-109.

O processo de renúncia de Dom Jorge Marcos ao governo pastoral da diocese de Santo André, em 29 de dezembro de 1975, gera muitas especulações até hoje. Na época, o bispo já tinha sofrido três enfartes: durante a primeira sessão do Concílio Vaticano II e os outros dois entre 1963 e 1969.²⁰⁴ Ele tinha problemas de saúde desde jovem. Em um poema de 1948, quando bispo auxiliar do Rio de Janeiro, ele mesmo exprime a sua fragilidade física que, com o desgaste do trabalho e o passar dos anos, se agravou: “Tenho 33 anos – escrevia eu em 1948 pensando que meu coração fraco e meu sangue enfermo já me aproximavam do fim.”²⁰⁵

Os problemas com a administração da diocese, que se desenvolveram juntamente com os problemas da população, e o desgaste pela sua atuação na renovação da sociedade, foram os fatores para que Dom Jorge Marcos solicitasse à Santa Sé, por três vezes, a nomeação de um bispo auxiliar.²⁰⁶

A nomeação do bispo coadjutor com direito à sucessão, na pessoa de Dom Cláudio Hummes, foi recebida por Dom Jorge em janeiro de 1975, conforme consta no livro de atas do Conselho Episcopal e Presbiteral da Diocese de Santo André, sendo preparada a recepção do novo bispo.²⁰⁷

Com a chegada de Dom Cláudio à região em 29 de junho de 1975, Dom Jorge Marcos, com sérios problemas cardíacos, pediu renúncia ao ofício de bispo diocesano, solicitando ao Conselho Presbiteral e aos Vigários Episcopais a renúncia dos ofícios²⁰⁸ e comunicando a Dom Cláudio a aceitação da renúncia por parte da Santa Sé.²⁰⁹

A renúncia do bispo deve ser compreendida como um processo sucessório natural, conforme atestamos nas fontes recorridas. As entrevistas, concedidas por membros do clero da diocese na época, apresentam o desgaste humano do bispo, que admitia não ter mais capacidade de conduzir a diocese como deveria ser.²¹⁰

Conclusão

O segundo capítulo da dissertação apresentou o período seguinte ao golpe civil-militar de 1964 a 1975, quando Dom Jorge Marcos renunciou ao ofício de bispo diocesano de Santo André. É um momento delicado para a Igreja realizar sua missão pois, além da renovação

²⁰⁴ ALMJ. *Manuscrito de Dom Jorge Marcos de Oliveira*, sem data.

²⁰⁵ ALMJ. *Manuscrito de Dom Jorge Marcos de Oliveira*, sem data.

²⁰⁶ ADGABC. *Nomeação de coadjutor deixa Dom Jorge feliz*. 10 de abril de 1975 (Pasta Igreja Brasileira).

²⁰⁷ ACSA. *Livro do Conselho Episcopal e Presbiteral da Diocese de Santo André*, fls. 151; 155; 160; 165; 169.

²⁰⁸ ACSA. *Cartas de renúncia do Conselho Presbiteral e dos Vigários Episcopais*. 24 de dezembro de 1975.

²⁰⁹ ACSA. *Carta de Dom Jorge Marcos de Oliveira a Dom Cláudio Hummes*. 28 de dezembro de 1975.

²¹⁰ Entrevista com Pe. José Mahon em 11 de setembro de 2014 (áudio).

provocada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e a transformações provocadas pela Igreja na América Latina pela Conferência de Medellín (1968), impele a instituição religiosa a assumir uma nova postura nas relações com o Estado Brasileiro devido a ditadura militar.

Este primeiro período se caracteriza pela perseguição. No ABC Paulista, ela se realiza na tentativa de desarticular o trabalho desenvolvido pela diocese local em benefício dos trabalhadores. Com a promulgação do Ato Institucional 5 em dezembro de 1968, percebemos como a crise do regime militar afeta o trabalho pastoral da diocese, de tal forma que culmina com o desgaste da saúde do bispo e sua renúncia.

Capítulo III

Novas lutas pela democracia (1976-1985)

O terceiro capítulo desta dissertação abordará as relações entre Igreja Católica e sociedade no ABC Paulista durante os dez primeiros anos de ministério de Dom Cláudio Hummes como segundo bispo da diocese de Santo André (1975-1985), período em que termina a ditadura militar e, embora indiretamente, é eleito pelo Colégio Eleitoral um presidente civil para o Brasil.

No aspecto da vida eclesial, o período é marcado por uma resistência mais atuante na resistência ao regime militar da Igreja no Brasil, diferenciando-se da primeira fase da ditadura. Na Igreja Particular de Santo André, a chegada do bispo coadjutor e sua posse como bispo diocesano (1975) dará início a uma nova articulação pastoral onde, fortalecido pelos movimentos de base e a rearticulação sindical, Dom Cláudio, numa perspectiva de continuidade, incentiva as pastorais sociais, principalmente a partir do Documento de Puebla (1979).

O ABC Paulista, grande região industrial, sofria com as decorrências da política econômica do governo militar: salários baixos, desemprego, baixo desenvolvimento regional. A necessária organização dos trabalhadores em sindicatos rearticula o movimento operário na localidade. As grandes greves de 1978, 1979 e 1980 são sinais de uma nova luta pelos direitos dos trabalhadores.

A Igreja de Santo André solidariza-se com o seu povo, majoritariamente operário, sendo mediadora no diálogo entre a classe trabalhadora e o governo. A presença na vida da sociedade fortalece a vida da diocese na luta pela justiça social e pela colaboração do progresso da própria sociedade.

3.1- O novo bispo de Santo André: Dom Cláudio Hummes, OFM

Auri Affonso Frank Hummes²¹¹ nasceu aos 8 de agosto de 1934 em Picada Batinga, município de Montenegro (Rio Grande do Sul). De uma família de 14 irmãos, é filho de Pedro Adão Hummes e Maria Frank.

Dom Cláudio viveu sua infância em Linha Comprida, atual município Salvador do Sul. Ingressou na Ordem dos Frades Menores, tendo feito o seminário menor e o postulante em Taquari, região metropolitana de Porto Alegre. Fez o noviciado e realizou os estudos filosóficos em Garibaldi no convento gaúcho de Daltro Filho. O curso teológico foi feito em Divinópolis, Minas Gerais.

Ordenado sacerdote aos 3 de agosto de 1958 por dom João Resende Costa, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, foi enviado para Roma em 1959, onde matriculou-se no Pontifício Ateneo Antoniano, colando grau de licenciatura e, após o curso de pós-graduação, grau de doutorado em filosofia em 1963.

Regressando ao Brasil, lecionou filosofia por vários anos. Enquanto lecionava essa disciplina no Convento de Daltro Filho, entre 1963 a 1968, trabalhou como vigário coadjutor da paróquia local. Ao mesmo tempo, de 1966 a 1968 foi subsecretário nacional da CNBB, a qual destinou em 1968 a cursar o Instituto Ecumênico do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, por um semestre extraordinário.

De 1969 a 1972 dirigiu a Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Viamão, quando foi eleito Provincial dos Franciscanos do Rio Grande do Sul, cargo que exerceu até sua nomeação episcopal. No período de 1974 a 1975 lecionava no curso de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (RS).

Eleito bispo titular de Carcábia e coadjutor com direito de sucessão de dom Jorge Marcos de Oliveira por Sua Santidade, o Papa Paulo VI, em 22 de março de 1975²¹², escolheu como lema para seu ministério episcopal “Vós sois todos irmãos” (Mt 23, 8). A justificativa para tal escolha está fundamentada em dois motivos: a realidade sócio-econômica da Diocese de Santo André, sede para qual foi designado. Na época de sua nomeação o bispado era um grande centro urbano-industrial e de periferia, marcado por inúmeros problemas de estrutura social que exigia, como ainda hoje, uma constante pregação e promoção da fraternidade. O segundo se verifica na pertença do bispo à Ordem dos Frades Menores. Inspirado em São Francisco de Assis, o franciscano deve ser irmão de todos e estimular a todos a uma vida fraterna e solidária.

²¹¹ Nome civil de Dom Cláudio Hummes.

²¹² A bula de eleição episcopal de Dom Cláudio está nos anexos de sua monografia em cópia da original em latim e da tradução em língua vernácula.

A ordenação episcopal aconteceu em 25 de maio de 1975 na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, sendo ordenante principal dom Aloísio Lorscheider, OFM, Arcebispo Metropolitano de Fortaleza e Presidente da CNBB, e auxiliares dom Mauro Gomes Morelli, Bispo Auxiliar de São Paulo, e dom Urbano José Algayer, Bispo Auxiliar de Porto Alegre. Teve como paraninfos da ordenação o Dr. Fernando Affonso Gay da Fonseca, o senhor Artur Finkler e suas respectivas esposas.

Tomou posse de seu ofício em 29 de junho de 1975 na Catedral Nossa Senhora do Carmo de Santo André. Visitou como coadjutor de dom Jorge Marcos as regiões episcopais da diocese (Santo André Centro, Santo André Utinga, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Ribeirão Pires). Estes contatos possibilitaram que dom Cláudio estabelecesse seus primeiros passos como bispo diocesano, uma vez que dom Jorge Marcos preparava sua renúncia por motivos de saúde.

Assumindo a Igreja Particular de Santo André sem nenhuma solenidade em 29 de dezembro de 1975, o novo bispo concedeu uma entrevista na residência episcopal respondendo aos jornalistas que seu trabalho será desenvolvido de acordo com as necessidades existentes e em comunhão com os mais diversos ministérios. Enalteceu o significado do Concílio Vaticano II para a evangelização e sua preocupação de tornar a igreja mais próxima do povo, criando novas paróquias e realizando uma dinamização pastoral²¹³.

Uma das primeiras preocupações de dom Cláudio foi quanto ao processo de formação de novos presbíteros, pois o seminário menor diocesano foi fechado logo após o Concílio e não havia acompanhamento vocacional específico para os jovens. O artigo publicado no “*Boletim Diocesano*” em agosto de 1976 tem como título “Esta não é a última geração”²¹⁴. A preocupação de uma promoção vocacional na diocese resultou em várias experiências de grupos de seminaristas em casas de formação inseridas nas paróquias.

Nos anos de 1987 e 1988 o processo formativo foi centralizado em duas casas de formação: a filosófica, na casa da paróquia Imaculada Conceição de Diadema, cujo reitor foi Padre Airton José dos Santos e a teológica, sob responsabilidade de Padre Manuel Parrado Carral na paróquia São Bento de São Caetano do Sul²¹⁵. Após várias campanhas em toda a diocese e com a ajuda da Arquidiocese de Colônia (Alemanha) e da Adveniat foram construídas em terreno próprio as duas primeiras casas do seminário maior diocesano, inaugurado

²¹³ ADGABC. *Diário do Grande ABC*. Dom Jorge renuncia à Diocese de Santo André. 30 de dezembro de 1975, p. 3. (Cópia).

²¹⁴ ACSA. *Boletim Diocesano*. Esta não é a última geração. Agosto de 1976, p. 6.

²¹⁵ Os dois reitores da época da centralização do seminário diocesano em duas casas determinadas foram eleitos bispos: dom Manuel Parrado Carral (2001) e dom Airton José dos Santos (2002).

oficialmente por Dom Alfio Rapisarda, Núncio Apostólico no Brasil, em 22 de março de 1996.

Serviu à CNBB em diversos ofícios. Foi membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB: para o ecumenismo, para os leigos e a pastoral operária (1979-1983) e para a família e a cultura (1995-1998), sendo um dos organizadores do 2º Encontro Mundial das Famílias com o papa no Rio de Janeiro em 1997. Foi também assessor nacional da Pastoral Operária (1979-1990).

No dia 29 de maio de 1996 foi eleito arcebispo de Fortaleza, sucedendo ao cardeal Aloísio Lorscheider, OFM que exercera seu ministério episcopal durante 23 anos na capital cearense (1973-1995).

Após a nomeação feita pelo papa João Paulo II para dom Cláudio suceder o cardeal Paulo Evaristo Arns, OFM, o novo arcebispo tomou posse na Catedral da São Paulo em 23 de maio de 1998. Trabalhou com o clero para que a ação evangelizadora correspondesse ainda mais aos desafios da metrópole paulistana, tendo com um dos marcos de seu episcopado a construção do novo seminário arquidiocesano de Teologia no bairro do Ipiranga.

Criado cardeal no consistório de 22 de fevereiro de 2001 por João Paulo II recebeu o barrete cardinalício no mesmo dia que dom Geraldo Majela Agnelo, arcebispo primaz do Brasil. Foi cardeal-presbítero de Santo Antônio na Via Merulana. Dom Cláudio é membro de vários organismos (dicastérios) na Cúria Romana: Congregação para a Doutrina da Fé; Congregação para os Bispos; Congregação para o Culto Divino e pela Disciplina dos Sacramentos; Congregação para a Educação Católica; Pontifício Conselho para a Família; Pontifício Conselho para a Cultura; Pontifício Conselho para os Leigos; Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso; Pontifício Conselho *Cor Unum*; Pontifícia Comissão para a América Latina; Conselho Ordinário da Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos.

Em 31 de outubro de 2006 foi eleito pelo papa Bento XVI prefeito da Congregação para o Clero, assumindo o encargo em dezembro do mesmo ano como arcebispo emérito de São Paulo. Sua renúncia ao ofício de Prefeito da Congregação foi publicada em 07 de outubro de 2010.

3.2- Sindicalismo e greves

Com o golpe civil-militar de 1964, a articulação sindical foi cerceada pelo regime que se instaurara: o ABC Paulista assistia a força de sua população, os operários, sem a possibilidade de organização sindical e, devido a isso, o direito de liberdade, de expressão e da busca de direitos.

O processo de abertura política iniciado pelo governo do General Ernesto Geisel, possibilita aos poucos a reorganização do movimento operário porém, a liberdade sindical plena somente se dará com a Nova República.

A rearticulação dos trabalhadores em sindicatos origina a busca por novas realizações na relação capital e trabalho

De 1978 a 1980 o ABC sofrerá com as famosas greves por justas reivindicações. A população desta região operária (cerca de 1.800.000 habitantes) era vitimada pelo patronato que não concedia aumentos salariais de acordo com a inflação e o custo de vida. Por outro lado o crescente número de favelados, sinal latente das desigualdades sociais, afirmava o desenvolvimento do país pela exploração da massa trabalhadora²¹⁶.

A repressão sofria neste momento inúmeras manifestações pela anistia e justificação das mortes nos porões das delegacias e nas ruas. Verdadeiros símbolos destes protestos são as manifestações pela morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975 num ato ecumênico na Catedral Metropolitana de São Paulo e a dos estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A geração dos anos 70 toma as ruas numa rearticulação pela volta da democracia²¹⁷.

A crise econômica dos governos dos generais Geisel e Figueiredo desvalorizou a produção dos trabalhadores, que em 1977 realizam a campanha da reposição salarial por 34,1% de reajuste. Este posicionamento possibilita o fortalecimento do sindicalismo, que desde 1964 sofre com intervenções e crises. Desse contexto surgem os movimentos grevistas no ABC.

Em todas as greves podemos destacar a presença dos padres Emílio Rubens Chasseraux e José Mahon. Porém, nesta nova etapa, o apoio fundamental do missionário scalabriniano (carlista), Padre Adelino de Carli, na época pároco da igreja Nossa Senhora da Boa Viagem em São Bernardo do Campo torna-se o ícone da solidariedade do clero para com os trabalhadores. O templo é o marco histórico da situação, uma vez que nos momentos de intervenção federal era o único espaço para as assembleias dos operários.

Em 1978 o novo sindicalismo é confirmado pela realização da greve dos metalúrgicos iniciada em 12 de maio. A reivindicação era um aumento definitivo de 20% dos salários sobre o reajuste anual do governo, e que esse aumento não fosse descontado na época dos reajustes oficiais. Duas semanas depois da primeira paralisação, 50.000 trabalhadores em dezenas de

²¹⁶Cf. ACSA. . *Relatório de dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André*. Atuação da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC. Está nos anexos desta dissertação.

²¹⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*, p. 407-412.

indústrias da região somavam a massa grevista. O movimento foi considerado ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

A Pastoral Operária da diocese junto à Ação Católica Operária, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a Frente Nacional do Trabalho divulgou uma moção de apoio aos trabalhadores grevistas²¹⁸. Dom Cláudio publicou uma nota sobre sua preocupação com a greve e manifesta seu apoio, por ser o aumento salarial algo justo. Ao mesmo tempo, convida aos cristãos e todos os homens de boa vontade da região a refletir sobre a situação do mundo do trabalho. Destaca o papel da Igreja nesta situação:

A Igreja não deve nem querer conduzir o processo [de greve] apesar de todas as tentações de poder que sempre a rondam e apesar de suas faltas e omissões em que tem incorrido e incorre, com relação aos operários. Mas ela quer solidarizar-se com o povo, ser povo e, neste momento, apoiar os operários em suas reivindicações, que considera justas, ao mesmo tempo que respeita a autonomia e finalidades das instituições intermediárias, como os sindicatos, sem esquecer sua missão de pregar o Evangelho a todos. Ela se alegra e apoia quando essas instituições intermediárias tentam recuperar no Brasil sua verdadeira natureza, como declarou o documento da CNBB “Exigências Cristãs de uma Ordem Política”²¹⁹.

Em outubro de 1978, a Igreja do Brasil lançou uma reflexão sobre a situação nacional diante da possibilidade de abertura política para uma transição de regime. Os bispos do Estado de São Paulo, reunidos em assembleia ordinária em Itaipicé, município de Indaiatuba, nos dias 05 a 08 de novembro, refletiram sobre a Lei de Segurança Nacional e a necessidade de uma discussão sobre o tema “A segurança como bem de uma nação”²²⁰.

O apoio inicial de dom Cláudio num movimento grevista revela sua plena comunhão com os demais irmãos de episcopado que através da CNBB apoiam manifestações com o objetivo do restabelecimento da democracia. Não sabia o bispo que, em decorrência deste apoio, sua presença seria significativa para manter a paz nos eventos vindouros.

O movimento grevista de 1979 no ABC começou a zero hora de 13 de março de 1979, quando os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema deflagram a primeira greve geral de

²¹⁸ ACSA. *SEDOC*. Apoio aos trabalhadores. Volume 11, n. 113, julho/agosto de 1978, col. 100 – 101; 103 – 105. Petrópolis: 1978.

²¹⁹ ACSA. *SEDOC*. Nota de dom Cláudio. 25 de maio de 1978. *SEDOC* 11/113, julho – agosto de 1978, col. 102-103.

²²⁰ ACSA. *Boletim Diocesano*, novembro de 1978, p. 6 – 10.

uma categoria trabalhista na recente história do sindicalismo²²¹. Essa greve aconteceu logo após a posse do General João Baptista de Oliveira Figueiredo como presidente da República. A declaração de ilegalidade da greve não demorou a ser oficializada pelos órgãos do governo e a falta de experiência na mobilização fez com que os operários ficassem expostos ao perigo da repressão militar. A Igreja toma parte do movimento no dia seguinte, 14 de março, quando dom Cláudio²²², assessorado pela Pastoral Operária da diocese que lhe fizera convite, se dirigiram à assembleia dos metalúrgicos de Santo André que acontecia na sede do sindicato. O bispo elaborou um relatório²²³ sobre a presença da Igreja Particular na paralisação daquele ano que duraram 14 dias. Com detalhes ele apresenta toda a movimentação pastoral que a instituição eclesiástica realizava em cooperação com o movimento sindical. Uma das consequências deste serviço é a criação do Fundo de Greve com pleno apoio da diocese para as famílias que passavam necessidades em decorrência da greve. Muitos padres acolheram bem a proposta, o que ajudou na divulgação da medida e do sucesso da campanha depois da intervenção nos sindicatos.

A presença de dom Cláudio no piquete da Volkswagen na madrugada do dia 20 de março diante de um aparato policial ostensivo para evitar a violência contra os grevistas. Junto com parlamentares, metalúrgicos e membros da PO o bispo permaneceu no portão da grande fábrica, na época com 38 mil funcionários, das 4h30m às 6h30m, dispersando inclusive carros da ROTA e da tropa de choque.

No mesmo dia a tarde, o bispo de Santo André se dirigiu à assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo no Estádio Costa e Silva (Vila Euclides)²²⁴, cedido pelo prefeito Tito Costa para os trabalhadores. Foi nesta assembleia que dom Cláudio se encontrou pela primeira vez com o presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva (Lula).

Estavam presentes no estádio 70.000 operários e o bispo assistiu antes de sua fala uma cena que o surpreendeu: a esposa de um metalúrgico, sem saber da presença da autoridade eclesiástica, convidou a todos pelo microfone a rezar um Pai-Nosso, o que era para dom Cláudio um momento novo. A partir daí nos momentos de greve a oração do Senhor e a celebração de atos religiosos seriam comuns e pedidas pelos próprios grevistas. No dia

²²¹ OLIVA, Aloísio Mercadante (coord.). *Imagens da luta 1905 – 1985*. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, 1987, p. 162.

²²² ADGABC. *Dom Cláudio elogia trabalhadores*. 16 de março de 1979, sem paginação; DOM CLÁUDIO esclarece participação [na greve]. 1º de abril de 1979, sem paginação.

²²³ ACSA. *Relatório de dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André*. Atuação da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC. Os parágrafos seguintes são todos baseados no relatório do bispo, feito para esclarecer sobre dúvidas quanto à atuação deste e da CNBB com relação ao governo no período da greve.

²²⁴ O nome do Estádio Municipal de São Bernardo tem como nome atual “Primeiro de Maio”.

seguinte, durante reunião extraordinária do Conselho Presbiteral, o bispo recebeu a aprovação dos padres sobre sua participação na paralisação.

Devido a violência policial ocorrida durante a manhã do dia 21 de abril, dom Cláudio entra em contato com o Secretário de Segurança Pública pedindo que afaste o policiamento que estava a violentar a população nas ruas e nas portas das fábricas. A cidade de Santo André estava sitiada pela tropa de choque, policiais com cães e os grandes carros da ROTA com sirenes abertas. A ditadura queria amedrontar a população para o fim da greve.

A intervenção nos três sindicatos do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano) foi decretada na madrugada do dia 23 de abril, decisão entregue para ser executada pelo governador do Estado, Paulo Salim Maluf. A polícia cercou o sindicato com operários e sindicalistas em seu interior. No caso de São Bernardo do Campo fora o cerco da unidade sindical, onde Lula era o presidente, o estádio municipal também está rodeado pelos militares. Ao meio-dia os interventores federais tomavam posse dos três sindicatos e os 200.000 metalúrgicos do ABC estavam sem local de reunião. Nesta altura e no perigo de prisão para os operários o bispo decide abrir sua casa para todos os perseguidos para reuniões, refeições e até para ali descansaram, pois era um local seguro diante das várias ameaças.

Num clima de guerra entre tropa de choque e trabalhadores no Paço Municipal de São Bernardo, o bispo e o prefeito Tito Costa conseguem apaziguar a crise dos 40.000 metalúrgicos que queriam uma assembleia. Voltando a Santo André, a Catedral, a praça e a residência episcopal estavam cercadas pela polícia. Os metalúrgicos de Santo André, sem local para reunir-se, dirigem-se à Praça do Carmo e encontrando a igreja aberta entram e realizam seu objetivo, causando um ambiente de terror pela presença do “serviço de segurança pública”, que queria coibir toda atitude.

No dia 24, os trabalhadores de São Bernardo realizam assembleia no paço municipal, enquanto os de Santo André estão na casa de dom Cláudio para contar com a colaboração do bispo para a realização de sua reunião. Ele prontamente desaconselhava a assembleia na Catedral pelo espaço não garantir nenhuma segurança ou em outro espaço, orientando com presidente cassado do sindicato Benedito Marcílio que um grupo de representantes se reunisse no salão paroquial da Igreja Senhor do Bonfim, dos frades menores conventuais.

Os operários em vez disso vão rumo ao templo do Parque das Nações para uma assembleia e a polícia cerca o espaço, tentando arrombar o salão paroquial. Dom Cláudio vai para a paróquia com dois advogados para acalmar a situação. Neste meio tempo ele recebe a notícia que embora a assembleia de São Bernardo tenha ocorrido bem, o paço se tornara um

campo de batalha por uma passeata de estudantes. A repressão atingiu com violência prendendo e ferindo muitos civis.

Dom Cláudio trabalhou pacificamente para que tudo concorresse para o bem dos trabalhadores. Presidiu uma missa no dia 25, decida na assembleia operária do dia anterior, onde Lula e Marclio mesmo cassados assumem o comando da greve em São Bernardo e Santo André. Chamado pela CNBB, na pessoa de dom José Ivo Lorscheider, secretário geral, foi à Brasília para uma audiência com o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, com o vice-presidente da conferência, dom Geraldo Fernandes.

Um encontro frustrante com o representante do governo fez com que o bispo continuasse seu apoio irrestrito à greve pacífica e justa dos operários. Um acordo no dia 27 de março, propondo uma trégua da paralisação por 45 dias para possíveis negociações foi aceito nos três sindicatos, sendo que dois dias depois os sindicalistas cassados passaram a trabalhar nos salões paroquiais de Nossa Senhora da Boa Viagem e Senhor do Bonfim. A solidariedade para com os grevistas e a indignação pela intervenção foi expressa por cartas de dom Waldir Calheiros Novaes, bispo de Volta Redonda, Rio de Janeiro, e da Comissão da PO da Arquidiocese de São Paulo.

Dom Cláudio, na qualidade de bispo diocesano, lançou duas notas sobre o ocorrido para a imprensa e para a Câmara Federal, afirmando a presença da Igreja como instrumento de sociedade às justas reivindicações dos trabalhadores²²⁵.

Depois do intenso apoio aos metalúrgicos, dom Cláudio recebeu uma carta de agradecimento de Benedito Marclio, que restituído da presidência do sindicato de Santo André, parabeniza o bispo por estar ao lado dos metalúrgicos²²⁶.

Depois da greve geral de 1979 os movimentos sindicais tomavam novo impulso. A pastoral diocesana decidira que no primeiro plano de pastoral, a realidade de um trabalho junto ao mundo do trabalho era prioridade²²⁷. Nos seus 25 anos de existência a Igreja de Santo André esteve sempre ao lado de seu povo nas mais diversas necessidades com profetismo e testemunho. A terceira conferência geral do episcopado latino-americano realizada em Puebla de Los Angeles, México, sendo inaugurada pelo novo papa, João Paulo II, em janeiro de 1979, confirmava mesmo com certos apontamentos sobre a Teologia da Libertação, o trabalho das pastorais sociais.

²²⁵ ACSA. *Notas de Dom Cláudio Hummes sobre a greve de 1979*. (Pasta Dom Cláudio Hummes).

²²⁶ ACSA. *Boletim diocesano*, Reconhecimento público ao apoio de dom Cláudio. Abril – maio de 1979, p. 10. *Diário do Grande ABC*, 22 de maio de 1979, sem paginação.

²²⁷ ADGABC. Para dom Cláudio, papel político da Igreja é denunciar as injustiças. 7 de dezembro de 1979, sem paginação.

Os protestos de 1979 não foram atendidos como deveriam. O início do ano de 1980 começa com uma campanha salarial. O operariado estava bem organizado e consciente de sua luta de classe. Em 1º de abril de 1980 teve início a maior greve da história do Brasil, que marcou o caminho de redemocratização do país²²⁸.

As reivindicações não se resumem a reajustes salariais como as greves anteriores. A garantia de uma estabilidade salarial era sinal que os trabalhadores desejavam mudanças quantitativas e qualitativas, solicitando a presença nas fábricas de um delegado sindical e a estabilidade de emprego por 12 meses, uma vez que a estabilidade no trabalho foi banida pela Revolução de 1964²²⁹.

Participaram do movimento de greve 200.000 operários, que somados às suas famílias, envolviam pelo menos 800.000 pessoas na greve. A metade da população da diocese sofria com a insegurança no mundo do trabalho e com o aumento das injustiças aos trabalhadores²³⁰. Segundo dom Cláudio, em seu relatório aos bispos sobre o movimento grevista de 1980, o ocorrido tinha seu apoio e de vários membros da diocese por ser justo e digno de fé. Os 41 dias de greve segundo ele foram de grande turbulência para todos os envolvidos, pois além do clima tenso do acontecimento, vários oportunistas tentavam incitar os trabalhadores a responder com violência as represálias da polícia²³¹.

O governo não tardou em decretar a ilegalidade da greve, que foi tratada como insurreição pelos militares. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decretou para minar a greve um ajuste de 7% para o salário dos trabalhadores e se afirmou inapto para julgar a legalidade ou não da greve, o que não foi aceito pelos grevistas, pois por outro lado o mesmo órgão da justiça do trabalho reduziu o piso salarial sobre as horas extras.

A decisão de continuar a greve foi dos metalúrgicos e a Igreja somente manifestou solidariedade. Dom Cláudio sempre fez questão de afirmar que a instituição religiosa nunca incitou greves, sempre deixando isso por decisão dos trabalhadores. O direito de greve deveria ser legítimo e a Lei de Greve era de fato um mecanismo contra a defesa dos operários.

No dia 31 de março, antes da paralisação, o bispo do ABC esteve presente na assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo e apoia a decisão dos trabalhadores pela greve. Comunicou que o conselho presbiteral decidiu que a “Igreja estará ao lado dos trabalhadores até o fim”.

²²⁸ OLIVA, Aloísio Mercadante. *Imagens da luta (1905 – 1985)*. São Bernardo do Campo do Campo: CEDI, 1987, p. 180.

²²⁹ ACSA. *Relatório de dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André*. Atuação da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC.

²³⁰ Ibid.

²³¹ Ibid.

Falando de Dom Oscar Romero, arcebispo de El Salvador assassinado no dia 24 de março enquanto presidia a Eucaristia. Dom Cláudio convidou os operários à reflexão: “Vamos pensar nele, por sua coragem. Ele foi uma pessoa que se colocou ao lado dos trabalhadores e do povo”. Por fim perguntou se os trabalhadores queriam rezar o Pai – Nosso e a resposta foi imediatamente confirmada. O bispo garantiu que as igrejas e os salões paroquiais estariam abertos aos trabalhadores, no caso de intervenção dos sindicatos. Em todas as paróquias da diocese foi distribuída uma mensagem de apoio aos metalúrgicos assinada pelo bispo diocesano²³².

Dom Cláudio sempre afirmou que sua presença nas assembleias pela sua obrigação evangélica de pastor, não significando que ele se tornava um sindicalista porque não assumiu nenhuma liderança. Estava ali como pastor, pois o pastor deve estar presente onde está seu povo, sobretudo nos momentos de conflitos e tensões. Em 7 de abril, o bispo presente em assembleia no Estádio da Vila Euclides fala da relação entre a Igreja, a greve e a missão evangélica:

Cristo não veio ajeitar as coisas. Não veio harmonizar. Não veio fazer média entre a justiça e a injustiça... A Igreja nunca decidirá se vocês devem fazer ou parar a greve. Vocês é que devem decidir. A Igreja se põe a serviço de vocês, mas esta decisão é de grande responsabilidade²³³.

Sob esta argumentação a diocese ofereceu o serviço de reflexão e evangelização para que os trabalhadores compreendessem que a luta deles por justiça estava ligada à luta de Jesus Cristo e Seu mistério pascal, justificando as celebrações litúrgicas durante a greve²³⁴. Três salas de catequese da igreja Nossa Senhora da Boa Viagem em São Bernardo foram cedidas aos sindicalistas para a arrecadação do Fundo de Greve²³⁵. Em 15 de abril o sindicato de São Bernardo lança um boletim para instruir os operários em suas ações²³⁶. Depois de decretada a

²³² BIBLIOTECA DE PESQUISAS RELIGIOSAS. *A greve do ABC: O dia – a – dia da greve*, s.i.t., mai. 1980, p. 14 – 15.

²³³ Ibid, p. 21 - 22

²³⁴ ACSA. *Relatório de dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André*. Atuação da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC.

²³⁵ BIBLIOTECA DE PESQUISAS RELIGIOSAS. *A greve do ABC: O dia – a – dia da greve*, s.i.t., mai. 1980, p. 24.

²³⁶ O boletim dizia o seguinte: “1 - A greve continua. Se voltarmos a trabalhar perdemos tudo. Paralisados venceremos; 2 – Só saia de casa para nossas assembleias. Só confie na palavra dos membros da diretoria e da Comissão de Salários. Se membros da diretoria forem presos, mais firmeza ainda. Outros companheiros

intervenção da entidade pelo Tribunal Regional do Trabalho em 18 de abril, a ajuda da Igreja é indispensável. Dom Cláudio afirma, em nota oficial, que lamenta profundamente a ingerência, protestando contra mais este ato de violação dos direitos dos trabalhadores de fazerem greve e de serem dirigidos pelas suas autênticas lideranças sindicais²³⁷.

A prisão de líderes sindicais em 19 de abril, dentre eles Lula, e de membros da comissão Justiça e Paz de São Paulo²³⁸, causou protestos de parlamentares opositores ao governo. No dia 20, o DOPS emitiu nota proibindo qualquer manifestação ou assembleia nos estádios de Vila Euclides (São Bernardo) e Jaçatuba (Santo André), assim como no Paço Municipal de São Bernardo do Campo. Dom Cláudio informou no mesmo dia que a diocese assumiu o fundo de greve, recolhendo os donativos nas 75 paróquias do ABC e realizando a distribuição nos templos e no posto localizado à Rua Centenário. Denunciou também que as pessoas que estão coordenando esta atividade estão sendo vítimas de represálias por parte de elementos que se apresentam como policiais. As prisões continuam e líderes sindicais são indiciados como agitadores da paralisação e ameaçados de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. O fundo de greve de São Bernardo denunciou que um caminhão de seis toneladas de gêneros alimentícios foi sequestrado por policiais, causando a interdição do posto da Igreja Matriz da cidade por perigo da violência armada²³⁹.

assumirão a direção da luta. Não aceite notícias em rádio, jornais e televisão, falando que a greve acabou; 3 – Se o sindicato for cercado pela polícia, procure a Matriz de São Bernardo onde funciona nosso fundo de greve; 4 – Se o Estádio da Vila Euclides for ocupado por tropas militares, nossas assembleias serão realizadas no Paço Municipal de São Bernardo. Se ocuparem o Paço, procure as igrejas [católicas] centrais do ABC. Faremos assembleias por bairros; 5 – Não aceite provocações. Agitadores da repressão vão se infiltrar em nosso meio para tentar quebrar o caráter pacífico da nossa luta. Eles querem que a gente jogue uma pedra para poderem jogar uma bomba na gente; 6 – Visite seus colegas metalúrgicos, mantenha-os firmes; 7 – Não tenha medo. Podem prender 10, mas somos 100 mil; não há prisão para tanto trabalhador e nem repressão capaz de vencer nossa decisão de lutar até a vitória.” (Cf. BIBLIOTECA DE PESQUISAS RELIGIOSAS. *A greve do ABC: O dia – a – dia da greve*, s.i.t., mai. 1980, p. 30).

²³⁷ Ibid. p. 32 - 34

²³⁸ Diz o texto: “Às 6h30m. da manhã de ontem [19 de abril], oito homens, dos quais pelo menos dois usavam metralhadoras, prenderam o dirigente sindical Lula em sua residência no bairro de Ferrazópolis, São Bernardo, exibindo ordem de prisão com base na Lei de Segurança Nacional. Pouco depois desse horário, mais catorze pessoas foram detidas em circunstâncias similares: Devanir Ribeiro e Djalma de Souza Bom, também diretores do Sindicato de São Bernardo; José Cicote, Ernesto Sencini, Isaias Urbano da Cunha, Orlando Francelino Mota, diretores do Sindicato de Santo André, José Ferreira da Silva, irmão de Lula e militante sindical; Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato de Metal de Santos; Afonso Delelis, presidente, até 64, do Sindicato de Metal de São Paulo. Além deles, foram detidos José Carlos Dias, presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Dalmo Dallari, jurista e ex-presidente da mesma comissão; o engenheiro Ricardo Zaratini, militante político; o jornalista Antônio Roberto Espinosa; e José Timóteo da Silva, acusado de ser militante da Convergência Socialista”. (Cf. BIBLIOTECA DE PESQUISAS RELIGIOSAS. *A greve do ABC: O dia – a – dia da greve*, s.i.t., mai. 1980, p. 36).

²³⁹ Ibid. p. 37-38.

A manutenção da greve em São Bernardo foi determinada por uma assembleia de 40 mil metalúrgicos no interior da Matriz da Boa Viagem e na praça contígua. As negociações com os empresários continuam paralisadas. Dom Cláudio discursou após os representantes dos trabalhadores:

Se a Igreja se coloca do lado dos trabalhadores, é porque existem dois lados: o da justiça e da injustiça, o da liberdade e da opressão, o da honestidade e da corrupção e o da verdade e da mentira. E a Igreja, como Jesus Cristo, está do lado da justiça, da liberdade e da honestidade. A Igreja continua achando justa e pacífica a luta dos metalúrgicos e, por isso, vai com eles até o fim. A decisão é dos metalúrgicos. Contem conosco até o fim, pois não temos medo de ameaças²⁴⁰.

Em Santo André no dia 24 de abril, com o apoio da Paróquia Senhor do Bonfim, que abriu seu pátio para 2.500 metalúrgicos, a decisão é que a greve deve continuar. Na mesma data a polícia restringe em São Bernardo a ocupação das ruas laterais e da Praça da Matriz para a assembleia, sendo que o templo só comporta duas mil pessoas. O bispo declara que isso é loucura que provocaria mais confrontos. Pediu às emissoras de rádio e TV que divulgassem apelo para que os operários não fossem à Matriz e se dirigissem às igrejas dos bairros, evitando concentração e repressão. No dia seguinte a polícia desocupou a praça duas horas e vinte minutos antes da assembleia, que ocorreu num clima de tensão pelo sobrevoo de 17 helicópteros militares²⁴¹.

Muitos bispos se manifestaram contrários ao apoio das Igrejas de São Paulo e Santo André à greve, segundo declarações do chefe de Estado. O presidente Figueiredo diz que a Igreja está dividida e que muitos membros do episcopado se posicionam ao lado do governo. Dom Cláudio e o Cardeal Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, divulgam nota intitulada “A Igreja, a greve e a lei”, explicando como a Igreja apoia os grevistas e afirmando que não está indo contra a disciplina canônica: “A Igreja não seria cristã se não desse apoio para trabalhadores poderem preservar sua dignidade, defender seus direitos, inclusive os trabalhistas, sem sofrer humilhações”²⁴².

O marco de todas as manifestações desta greve está na comemoração do dia 1º de maio. Com o sindicato sob intervenção, seus principais dirigentes encarcerados, e o governo não dispõe

²⁴⁰ Ibid. p. 42.

²⁴¹ Ibid. p. 43.

²⁴² Ibid. p. 48.

trégua para uma resolução justa, proibindo a realização do evento na cidade. A solidariedade a esta crise está no apoio da Igreja que celebrou a Eucaristia na Matriz. Durante a missa dom Cláudio, presidente da celebração, auxiliado por dom Mauro Gomes Morelli, bispo auxiliar de São Paulo, e por mais 42 padres faz sua homilia na defesa do trabalho digno. Desperta a consciência dos presentes para que não se preocupem com seu possível enquadramento na Lei de Segurança Nacional como agitador da greve. Pede que contra esse desvio de pensamento que o regime militar deseja ocasionar na ação dos operários, todos pensem na condição dos sindicalistas e demais presos²⁴³.

Durante a missa muitos trabalhadores, vindos de diversos locais, foram se concentrando na praça da igreja, totalizando cerca de 150 mil pessoas. A cidade estava sitiada pela polícia com aparato pesado para atacar os possíveis manifestantes, mas, diante da grande massa, o cerco recuou e foi embora de São Bernardo do Campo. Do templo católico os trabalhadores, o bispo, os padres, Frei Betto e as mulheres dos sindicalistas presos se dirigiram para o Estádio de Vila Euclides, onde realizaram um comovente ato político contra o militarismo²⁴⁴. Dom Cláudio disse que, naquele momento, se concretizava “a justeza das reivindicações dos operários metalúrgicos”²⁴⁵.

Uma revanche dos militares acontecerá em São Bernardo do Campo com esguichos de água contra os trabalhadores nas assembleias na Praça da Matriz. Com esta situação uma delegação formada por dom Cláudio, Jacó Bittar, João Vasconcelos e pelo presidente e vice-presidente da OAB do Brasil, Seabra Fagundes e José Paulo Pertence, tentou fazer contato com o presidente Figueiredo em 10 de maio para solucionar a greve que estava no seu 40º dia. Aceita a proposta pelos metalúrgicos a comissão foi para Brasília e na sede da CNBB revê suas posições para o diálogo. O resultado do encontro foi anunciado na assembleia da Matriz de São Bernardo no dia 11, que decidiu o fim da paralisação de 41 dias²⁴⁶.

No relatório dirigido aos bispos em 12 de setembro de 1980, dom Cláudio Hummes reafirma a necessidade da Igreja²⁴⁷ estar ao lado dos trabalhadores como postura de evangelização e coerência ao seu profetismo. Aplica o princípio de justiça e solidariedade quanto à má aplicação da LSN²⁴⁸, que vitima pessoas inocentes e totalmente oprimidas pela desordem

²⁴³ ACSA. *Jornal da Tarde*. Dom Cláudio na missa: “Não temam por mim”. 2 de maio de 1980, não paginado (cópia).

²⁴⁴ OLIVA, Aloísio Mercadante. *Imagens da luta (1905 – 1985)*. São Bernardo do Campo: CEDI, 1987, p. 197.

²⁴⁵ A GREVE do ABC – 1980. *O dia – a – dia da greve*, s.i.t., mai. 1980, p. 57.

²⁴⁶ *Ibid*, p. 71-72.

²⁴⁷ Dom Cláudio adverte na introdução do relatório que quando ele usa o termo Igreja o restringe à diocese de Santo André.

²⁴⁸ Lei de Segurança Nacional.

social e pelo descaso nas relações entre capital e trabalho. Rebate afirmações que afirmam que dinheiro de ajudas internacionais teria mantido o movimento e agradece as diversas manifestações de solidariedade²⁴⁹.

Das greves do período de 1978-1980, a última foi a mais comentada em toda a história recente do país. A presença das Igrejas Particulares de São Paulo e Santo André no movimento foi compreendida sob muitos aspectos, que revelam o ambiente de tensão no país e na sua relação com a instituição católica.

Como nos tempos de dom Jorge Marcos de Oliveira à frente da diocese o bispo tomou sério posicionamento a favor dos perseguidos. Dom Cláudio Hummes abriu com esta atuação novos caminhos para a tão sonhada redemocratização brasileira. A presença da diocese tornou-se objeto de reflexão da imprensa mundial, merecendo a atenção de diversas autoridades, como a declaração do Núncio Apostólico no Brasil, dom Carmine Rocco²⁵⁰, e considerações diretas de João Paulo II²⁵¹.

Em 20 de abril de 1980, dom Jorge Marcos, bispo emérito do Grande ABC, envia uma carta ao presidente Figueiredo pedindo uma resolução para o problema operário na região, privilegiando a dignidade da pessoa humana²⁵².

O movimento de 1980 recebeu diversos apoios de bispos como o cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo²⁵³, dom Hélder Pessoa Câmara, arcebispo de Olinda e Recife²⁵⁴, dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia²⁵⁵, dom Luciano Pedro Mendes de Almeida²⁵⁶, dos dez bispos auxiliares de São Paulo²⁵⁷ e da própria CNBB²⁵⁸, cuja atuação foi

²⁴⁹ Ibid,

²⁵⁰ BIBLIOTECA DE PESQUISAS RELIGIOSAS. *A greve do ABC: O dia – a – dia da greve*, s.i.t., mai. 1980, p. 64-68.

²⁵¹ ACSA. *Folha da Diocese*. Papa diz a dom Cláudio: “Continuem a lutar pela justiça social”. Outubro – novembro 1979 (capa); *Folha da Diocese*. Papa quer a luta pela Justiça. Junho 1980 (capa); *Folha da Diocese*. Papa apoia ação da Igreja no ABC. Dezembro 1980 (capa).

²⁵² CARTA de dom Jorge Marcos de Oliveira ao presidente da República. 20 de abril de 1980, s.i.t.

²⁵³ BIBLIOTECA DE PESQUISAS RELIGIOSAS. *A greve do ABC: O dia – a – dia da greve*, s.i.t., mai. 1980, p. 46.

²⁵⁴ Ibid, p. 48.

²⁵⁵ Ibid, p. 49.

²⁵⁶ Ibid, p. 38.

²⁵⁷ Ibid, p. 39; 45

²⁵⁸ Ibid, p. 47.

definida por dom Cláudio como fundamental para o movimento operário²⁵⁹. As Igrejas cristãs²⁶⁰ se manifestaram aprovando a atitude profética de dom Cláudio.

Atitudes mais cautelosas como a do cardeal Eugênio de Araújo Sales, arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro²⁶¹, também foram sinais serenos de manifestação para com o fato. Críticas veladas de alguns dignitários como o cardeal Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre²⁶², demonstram a pluralidade de posições que uma instituição pode possuir através de seus membros.

Das instituições civis, a greve de 1980 recebeu muita solidariedade. Empresas pararam seus turnos de trabalho. Houve a iniciativa de um show beneficente em São Bernardo, que foi barrado pela repressão, no Estádio da Vila Euclides²⁶³, manifestos do Sindicato Internacional dos Metalúrgicos, da Associação de Professores do Estado de São Paulo (APEOESP), Federação Geral da Metalurgia Francesa, dos trabalhadores rurais, da União Metalúrgica dos Estados Unidos e Canadá, da Central Latino-Americana dos Trabalhadores e da Conferência Sindical Mundial²⁶⁴.

Os relatórios de dom Cláudio, já citados nesta monografia, das greves de 1979-80 são justificados nestes apoios e refletem profunda comunhão com a caminhada pastoral da Igreja latino-americana e brasileira em sua maioria, assim também como os posicionamentos da pastoral de conjunto da diocese do ABC.

3.3- A democracia e a pastoral

Dom Cláudio Hummes ao assumir o ofício de bispo diocesano encontrara no Grande ABC grandes desafios para a ação evangelizadora. O país vivia a ansiedade pelo processo de abertura política e o fim da censura prévia. As condições de vida eram marcadas pela estratificação econômica, que acentuava ainda mais a divisão de classes.

A região da diocese de Santo André era o maior polo industrial da época e, devido a isso, inúmeros problemas exigiam uma pastoral eficaz. A própria tradição da igreja local na luta pelos direitos dos trabalhadores e dos mais empobrecidos fazia com que a missão de evangelizar não perdesse este eixo fundamental.

²⁵⁹ ACSA. Relatório de dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André. Atuação da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC.

²⁶⁰ BIBLIOTECA DE PESQUISAS RELIGIOSAS. A greve do ABC: O dia – a – dia da greve, s.i.t., mai. 1980, p. 49.

²⁶¹ Ibid, p. 50.

²⁶² Ibid, p. 51.

²⁶³ Ibid, p. 28; 46.

²⁶⁴ Ibid, p. 15; 18; 41; 42; 43; 45.

O novo bispo possuía diante de si a necessidade de uma renovação pastoral. A própria articulação das atividades junto ao movimento operário precisava de novo influxo, pois a JOC e a ACO passaram no contexto mais intenso da perseguição militar por um processo de enfraquecimento e atuação censurada. Iniciava-se a atuação das comunidades eclesiais de base (CEB's) nas periferias que cresciam vertiginosamente em todo o ABC.

Embora a relação entre catolicismo e militarismo no início do ministério do segundo bispo de Santo André fosse diferenciada da do contexto de dom Jorge Marcos, dom Cláudio teve como desafio a luta por uma perseguição velada pelas estruturas do sistema de segurança nacional, que continuava sua ação numa atitude politizada, mas não menos agressiva. Mudara também a maneira do povo na reivindicação pela volta do regime democrática. A Igreja está mais unida na luta pelos direitos humanos e a CNBB mais direcionada aos assuntos de conjuntura nacional do que nos primeiros anos do regime militar.

Reunindo as lideranças leigas dos movimentos sociais da diocese no início de 1976, dom Cláudio propõe um modo de repensar o trabalho social diocesano em relação aos operários, canalizando os diversos serviços na “Pastoral Operária” que surgia sob o influxo de Padre Carlos Tosar, membro dos Filhos da Caridade²⁶⁵.

Em 8 de abril de 1976, aniversário do município de Santo André, o bispo faz uma reflexão sobre o aniversário da cidade colocando em evidência os problemas do mundo do trabalho com relação à inflação, alto custo de vida, salários baixos e falta de transporte. No dia do trabalho enviou uma pequena mensagem aos trabalhadores, destacando os problemas salariais, declarando solidariedade e a necessidade de promoção de justiça social e defesa dos direitos humanos²⁶⁶.

No mês de agosto de 1976, dom Cláudio lança uma mensagem assinada por alguns padres intitulada “É tempo de política”. Em março do ano seguinte escreve nova mensagem denominada “Aos trabalhadores do ABC”.

O trabalho inicial do bispo em relação à questão social da diocese, segundo afirmação de Padre Antônio Moura da Silva, que acompanhou todo o ministério de dom Cláudio no ABC, inclusive sendo seu vigário geral no período de 1988 a 1996, foi sendo elaborado à medida que as situações exigiam. Sua abertura aos operários e de combate ao sistema injusto decorre

²⁶⁵ Entrevista de Anastácio Brolezzi a Felipe Cosme Damião Sobrinho em 4 de abril de 2008. O trabalho da Pastoral Operária na Diocese torna-se oficial com os novos movimentos grevistas de 1978 – 1980, sendo a greve de 1979 a oficialização do trabalho em âmbito diocesano. Porém, com a chegada de dom Cláudio, esse trabalho mesmo que oficioso é dirigido pelos padres operários franceses.

²⁶⁶ ACSA. HUMMES, Cláudio. *Meus passos junto aos operários*, sem data.

de um encontro com novas gerações, que participando de trabalhos eclesiais, esperam de seus pastores uma postura profética²⁶⁷.

A prisão dos oito operários-estudantes em 28 de abril de 1977 fez com que dom Cláudio na missa de 1º maio na Catedral do Carmo lesse os nomes dos presos à assembleia reunida e solicitasse às autoridades para que sejam respeitados os direitos humanos dos presos, sobretudo sua integridade física e mental, e que tenham julgamento justo e ampla possibilidade de defesa. Telefonou ao general do II Exército, Dilermando Gomes Monteiro, e ao Governador do Estado, Paulo Egídio Martins, para que fosse suspensa a incomunicabilidade dos presos, recebendo a garantia da parte do general que estes estão bem tratados²⁶⁸.

O ano de 1977 marca uma das primeiras denúncias de dom Cláudio através dos jornais da região. Uma mensagem sobre a Semana Estadual da Família faz com que o bispo enfatize as estruturas injustas e desumanas do trabalho como principais responsáveis pela desagregação da família, atingindo a maioria dos brasileiros que constituem a população trabalhadora, mesmo sendo esta a principal criadora do progresso material da sociedade²⁶⁹.

A organização do trabalho pastoral na primeira fase do bispado de Dom Cláudio na diocese de Santo André, principalmente nos anos das grandes greves de 1978, 1979 e 1980 marca uma etapa de amadurecimento da consciência eclesial. Marco deste período é a elaboração dos primeiros planos diocesanos de pastoral (1979-1981; 1981-1984), o boletim diocesano e o folheto ABC Litúrgico.

O primeiro plano de pastoral foi lançado como marco das comemorações do jubileu de prata da diocese (1979). Seu processo de estruturação começou em 1977 a partir de três princípios: **1)** planejamento pastoral com o povo; **2)** o plano seria uma resposta às exigências concretas da vida do nosso povo e de sua caminhada histórica; **3)** o próprio processo de estruturação do plano já deveria constituir-se num processo de desenvolvimento da corresponsabilidade e da conscientização pastoral do Povo de Deus como um todo²⁷⁰.

A realização da Assembleia Diocesana de Pastoral em 18 e 25 de novembro de 1978 teve a participação eletiva do bispo, todos os padres e diáconos, uma religiosa por comunidade, três leigos de cada paróquia e representantes dos diversos organismos diocesanos. Deste encontro foram escolhidas as prioridades para o triênio 1979-1981.

²⁶⁷ Entrevista de Padre Antônio Moura da Silva a Felipe Cosme Damião Sobrinho em 30 de abril de 2008.

²⁶⁸ ACSA. *Boletim diocesano*. Dom Cláudio e os operários-estudantes presos. Maio de 1977, n. 13, p. 11.

²⁶⁹ ADGABC. *Dom Cláudio denuncia a injustiça social*. 11 de outubro de 1977 (cópia).

²⁷⁰ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Plano de Pastoral (1979-1981)*, s.i.t., p. 3.

A base do plano está nos documentos recentes do magistério pontifício: *Evangelii Nuntiandi* do papa Paulo VI, *Catechesi Traedende*, do Papa João Paulo II e as conclusões da terceira Conferência Geral do Episcopado da América Latina, o Documento de Puebla. O objetivo geral do plano é a evangelização, compreendida como atingir pelo Evangelho todos os homens dentro de sua realidade.

As prioridades pastorais escolhidas foram: Pastoral Familiar, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Pastoral do Mundo do Trabalho, com ênfase na Pastoral Operária, dado o contexto de injustiça para com o trabalhador na fábrica. Pela estrutura lógica do plano percebe-se a realidade problemática que as comunidades católicas estavam vivendo pela própria instabilidade que o contexto nacional apresentava. Conscientização é a palavra-chave da ação evangelizadora.

O segundo plano diocesano de pastoral é fruto da segunda assembleia geral acontecida em 21 de abril de 1983. As prioridades escolhidas foram Comunidades Eclesiais de Base, Catequese e Pastoral do Mundo do Trabalho (Operária). O texto deste plano foi apresentado na festa dos trinta anos da diocese (1984)²⁷¹.

O eixo dos trabalhos continua a ser a evangelização do povo no momento presente, conscientizando os diocesanos de sua responsabilidade religiosa e a importância da transformação social como sinal de testemunho cristão, em plena comunhão com o projeto de ação pastoral para a Igreja no Brasil realizado pela CNBB (1983-1986)²⁷².

Os dois textos assumem as perspectivas da transformação do país no declínio do regime militar, bem como o apoio às realidades oprimidas por parte da Igreja. Desta afirmação conseguimos justificar a convicção da diocese em ser semente do Reino de Deus no processo de redemocratização. A pastoral é liderada pelo aumento significativo das CEB's, que por sua presença nas favelas e comunidades eclesiais marginalizadas fez com que o povo se sentisse protagonistas de uma nova história. O método de aplicação dos textos é o famoso Ver – Julgar – Agir – Avaliar – Celebrar.

No contexto de desdobramento dos planos de pastoral encontra-se o Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados (MDDF). No ano de 1980, sob a direção do Padre Emílio Rubens Chasseraux, pároco da Vila Palmares em Santo André, pioneiro do trabalho pastoral em

²⁷¹ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Segundo Plano de Pastoral*, s.i.t., p. 3-16.

²⁷² O objetivo geral da ação pastoral da Igreja no Brasil para o quadriênio 1983-1986 é o seguinte: “Evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação socioeconômica e cultural, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o Homem, à luz da opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, anunciando assim o Reino definitivo”. (Cf. DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Segundo Plano de Pastoral*, s.i.t., p. 7).

favelas no ABC, foi realizado o 1º Encontro Nacional da Pastoral das Favelas na Paróquia Santo Antônio da Vila Alpina. A articulação nacional era fruto de um movimento pastoral impulsionado nas quase 200 favelas existentes no território da diocese²⁷³.

O trabalho pastoral na periferia de Mauá pelos padres operários franceses, principalmente nas paróquias São Paulo Apóstolo (Jardim Zaíra) e São Felipe Apóstolo (Parque das Américas) e também nas paróquias andreenses dedicadas a São Jorge (Cidade São Jorge) e São Geraldo Majela (Vila Guaraciaba), impulsionados pelas Comunidades Eclesiais de Base motivaram o povo na conscientização social, conseguindo grandes melhorias para a vida da população²⁷⁴.

Trabalhos como estes foram realizados nas diversas regiões pastorais da diocese, fomentando a construção de novas comunidades eclesiais e formando as mesmas numa nova perspectiva nas relações entre fé e vida.

O Boletim Diocesano era o órgão de comunicação interna entre Dom Cláudio e a diocese de 1976 a 1996, quando foi nomeado Arcebispo de Fortaleza. Durante o período da ditadura militar o boletim será o recurso pelo qual o bispo comunicará ao clero e diocesanos a caminhada da Igreja do ABC ao lado dos movimentos sociais, principalmente dos operários.

Os editoriais escritos pelo próprio dom Cláudio traziam formação doutrinal e a necessidade pastoral da instituição religiosa estar ao lado dos que sofrem num contexto de injustiça. Percebe-se a preocupação do bispo em mostrar a fidelidade do trabalho diocesano ao magistério e autoridade papal, bem como a comunhão plena com as diretrizes da CNBB²⁷⁵.

O jornal “*Folha da Diocese*” foi um instrumento de comunicação de base das pastorais sociais da diocese de 1979 a 1981. Neste “boletim” dom Cláudio dirige-se aos diocesanos porém, ao contrário do Boletim Diocesano que trazia todas as atividades pastorais da Igreja Particular, a “*Folha*” possuía somente um enfoque das pastorais sociais.

Em suas páginas, todos os acontecimentos sindicais e movimentos populares tinham espaço aberto. Boa cobertura foi dada no período do Movimento pelo Custo de Vida, da campanha salarial e da greve de 1980, do apoio do papa João Paulo II às iniciativas de dom Cláudio em

²⁷³ ACSA. *SEDOC*. Pastoral das Favelas: 1º Encontro Nacional. Petrópolis: v. 13, n. 140, abr. 1981, col. 1006-1011.

²⁷⁴ Cf. MÉDICI, Ademir. *Entrevista com o padre José Mahon*. Projeto Viva Cidade, 1990, s.i.t. sem paginação.

²⁷⁵ Editoriais de dom Cláudio que merecem destaque no período do regime militar: Esta não é a última geração (sobre a retomada dos trabalhos da Pastoral Vocacional) (ago. 1976); Puebla e nós (fev.-mar. 1979); Visita ao Papa (I) (out.-nov. 1979); Visita ao Papa (II) (dez. 1979); Nossas comunidades eclesiais de base (I) (jan.-fev. 1980); Nossas comunidades eclesiais de base (II) (mar. 1980); Missão religiosa da Igreja (fev.-mar. 1981); Igreja ao lado dos pobres (I) (jun.-jul. 1981); Igreja ao lado dos pobres (II) (ago. set. 1981); Papa declara Igreja do lado dos trabalhadores [sobre a Encíclica *Laborem Exercens*] (abr. 1983); O desemprego e os acampados (set. 83); Que não morra a esperança em 1984 (dez. 1983).

prol dos trabalhadores, passeatas pela crise do leite e contra a violência da repressão que resultava em mortes e prisões²⁷⁶.

O semanário litúrgico da diocese também foi um recurso para a formação das comunidades e conscientização da realidade. Circulou pela primeira vez em 1º de janeiro de 1980, recebendo o nome de “ABC Litúrgico”. Os primeiros anos de circulação do folheto são marcados pelas inúmeras turbulências sociais. A equipe litúrgica diocesana formada pelos padres Ângelo Beloso Pena (desenhista), Emílio Rubens Chasseraux, José Ailton Teixeira e Walter Arnilo Seidl (redatores) apresentam como conteúdo para as missas dominicais a situação sofrida e a mobilização do povo, procurando uma união entre liturgia e vida.

É muito comum encontrar nos desenhos dos folhetos reproduções das imagens das greves, das favelas, das fábricas, do movimento de Custo de Vida, do problema migratório (tema da Campanha da Fraternidade de 1980), a morte de Dom Oscar Romero e outros. Os comentários manifestam o comprometimento com as causas do povo e os textos do salmo e da segunda leitura eram substituídos por cantos de meditação e testemunhos, com ênfase nas reflexões dos movimentos populares e das CEB's²⁷⁷.

Muitas mensagens de conscientização eram publicadas no folheto. Dom Cláudio enviava conteúdo para comunicação com os diocesanos, círculos bíblicos, cartas aos movimentos e reuniões de CEB's vinham juntamente ao rito da missa dominical.

Com o passar dos anos e a reformulação do ABC Litúrgico o folheto ganhou mais espaço nas paróquias da diocese e implantou uma identidade na vida celebrativa das comunidades do ABC.

Em maio de 1981 a intervenção aos sindicatos do ABC termina e acontecem as eleições para a escolha das diretorias. A conjuntura nacional é marcada pelo crescente número de desempregados, o que faz com que a solidariedade continue na vida sindical²⁷⁸. O governo do

²⁷⁶ No período de 1979-80 destaco as seguintes reportagens: REPRESSÃO policial à greve mata operário [Santo Dias da Silva], out – nov 1979, capa; ENFRENTANDO o Custo de Vida, dez 1979, p. 2-3; CAMPANHA salarial – 80, mar 1980, capa; IGREJA apóia até o fim [greve de 1980], abr 80, capa; NO ABC a luta é de todos [greve de 1980], mai 1980, capa; METALÚRGICOS não se sentem derrotados, jun 1980, p. 2; DONAS de casa exigem o leite das crianças (escondido pelas multinacionais), set. 1980, capa; COMUNIDADE repudia expulsão do padre Vito Miracapillo, dez. 1980, capa.

²⁷⁷ O conteúdo dos folhetos era muito diferenciado. Merecem destaque o do dia do trabalhador de 1981, que traz somente mensagens e comentários sobre os documentos sociais da Igreja e a atuação de militantes e bispos pela justiça, o da Solenidade de Corpus Christi (18/06/1981), onde o desenho do pão é a imagens das várias realidades sociais da diocese e o do 30º Domingo do Tempo Comum, que traz uma homenagem pelos 50 anos de sacerdócio de dom Hélder Pessoa Câmara. (Cf. DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *ABC Litúrgico (1980 – 1981)*, (folhetos encadernados).

²⁷⁸ Cf. OLIVA. Aloísio Mercadante. *Imagens da luta (1905 – 1985)*. São Bernardo do Campo: CEDI, 1987, p. 210-229.

general João Figueiredo é marcado pela anistia política de 1979 e pelos inúmeros insucessos na transição para a democracia. A violência policial é a maior inimiga dos direitos humanos²⁷⁹.

A diocese de Santo André tem sua ação pastoral centrada nos dois planos diocesanos elaborados, cujo conteúdo tem forte predominância na ação transformadora da realidade. Mesmo com as duras críticas quanto o método da Teologia da Libertação, que em 1984 mereceu uma instrução promulgada pela Congregação da Doutrina da Fé²⁸⁰, os trabalhos da Igreja no ABC continuam em torno das camadas populares. Acontece o início das casas de formação para os futuros presbíteros em casas paroquiais (1978), que contribuirá para uma experiência dos candidatos ao presbiterado nas bases, principalmente nas paróquias de periferia.

Os jornais da região no período de 1978 a 1985 registram boa parte das declarações de dom Cláudio sobre o momento nacional e a situação do Grande ABC. O bispo é avaliado pela imprensa como progressista e aproveita das oportunidades para registrar seu apoio pelas reformas sociais. Denuncia esquemas de corrupção, admite os erros da Igreja quando não ajudou o movimento operário, exorta os movimentos sociais, apoia a urbanização das favelas e da urgência de uma nova ordem política. Sua participação em semanas de estudo e mesas de debate tornam-se oportunidade para a defesa dos trabalhadores a promoção da justiça social²⁸¹.

²⁷⁹ ACSA. *Folha da Diocese*. Violência Policial e Direitos Humanos. Setembro de 1979, p. 2-3.

²⁸⁰ Quando da publicação da Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação, dom Cláudio enviou um exemplar do documento a todos os sacerdotes e comunidades religiosas da diocese, para o devido conhecimento e orientação pastoral. (Cf. DIOCESE DE SANTO ANDRÉ, *Boletim Diocesano*, setembro-outubro 1984 p. 4.

²⁸¹ ADGABC. *Diário do Grande ABC*. Trabalhador deve poder falar, diz dom Cláudio. 21 de março de 1978, sem paginação; Dom Cláudio: a Igreja pecou [sobre o movimento operário]. 02 de agosto de 1978, sem paginação (cópia); Mensagem de dom Cláudio pede nova ordem social. 1º de março de 1979, sem paginação; Dom Cláudio: Papa aprova apoio contra a injustiça. 20 de novembro de 1980, sem paginação; Igreja e política: Para dom Cláudio momento é decisivo. 30 de agosto de 1981, sem paginação; Dom Cláudio exorta ao Dia Nacional da Luta. 26 de setembro de 1981, sem paginação; Projeto Social de Moradia: A Igreja socializando no Grande ABC. 3 de novembro de 1981, sem paginação; Entrevista com dom Cláudio Hummes: Perseguido o equilíbrio. 8 de abril de 1982, suplemento especial, p. 3-4; Polícia intima religiosos [denúncia de dom Cláudio]. 7 de maio de 1982; Acima de tudo, o pastor universal: Entrevista de dom Cláudio Hummes. 13 de maio de 1983, sem paginação; Bispo encerra a III Semana do Trabalhador. 30 de julho de 1983, sem paginação; Dom Cláudio Hummes: O povo não tem dono [entrevista em que o bispo condena apoio da Igreja à política partidária]. 11 de julho de 1982, caderno A, p. 12 – 13; Chegam 15 viaturas, 50 policiais e o bispo [sobre a invasão de condomínio no Centreville – Santo André]. 17 de julho de 1982, sem paginação; Na missa, Igreja manifesta solidariedade [a invasão do Centreville]. 25 de julho de 1982, sem paginação; ACSA. *Jornal da Tarde*. Greve no ABC, tema do Papa. 20 de novembro de 1980, sem paginação; *Folha de São Paulo*. Bispo do ABC nega filiação partidária. 17 de junho de 1982, sem paginação; Organização popular é base de transformações, diz dom Cláudio [debate sobre a sociedade civil brasileira]. 14 de julho de 1982.

As Campanhas da Fraternidade propostas pela CNBB de 1980 a 1985 tem forte conexão com os problemas da realidade social do povo, que são defendidos abertamente na diocese com a criação da Comissão Diocesana para a Campanha da Fraternidade²⁸².

O ano de 1983 tem como grande marca a luta contra o desemprego²⁸³. Dom Cláudio e os padres engajados na pastoral social procuram denunciar as injustiças contra a vida das famílias, a fome e o crescimento dos abismos sociais²⁸⁴. Continuam as perseguições veladas sobre a Igreja no Brasil²⁸⁵ e nas comunidades de base e nas paróquias com comitês dos desempregados do ABC. Houve participação da diocese na Tarde de Oração na Praça da Sé em 25 de setembro em reivindicação por justiça no mundo do trabalho²⁸⁶.

O bispo diocesano envia aos padres e fiéis uma mensagem de esperança para 1984²⁸⁷, esperando que o ano novo trouxesse melhores condições de vida para o povo, embora haja muito medo, insegurança e desigualdade social²⁸⁸.

É o ano da luta pelas eleições diretas, pelo conhecido movimento “*Diretas Já*”. Dom Jorge Marcos de Oliveira escreve um poema sobre os vinte anos de ditadura militar no país intitulado 1964-1984. O sonho das eleições diretas para a presidência da República, embora frustrados, foi a grande manifestação dos brasileiros para novos tempos e um novo país.

Com eleição indireta, o Brasil assistiu a chegada de um civil no poder após vinte anos de governo militar. Tancredo de Almeida Neves era o sinal da mudança para a democracia. Morrendo aos 21 de abril de 1985, após 38 dias de agonia às vésperas de sua posse no governo, a morte do presidente eleito promoveu um luto para todos os esperançosos. O fim do regime militar na diocese do Grande ABC acontece com um pedido do bispo e do clero

²⁸² DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Boletim diocesano*. Que não morra a esperança em 1984! Dezembro de 1983, p. 3.

²⁸³ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Boletim diocesano*. O desemprego e os acampados. Setembro de 1983, p. 1.

²⁸⁴ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Boletim diocesano*. Desemprego. Junho 1983, p. 7.

²⁸⁵ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Boletim diocesano*. Carta do Conselho Presbiteral aos padres condenados Aristides Camio e Francisco Gouriou. Outubro-novembro de 1983 p. 7.

²⁸⁶ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Boletim diocesano*. Alocução na Tarde de Oração. Outubro-novembro de 1983 p. 7; *Diário do Grande ABC*. Tarde de oração concentra 50 mil. 27 de setembro de 1983, sem paginação.

²⁸⁷ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Boletim diocesano*. Que não morra a esperança em 1984. Dezembro de 1983, p. 1-3; SIMÕES, Ingrid Bittar. *Diário do Grande ABC*. A Igreja deve ter o rosto do seu povo [Entrevista com dom Cláudio e mensagem de dom Jorge]. 1º de janeiro de 1984, sem paginação.

²⁸⁸ ADGABC. *Diário do Grande ABC*. HUMMES, Cláudio. Sobre os direitos humanos e a segurança. 7 de abril de 1984, sem paginação; OLIVEIRA, Carlos de. Dom Cláudio propõe Igreja na luta de classes para superá-la. 7 de junho de 1984, sem paginação.

presente na missa em sufrágio pelo chefe de Estado falecido em 23 de abril: “Que nunca mais volte a ditadura. Nunca mais...”²⁸⁹.

Conclusão

O último capítulo desta dissertação apresenta o primeiro período do ministério episcopal de Dom Cláudio Hummes como segundo bispo diocesano de Santo André. A participação do bispo e a conscientização das comunidades na defesa dos direitos humanos acontecem no mesmo período da abertura política, momento onde o movimento operário começa a se rearticular na região.

A atuação do bispo na defesa dos trabalhadores, diferentemente do período de Dom Jorge Marcos, tinha grande por parte de membros do episcopado, influenciado pela eclesiologia latino-americana das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979).

O caminho para a redemocratização é assumido pela Igreja através do incentivo aos leigos para que possam se engajar na busca por seus direitos de trabalho, salário e moradia digna. As Comunidades Eclesiais de Base e a Pastoral Operária são fruto da compreensão de uma Igreja servidora, defendida pelo Concílio Vaticano II.

Conclusão

²⁸⁹ ADGABC. *Diário do Grande ABC*. Comparação com Moisés [sobre a missa em sufrágio por Tancredo Neves]. 23 de abril de 1985, sem paginação. Dom Cláudio distribui nota [lamentando a morte de Tancredo]. 23 de abril de 1985, sem paginação.

A responsabilidade de elaborar a dissertação de mestrado em Teologia Sistemática, tendo como enfoque a História Eclesiástica, foi um desafio e um sonho realizado. Desafio pelo fato de muitos ainda, no estudo da Teologia, não compreenderem a História da Igreja como disciplina teológica. Sonho realizado pelo fato desta pesquisa ser o resultado da busca de fontes nestes últimos anos.

A diocese de Santo André é uma Igreja jovem. Com somente 60 anos de existência, tem uma história ainda a ser analisada. O desafio encontra-se na organização de seus arquivos e na sistematização da memória. Embora ainda estejam vivas pessoas que testemunharam ativamente os acontecimentos em questão neste texto, muitas delas, mesmo sendo protagonistas, não desejam mais abordar tais assuntos nem que seja para a reflexão acadêmica.

As relações entre catolicismo e sociedade no Brasil, principalmente nas últimas décadas do século XX, têm sido objeto de muitos estudos dentro e fora do campo teológico. Vários estudos no campo da sociologia, política e história analisam a função da religião nos paradigmas da sociedade e da cultura. Muitos, sob um referencial teórico comum, conseguem apresentar várias perspectivas da ação da Igreja Católica no Brasil, principalmente no período da ditadura militar. Por ocasião do cinquentenário do golpe civil-militar, várias publicações ajudaram-me na elaboração deste trabalho.

No entanto, o que sempre estranhei é o fato de a Igreja Católica no Grande ABC ser citada no período da ditadura somente no contexto das grandes greves (1978-1980). A presença de membros do clero e leigos na vida da sociedade local, propondo inclusive novos horizontes para o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade, é anterior a 1964 e o contexto de resistência é organizado logo após o golpe.

Em vista disso, propus-me a fazer na pesquisa um resgate dessa presença eclesial, iluminada ainda mais pelo Concílio Vaticano II e sua renovação eclesiológica e pastoral, ressaltando a figura de Dom Jorge Marcos de Oliveira (1915-1989), primeiro bispo da diocese, que se destaca no período por sua atuação junto aos problemas dos trabalhadores. Chegando ao ABC, ele mesmo constata que não poderia realizar seu ministério pastoral sem um compromisso com a transformação social. Suas atitudes preconizam, em muitos aspectos, o que a Igreja insiste ainda hoje sobre a conversão pastoral e missionária, criando uma Igreja próxima do povo e capaz de dar sua contribuição para a renovação da sociedade.

Com o estabelecimento da ditadura militar de 1964, Dom Jorge torna-se uma das primeiras vozes do episcopado nacional a assumir sua oposição às medidas que o novo regime estabelecia, defendendo os Direitos Humanos e a liberdade de expressão.

Chegando ao cerne da pesquisa, analisamos o conceito de revolução. Hannah Arendt, desenvolvendo o mesmo em “Sobre a Revolução”, contribuiu para iluminar tanto a compreensão do regime, assim como a resistência dos opositores. Daniel Aarão Reis e Paulo César Gomes, autores de textos relevantes sobre o período contribuíram para o equilíbrio da reflexão.

O processo de renúncia de Dom Jorge Marcos em 1975 foi algo de especulações. Porém, fica claro o desgaste humano e físico do bispo por dois aspectos: por ter sido um dos primeiros bispos brasileiros a ter projeção nacional no campo social na defesa dos direitos trabalhistas, combatido duramente durante a ditadura, trabalhando concomitante pela renovação de sua Igreja Particular, e por ter problemas de saúde desde a juventude, as forças o impediam de coordenar seu trabalho pastoral. Com a nomeação do seu sucessor por Direito, sentiu-se livre dos grandes encargos que o ministério episcopal lhe exigia.

O governo de Dom Cláudio Hummes como segundo bispo de Santo André nos anos que pesquisei (1976-1985), traçam a perspectiva de uma Igreja Católica mais aberta aos problemas sociais e na denúncia das injustiças, tendo como base os desdobramentos do Concílio e das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano realizadas em Medellín (1968) e Puebla (1979). Com base nos materiais, percebemos que a ação de Dom Cláudio na defesa dos trabalhadores, principalmente nas greves de 1978-1980, é consequência desse momento eclesial, favorecido pelo desgaste do próprio regime militar e a rearticulação do sindicalismo no Grande ABC.

Quanto à questão político partidária, não percebi necessidade de trabalhar o surgimento do Partido dos Trabalhadores, mesmo que vários autores associem diretamente as origens do partido à Igreja Católica. Houve influência de diversos membros do clero e do laicato na gênese do mesmo, porém institucionalmente a Igreja não assumiu a postura de que o partido representasse a instituição eclesiástica.

O trabalho contribui para a reflexão sobre as alianças entre poder temporal e espiritual, principalmente diante da fragilidade das instituições do Brasil no momento presente e os desafios que a Igreja Católica encontra para posicionar-se diante dos problemas sociais devido às diversas concepções do papel da religião na sociedade, tanto de membros da hierarquia como de teólogos.

Diante disso, a tarefa da Teologia e da História é iluminar e formar pessoas capazes de contribuir para o estabelecimento de uma nova sociedade e de uma Igreja sempre mais profética. O papa Francisco tem insistido na necessidade de uma Igreja solidária, sonhada por João XXIII na convocação do Concílio Vaticano II, capaz de transformar sua doutrina em

caminhos de vida plena para a instauração do Reino de Deus. A pesquisa teve este objetivo, recuperar o passado, iluminar o presente e contribuir para o futuro.

Fontes e bibliografia

Fontes

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP)

Carta da Comissão Pró-Bispado ao Núncio Apostólico. s/d.

Empossado pelo Cardeal Piazza o 1º Bispo de Santo André, Apud. *O Legionário*, 19 de setembro de 1954 (pasta Diocese de Santo André).

Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André (ACSA)

Texto da bula da criação da Diocese de Santo André criada pelo Papa Pio XII. MIAZZI, Giovanni Battista [trad.], 11 de outubro de 2007.

Boletim diocesano. Que não morra a esperança em 1984! Dezembro de 1983.

Boletim diocesano. O desemprego e os acampados. Setembro de 1983.

Boletim diocesano. Desemprego. Junho 1983.

Boletim diocesano. Carta do Conselho Presbiteral aos padres condenados Aristides Camio e Francisco Gouriou. Outubro-novembro de 1983.

Boletim diocesano. Alocução na Tarde de Oração. Outubro-novembro de 1983. *Diário do Grande ABC.* Tarde de oração concentra 50 mil. 27 de setembro de 1983.

Boletim diocesano. Que não morra a esperança em 1984. Dezembro de 1983.

ABC Litúrgico (1980 – 1981)

Folha da Diocese. Violência Policial e Direitos Humanos. Setembro de 1979.

SEDOC. Pastoral das Favelas: 1º Encontro Nacional. Petrópolis: v. 13, n. 140, abr. 1981, col. 1006-1011.

Boletim diocesano. Dom Cláudio e os operários-estudantes presos. Maio de 1977, n. 13.

Boletim Diocesano. Maio de 1989

HUMMES, Cláudio. *Meus passos junto aos operários*

Relatório de dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André. Atuação da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC.

Carta para a formação da Comissão Pró-Bispado de Santo André. 08 de julho de 1953, Pasta Diocese.

Carta para a formação da Comissão Pró-Bispado de Santo André. 08 de julho de 1953, Pasta Diocese.

A Gazeta de São Paulo. 1º de setembro de 1954, (pasta Dom Jorge).

A Mensagem: Seminário de orientação e cultura da Diocese de Santo André. O Bispo de Santo André defende os operários. 6 de abril de 1958 (capa).

A Mensagem. O direito do trabalhador acima dos direitos dos fazendários. 20 de abril de 1958.

Salário não é renda, é sangue do trabalhador. 20 de maio de 1958 (Pasta Dom Jorge/Anexos).

O Diário. Bispo de Santo André pede clamor público pela reforma eleitoral. 20 de maio de 1962 (anexos).

Carta do Frei Eduardo de Gramma. 12 de março de 1963. (Pasta Dom Jorge).

O hábito não faz o monge. O Cruzeiro, abril de 1963 (recorte).

Questionário proposto pela Revista Civilização Brasileira a personalidades da vida pública nacional respondido por Dom Jorge Marcos de Oliveira. Maio de 1966.

Fichas de presbíteros da Diocese.

Ficha cadastral do processo de genere et mortibus de Walfrides José Praxedes.

Carta ao Revdo. Clero e fiéis da Diocese do ABC. 1º de março de 1970 (cópia).

Livro do Conselho Episcopal e Presbiteral da Diocese de Santo André, fls. 151; 155; 160; 165;169.

Cartas de renúncia do Conselho Presbiteral e dos Vigários Episcopais. 24 de dezembro de 1975.

Carta de Dom Jorge Marcos de Oliveira a Dom Cláudio Hummes. 28 de dezembro de 1975.

Relatório de dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André. Atuação da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC.

SEDOC. Apoio aos trabalhadores. Volume 11, n. 113, julho/agosto de 1978, col. 100 – 101; 103 – 105. Petrópolis: 1978.

SEDOC. Nota de dom Cláudio. 25 de maio de 1978.

Boletim Diocesano, novembro de 1978.

Notas de Dom Cláudio Hummes sobre a greve de 1979. (Pasta Dom Cláudio Hummes).

Boletim diocesano, Reconhecimento público ao apoio de dom Cláudio. Abril – maio de 1979.

Diário do Grande ABC, 22 de maio de 1979, sem paginação.

Jornal da Tarde. Dom Cláudio na missa: “Não temam por mim”. 2 de maio de 1980, não paginado (cópia).

Folha da Diocese. Papa diz a dom Cláudio: “Continuem a lutar pela justiça social”. Outubro – novembro 1979 (capa).

Folha da Diocese. Papa quer a luta pela Justiça. Junho 1980 (capa).

Folha da Diocese. Papa apoia ação da Igreja no ABC. Dezembro 1980 (capa).

Arquivo da Associação Lar Menino Jesus (ALMJ)

Livro Tombo da Diocese de Santo André.

MARTINS, Heloísa; BARGAS, Marita. Entrevista realizada com Dom Jorge Marcos de Oliveira (período de 18 de maio a 15 de junho de 1984).

Mensagem de Ano Novo aos diocesanos pelo rádio (1961-1962).

1964-1984: poesia; Carta ao Presidente João Baptista Figueiredo (anexos).

Carta de Jaime Leal Costa a Dom Jorge. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1963.

50 anos de caminhada. FAENAC: São Caetano do Sul, 2006.

Carta de Dom Cláudio Hummes para Dom Jorge nomeando-o Vigário Geral da Diocese. 22 de setembro de 1986.

Manuscrito de Dom Jorge Marcos de Oliveira (1988).

O Estado de São Paulo. Contra o Rei Dinheiro. 11 de agosto de 1962 (recorte).

Carta enviada pelo presidente da Câmara Municipal de Santos. 21 de março de 1963.

Carta dirigida por Ruy do Espírito Santo, Dorian Jorge Freire e Fausto Figueira de Mello a Dom Jorge, 22 de outubro de 1963.

A Hierarquia e a greve. s/d. (Anexos)

Discurso de Dom Jorge Marcos por ocasião da outorga do título de cidadão paulistano. 26 de junho de 1961.

Jornal Última Hora. Carta aberta ao Presidente Castelo Branco. 10 de maio de 1965 (recorte).

LIMA, Alceu Amoroso. *A imolação episcopal*. (recorte sem data).

O Estado de São Paulo. Prefeitos Municipais pedem a saída do Bispo de Santo André, 7 de novembro de 1960.

Última Hora. Cruzada no ABC contra a remoção de Dom Jorge!, 8 de dezembro de 1960.

A Hora. Afastamento do bispo Dom Jorge causa celeuma, 9 de dezembro de 1960.

O Estado de São Paulo. Desmentem os prefeitos o pedido de saída do bispo, 8 de dezembro de 1960.

Diário de São Paulo. Prefeitos do ABC reafirmam apoio ao Bispo de Santo André, 8 de dezembro de 1960.

Diário da Noite. Prefeitos do ABC reafirmam apoio ao Bispo de Santo André, 8 de dezembro de 1960.

Última Hora. Mensagens de apoio a Dom Jorge Marcos: Voto de louvor no Legislativo Santista, 9 de dezembro de 1960 e Deputados Federais dirigem-se ao Núncio Papal: Dom Jorge engrandece o clero e a fé cristã, 12 de dezembro de 1960.

Manuscrito de Dom Jorge Marcos sobre a importância das greves.

Jornal Ação Social. Encarte completo sobre o tema e a doutrina social. 12 de agosto de 1962.

O Estado de São Paulo. Resposta do Santo André ao deputado Abdalla, 14 de junho de 1962.

Diário Popular. Carta do Governador ao Bispo de Santo André, 21 de janeiro de 1961.

O Estado de São Paulo. Recebeu homenagem da edilidade o Bispo de Santo André. 1º de dezembro de 1961.

Dom Jorge numa entrevista em 1970 (Cópia). Revista desconhecida.

O Estado de São Paulo. Padres a serviço do totalitarismo. 28 de maio de 1965.

Jornal da Tarde. Um violão e um bispo no 1º de Maio de Santo André. 2 de maio de 1967 (cópia).

O Estado de São Paulo. A propaganda subversiva. 4 de maio de 1967 (recorte).

O Estado de São Paulo. Bispo é alvo de severas críticas. 30 de maio de 1967 (cópia).

Folha de São Paulo. Padres do ABC defendem mudanças de estruturas. 8 de novembro de 1967 (recorte).

Última Hora. 13 de dezembro de 1967 (recorte).

O Globo. O Manifesto dos Bispos III. 13 de dezembro de 1967.

O Estado de São Paulo. Para regozijo do bispo de Santo André. 18 de janeiro de 1968 (cópia).

O Estado de São Paulo. Uma entrevista. 6 de fevereiro de 1968 (cópia).

Jornal da Tarde. As peregrinas doutrinas do bispo de Santo André. 18 de janeiro de 1968 (cópia).

Folha da Tarde. Cristãos exigem o voto: E lançam seu manifesto contra cassação. 9 de fevereiro de 1968;

O Globo. A Guinada para a Esquerda. 11 de maio de 1968, p. 3.

O Estado de São Paulo. 6 de abril de 1968. (Recorte somente com trechos de pronunciamentos de Dom Jorge Marcos).

Tribuna da Imprensa. Passeata em Santo André reúne mais de 100 mil trabalhadores e estudantes. 5 de abril de 1968. (Acervo de Dom Jorge Marcos – Cópia).

Folha de São Paulo. Santo André: passeata em calma com Dom Jorge. 5 de abril de 1968, p. 3. (cópia).

O Globo. Sacerdotes e extremistas formam lado a lado no mesmo esquema de subversão. 11 de maio de 1968

Diário do Grande ABC. Dom Jorge na Europa fala do terceiro mundo. 12 de maio de 1968 (cópia).

O Estado de São Paulo. Dom Jorge e os franceses. 5 de novembro de 1968 (cópia)

O Estado de São Paulo. Comando se reúne. 13 de dezembro de 1968.

Manuscrito de Dom Jorge Marcos de Oliveira, sem data.

Arquivo do Museu Octaviano Armando Gaiarsa (AMOAG)

News Seller. Catolicismo atuante. 3 de abril de 1960, p. 11 [volume *News Seller*].

Jornal de Santo André. Continuam em má situação os operários da Santex. 8 de março de 1958 (capa).

Jornal de Santo André. Sugerida a encampação da Santex. 22 de março de 1958 (capa).

Jornal de Santo André. Em caso de falência: Direito do trabalhador acima dos direitos dos fazendários. 16 de abril de 1958 (capa);

Jornal de Santo André. A Santex voltou a funcionar. 21 de maio de 1958 (capa).

Revista Mundo Ilustrado. Deus também está ao lado dos grevistas. 23 de maio de 1959 (Cópia-Hemeroteca).

A Voz do ABC. 20 de fevereiro de 1960 (capa)

Entrevista de Pe. José Mahon. Projeto Viva Cidade, 1990 (cadernos do 1º Simpósio de História do ABC).

Jornal de Santo André. 28 de maio de 1960 (capa).

Última Hora. Dom Jorge e Frei Chico. 04 de agosto de 1967 (recorte).

News Seller. Religiosos condenam supressão de direitos. Santo André, 11 de fevereiro de 1968, p. 2 (cópias).

Folhetim. Palmares, vila dos operários. 01 de abril de 1979.

Entrevista transcrita do Padre José Mahon a Ademir Médici. 15 de junho de 1990

Arquivo do Diário do Grande ABC (ADGABC)

Diário do Grande ABC. Comparação com Moisés [sobre a missa em sufrágio por Tancredo Neves]. 23 de abril de 1985, sem paginação. Dom Cláudio distribui nota [lamentando a morte de Tancredo]. 23 de abril de 1985, sem paginação.

Diário do Grande ABC. HUMMES, Cláudio. Sobre os direitos humanos e a segurança. 7 de abril de 1984; OLIVEIRA, Carlos de. Dom Cláudio propõe Igreja na luta de classes para superá-la. 7 de junho de 1984.

Diário do Grande ABC. Tarde de oração concentra 50 mil. 27 de setembro de 1983.

Diário do Grande ABC. Trabalhador deve poder falar, diz dom Cláudio. 21 de março de 1978.

Dom Cláudio denuncia a injustiça social. 11 de outubro de 1977.

Diário do Grande ABC. Multidão dá adeus a Dom Jorge, primeiro bispo do ABC. 31 de maio de 1989, (pasta Dom Jorge).

Nomeação de coadjutor deixa Dom Jorge feliz. 10 de abril de 1975 (Pasta Igreja Brasileira).

Diário do Grande ABC. Dom Jorge renuncia à Diocese de Santo André. 30 de dezembro de 1975

Dom Cláudio elogia trabalhadores. 16 de março de 1979, sem paginação; DOM CLÁUDIO esclarece participação [na greve]. 1º de abril de 1979, sem paginação.

Para dom Cláudio, papel político da Igreja é denunciar as injustiças. 7 de dezembro de 1979, sem paginação.

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

DOPS. *Ficha de Dom Jorge Marcos de Oliveira*, fl.11.

Relatório do DOPS sobre Dom Jorge Marcos de Oliveira, fl. 13.

Auto de qualificação e interrogatório de Emílio Rubens Chasseraux, fls. 1-2.

Auto de exibição e apreensão e depoimentos de Alcides Paranhos Junior e Tonioshi Nakahara. 17, 20 e 24 de fevereiro de 1970.

Relatório sobre Dom Jorge Marcos de Oliveira. Finalização: 1º de novembro de 1973. fls. 23.

Biblioteca de Assuntos Religiosos (Redentoristas – São Paulo)

A greve do ABC: O dia – a – dia da greve, maio de 1980.

Jornal Brasil Urgente. Povo dirá como quer as Reformas. 12 de maio de 1963.

Livros Paroquiais

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO CARMO – Santo André. *Livro de Tombo Paroquial (1940-2011)*.

PARÓQUIA SÃO CAMILO DE LÉLLIS – Santo André. *Livro Tombo Paroquial (1954-1956)*.

Entrevistas em áudio

Entrevista de Padre Antônio Moura da Silva a Felipe Cosme Damião Sobrinho em 30 de abril de 2008.

Entrevista de Anastácio Brolezzi a Felipe Cosme Damião Sobrinho em 4 de abril de 2008.

Entrevista com Pe. José Mahon a Felipe Cosme Damião Sobrinho em 11 de setembro de 2014.

Entrevista com Walfrides Praxedes a Felipe Cosme Damião Sobrinho em 03 de abril de 2008 na Paróquia São Geraldo Majela em São Bernardo do Campo.

Obras consultadas

AFFONSO, Almino. *1964: na visão do ministro do trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa oficial, 2014.

ALBERIGO, Giuseppe (coordenador). *História do Concílio Vaticano II: volume I: O catolicismo rumo à nova era: o anúncio e a preparação do Vaticano II (janeiro de 1959 a outubro de 1962)* [tradução João Rezende Costa]. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ (coordenador). *História do Concílio Vaticano II: volume II: A formação da consciência conciliar: o primeiro período e a primeira intersessão (outubro de 1962 a setembro de 1963)* [tradução João Rezende Costa]. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ (organizador). *História dos concílios ecumênicos* [tradução José Maria de Almeida]. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. *A Igreja na história* [tradução Euclides Martins Balancin]. São Paulo: Paulinas, 1999.

ALMEIDA, Antônio de. *Experiências políticas no ABC paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *Um tempo para não esquecer (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ARENDT, Hannah. *A condição humana* [tradução Roberto Raposo]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *Entre o passado e o futuro* [tradução Mauro W. Barbosa]. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. *Sobre a revolução* [tradução Denise Bottmann]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, Vozes, 1985.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: terceira época (1930-1964)*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja no mundo de hoje* [tradução Frederico Vier]. Petrópolis: Editora Vozes, 1967.

_____. (org.). *A Igreja do Vaticano II* [tradução Frederico Vier]. Petrópolis: Editora Vozes, 1965.

BIRCK, Afonso José Birck. *Um mundo a construir: o apostolado dos leigos no pensamento de J. Cardijn*. São Paulo: Loyola, 1975.

BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOTAS, Paulo Cesar Loureiro. *A benção de Abril: “Brasil Urgente”: Memória e engajamento católico no Brasil: 1963-1964*. Petrópolis: Vozes, 1983.

CELAM, Conselho Episcopal Latino-Americano. *Documentos do CELAM: conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo*. São Paulo: Paulus, 2004.

COSTA, Gelmino (org.). *Centenário da presença dos Missionários de São Carlos no ABC paulista: Novembro 1904 a Novembro 2004*. São Paulo: Loyola, 2004.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILHOS DA CARIDADE. *Padres dos operários*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

FREderico, Celso (org.). *A Esquerda e o movimento operário: 1964-1984: Volume 2: A crise do “milagre brasileiro”*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt* [tradução Paulo Ferreira Valério]. Petrópolis: Vozes, 2010.

GARAUDY, Roger. *Do anátema ao diálogo: um marxista dirige-se ao concílio* [tradução Maria Helena Kühner]. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura escancarada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura derrotada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura encurralada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GIUSEPPE, Alberigo. *Breve histórico do Concílio Vaticano II: (1959-1965)* [tradução Clóvis Bovo]. Aparecida: Santuário, 2006.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HAIGHT, Roger. *A comunidade cristã na história: eclesiologia histórica, vol. 1* [tradução Jonas Pereira dos Santos]. São Paulo: Paulinas, 2012.

ILADES, Instituto Latinoamericano de doctrina y estudios sociales. *O aspecto social em Puebla* [tradução Luiz João Gaio]. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): Jubileu de Ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003.

ISTITUTO LUCE S.P.A. *Concilium Oecumenicum Vaticanum II*. Roma: 1963.

JOÃO XXIII. *Documentos de João XXIII: (1958 – 1963)* [tradução Tipografia Poliglota Vaticana]. São Paulo: Paulus, 1998.

JORGE, Salomão. *O diabo celebra a missa*. São Paulo: L. Oren, 1969.

JOSAPHAT, Carlos. *Vaticano II: A Igreja aposta no amor universal*. São Paulo: Paulinas, 2013.

JÚNIOR, Francisco de Aquino. *Igreja dos pobres: do Vaticano II a Medellín e aos dias atuais*, In REB, Revista eclesialística brasileira. *A 50 anos do Vaticano II: fascículo 288: outubro*. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

KEHL, Medard. *A Igreja: uma eclesiologia católica* [tradução João Rezende Costa]. São Paulo: Loyola, 1997.

LEBRET, L. J. *Manifesto por uma civilização solidária* [tradução Benevenuto de Santa Cruz]. São Paulo: Duas Cidades, 1961.

LIBANIO, J.B. *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

LOPES, Geraldo. *Gaudium et Spes: texto e comentário*. São Paulo: Paulinas, 2011.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso: 1889 – 1989*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

_____. *Política e Igreja: o partido católico no Brasil, mito ou realidade?*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)* [tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto]. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARQUES, A. M., BERUTTI, F.C., DE FARIA, R. M. *História do tempo presente*. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias: IV: A era contemporânea* [tradução Orlando Soares Moreira]. São Paulo: Loyola, 2014.

MARTINS, H. H. T. de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC. 1954-1975*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1994.

MAYER, Antonio de Castro, SIGAUD, Geraldo de Proença, OLIVEIRA, Plínio Corrêa, de FREITAS, Luiz Mendonça de. *Reforma Agrária: Questão de consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

MEDICI, A., NASCIMENTO, J. do, ROCCO, R., ROSSETTI, S., *Uma caminhada Missionária: Comemorando o centenário dos missionários de São Carlos – Escalabrinianos – na Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem*. São Paulo: Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, 2004.

MÉDICI, Roberto Nogueira. *Médici, o depoimento de Roberto Nogueira Médici*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2011.

MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MIRANDA, Mario de França. *Igreja e sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PASSOS, João Décio e SANCHEZ, Wagner Lopes (coordenadores). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015.

PAULO VI. *Documentos de Paulo VI* [tradução Lourenço Costa]. São Paulo: Paulus, 1997.

PIÉ-NINOT, Salvador. *Introdução à eclesiologia*. [tradução João Paixão Netto]. São Paulo: Loyola, 1998.

PONTÍFICIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da doutrina social da Igreja*. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo: Paulinas, 2008.

REIS FILHO, D. A., RIDENTI, M., MOTTA, R. P. S. (orgs). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROCHA, Zildo (org.). *Dom Helder Câmara: Circulares interconciliares: de 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964*. Recife: CEPE, 2009.

_____ (org.). *Dom Helder Câmara: Circulares interconciliares: de 23/24 de novembro de 1964 a 17/18 de abril de 1965*. Recife: CEPE, 2009.

_____ (org.). *Dom Helder Câmara: Circulares interconciliares: de 18/19 de abril a 31 de agosto/ 1 de setembro de 1965*. Recife: CEPE, 2009.

_____ (org.). *Dom Helder Câmara: Circulares interconciliares: de 10/11 de setembro a 7/8 de dezembro de 1965*. Recife: CEPE, 2009.

_____ (org.). *Dom Helder Câmara: Circulares interconciliares: de 12 de setembro a 22/23 de novembro de 1964*. Recife: CEPE, 2009.

_____ (org.). *Dom Helder Câmara: Circulares interconciliares: de 13/14 de outubro de 1962 a março de 1964*. Recife: CEPE, 2009.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SALES, Telma Bessa. *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo/ SP*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

SCHNEIDER, Theodor (org.). *Manual de Dogmática* [tradução Ilson Kayser, Luís Marcos Sander, Walter Schlupp]. Petrópolis: Vozes, 2009.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* [tradução Carlos Eduardo Lins da Silva]. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____ (org.). *Temas de teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SOUZA, Ney de, GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. *Catolicismo e sociedade contemporânea: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2013.

VIER, Frederico (org.). *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

VVAA. *A greve da Perus nos tribunais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.

_____. *Associação Lar Menino Jesus: 50 anos de caminhada*. São Caetano do Sul: Faenac, 2006.

ANEXOS

Anexo 1

Discurso na Praia Vermelha (Rio de Janeiro) – 1947

(Arquivo da Associação Lar Menino Jesus – ALMJ)

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Excelentíssimo Senhor Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República

Senhores Ministros de Estado, Senadores, Deputados, Autoridades Cíveis e Militares

Caríssimos irmãos em Nosso Senhor,

Acabamos de assistir a celebração da Santa Missa, oferecida pelas almas de vários soldados nobres do nobre Exército Brasileiro. Há doze anos morreram. A morte, o mais certo capítulo da vida do homem vem envolta sempre em tristeza e dá direito, até aos caracteres mais rudes, de banhar em lágrimas de olhos vermelhos, suas fisionomias aflitas.

Como sofremos diante de amigos mortos! Como nos sentimos profundamente feridos quando parte, provado pela morte, do grêmio de nossa família um ser querido arrancado da presença de nossos olhos e colocado entre saudades na lembrança de nossas próprias tristezas.

“Ouve-se nas alturas uma grande voz de lamentação, de luto e de pranto”, canta o profeta Jeremias, o grande profeta da dor. “Era a voz de Raquel que chorava por seus filhos”. O Brasil chora, ainda hoje, esses seus filhos que lhe foram arrancados na madrugada de 27 de novembro de 1935 e sua voz sobe até o Céu. Não em vazio gemidos ou simples demonstração de dor, mas em súplica verdadeira a Deus pelas almas de seus filhos queridos.

A Santa Igreja, por um de seus mais elevados ministros, ostenta em mistérios litúrgicos, diante do próprio Deus, o corpo vitimado de Nosso Senhor Jesus Cristo, Redentor dos Homens pela morte na Cruz, e pede seja a eles dado o descanso eterno, sejam eles iluminados, estes heróis de 1935, pela luz eterna da felicidade da glória do Céu.

Não é essa circunstância própria para nenhum outro sentimento que não seja o de sufrágio das almas e aproveitamento da lição de patriotismo dos soldados que, com sua morte, no cumprimento árduo do dever difícil criando a grande barreira de defesa da pátria contra o comunismo que crescia ameaçador.

Esses homens, cujas vidas sacrificadas salvaram a vida do Brasil, têm um grande direito inesquecível às nossas orações e nos impõe, como consequência desse mesmo sufrágio, a realização através de nossa vida pública ou privada do dever de consciência de

defender o Brasil contra o comunismo. Defesa essa que nunca será perfeita se no campo da política, da economia e da moral nós não dermos a contribuição de sacrifício mesmo para a implantação ou restauração da ordem no equilíbrio do patriotismo, da justiça social e das garantias necessárias que só a perfeita moral individual e pública pode trazer.

O comunismo, senhores, que foi o sanguinário autor do levante de 1935, é uma ideologia que foi gerada e alimentada pelos pecados ainda não remidos das nações e dos homens. O desprezo pela justiça, o desinteresse diante da moral, a negação do fator religioso, que desde a Renascença ao lado de um maravilhoso progresso que foi acentuando, é o pai do comunismo. E sempre há de existir um tal filho, quando houver um tal pai.

Condenamos o comunismo por ser intrinsecamente materialista, mas devemos velar para que o espiritualismo, doutrina e prática, seja a luz e o caminho de nossa vida individual e pública.

Condenamos o comunismo por ser essencialmente ateísta, mas que nos seja possível descobrir em nossa vida sempre as influências da fé em Deus pela prática sincera de nossa religião.

Condenamos o comunismo pela escravização incondicional do homem ao Estado. Está certo. Importa, porém, que todos cooperemos, até o sacrifício, em nossas funções variadas, para que o Estado sirva à felicidade do Brasil e dos brasileiros.

Condenamos o comunismo pela subversão total dos direitos de família. Está certo. Trabalhem, porém, para que sejamos os primeiros a respeitá-los, desde a base moral da educação cristã, desde a base econômica do salário-família.

Condenamos o comunismo pela supressão abusiva do direito de propriedade. Está certo. Saibamos nós, porém, venerar a justiça, reconhecer e amparar a dignidade do direito de posse em toda a sua expressão, desde o direito do salário devidamente justo, até as necessárias condições de aquisição de assistência, até o extermínio do espírito de exploração.

Condenação o comunismo por ser inimigo da Pátria. Está certíssimo. Urge, entretanto, que todos saibamos cumprir o dever de brasileiros do voto consciente à mais digna honestidade cívica.

Que o Brasil, Terra de Santa Cruz, encontre em todos os seus filhos uma vida tão elevada e digna, tão purificada e nobre, que se torne uma pátria incapaz de abrigar em seu solo sagrado ideologia que chega desprezá-lo, que se atira contra os brasileiros com ideais inconfessáveis, que se debruça sobre os que dormem para assassiná-los covardemente, que se joga sobre os que confiam em seus partidários disfarçados para mata-los à traição.

Aceite Deus, nosso Senhor, o sacrifício dos bravos soldados, de tenente-coronel à simples praça, e faça que de sua morte, que os tornou veneráveis, resulte para a pátria brasileira a estabilização na verdadeira iniciação cristã. Possam estes heróis, pelos quais Sua Eminência, o Senhor Cardeal, em nome da Pátria, ofereceu a Santa Missa, possam eles, do Céu, abençoar o Brasil, dele afastar o comunismo e para ele trazer, como brasileiros os desejamos, convertidos em patriotas e cidadãos de valor, aqueles enganados em sua boa fé, deduzidos por hipocrisia estudada e tiveram no passado até hoje a marcarem tristemente o nome a designação de comunistas.

Nossa última palavra se dirige a vós, soldados brasileiros heróis de 1935. Vossos nomes serão sempre iluminados pela nossa gratidão, vossas vidas serão contadas entre as vidas dos heróis da pátria. Vossa morte, soldados brasileiros que morrestes em lugar de vossa pátria há de ser o clarim que desperta sempre vossos compatriotas para o cumprimento do dever cívico para a defesa do Brasil. O Brasil vos glorifica. Deus vos dê a eterna glória.

Anexo 2

(Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André – ACSA)

“SALÁRIO NÃO É RENDA, É SANGUE DO TRABALHADOR”

Dom Jorge Marcos de Oliveira

Trabalhadores de Santo André,

O macacão que envolve agora minhas vestes de bispo não traz nada de novo ao meu coração. Como um símbolo magnífico de operário que se gasta no recinto da fábrica, frente à máquina, ele já mora dentro de mim. Já vive no meu coração. Muito obrigado!

A LEI 3.877

Meus bons amigos. Eu jamais aceitaria esta homenagem se não fosse para mim uma oportunidade de proclamar não apenas ao meu querido ABC, mas a São Paulo e ao Brasil, ao governo de nossa terra e aos legisladores que se esqueçam de nós, que nós protestamos contra a demora na aprovação da Lei 3.877; e de que público eu suplico aos operários que não dêem seus votos para reeleger os deputados que atrasarem ou sabotarem a aprovação desta Lei. Não são dignos do voto de um homem que gasta sua vida para firmar o capital das grandes indústrias, aqueles deputados que retardarem ou sabotarem a aprovação desta lei que coloca a vida do homem que trabalha, e provê a manutenção de sua família, numa posição de preferência ao valor do capital que eles mesmos engrandecem. Esta Lei é sumamente importante e urgente para nós. A maioria dos brasileiros desconhece que só em São Paulo até o dia primeiro de maio já podíamos enumerar uma falência para cada dia do ano. 365 falências até o dia primeiro de maio. E uma multidão de desempregados a ver estrelas, a sentir fome, a ouvir a trágica melodia do choro de seus filhos ou a presenciar essa terrível tragédia em que a própria família se corrompia até moralmente!

REDENÇÃO DO OPERARIADO

É necessário, meus caros amigos, que nos unamos não assim em momentos de homenagem, mas que nos unamos para o trabalho. O trabalho em conjunto. O trabalho

profundo. O trabalho que exige mesmo força e coragem de todos nós. O trabalho de redimir a dignidade do trabalhador que constrói o Brasil. O capital do mundo tão grande e tão poderoso para produzir guerras que destroem nações e lares, o capital do mundo está plantado no coração do homem. Razão pela qual não queremos destruir o capital, mas queremos que não tenha a cor do sangue dos operários.

O CASO DA IPIRANGUINHA

Lembro-me, ao começar a Santa Missa, de que ao se encontrarem meus olhos com aquela faixa trazendo o agradecimento dos operários da fábrica **Santex**, sentiam as lágrimas, porque me vinha à recordação a luta heróica dos operários da Ipiranguinha. Cinco meses de fome, cinco meses de paz. Mas de paz garantida pela grandeza pela nobreza desses homens que chegaram a sofrer extrema fadiga e tentação de desânimo. Mas cinco meses de lição para os nossos governos, para todo o Brasil e para o mundo todo. Peço aos operários da Ipiranguinha, para aqueles que ficaram comigo, para aqueles que me atenderam, para aqueles que sofreram, choraram em vez de destruir, para aqueles que passaram fome em vez de depredar, para aqueles que aguardaram com resignação em vez de desesperar. Para eles eu peço uma calorosa salva de palmas, homenageando seus sofrimentos.

APOSENTADORIA INTEGRAL

Mas nós temos a certeza e é evidente de que não basta esta Lei. É apenas o início. O que basta é a técnica de nos iludir. É a técnica de nos negar o pedaço de pão. Isso sim deve acabar. Por isso pedimos e esperamos a lei da aposentadoria integral. Não queremos uma aposentadoria que seja uma história triste, que continue trazendo consigo a grande coleção de vítimas e de enganados, os operários. Uma aposentadoria que se dá aos operários quando feridos no trabalho, quando atirados ao leito de um hospital, quando estiverem com suas receitas insolúveis, quando olharem seus filhos sem sapatinhos para ir à escola. Quando os operários estiverem com os músculos gastos de energia e necessitarem de amparo, queremos que então recebam o amparo nobre da aposentadoria integral e não a humilhação da esmola. É um direito a aposentadoria integral.

OUTRAS REIVINDICAÇÕES

Pedimos ao nosso Governo e aos nossos homens públicos que deem cumprimento ao espírito das leis brasileiras. Essas leis que visam amparar os direitos do trabalhador, mas que há 12 anos veem passar legiões de legisladores e elas permanecem esquecidas!

Queremos reconhecida a estabilidade de trabalho. Não podemos consentir, seja o trabalhador demitido por motivos fictícios ou forçados, porque bem sabemos, que aos 35 anos, quando o trabalhador se encontra na pujança de suas forças, se vier a perder o emprego, nenhuma porta se abrirá para ele. Queremos que ao homem que trabalha não se aplique a lei da oferta e da procura, na sua mais detestável expressão tal como acontece hoje em dia quando se despedem adultos, chefes de família, para dar emprego aos menores que ganham a metade do salário de seus pais. Há de ser respeitada a primazia de quem carrega a responsabilidade dos anos e de uma família. E se o menor produz hoje tanto quanto o adulto, pois é admirável o menor brasileiro, não se deve sacrificar o adulto para tirar proveito do menor que trabalha e que menos recebe.

Desejamos que seja assegurado e regulamentado o direito pela Constituição Brasileira de uma participação nos lucros das empresas. Que não pensem seja a participação nos lucros uma ameaça ao capital. O operário ao ver um pouco de entendimento, de amizade, de amor e consideração, ele se transforma num herói indômito e invencível.

É preciso acabar com a idéia de que os operários são aves de rapina. E não se justifica que em qualquer saída de fábrica seja o operário examinado como um portador de frutos indignos.

A melhor situação dos operários garante a melhor situação das indústrias, a melhor garantia do capital e, conseqüentemente, o melhor impulso para um desenvolvimento harmônico e humano de nosso querido Brasil.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ah! Meus caros. Falaram-me aqui do Lar Menino Jesus. Tenho cinquenta crianças que um grupo de abnegados cuida com desvelado carinho. São crianças da classe operária. Hoje educadas com tanto amor naquela casa envelhecida, humilde, mas nobre como o coração dos operários. Essas crianças ontem abandonadas são filhas de operários. Filhas daqueles que fracassaram na vida porque foram despedidos. Que puseram termo à existência levados pelo desânimo de verem espezinhados seus direitos. Que inutilizados pela doença ou em acidente ou em acidente de trabalho, recebem do IAPI uma insignificância ilusória.

ADVERTÊNCIA AO I.A.P.I.

Enfim queremos lembrar ao IAPI, que nesta cidade possui um prédio de sete pavimentos, dos quais só três andares estão ocupados quando os restantes deveriam ser utilizados em obras sociais do instituto, ou em serviços médicos ou jurídicos em proveito do trabalhador, queremos lembrar ao IAPI que adquiriu imensas glebas de terra que ele não deve ser Capitalista, mas sim um elemento de proteção ao operário.

Finalmente queremos lembrar que é incompreensível taxar com impostos de renda o próprio salário. “O Salário não é renda. É o sangue do trabalhador”.

Anexo 3

Bispo de Santo André pede clamor público pela reforma eleitoral

(ACSA. Jornal “O Diário”. Domingo, 20 de maio de 1962, ano XXVIII – N. 9024. Belo Horizonte, 1962)

Santo André (SP), 19 (Asapress) – A propósito das reformas de que carece o Brasil, neste momento de incertezas, o Bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, lançou o seguinte manifesto aos seus diocesanos:

“Atravessa o Brasil momento difícilíssimo de sua história política e social, e nenhum brasileiro tem o direito de se manter alheio aos destinos desta terra, que tanto significa para nossos corações. As eleições para deputados e senadores que se realizarão em outubro próximo, como todos o sentem, dependerão infelizmente do poderio econômico, abrindo-se então, apenas para os privilegiados da grande fortuna, as portas de nosso Parlamento, se os Exmos. Srs. Senadores da República não aprovarem com urgência o projeto de lei, já vitorioso na Câmara dos Deputados, que institui a cédula única. O povo brasileiro, atraído pelo desespero, fruto de injustificável demora, aguarda desde 1946 a regulamentação do salário-família e da participação nos lucros das empresas, sagrados pelo texto da Constituição, sob o artigo 157, números I e IV. Dois projetos sobre o assunto circulam, meio mortos, pelos ambientes caríssimos da Câmara e do Senado. Teriam eles sido aprovados há muitos anos, se nossa lei eleitoral permitisse o acesso ao Parlamento brasileiro, de homens que tivessem como principal escopo de sua vitória em eleições, o bem público, o bem comum, desligados de grandes e vultuosos interesses pessoais. S. Excia. Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, pastor que vive junto de seu povo, que conhece suas aflições e mais profundas aspirações, proclamou a necessidade de lutarmos pelas reformas de base, e conclamou o povo para essa luta. Apresento-me como um de seus soldados e convido o povo a fazer o mesmo, atendendo a esse grande apelo cívico. Não será possível nenhuma reforma de base, nenhuma reforma que beneficie, realmente, o cansado povo brasileiro, sem a reforma eleitoral, que deverá começar pela cédula única e chegar às eleições por distritos e regiões, de modo a que todos os brasileiros sejam realmente representados dignamente nas câmaras de vereadores, nas assembleias estaduais e no parlamento. Chamamos, portanto, todos unidos, para que os Srs. Exmos. Senadores se lembrem de que o povo não pode esperar mais e que exige de seus representantes a reforma eleitoral em regime de urgência especial. Peço ao povo que negue seus votos a todos aqueles candidatos que não se mostrarem decididos a dar apoio

eficaz a esta reforma, consubstanciada na cédula única, que precederá a todas as outras reformas de que tanto necessitamos. Façamos chegar nossa voz aos Srs. Exmos. Senadores, aos líderes dos partidos, ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, e ao Sr. Presidente do Congresso Nacional e eles, por certo, não desconhecerão a exigência do povo, nem hão de mostrar indignos, por traição (sic) do mandato recebido. Santo André, 18 de maio de 1962. a) Dom Jorge Marcos de Oliveira – Bispo de Santo André”.

Anexo 4

(ALMJ. Mensagem de Ano Novo aos diocesanos pelo rádio 1961-1962)

Caríssimos ouvintes da Rádio Clube de Santo André,

É com maior prazer, que servindo-me dos microfones desta grande rádio, tão ouvida em toda a nossa diocese e em grande parte do nosso Estado de São Paulo, posso dirigir-me a todos vós, no limiar de um ano novo para vos felicitar, apresentar alguns votos de um ano sumamente feliz, e pedir a Deus, nosso Senhor que olhe benigna e paternalmente para todos os vossos interesses. Quero pedir, em primeiro lugar, a Nosso Senhor que nos conceda a sua paz. Uma paz que reine no coração dos homens, dos homens angustiados, dos homens aflitos, dos homens trabalhadores, dos homens doentes, dos homens de coração duro, para que se tornem melhores, dos homens de coração mau, para que se tornem mais benignos.

Quero pedir a Nosso Senhor que conceda a sua paz no coração dos bons: dos nossos pais de família, das nossas crianças, dessas admiráveis, piedosas e santas mães de família. Quero pedir a paz de Nosso Senhor para a grande família brasileira: que nela não exista, nas nossas santas famílias, nas nossas famílias cristãs, que nela não exista nenhuma perturbação que vem arrancar, de longe que é, a paz que é um dos maiores dons de Deus. Paz na família - entre os esposos- Paz na família - entre os pais e filhos - Paz na família - na ordem econômico-social - Paz na família com o conhecimento admirável do salário-família, defendendo a esperança de que ainda o desenvolvimento há de brilhar em nossa terra, conforme comunicações nos dada por presidentes dos Parlamento das duas casas do Congresso e pelo próprio Presidente da República e pelo Ministro do Trabalho. Paz na família - no ambiente cristão e de segurança e de confiança - mas também um pouco de paz para o nosso Estado, Estado tão grande, que produz tão admiráveis bens e tantas coisas para o bem do nosso país, mas Estado que deve ser paradigma para todos os outros Estados Brasileiros, de todas as regiões e cidades de nossa federação pátria. Paz para a nossa terra, para o nosso Brasil, o Brasil coberto de homens necessitados de conforto, de amparo e de justiça. No Brasil onde numa realidade quase impossível de existir, no Brasil onde o próprio marco produz constantemente alimentos, no Brasil cheio de homens com fome. No Brasil de crianças abandonadas, no Brasil dos pobres, no Brasil dos trabalhadores algumas vezes mal pagos, no Brasil, neste grande país que caminha depressa para um grande futuro que exista a paz de Cristo, a paz de Nosso Senhor, não apenas paz que se oponha à guerra, mas também a paz que

se oponha à qualquer perturbação, paz que se oponha à qualquer convulsão social, política ou econômica.

Mas também paz para o mundo. Para esse mundo que tem preparado para o futuro dos vossos filhos as bombas atômicas sazonais e preparadas criminosamente em vários países. Paz para o mundo dos outeiros voadores. Paz para o mundo que não quer reconhecer a primazia do homem sobre o capital, a primazia do homem sobre a política, a primazia do homem sobre os próprios interesses de Estado. Paz para esse mundo atribulado, mundo cheio de preconceitos racistas, mundo injusto, mundo sem amor. Que Nosso Senhor, com seu infinito poder, Ele que veio salvar a humanidade inteira, Ele que veio salvar o mundo, Ele que deixou o seu sangue e poder sobre a Terra generosa que Deus criou, Ele que venha trazer para esse mundo aquela paz ingrata que Ele nos deu um dia: “Eu vos dou a minha paz, aquela minha paz que o mundo não vos pode dar”. Pois bem, é ela mesma que nós pedimos também para a Terra, para o mundo, para este pobre Universo atribulado. Mas, meus amados diocesanos, meus caríssimos ouvintes da Rádio Clube de Santo André, essa paz não quer simplesmente brotar da terra sem mais nem menos ou sem a vossa participação, tem que ser uma paz conquistada, conquistada por todos nós, cada um de nós têm que colaborar para a conquista da paz. Em primeiro lugar pelo comprometimento, em segundo lugar pelo cumprimento de todos os deveres sociais, familiares e individuais. Em terceiro lugar, paz conquistada pela disseminação das ideias de justiça, das ideias de amor, das ideias de compreensão dos ideais do Reino no mundo. Nós temos que plantar no mundo a paz, esse mundo tão cronologicamente marcado hoje pela culpa do sanguinário Fidel Castro, esse mundo marcado hoje pela China poderosíssima que não dá o menor valor à vida humana, esse mundo marcado pelo avanço tremendo do comunismo materialista, esse mundo marcado pela incompreensão dos grandes líderes da humanidade com relação aos problemas humanos. Paz conquistada por nós através da disseminação das ideias de justiça, das ideias de nobreza humana, das ideias que marcam bem, ou que traduzam bem, o nosso caráter e o nosso ideal cristão.

Caríssimos ouvintes, para o ano de 1962 muitas felicidades, mas, como sombra admirável dessa felicidade, como condição mesma dessa felicidade, como garantia dessa felicidade, que Nosso Senhor nos conceda a paz no coração, a paz na família, a paz na nossa São Paulo, a paz no nosso Brasil, a paz no mundo inteiro. Muitas felicidades meus caríssimos ouvintes.

Anexo 5

(ACMSP. Intervenções redigidas por Dom Jorge Marcos de Oliveira no 4º período do Concílio Vaticano II)

ATAS SINODAIS
DO SACROSSANTO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

VOLUME IV
QUARTA SEÇÃO

PARTE III
CONGREGAÇÕES GERAIS CXXXVIII-CXLV

TIPOGRAFIA POLIGLOTA VATICANA
MCMLXXVII

20

EXCELENTÍSSIMO PADRE D. JORGE MARCOS DE OLIVEIRA

Bispo de Santo André no Brasil

Sobre alguns problemas mais urgentes.

Capítulo I: *Dignidade do casamento e da família.*

Generalidades. Apraz-nos muito verificar alguns pontos para uma tentativa de uma visão da vida familiar tomando por base o amor conjugal; deixar à consciência esclarecida dos casais a decisão sobre o número dos filhos, dentro de uma clara busca pela vontade de Deus; reconhecer a família como um grupo social que mantém suas próprias leis; não dizer nada sobre o fim primário e secundário do matrimônio e registrar que o casamento “não é um simples instrumento de procriação”.

Não obstante seja impossível negar que o esquema é um documento trabalhado em uma época de transição no que tange à questão da limitação da natalidade. Sente-se que ainda não há uma visão sobre o problema. A esse respeito, deplora-se o silêncio sobre a questão dos meios de limitação da natalidade; o apelo freqüente à “consciência bem formada” sem

explicar o que seja essa boa formação; e a recomendação de fidelidade à Revelação – quando a Bíblia trata somente deste tema no *Gênesis* 38,10, e o pecado aqui referido é contra a lei do levirato, que já não está em vigor – e consideração ao Magistério, quando se sabe que os Bispos não estão suficientemente esclarecidos acerca do assunto.

Por outro lado, as belas páginas sobre o amor conjugal parecem oriundas do livro de Herbert Doms “Sentido e Fim do Matrimônio”. Seria de uma grande justiça a reabilitação deste bom livro, que continua fora de circulação.

Sugestões: N. 60. No começo do primeiro parágrafo, apresenta-se de maneira oportuna a noção de família cristã que vive em meio a um meio pluralista e que aceita todas as possibilidades de colaboração positiva. Assim, supera-se a idéia de organizações ditas cristãs e o esforço por retornar à cristandade.

Um dos piores males a propósito da família e do amor conjugal no mundo de hoje encontra-se no fato de que os cristãos, eles mesmos, não consideram a família como uma das unidades sócio-biológicas, sujeito e objeto do apostolado, em seu projeto pastoral – destinado às crianças, aos jovens, aos homens, às mulheres separadamente, e não à família ou ao casal – e esquecem-se, às vezes, de esclarecer os cristãos acerca da dignidade, santidade da família e sua obrigação para com o apostolado.

Concretamente, onde consta “não brilha para todos o mesmo brilho desde...”, acrescente-se: “mesmo os cristãos nem sempre são suficientemente esclarecidos a propósito de... e em certas...”

N. 61. Começa por colocar em relevo o aspecto legal do casamento, sempre acentuando a importância da instituição do consentimento. Esta noção carece de densidade humana que não se pode alcançar senão partindo da sexualidade como encarnação do amor que encontra sua plenitude na instituição. Carece também de referência a ideia do complemento e do ser conjugal nascido do casamento. Além disso, seria melhor exprimir-se em termos de sacralidade, dentro de uma visão bíblica, que insistir no tema da instituição. Todo o capítulo tem um ar demasiado jurídico e legalista. Desconsidera o escopo antropológico que é ainda mais rico, dado que abrange a dimensão social.

Contribuição ao 1º parágrafo. Substituir o texto seguinte: “Deus mesmo, em seu desígnio de amor, enriqueceu o matrimônio de fins e de bens diversos: sua importância é considerável para a continuidade do gênero humano...”, por: “Deus mesmo, em seu desígnio de amor, fez da família a mãe do gênero humano para a felicidade na terra”. A expressão “importância considerável” não é suficiente.

1. Sugestão para uma nova redação do primeiro parágrafo do n. 61, após o começo, onde o texto termina por estas palavras: “e a prosperidade da sociedade como um todo”: “O ser humano, criado por Deus desde o primeiro momento como um todo espiritual, teve, depois da criação de Eva, uma existência diferenciada. Masculino e feminino, ele encontrará seu complemento perfeito na reciprocidade e no exercício dos carismas particulares que o homem e a mulher recebem para chegarem juntos à realização de seu destino humano e eterno. Assim Deus concedeu o desenvolvimento do gênero humano e a continuação de sua obra mediante a união entre o homem e a mulher, fundamentada na natural atração recíproca. Esta união concretiza-se na aceitação da vida comum pela alegria e o crescimento do ser pessoal e da espécie. O casamento foi então estabelecido como base de toda a sociedade, para a felicidade terrena e a salvação eterna dos membros da família, para a estabilidade, a paz e o progresso de todo o ordenamento social”.
2. Que o texto “A instituição do matrimônio deve ser animada por este amor conjugal, generoso e consciente, que não pode existir fora de uma união legítima...” seja substituído por: “O amor conjugal generoso e consciente alcança sua plenitude na instituição matrimonial”. O texto apresenta-se sob uma perspectiva jurídica, quando, ao contrário, deveria situar-se em um plano antropológico.
3. Substituir: onde se lê “pelo pacto de seu amor”, por “o compromisso de seu amor”. A palavra é menos jurídica que vital.
4. Substituir: “pela união íntima das almas, dos corpos e das atividades” por “pela união da perfeita intimidade pessoal e amizade recíproca”. É sempre perigoso separar-se a noção da união de corpos, alma e atividades.

No 2º parágrafo: há imediatamente uma referência ao escopo cristológico do mistério do amor conjugal. Não seria oportuno também abrir este mistério de amor à luz da Trindade?

O texto “O Cristo Senhor preencheu de benevolência e abençoou este amor multiforme proveniente da caridade divina, imagem de sua união com a Igreja”, seja substituído por: “... este amor multiforme proveniente da caridade divina, imagem de sua vida com o Pai e o Santo Espírito e de sua união com a Igreja”. Esta frase tem o mérito de ampliar a noção bem conhecida de Paulo que apresenta o casamento como uma imagem de união de Cristo e da Igreja. Não se trata apenas de uma imagem, senão da realização de uma nova aliança com o Cristo que se concretiza de maneira específica no casal.

Após a frase “quem suscitou também a virgindade” introduz-se forma forçada e deveras apressada. Se não é possível falar da virgindade de uma maneira mais clara, seria melhor, talvez, não mencioná-la. Não obstante todos nós sugerimos que o texto: “orientado e

enobrecido pela ascese cristã, o amor conjugal é assumido pelo amor divino...” seja substituído por: “O amor divino que suscita também tanto a virgindade como o amor conjugal, oriente suas formas diversas de amor a Deus, pela Graça redentora do Cristo e a ação salvífica da Igreja” (observar que se omitiu a expressão “enobrecido pela ascese cristã”, que poderia ser interpretado como negação da existência de uma ascese própria à união conjugal).

A posição dos pais a propósito dos filhos não é simplesmente a de educadores. É mais amplo como o faz notar a *Lumen Gentium*. Então, onde consta: “quanto aos esposos, engrandecidos por seu papel de pai, de mãe, eles cumprirão com consciência seu dever de educadores...” acrescentar: “provedores materiais da família e santificadores...”; onde consta “à sua santificação mútua”, acrescentar: “... e ao apostolado junto às outras famílias”; onde se diz: “... que eles procurem a glória de Deus”, acrescentar: “... no mundo e no seu lar, assinalado pela simplicidade e espírito de pobreza, onde o supérfluo não deve existir, porque pertence aos mais pobres”.

No que tange ao trabalho da mulher fora do lar, seria recomendável encarregar as autoridades públicas da criação de condições que permitem o trabalho das mães em seu próprio lar, em especial o serviço público que elas prestam dentro de tais condições. Então, onde consta: “... a ternura de sua mãe”, acrescentar: “... está a cargo da sociedade criar condições favoráveis a um trabalho que, mesmo se realizado dentro do lar, é um serviço de grande relevância”.

A última frase do 2º parágrafo parece não ser endereçada senão aos países onde se valoriza mais a mulher fora do lar, quando o problema contrário é perceptível em muitos países.

Deve-se acentuar o caso bastante comum da total alienação do homem aos problemas da educação, especialmente em relação aos mais jovens.

Último parágrafo. Falta-lhe uma Teologia da educação, e senso de “socialização” segundo João XXIII. A ideia da Família, santuário fechado é um recuo em relação à abertura social que deve ter a família moderna. Antes da procriação, deve-se recordar que ela não constitui um direito absoluto, mas deve-se acentuar a noção da paternidade consciente e responsável. No que concerne à educação não se vê, pela leitura do texto, que ela deve ser integrada ao bem comum, o que se deveria recordar com insistência.

N. 62. Em princípio, nota-se que a ordem dos nn. 61 e 62 não é muito natural. Dever-se-ia falar de amor conjugal antes de referir-se ao caráter sagrado do casamento e da família que dele advém.

O n. 62, intitulado “Amor conjugal”, fala antes de tudo do caráter sobrenatural do casamento. Quase imediatamente, trata do tema educação. Este tema “educação”, alhures, é tratado também no fim do capítulo.

O *parágrafo primeiro* está redigido em termos muito românticos, pouco realistas. Exprime ainda a ideia de duas realidades: o amor humano e divino, e atribui à Graça aquilo que é próprio ao amor conjugal. Ele não exprime suficientemente a realidade da comunidade total de vida dos esposos, que se fundamenta no relacionamento conjugal. Falta-lhe, enfim, a noção de que o amor conjugal é a própria expressão humana da graça, que lhe confere uma nova dimensão sem, no entanto, mudar-lhe a natureza.

Nós propomos uma nova redação para todo o parágrafo 1: “O amor que une o homem e a mulher é criado por Deus, e na intenção divina, era belo e puro. Por causa da ambiguidade da atração puramente erótica ele é enobrecido pelo amor personalista dos esposos, que conferem valor e consistência a esta atração. O amor conjugal doa um senso de valor particular à comunidade total de vida entre os esposos, que se torna vida de filhos de Deus, por um dom especial da graça. Um tal amor associa, pela fé, o humano e o divino, conduz os esposos a um dom livre e natural de si mesmos, que se manifesta pelos sentimentos e gestos de ternura. Impregna as obrigações e os sacrifícios da vida conjugal; mais ainda, realiza-se a si mesmo e engrandece por seu generoso exercício”.

Nova redação para o 2º *parágrafo*. “Este amor deverá prolongar-se e realizar-se através do amor entre o casal. Os esposos deverão dedicar-se com especial atenção à educação dos filhos, o ambiente de uma família verdadeiramente unida é favorável à educação, tendo em vista que, seu papel principal é de formar para o amor. O casamento deve ser uma escola progressiva para a liberdade e a responsabilidade, que todos devem alcançar à idade adulta. De fato, deve conduzir os seres à plena realização de seu potencial humano. Educar é suscitar as condições para que o ser humano possa realizar o melhor possível, o plano de Deus a seu respeito. O papel dos pais não é o de intervir no plano divino, senão simplesmente o de guiar a alma jovem e inexperiente a atingi-lo, utilizando, para este fim, todos os recursos concedidos pela Graça divina e a ciência humana. Crescidos em um ambiente de autenticidade de vida cristã, os jovens tomarão consciência da dignidade do amor e da importância disto na vida de cada pessoa, qualquer que seja a vocação e a forma em que se apresenta nas circunstâncias da vida de cada um. Diversos movimentos, especialmente as associações...” etc.

O n. 63 revela o respeito admirável da Igreja pela consciência e a responsabilidade dos esposos, como também, uma grande compreensão maternal para com os problemas e

dificuldades suscitadas pelas circunstâncias históricas e sociológicas onde vivem os casais de hoje.

Sugestões. Ao texto “constantemente atentos e dóceis à vontade do Deus vivo”, acrescentar: “Que doa e toma a vida...” (resposta às famílias, que, tendo planejado o número dos filhos, podem ver seus planos alterados por disposição de Deus).

O texto: “as condições tanto pedagógicas como econômicas que variam com as circunstâncias e a *idade* da vida” seja substituído por “*nível* de vida” (a idade de vida sendo, certamente, o casamento).

Substituir o texto: “precisa da sociedade e da Igreja” por “precisa da sociedade e a expansão do Reino de Deus” (assim descarta-se qualquer interpretação de tentativa de dominação da Igreja através da fecundidade de seus filhos).

No fim do n. 63, acrescentar: “... alguns, no entanto, que interpretam a vontade divina, lhes parece não poder ter outros filhos, lhes é, apenas, lícito empregar os meios aceitos para as duas articulações, e que não vêm abençoar a dignidade do amor conjugal”.

N. 64. O parágrafo primeiro deste n. 64 está marcada pela grande coragem de enfrentar os grandes conflitos que podem surgir entre a intimidade conjugal e a paternidade responsável. Considera também as consequências trágicas destes conflitos sobre a fidelidade conjugal, e a educação dos filhos. Portanto, pensamos que seria bom ter presente a situação dos casais que, convencidos pela Igreja da gravidade do fato de evitar os filhos por meios ilícitos, e confrontados por um ideal deveras elevado para suas forças, afastam-se com dolorosa revolta da comunidade cristã e dos sacramentos, o que os leva depois ao afastamento de Deus. Deve-se também pensar naqueles que, convencidos de agir da única maneira possível de acordo com suas forças, acabam por perder toda a confiança em uma Igreja excessivamente rigorosa e pouco maternal.

Sugestão para terminar o parágrafo. “o olhar deste Concílio volta-se também, com grande compaixão aos casais, que em meio às dificuldades, quase insuperáveis, se consideram incapazes de atingir a perfeição de vida que imaginaram, e àqueles que, afastados, pelas mesmas dificuldades, do Pão da Vida, que os sustentaria no exercício de suas responsabilidades conjugais”.

A condenação da eutanásia parece implícita no 2º parágrafo. Seria útil acrescentar uma pequena nota sobre o caso dos filhos excepcionais, acentuando o respeito que a humanidade deve à origem da vida. Este problema, contudo, não pertence apenas à responsabilidade dos pais, senão que concerne também à generosidade de toda a sociedade.

Felizmente, no parágrafo terceiro, não se renovam as condenações feitas anteriormente pelo Magistério. Há uma abertura para as novas soluções, e para acolher as contribuições quer da Teologia quer da ciência, sobre a grave e difícil procura das manifestações da vontade de Deus. É muito importante deixar o caminho aberto ao progresso que, certamente, terá lugar nos próximos anos.

EXCELENTÍSSIMO PADRE D. JORGE MARCOS DE OLIVEIRA

Bispo de Santo André no Brasil

N. 93, lin 16. Não foram satisfatoriamente analisadas as causas dos males que estão abalando os homens. O chefe da comunidade dos povos não somente deve afirmar que algumas pessoas “estão sofrendo pela fome e miséria ainda que obstinadamente estejam trabalhando”, mas devem ser mostradas as causas e maneiras do abuso dos tiranos que gera este drama.

N. 99, pag. 78. Tratado para a edificação da paz, além da lamentação do relacionamento que rege os povos para o equilíbrio em relação ao terror, ainda deve combater com esforço a separação e pela abolição das causas que provocam-na.

Algumas sugestões: Se o esquema pode ser novamente escrito, tenha duas partes: a primeira parte seja sobre o anuncio a todos os cristãos do orbe da terra; a segunda parte seja o anuncio para todos os homens de boa vontade.

O anúncio aos cristãos indique a consciência da Igreja, ordenada a Cristo por amor a Deus e dos homens, na fidelidade ao Espírito Santo. A fidelidade a Deus sem a fidelidade aos homens não pode ser concebida. O mesmo pode ser dito aos homens, que sem a fidelidade a Deus não existem.

O esquema XIII, na atual composição, aponta aos cristãos, na busca de uma solução aos problemas do mundo, um caminho para que sejam fiéis a Deus. Tal fidelidade dever-se-ia nutrir mais da Teologia Bíblica. No entanto, o trabalho no esquema XIII deverá indicar aos que são cristãos, a fidelidade do homem que fosse expresso por este modo.

Sobre a fidelidade do homem. “Irmãos, todas aquelas que são verdadeiras, tudo que é puro, tudo que é justo, tudo que é santo, tudo que é amável, tudo que é de boa fama, se pela virtude, se pela louvável disciplina, a isto tenha em mente” Fil. 4, 8.

O Concílio traz a necessidade aos cristãos de lembrar os escritos de Paulo, para que eles, não junto ao mundo, mas procurando caminhos com o mundo, possam tomar parte da vida do mundo.

1. Tomar parte na vida do mundo é o mesmo que conduzir as necessárias mudanças, como um serviço revelado por Deus. Pois Deus, depois da Criação, este dever confiou ao homem: “Povoe a terra e a submeta” (Gn 1, 28).

Hoje o gênero humano deixou a ordem empírica pela racionalidade, a manufatura pela industrialização. Conforme Theillard de Chardin, findou-se a era neolítica, a ciência começa a conferir uma nova face para a sociedade. Portanto, somos testemunhas da erupção demográfica e da dilatação espacial, do progresso da “urbanização” e do nascimento da socialização, da revolução da automatização e da aceleração do tempo.

2. Tomar parte na vida do mundo é com ele comunicar seus infortúnios e opressões. É ir ao mesmo tempo com todas as vítimas de todas as guerras, com todos os encarcerados, com os famintos de todas as nações, com os desprezados de todas as estirpes, com todas as vítimas de abusos, diante de Cristo que está presente no homem, mas especialmente nos pobres e sofredores, e, conforme a mente do Apóstolo Paulo, se fez tudo para todos, de modo particular, enfermo com os enfermos.
3. Tomar parte na vida do mundo é o mesmo que responder às lutas tiradas do próprio mundo. Essa luta é feita contra muitos adversários, isto é, ódio “racial”, abuso econômico, guerra nuclear, opressão ideológica. Frequentemente essa luta é inspirada e sustentada por não cristãos. É necessário para o cristão confessar a consciência humana antes da cristã ser desenvolvida sobre aquilo que refere-se ao gênero humano. Traz muita alegria aos cristãos porque todos os que não estão contra Cristo, estão a favor de Cristo.
4. Tomar parte da vida do mundo é o mesmo que verdadeiros apreços, pelo qual está unido, aceitar por causa própria a salvação e o progresso.

O mundo hodierno reconhece não ser possível a felicidade sem o respeito da dignidade e da liberdade de cada ser humano e sem o esforço coletivo de coexistir na fraternidade e solidariedade.

O trabalho dos cristãos é imbuir os valores humanos da inspiração Dele que ilumina todo homem que vem a este mundo, e veio a Terra “para que todos tenham vida, e a tenham em abundância”.

O anúncio do Concílio aos homens de boa vontade poderia ser expresso desta maneira: Vós todos, que procuram a verdade e a vida, a verdade das coisas e o homem. Nós, possuidores do encargo da Igreja, compreendemos parte de vossa procura, porque assim como vós, sabemos que os homens são feitos para a verdade e para a vida. Além disso, crentes de ser Deus a verdade e a vida, por Cristo, Princípio e fim do universo, pedimos que, ao mesmo tempo avance para a verdade, e mutuamente comunique a vida.

Vós todos que sustentais a luta por justiça e paz, nós tomamos parte em vosso certame, porque assim como vós, sabemos que os homens são feitos para a justiça e a paz. Além disso, crentes de ser Deus a justiça e a paz, pedimos por Cristo morto e ressuscitado, que nos anime a juntos edificar a justiça e a paz.

Vós todos que favoreceis a unidade e a amizade, nós tomamos parte em vossa aspiração, porque, assim como vós, sabemos que os homens são feitos para a unidade e a amizade. Além disso, crentes de ser Deus a Unidade e a Aliança, pedimos por Jesus Cristo, Filho de Deus e Unigênito da nova criação, que introduza-nos todos na Unidade, para que juntos provemos a alegria da amizade.

Porque sabemos que algum dia Deus desejará ser tudo em todos, pedimos pelo Espírito Santo, que dê a este anúncio a mesma força que a palavra do Apóstolo Pedro, no dia de Pentecostes.

EXCELENTÍSSIMO PADRE D. JORGE MARCOS DE OLIVEIRA

Bispo de Santo André no Brasil

I. *Falta ligação entre a narrativa sobre a cultura e os outros textos do esquema.* Não há conexão entre a imagem do homem descrito na primeira parte do texto sobre a cultura e a vida econômica e social.

Este isolamento da vida cultural é inadequado à “implementação” eficaz do tema porque ele se torna incompatível com a interdependência, que existe em uma sociedade entre os meios de criação e transmissão cultural, de um lado, e a vida econômica e social, de outro. Esta interdependência é tal que o conjunto das instituições é, ao mesmo tempo, efeito e causa de cultura compreendida como produção e tomada de consciência da realidade pelo homem.

II. *Tom jurídico do texto.* O tom geral do texto é jurídico. Não se percebe a presença de um espírito evangélico como se a mensagem do Evangelho fosse indiferente ao processo educativo dentro do qual a consciência do mundo e do homem fica fragmentada e sem possibilidade de diálogo adulto.

Além disso, deve-se notar que tal processo é regido, no texto, pelos direitos e os deveres enunciados com abstração da diversa repartição dos bens junto às classes e às nações.

III. *Ausência de definição, emprego equivocado e estático da palavra cultura.* A clareza do texto é comprometida pela conceituação equivocada da palavra cultura, que não tem uma definição constante, mas é empregada ora nas expressões particulares e excêntricas como “cultura clássica”, cultura científica, ora em uma acepção ampla e antropológica. O texto não realça, de maneira devida, as relações entre desenvolvimento econômico e a transformação social. Destaca-se, por vezes, a dualidade do aspecto clássico e técnico-científico da cultura, de maneira contemplativa, como se fosse algo natural e não uma coisa construída pelo homem, pelas razões de conjuntura, que devem ser analisadas em suas fontes e consequências à luz do dinamismo próprio da história.

O título do n. 65 “Diversidade de condições de vida” não corresponde a uma descrição verdadeira das situações nas quais a cultura deveria expandir-se.

Sugestões. 1. Que “a cultura e sua significação humana” una em um mesmo parágrafo os nn. 65 e 66. Que seja também adotada uma definição de cultura que possa ser aceita pelo desenvolvimento antropológico e sociológico de hoje.

2. Afirma-se no n. 67 que o homem é artífice da cultura. Consequentemente, não se deve temer suas possibilidades criadoras e inovadoras. A questão é, então, de se tratar de maneira mais profunda e examinar também suas consequências.

3. As dificuldades observadas no n. 68, sobre o tema da interação da cultura clássica, de um lado, e técnico-científica, de outro, parece ignorar o conjunto da realidade onde vivemos.

O texto afirma que é dentro do homem mesmo que se faz esta integração. Mas como? Muitas vezes não é necessário um tão grande deslocamento por parte dos cristãos para que eles se abram aos novos valores e para que deixem as práticas de outrora?

4. Assim, no n. 68, 2 após “... um tipo de homem mais completo, e mais equilibrado” sugere-se: “e mais aberto aos novos valores, convencido de que “tudo nos pertence, nós somos do Cristo e Cristo é de Deus” (1Cor. 3,21)”.

IV. *Inadequação aos países em desenvolvimento.* 5. Antes de admitir que o homem toma consciência de que ele é artífice da própria cultura, é o fato de que os bens da cultura são hoje

mais acessíveis (n. 68, 1), deve-se acentuar a diferença de grau de conscientização junto às pessoas.

Todo o problema da educação nos países em desenvolvimento se resume na carência de “conscientização” das massas e na impossibilidade do povo em acessar a cultura. Esta dificuldade aumenta quando os países economicamente mais desenvolvidos, embora entrem em contato com as regiões subdesenvolvidas, não respeitam suficientemente suas culturas.

Sugere-se para o n. 71, 4 acrescentar após “a vida cultural”: “aceitam todas as consequências da promoção humana”.

6. N. 71 (ao final) acrescentar: “Por outro lado, dentro das possibilidades, de promover a cultura do povo quando isto não puder ser feito por eles mesmos – aceder aos bens da cultura. Ademais, de tornar possível o acesso de cada homem à cultura, deve-se, ainda, assumir a promoção e a conscientização das massas, nos países onde os homens não chegaram ainda a este grau de evolução, e se encontrem em um estado de impossibilidade de expandir-se integralmente como pessoas humanas.

7. N. 72, 1: após a expressão “especialmente pelos cristãos”, acrescentar “Este dever não pode ser prejudicado pelo egoísmo dos grupos nacionais e internacionais que impedem o desenvolvimento dos outros”.

8. N. 72, 1. Não é suficiente falar de “necessidade da cultura de modo impessoal”. Cf. o texto: “Deve-se, então, obter a cada um uma quantidade suficiente de bens da cultura, sobretudo da cultura dita de base”. O adjetivo “suficiente” não é aceitável.

Sugere-se: “Os responsáveis pelo bem comum devem conceder a cada homem o acesso à cultura, e antes de tudo, a cultura de base”.

9. N. 72, 4. Substituir “deve-se obter” por “Os responsáveis pelo bem comum devem proporcionar as condições...”.

V. *Falta referência aos meios e aos agentes da educação* (agentes, meios, temas, ambiente, fim da educação). A necessária conexão da cultura com as instituições e condições de vida de uma sociedade concreta, implica uma clara referência aos meios e aos agentes do processo da educação. De tais meios e agentes são, ao mesmo tempo, condição e consequência de finalidades enunciadas ao processo educativo: Integração pessoal, tanto quanto deleite e serviço, dentro do conjunto do desenvolvimento coletivo; formação de uma consciência do homem e do mundo não arbitrário, fraternal, eficaz, criativo e oblativo. No texto, praticamente não se encontra tal referência aos agentes da educação. Pode ser que tal lacuna se deva à dificuldade – que se deve superar – de delimitar as responsabilidades da Igreja, da família, e do Estado acerca da educação.

10. No n. 72, 1 não basta dizer que hoje, pela primeira vez é possível libertar a humanidade da ignorância. Deve-se dizer como libertá-la; quais são os agentes da educação, especialmente da educação de base, quais os meios, os métodos, etc.

11. No n. 73, 3 ao final, acrescentar: “A educação integral do ser humano deve prepará-lo para um diálogo adulto com seu próximo”.

Nos países em vias de desenvolvimento, a educação deve executar o papel indispensável que lhe é próprio, no sentido de uma “educação para o desenvolvimento”.

Na medida em que os homens e os povos tornam-se adultos, um diálogo fraternal poderá instaurar-se entre os homens, em vias do estabelecimento de uma comunidade internacional verdadeiramente humana.

12. No n. 73, ao fim, acrescentar: “Além disso, convém lembrar que, no mundo pluralista de hoje, são numerosos os agentes da educação: a família, os meios de comunicação, as modalidades atuais de instruções escolares, etc. Há até mesmo pessoas que atribuíram uma primazia a estes fatores secundários da educação.

Contudo, a Igreja Católica recorda que a família é a instituição natural mais adaptada à expansão integral da personalidade humana. Por esta razão, é a família que deve procurar a integração conveniente dos diversos agentes da educação, especialmente nas etapas da infância e da adolescência, quando o ser humano é particularmente dependente.

A Escola. Escolas católicas e papel do Estado na educação esquecidos no texto.

13. No texto sobre a cultura e várias vezes na segunda parte do Esquema, a concepção de estado é rígida, indiferente à diversidade da realidade do estado nas diferentes comunidades nacionais hoje. Nota-se uma atitude, talvez, suspeita no que se refere ao estado, herdeira da querela do laicismo. Portanto, Tornar-se-ia, pouco a pouco, normal o fato de que é ao estado que pertence a tarefa de promover, especialmente nos países subdesenvolvidos, não somente a educação de base, senão também a formação técnico-científica, ligada à promoção industrial e à pesquisa, seja pelo custo da empresa, seja pela centralização e pelo sistema de trocas solicitadas (cidades universitárias).

14. Deve-se rever também todo o sistema das escolas católicas, das quais se fala no texto, e nos sistemas das universidades católicas, em vias de denunciar e impedir o escândalo permanente que transforma a transmissão da cultura em um “mercado”. Deve-se rever ainda o hábito de confiar a instituições escolares a exclusividade do ensino religioso, pela transmissão de algo para o qual se deve criar formas mais independentes de administração temporal.

B) *A Imprensa.* 15. *Falta de referência aos meios de comunicação, à Publicidade, ao emprego da informação.* Não se encontra no texto qualquer preocupação face ao fenômeno da

supremacia dos meios de comunicação pública, como o rádio, o jornal, a TV, o cinema, sobre a condução do processo cultural, meios e agentes modernos da mais alta importância na formação das consciências e da opinião pública.

Talvez se possa encontrar uma justificativa para esta ausência no fato que os meios já foram tratados em um outro Esquema do Concílio. Portanto, a não menção aos meios de comunicação denuncia uma certa ingenuidade no que diz respeito à realidade mundial do abandono de milhões de pessoas, fazendo um sistema não controlado pelas comunidades e manipulado pelos grupos econômicos cujos interesses não coincidem necessariamente com o bem comum.

O direito à informação, garantidor de um estado adulto de coexistência, quando negado e dificultado, compromete a perspectiva do diálogo fraterno, porque cria classes particulares de cidadãos históricos.

A criação de necessidades artificiais, tanto quanto a pretensão à expressão como opinião de várias comunidades, pontos de vista elaborados previamente junto aos interesses de minorias, constitui um insulto à cultura e uma negação à expectativa de construção de um mundo de paz e de amor fraterno.

N. 72. Sugere-se ao fim do n. 72 acrescentar a "... de caráter público": "Por esta razão, é um dever para todos criar condições de existência por uma imprensa verdadeiramente livre, sobretudo nos países onde isso não se verifica, seja por causa do abuso do poder político, seja por causa do poder econômico".

VI. *As narrativas sobre a cultura e a arte, por um lado, e a Teologia, do outro, expressas de maneira inadequada.* 16. Ausência de conexão entre cultura humana e teologia.

Exemplo: O esquema sublinha a expressão: "ensino cristão" (n. 74), como se fosse sobreposto à cultura, e não uma realidade que deve surgir da própria cultura, desde que ele seja perpassado por uma fé autêntica e por um evangelho vivo e atuante.

Observa-se igualmente a mesma falha básica no n. 70, onde está a questão das relações entre as diferentes culturas e o evangelho. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Teologia foi elaborada em um contexto de civilização ocidental, ficando, por conseguinte, alienada da realidade de muitos povos. Assim, seria bom que os teólogos, em suas elaborações, se refiram continuamente à simplicidade evangélica e respeitem integralmente as culturas originais.

N. 70. Sugere-se acrescentar: "Contudo, por sua própria natureza, a Igreja deve respeitar a cultura dos povos com os quais ela entre em contato, em sua missão evangélica, aceitando as maneiras de expressão próprias a cada cultura, seja na liturgia, seja em outros domínios".

17. Sugerimos que o n. 74, parte 3 seja eliminado. Justificativa: 1. É um absurdo recusar a autonomia da cultura no que concerne aos valores religiosos, especialmente após a definição de cultura que se deu no início. Constituiria mesmo uma contradição intrínseca ao texto. 2. É lamentável dizer que a Igreja civiliza. 3. Não é o lugar justo para falar de libertação da escravidão do pecado.

18. No n. 74 acrescentar ao fim do período: “Trabalham em toda parte com os outros homens na construção desta cultura”.

Neste mesmo parágrafo, observar a expressão “fiéis” que deve ser compreendida nos termos definidos pela constituição dogmática “De Ecclesia”.

19. Eliminar completamente o último parágrafo através da transformação da redação. *Razões:* 1. Uma certa ignorância no que diz respeito à natureza da arte e da psicologia dos artistas. 2. Um certo tom pragmático em face de uma realidade (a arte) que reivindica ferozmente sua autonomia absoluta, em relação a não importa o fim a não ser ela mesma.

Composição sugerida: “A comunidade cristã, por causa de sua própria vocação, deverá dedicar aos artistas uma simpatia particular, respeitando integralmente a liberdade que eles reivindicam. Desta maneira, ao sentir o apelo do sagrado, poderão criar obras marcadas pelo selo do transcendente, ao empregarem os dons superiores recebidos de Deus. Ao realizar suas obras, especialmente ao construir templos em honra do Senhor, concedam ao Povo de Deus a possibilidade de render graças ao Pai, de maneira mais perfeita e conforme a este Deus, que é a Beleza Absoluta”.

Apêndice. Algumas sugestões de correção da redação. *Razão:* apresentar uma redação menos ambígua e mais fiel à realidade tratada.

20. N. 69. Atribui-se à cultura uma posição eminente dentro da vocação integral do homem.

21. N. 69, 3, em vez de “inflamados pelo amor do Belo e do Verdadeiro” sugere-se o adjetivo “atraídos”.

22. N. 69, 5, acrescentar: “Do mesmo modo, o homem pode fechar-se em si mesmo obnubilado por uma falsa perspectiva dos caminhos pessoais da criação artística”.

23. N. 71, 1. Expressão pouco clara. Propõe-se a eliminação de “como nós que fazemos frequentemente a dolorosa experiência...” e o trecho ao fim do período: “Maravilhosamente nós constatamos que frequentemente não é isto que chega”.

24. N. 71, 2. Ainda uma ruim redação do período. Em vez de: “Ela tem então direito ao respeito e ela goza de uma certa inviolabilidade, sendo evidentemente, salvaguardados os direitos da pessoa...”, nós propomos: “uma vez salvaguardados os direitos da pessoa e da

sociedade (particular ou mundial), a cultura tem, então, direito ao respeito e goza de uma certa inviolabilidade, dentro dos limites do bem comum”.

25. N. 71. Deve-se mudar o título do número. Nós sugerimos: “Das relações entre a cultura, o desenvolvimento integral da pessoa humana e os poderes públicos”.

Anexo 6

(ACSA. Carta sobre a prisão do Padre Emílio Rubens Chasseraux)

DOM JORGE MARCOS DE OLIVEIRA BISPO DE SANTO ANDRÉ

Como é do conhecimento de todos o Revmo. Padre Emílio Rubens Chasseraux foi preso. É sacerdote da nossa diocese, que tem a seus cuidados a Paróquia de Vila Palmares. Foi preso dia 29 de janeiro, às 16 horas. Logo, às 22 horas foram convocados os Vigários Gerais, os Vigários Episcopais e o Conselho Presbiteral para saber qual a atitude a tomar. No dia seguinte, houve nova reunião e foram tomadas diversas decisões.

Um membro do Conselho Presbiteral foi até o Rio de Janeiro para encontro com o secretário da CNBB Dom Aloísio Lorscheider, a quem estão reservados os casos de prisão de sacerdotes dentro do território nacional.

Comunicou-se também a Dom Gabriel, bispo de Jundiá, secretário do Regional Sul 1 da CNBB.

Procurou-se resolver o problema sem atitudes que viessem a prejudicar o sacerdote preso e incomunicável. Padre Rubens foi solto 21 dias após sua prisão sem que fosse imputada a menor culpa. Está obrigado a se apresentar ao DOPS todas as segundas-feiras. Finalmente decidiu-se informar oficialmente o clero e fiéis da diocese sobre a prisão de Padre Rubens, dando testemunho de seu zelo, protestando pelo acontecimento e pedindo as orações de todos para que não se repitam tão tristes casos.

Padre Rubens vive num dos bairros mais pobres e sofredores de Santo André, constituído em sua maior parte por operários, muitos desempregados e favelados.

Levado pelo seu espírito evangélico procurou encarnar-se nesse meio, viver a vida de seus paroquianos, sentir o que eles sentem.

Para confirmar nossas palavras, pois muitos não o conhecem, ou talvez receberam informações deformadas, julgamos útil trazer o testemunho de pessoas que vivem no bairro e fazem parte da comunidade paroquial, assim se expressaram:

“Há três notas que sobressaem logo de início quando se vive com o Padre Rubens”:

- 1 – Pobreza e amor pelos pobres e humildes;
- 2 – Simplicidade e espontaneidade;
- 3 – Disponibilidade.

Sua pobreza é bem real e se caracteriza pelo desapego do dinheiro e de todo conforto, pela ausência de vaidades e ambições. Essa pobreza e esse amor pelos pobres fazem com que ele viva bem próximo ao povo do bairro, e explica sua angústia pelas misérias de todo tipo; explica também o desejo inflamado e sincero de uma sociedade justa e evangélica.

Na sua vida espiritual há, sobretudo, duas coisas que chamam a atenção: seu apego à Bíblia Sagrada, e a atenção e piedade com que reza suas missas. Ele a faz com muita gravidade, nunca por rotina.

Padre Rubens concentrou suas energias na pastoral paroquial e na promoção humana da comunidade.

Na pastoral:

- a) Desenvolveu uma comunidade de estudos bíblicos. Pôs a Bíblia nas mãos do povo;
- b) Promoveu com freqüência encontros para diálogo, com os paroquianos, em que cada um apresentava livremente suas dificuldades no plano religioso;
- c) Promoveu o movimento litúrgico, visando maior participação nas missas;
- d) Cuidou zelosamente da catequese.

Na promoção humana:

- a) No setor da educação, o mais importante foi o curso de madureza pela televisão, que reúne há vários meses, todas as noites, 40 pessoas ou mais, em que ele mesmo explicou as aulas. Organizou cursos de admissão e alfabetização;
- b) Há anos que vem trabalhando junto aos favelados do bairro;
- c) Participou ativamente em outras realizações, como a cooperativa de consumo, e movimentos para obtenção de melhorias do bairro.

O que predomina no Padre Rubens é a figura do sacerdote, do pastor. Ele procura ser fiel ao seu sacerdócio, e essa vida junto aos pobres é o que mais o tem ajudado nessa fidelidade.

Concluindo, pensamos não faltar a verdade dizendo que se Padre Rubens foi preso foi por amor aos pobres, por amor ao Evangelho.

Diante desse fato, queremos levar ao conhecimento do clero e fiéis de nossa diocese o nosso protesto: contra a prisão de um de nossos sacerdotes, sem a mínima comunicação e consideração para com a autoridade eclesiástica da diocese; contra a prisão em seu domicílio, tendo sua casa e sacristia invadidas e vasculhadas; e porque, para prendê-lo, não foi apresentada nenhuma prova de culpa, mas apenas o pretexto de interrogatórios.

Lamentamos que nem ao menos se torna respeitado o que universalmente é aceito na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Para que não se repitam esses lamentáveis acontecimentos é que os levamos ao conhecimento dos fiéis e tomamos essa atitude de protesto. Rezemos todos para que haja uma sociedade onde reine a justiça, a paz e o amor.

Seguem-se as assinaturas de Dom Jorge Marcos de Oliveira, dos Vigários Gerais, Episcopais e membros do Conselho Presbiteral.

NB: Esta nossa carta deve ser lida, de ordem do Senhor Bispo Diocesano, em todas as missas do próximo domingo, dia 1º de março de 1970, em lugar do sermão. Não haja nenhum comentário sobre a carta.

Dom Jorge Marcos de Oliveria

Anexo 7

(ADGABC. *Diário do Grande ABC*. 11 de outubro de 1977)

D. Cláudio denuncia injustiça social

As estruturas injustas e desumanas do trabalho foram apontadas pelo bispo dom Cláudio Hummes, de Santo André, em mensagem alusiva à Semana da Família, como principais responsáveis pela desagregação da família, atingindo a maioria dos brasileiros que constituem população trabalhadora.

A família, ainda segundo dom Cláudio, só cumpre sua missão de formar pessoas, educá-las na fé e prepará-las para assumir suas responsabilidades comunitárias desde que exista um suporte financeiro básico para o atendimento de suas necessidades, aliados a outras condições decisivas como ambiente de amor e convivência harmoniosa entre o casal e os filhos.

Integra da mensagem

Em todo Estado de São Paulo, a Igreja inicia a Semana da Família. Instituída em 1975 para todo o nosso Estado, ela deverá realizar-se todos os anos. Seu objetivo para este ano é refletir sobre a família e o mundo do trabalho, visando “despertar em todas as famílias a consciência do valor do trabalho a fim de que participem na construção de uma sociedade mais justa e humana”.

Seu slogan: Amor e Trabalho Construindo a Paz.

Se a Igreja dedica uma semana especial à realidade familiar, é porque está consciente, por um lado, que devido às rápidas e profundas transformações que a sociedade humana está sofrendo neste século, a família atual também foi afetada com o impacto inusitado destas transformações sociais, sobretudo nas últimas décadas.

Por outro lado, a Igreja sabe que a comunidade familiar tem importância capital tanto para a vida das pessoas e seu desenvolvimento sadio e integral, como para o bem-estar da sociedade humana. A solicitude pastoral da Igreja em favor da família deverá por isso ser incrementada e para tanto ela anima também de modo particular, seus leigos que, além de serem chamados a assumir sempre mais uma corresponsabilidade própria na evangelização da comunidade conjugal e familiar, tem o encargo cívico de influir decididamente como cidadãos e cristãos na política social e familiar do país, para que sua legislação encontre caminhos e soluções mais adequadas em favor da família.

Nesta convocação, a Igreja apela de modo especial aos diversos movimentos de leigos que se dedicam a evangelizar e orientar a comunidade conjugal e familiar. Também nossa Diocese conta felizmente com florescentes movimentos deste gênero, como são o Movimento Familiar Cristão, o encontro de casais com Cristo, a Equipe de Nossa Senhora e outros movimentos de âmbito e iniciativa paroquiais. A todos eles, como pastor, quero neste momento, sob enfoque da Semana da Família, exprimir meu apoio e dizer-lhes da minha esperança no seu trabalho e testemunho de vida, bem como na sua capacidade de pleno entrosamento entre si e com a pastoral diocesana.

A missa da família, como a Igreja hoje concebe, é, em primeiro lugar, formar pessoas, isto é, desenvolver integral e equilibradamente a personalidade dos membros que a integram. Em segundo lugar, a família deverá ser educadora da fé, abrindo as pessoas para a sua vocação maior, que é a de serem Filhos de Deus em Cristo Jesus. Em terceiro lugar, formando personalidades e educando na fé, ela deverá capacitar as pessoas, pela convivência comunitária em família, assumir também maduramente suas responsabilidades sociais e de povo de Deus na construção dum mundo, justo, fraterno e de paz.

Para cumprir esta sua tríplice missão, a família, entre outras condições decisivas, necessita de ambiente de amor e compreensão, de convivência harmoniosa para o casal e entre pais e filhos, bem como de suficiente base econômica. Ora, estas condições são gravemente prejudicadas, ou não existem de todo, para a maioria de nossa gente, que é a população trabalhadora, por causa das estruturas injustas e desumanas do trabalho. *Os salários de fome*; a necessidade de constantes e multiplicadas horas extras de trabalho que levam ao esgotamento físico e a doenças, sem tempo e possibilidade para tratamento eficaz; as preciosas e cansativas horas extras nos transportes coletivos insuficientes e precários, não restando senão poucas horas cansadas de convívio familiar; o trabalho dos filhos menores, para acrescentar algo mais no pobre orçamento familiar com prejuízos irreparáveis na escolarização destes mesmos filhos; os ambientes tantas vezes insalubres e inseguros de trabalho; os desempregos, sempre injustos e desumanos, mas cultivados pelas necessidades de um sistema capitalista desenfreado; a falta de moradia adequada; tudo isto constituiu a grave condição das famílias da nossa gente trabalhadora, que, entretanto, é a principal criadora do progresso material da sociedade.

É por isso que esta Semana da Família quer levar-nos a refletir sobre família e trabalho e suas mútuas implicações, na convicção de que ficaremos mais conscientes e mais disponíveis para somar nossos esforços a fim de criar melhores condições não só para a nossa família, mas para a família da maioria da nossa gente trabalhadora; pois, embora ninguém

consiga mudar sozinho o mundo, contudo os cristãos unidos como um povo, o Povo de Deus, que compreende e assume sua missão histórica, pode tornar-se a força transformadora das atuais estruturas tão pouco humanas e tão discriminatórias do nosso mundo.

Mister se faz encontrar os caminhos viáveis que, segundo a convicção da Igreja, passarão sempre pela liberdade e participação de todos nas decisões básicas da sociedade, bem como no respeito e promoção de todos os direitos humanos e consequentes deveres. Esta é uma forma concreta de vivermos hoje a palavra e exemplo de Cristo: “Dou-vos um novo mandamento: Amai-vos uma aos outros. Como eu vos tenho amado, assim vós também deveis amar-vos uns aos outros. Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se vós amardes uns aos outros” (Jo 13, 34 – 35).

Portanto, todo o Povo de Deus desta diocese, sacerdotes, religiosos e leigos, estão convocados a meditar durante esta semana sobre este tema atualíssimo: família e trabalho. E que disto resultem caminhos concretos para a pastoral familiar, na qual os leigos e seus movimentos deverão sentir-se engajados de modo corresponsável com seus pastores.

A todas as famílias da diocese, um voto de paz, felicidades, amor e estímulo no cumprimento da missão. Às famílias dos pobres acrescento um voto especial para que não percam a esperança. A todos, minha oração e bênção.

Anexo 8

(ADGABC. *Diário do Grande ABC*. 1 de abril de 1979)

D Cláudio esclarece participação

A participação do bispo diocesano de Santo André, Dom Cláudio Hummes, na greve dos metalúrgicos do Grande ABC, foi solicitada pelos ex-diretores dos três Sindicatos e não pelo governo, não tendo ele, em nenhum momento, se apresentado como mediador ou conciliador, posição que também foi adotada pela CNBB. A Igreja não pretende qualquer outro objetivo, com a sua participação, a não ser a de defender os direitos dos metalúrgicos e apoiar suas justas reivindicações.

Esses esclarecimentos foram feitos na última sexta-feira por Dom Cláudio Hummes, em nota distribuída à imprensa e entregue aos fiéis em todas as paróquias da região, procurando oferecer uma correta interpretação, segundo o bispo, da atuação da Igreja no movimento dos metalúrgicos. A íntegra do documento é a seguinte:

“Para uma correta interpretação da atuação da Igreja apoiando a greve dos metalúrgicos do Grande ABC, entendo ser oportuno esclarecer o seguinte:

1. Desde o início da greve, como bispo diocesano, tenho apoiado a greve porque considero as reivindicações justas e porque a greve era pacífica.
2. A partir da intervenção federal nos três sindicatos metalúrgicos, protestei contra esta intervenção, porque fere os direitos dos trabalhadores de terem seu sindicato livre e terem sua diretoria legitimamente eleita.
3. Quando fui convidado pela CNBB a ir à Brasília para um encontro com o ministro do Trabalho, em nenhum momento nem eu nem a CNBB nos apresentamos como mediadores ou conciliadores, mas sim fomos unicamente para defender os direitos dos metalúrgicos e insistimos na pronta suspensão da intervenção nos Sindicatos e na imediata reabertura das negociações.
4. Durante todo o tempo da greve e sobretudo na assembleia decisiva que resolveu a volta dos trabalhadores nas fábricas, em nenhum momento tenho dito aos trabalhadores o que deviam decidir, ou seja, se deviam continuar a greve ou não, mas sempre insisti que as decisões e orientações deviam partir unicamente deles e que se manifestassem unidos com suas lideranças.
5. A minha atual participação como membro da comissão que deverá falar em nome dos metalúrgicos na mesa das negociações, esta minha participação foi solicitada

explicitamente apenas pelos ex-diretores dos três sindicatos metalúrgicos e não pelo governo, embora o governo a tenha aceito. Dessa forma, participo não como mediador nem como conciliador, mas como defensor dos direitos dos metalúrgicos, dando voz aos que não têm mais voz.

6. A Igreja não pretende qualquer outro objetivo, com a sua participação, a não ser como pastor defender os direitos fundamentais dos metalúrgicos e apoiar suas justas reivindicações.
7. Protesto com veemência contra as demissões nas fábricas, porque constituem rompimento do acordo feito e apelo ao governo para que faça cumprir o acordo que os metalúrgicos já cumpriram plenamente na parte que lhes tocava.
8. Continuam abertos os salões paroquiais de nossas igrejas para reuniões de operários que buscam manter sua articulação, contanto que não se misturem outras finalidades ideológicas ou político-partidárias.
9. Continua também a distribuição de alimentos às famílias dos metalúrgicos atingidas pela greve e faço um apelo para que a solidariedade do povo continue. Peço que esta nota seja lida em todas as missas neste fim de semana”.

D. Cláudio Hummes

Anexo 9

(ACSA. Carta de Dom Jorge a João Baptista Figueiredo. 20 de abril de 1980)

Exmo. Sr.

João Baptista Figueiredo

DD Presidente

da República Federativa do Brasil

Exmo. Sr.

Permita-me, como brasileiro que sou e que aprendi, com meu pai, a admirar e louvar o Sen. Euclides de Figueiredo, que me dirija a seu filho, hoje, o maior responsável pelos destinos do Brasil.

Durante muitos anos, enquanto minha saúde o permitiu, dediquei-me de corpo e alma, com toda fé e toda esperança, ao ideal de trabalhar pela elevação das condições infra-humanas do trabalhador brasileiro.

Hoje, doente e sofrido, não consigo restringir-me ao silêncio: diante dos lamentáveis espetáculos que o Brasil de V. Excia. e dos trabalhadores oferece ao mundo estarecido.

Não desejo entrar no mérito da greve dos metalúrgicos do ABC. Muitos já o fizeram e sob todos os ângulos... Mas desejo perguntar a V. Excia. porque o seu governo – que recebeu do Brasil um grande voto de confiança – impediu que a questão dos metalúrgicos do ABC fosse discutida apenas pelos trabalhadores e seus patrões. Eles terminariam por se entender, resolvendo entre si, seus problemas.

A intervenção veio levantar um muro quase intransponível entre operários e industriais.

Muro difícil de se superar, agora, entre operários e industriais das pequenas e médias indústrias cujo capital nacional merece atenção toda especial do governo de V. Excia.

Muro altíssimo entre operários e as multinacionais, cujo capital apátrida merece e exige do Brasil, análise bem profunda nesta hora de sacrifício e esforço integral pela salvação nacional.

Porque, Exmo. Sr. Presidente, não se concedeu ao trabalhador brasileiro, como de direito, discutir em pé de igualdade com seus patrões?

Quem, Sr. Presidente, cometeu depois da intervenção desalentadora e reprovável, o crime de atacar, com violentíssimo aparato de guerra, os trabalhadores do Brasil de V. Excia, do Brasil de todos nós?

Quem, Sr. Presidente, teve a coragem de ordenar – acirrando o ânimo de todos – que soldados brasileiros, filhos de nossos trabalhadores, atacassem, comandados por altas patentes militares, com carros blindados, brucutus e tatus, metralhadoras na mão e baioneta calada, bombas de gás e de efeito moral, seus irmãos desarmados, brasileiros que ajudam V. Excia. a realizar o plano de salvação econômica de nossa Pátria?

Não são os operários do campo e da cidade a parte do povo que merece os maiores cuidados de V. Excia. e à qual o Brasil deve a elevação dos níveis econômico-social e sanitário?

Porque, Exmo. Sr. os milhões gastos no aparato de guerra que se viu no ABC não foram usados contra os corruptos, contra a violência que grassa no Brasil, ou pela salvação dos menores carenciados e dos favelados do próprio ABC?

Quem, Sr. Presidente, está cometendo o crime de aproximar o Brasil dos quadros sangrentos e quase irrecuperáveis de uma Coréia e de um Vietnã?

Como poderemos nós saudar, felizes e risonhos, o Papa, - convidado especial de V. Excia. – depois de crimes cometidos contra o povo que ele desejará abraçar?

Não será melhor, hoje, pedirmos ao Papa, o Sacerdote da Paz, que adie sua visita, para melhores dias de justiça social?

Mas há uma pergunta difícil que me faço: a quem interessa transformar a figura de V. Excia., marcada pelo sincero esforço de aproximar-se do povo, na figura de um inimigo do trabalhador, perseguidor das classes humildes, endossante das torturas físicas e morais por que passamos todos nós? E nós somos trabalhadores, empregados e patrões, sindicatos e empresários, Igreja e intelectuais, classe média e artistas, brasileiros dos campos e das cidades, das casas ricas, médias e casebres!

Admirador que sou de V. Excia. acompanho, angustiado, sua trajetória de leme na mão, leme pesado do Brasil de hoje e de amanhã!

Gravíssimos problemas internos e do exterior foram entregues a V. Excia. com o Mandato Presidencial! Eu os avalio e me preocupo com todos os seus súditos!

É por isso que não consigo manter meu silêncio e peço a V. Excia. que num gesto de alta visão do futuro de nossa terra e de nossa gente, arranque o Brasil dos caminhos já percorridos por tantos países ensanguentados, como ocorreu ultimamente à nossa irmã, a nação nicaraguense!

Exmo. Sr. Presidente, a paz periclitante do Brasil está em suas mãos, uma palavra, uma ordem sua e o Direito será repostos em seu lugar e paz, distante do Brasil há tantos anos, voltará a reinar entre nós.

Resolva, pelo amor ao Brasil, a complexa crise brasileira, começando pela solução favorável dos problemas criados no ABC, problemas que são triste miniatura dos que afligem o Brasil.

Deus ajude V. Excia.

O futuro dirá sua palavra honrosa, então, sobre o Governo de V. Excia.

De V. Excia, Servo “in Xto”

+ Jorge Marcos de Oliveira

Santo André, 20 de abril de 1980.

Anexo 10

(ACSA. *Boletim Diocesano* – Serviço de Imprensa – Ano IV. Fevereiro/Março de 1979, nº 29)

Puebla e nós

A opção preferencial da Igreja pelos pobres é uma das orientações mais claras e básicas de Puebla. E nisto retoma simplesmente os caminhos históricos de Jesus de Nazaré. A Igreja não pode ser uma entidade religiosa acima dos conflitos e ambiguidades históricas da vida do povo; ao contrário, deve estar profundamente encarnada na vida concreta dos homens e ali posicionar-se do lado dos pobres, dos injustiçados, oprimidos, dominados, explorados e marginalizados, para iluminar esta realidade com a luz do Evangelho e abrir caminhos de esperança, de libertação e salvação definitiva. Injustiçados, oprimidos, explorados, marginalizados, todas as palavras que já soam quase como chavões! Oxalá fossem! Lamentavelmente, constituem a realidade da maior parte da humanidade, do nosso povo.

Se a Igreja opta preferencialmente pelos pobres, não exclui entretanto os demais. Ao contrário, tentará evangelizá-los questionando-os, contestando as estruturas injustas que sustentam, procurando fazê-los ver a realidade a partir da justiça e da fraternidade e portanto a partir da realidade do pobre que é injustiçado e marginalizado, para então apresentar-lhes uma chance de mudar de vida e atitude, uma chance de “metanoia” dentro da grande perspectiva de Cristo: “Entre vós ninguém é maior e ninguém é menor: mas, vós sois todos irmãos”. Na realidade, é difícil um rico entrar no Reino de Deus, disse Cristo, mas Ele acrescentou que a Deus isso não é impossível. O Evangelho é para todos, questiona a todos, convida a todos para mudarem de vida e tornarem-se um povo de irmãos que acolhe a Deus como Pai.

Dentro deste posicionamento, Puebla assumiu a caminhada da Igreja da América Latina e seu grito profético a partir de Medellín. Assim, não é mais um grupo dentro da Igreja que opta pelos pobres, mas é orientação da Igreja toda. A opção preferencial pelos pobres não é mais facultativa, não pode ser considerada como atitude dos mais avançados ou inquietos, mas de toda a Igreja.

Nossa diocese definiu já suas prioridades pastorais: a família, o mundo do trabalho e as comunidades eclesiais de base. Elas poderão auxiliar-nos muito nessa opção pelos pobres. Foram definidas com o povo e a partir do povo. Exigem apenas ser assumidas na vida concreta deste povo.

Façamos, portanto, um plano de atividades bem concretas para nossa pastoral dentro destas prioridades. Aliás, por vezes, a própria história do nosso povo nos envolve mesmo antes de termos tempo de tudo programar. A recente greve dos metalúrgicos do ABC foi um destes momentos fortes da história de nosso povo em que a pastoral do mundo do trabalho, a pastoral operária e inclusiva a Igreja Particular de Santo André teve oportunidade de inserir-se nas angústias e esperanças deste povo, sem que tudo tivesse sido anteriormente bem programado. Mesmo assim o planejamento é necessário e vai-nos preparando melhor para atuarmos no momento oportuno.

Neste tempo de Páscoa, em que celebramos solenemente a Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo na vida de nosso povo. Vamos, ao mesmo tempo, assumir em nossa vida pessoal a fundamental atitude de Cristo, a atitude de servir. Vamos engajar-nos em suas grandes causas.

Dom Cláudio Hummes

Bispo Diocesano

Anexo 11

(ACSA. *Presença da Igreja na Greve dos Metalúrgicos do ABC em 1980. Setembro de 1980*)

PRESENÇA DA IGREJA NA GREVE DOS METALÚRGICOS DO ABC EM 1980

RELATÓRIO AOS BISPOS

Presença da Igreja
na Greve dos Metalúrgicos do ABC em 1980

RELATÓRIO AOS BISPOS

1. MOTIVO DO RELATÓRIO

Muitos Senhores Bispos me pediram que pusesse por escrito e enviasse a todos os Bispos do Brasil o relatório que fiz à assembleia do Conselho Permanente da CNBB. Acredito que seja bom, devido às informações incompletas e distorcidas que têm corrido o país durante a greve.

Quando neste relatório falo de “Igreja”, trata-se sobretudo da Igreja Particular de Santo André.

Aqui, portanto, ofereço fraternalmente o relatório, como segue. Não é exaustivo, mas quer relatar dados importantes para entender a presença da Igreja na greve.

2. NÚMERO DE METALÚRGICOS EM GREVE

Os metalúrgicos do Grande ABC paulista, que engloba os sete municípios componentes da Diocese de Santo André, são mais de 200.000 (duzentos mil), reunidos em três sindicatos, que, tanto em 1978, como em 1979 e 1980, fizeram juntos sua greve. Por outro lado, a população total do mesmo território do Grande ABC, ou seja, Diocese de Santo André, conta cerca de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes.

Somando as famílias de cada metalúrgico numa média de quatro pessoas, chegamos a 800.000 (oitocentas mil) pessoas envolvidas diretamente na greve. Isso é praticamente a metade da população. Ora, se a metade da população está numa tensão social enorme, como acontece nas greves dos metalúrgicos do ABC, com todas as pressões e repressões que suscita

e sofre, a outra metade da população também entra inevitavelmente em tensão, como realmente sempre tem acontecido.

Como poderia a Igreja ficar alheia? Todo o seu povo estava envolvido. Este é um primeiro aspecto para compreender a presença da Igreja na greve. O que não significa que não deva estar presente eventualmente em greves de menor porte, já que o número não é o único nem o decisivo argumento de sua presença.

3. AS REIVINDICAÇÕES DA GREVE

Ao contrário dos dois anos anteriores, a greve de 1980 não reivindicou apenas reajuste de salário, mas também garantias para salvaguardar esse índice de aumento. A reivindicação, portanto, não era só quantitativa, mas também qualitativa.

O índice de aumento, de modo geral dito, era de 15 por cento de produtividade, além do INPC decretado pelo governo. As garantias para proteger esse aumento eram a estabilidade de emprego por 12 meses e o delegado sindical. Por que essas garantias? Porque em outros anos os aumentos conseguidos eram imediatamente comidos: a) pela rotatividade de mão de obra (despede-se o empregado e mais adiante se readmite por salário rebaixado) que é extremamente mais alta no Brasil do que o normal; e b) pelo repasse dos aumentos nos preços do produto ao consumidor (lembrando-se que o trabalhador é também consumidor!).

A estabilidade de emprego, eliminada pela revolução de 64, não significava que de modo nenhum o trabalhador pudesse ser substituído, como poderia entender quem não lida comumente com essa matéria, pois ficava de pé, p. ex., a possibilidade de despedir por justa causa. Aliás, os 12 meses eram para ser negociados, e sabe-se que os trabalhadores teriam reduzido suas exigências até 6 meses, se as negociações pudessem ter prosseguido até o fim.

O delegado sindical seria um representante do sindicato dentro da fábrica, para acompanhar a preservação dos direitos dos trabalhadores dentro da fábrica.

Todas essas reivindicações pareceram justas à Igreja, pois os 15 por cento apenas devolveriam o poder aquisitivo do salário, perdido durante o ano. As garantias eram também justas. E como todos sabemos, sendo essa a proposta inicial dos trabalhadores para negociar, durante a negociação haveria uma redução dessa proposta por parte dos trabalhadores. Mas, por intervenção do governo, as negociações não puderam ser levadas a termo.

4. OS MÉTODOS DA GREVE

Foram métodos pacíficos. Em primeiro lugar, os metalúrgicos, antes de recorrer ao extremo da greve, tentaram na mesa da negociação conseguir dos empresários o que reivindicaram.

Mas nada. Nenhuma reivindicação foi aceita. Ainda no dia antes da declaração da greve, houve uma reunião de várias horas com os empresários. Nada. Estavam absolutamente intransigentes. Na realidade, sabiam os empresários que atrás de sua recusa tinham todo o apoio do governo, que estava disposto a massacrar a greve, caso ela acontecesse. Por isso, a contraproposta dos patrões foi ridícula, ofensiva aos direitos dos trabalhadores.

O que restava era dobrar-se aos patrões ou entrar em greve. Os trabalhadores então se decidiram pela greve, como último recurso de fazer os patrões voltarem atrás e reconhecer os seus direitos.

A greve era justa e seus métodos, conforme orientação das lideranças dada na própria assembleia que decretou a greve, seriam pacíficos. Nada de violência da parte dos grevistas.

Realmente, durante a greve, que durou aqueles longos 42 dias, com repressão policial e militar nunca vista, apesar de toda parafernália dessa repressão, provocação e atos ilegais da parte das forças repressoras, em nenhum momento as lideranças incitaram os 200 mil trabalhadores metalúrgicos a usar de violência para ganhar a greve. Ao contrário, a pregação constante deles, como também minha na qualidade de bispo diocesano, era que não se aceitasse provocação, não se agredisse a propriedade de quem quer que seja, não se fizesse nenhuma desordem. E isso foi obedecido até o fim, com exceção de pequenos incidentes particulares, às vezes inclusive provocados por quem não era metalúrgico. Essa é a verdade. Essa é também a glória dos metalúrgicos, que mostraram dignidade, altura, coragem e responsabilidade patriótica.

Só quem viveu esses 42 dias, sabe o que eles significaram!

5. LEGALIDADE/ILEGALIDADE

O governo, para poder reprimir a greve, necessitava que o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) decretasse a ilegalidade da greve. Mas para a surpresa desagradável do regime, num primeiro julgamento o TRT declarou-se incompetente para julgar a legalidade da greve. Note-se que em 1979 e tantas outras vezes o mesmo TRT declara-se competente! E agora, de repente não! Significava que os juízes do TRT desta vez queriam dizer que não mais aceitavam as pressões do regime e proclamavam um Judiciário isento e independente? De qualquer forma, além de declarar-se incompetente para a questão da legalidade, decretou para os metalúrgicos um aumento de 7% de produtividade (além do INPC), quando os empresários não haviam oferecido mais que 5%. Tudo parecia uma vitória dos metalúrgicos. De fato, foi antes de tudo uma vitória do próprio Judiciário, que decidiu ignorar as pressões. Os metalúrgicos, ao contrário, apesar dos 7%, não se julgaram ressarcidos de seus direitos. E com

razão, pois as garantias que reivindicaram foram negadas, isto é, o delegado sindical e os meses de estabilidade de emprego. Além disso, o tribunal não concedeu mais os 5% a mais sobre as horas extras e rebaixou para Cr\$ 5.100,00 o piso salarial de Cr\$ 5.904,00, itens que os empresários já haviam aceito na última negociação antes da greve.

Diante disso, os metalúrgicos decidiram continuar a greve. O regime, por sua vez, ficou sem possibilidades de reprimir como queria, porque a greve não fora declarada ilegal. Lamentavelmente, porém, o mesmo TRT, certamente por pressões cada vez maiores, acabou reunindo-se para julgar mais uma vez a mesma matéria sobre a qual já se havia pronunciado, declarando-se agora competente! E pondo em votação a ilegalidade da greve, aprovou-a por mínima margem de votos. Finalmente, o regime tinha em mãos a declaração da “ilegalidade”. É claro que a Nação não estava tão eufórica diante de tais eventos judiciais. Os comentários choveram de todos os cantos do Brasil e os protestos não deixaram por menos. A CNBB, em sua nota de 23/04/80 sobre a greve do ABC, diz que “não há grandeza em pretender opor à justiça uma duvidosa legalidade... Os operários aprenderam no sofrimento que, infelizmente, a legalidade não é igual para todos.” O Secretário Geral da CNBB em sua nota de 19/04/80 diz: “Após uma forçada declaração de ilegalidade da greve dos metalúrgicos do ABC, acaba o governo de intervir no sindicato daqueles operários”.

Além disso, é preciso lembrar que a Constituição Brasileira Brasileira reconhece o direito da greve, mas isso é desrespeitado de fato pela nossa Lei de Greve, que na realidade é uma Lei Antigreve. Conforme o próprio Presidente Figueiredo declarou à imprensa, o Card. Dom Eugênio Sales naqueles dias agitados da greve disse ao Presidente, com muita coragem apostólica e isenção, que essa Lei é injusta. Era isso também o que a Igreja Particular de Santo André afirmava, e concluía que diante de uma lei injusta não se pode obrigar as pessoas e os grupos a observar tal lei, pois os Apóstolos defendiam que: “Importa obedecer antes a Deus do que aos homens” (cf. Atos dos Apóstolos, 5,29).

Uma lei injusta e uma duvidosa declaração do TRT era tudo o que o regime tinha em mãos para reprimir a greve. Mesmo assim, não duvidou em reprimir a greve. Mesmo assim, não duvidou em reprimir com extrema violência, como nunca se tinha visto antes, chegando inclusive, segundo parecer de juristas, ao ponto de cometer por sua vez atos ilegais sobretudo na prisão de algumas pessoas e ao desrespeitar a autonomia constitucional dos municípios.

Na verdade, a lei não parecia ser o grande objetivo e sim a repressão, o máximo possível.

A Diocese de Santo André continuou, por isso, apoiando a greve. Alguns objetavam que a greve deveria ter cessado depois do primeiro julgamento do TRT e, por essa razão, a

partir de então a Igreja não mais deveria ter apoiado. Já vimos acima porque a greve continuou e para a Igreja, além do mais, competia respeitar a autonomia das decisões das assembleias dos trabalhadores. A Igreja estava a serviço e não liderava nem podia legitimamente liderar a greve e, portanto, não lhe competia dizer quando a greve devia terminar. Se as reivindicações continuavam sendo justas e os métodos pacíficos, a Igreja não tinha porque recusar seu serviço continuado.

Ainda uma última observação: Se a Igreja não aceita a Lei do Divórcio ou uma eventual Lei do Aborto, porque são injustas, por que se calaria ou até apoiaria uma injusta Lei de Greve só porque é lei? A Igreja só pode ser coerente, para ser fiel.

6. O APOIO DA IGREJA

A Igreja apoiou a greve dos metalúrgicos porque suas reivindicações eram justas e seus métodos pacíficos. Esse apoio consistiu no seguinte:

- a) pronunciamentos declarando o apoio e suas razões;
- b) oferecendo espaços para as reuniões dos trabalhadores depois da intervenção federal nos sindicatos e a interdição dos locais públicos para assembleias dos metalúrgicos. Ofereciam-se num primeiro momento as dependências das paróquias, exceto os templos. Só quando essas dependências não serviam, como último recurso ofereciam-se também os templos. Este último recurso foi usado sobretudo em São Bernardo do Campo, onde também por sua vez os trabalhadores respeitaram com muita dignidade o interior do templo, sem qualquer abuso. Quem não respeitou foi a repressão, que invadiu a nave da igreja e acabou prendendo um sindicalista dentro da sacristia. Eu mesmo estive presente praticamente em todas as assembleias dentro da igreja, e posso testemunhar que os trabalhadores agiram dentro da igreja com suficiente respeito e dignidade; além do mais, era um povo oprimido que clamava também diante de Deus por maior justiça e respeito;
- c) pessoalmente, a partir da intervenção federal nos sindicatos e interdição dos locais públicos para reuniões, e conseqüentemente a partir da repressão cada vez mais dura contra os grevistas, estive presente em quase todas as assembleias dos metalúrgicos para tentar moderar a violência repressiva e para insistir na não-violência junto aos trabalhadores. Comuniquei isso ao próprio Secretário de Segurança de São Paulo, dizendo da minha presença nas assembleias, e ele respondeu que na sua opinião eu deveria realmente fazer-me presente para evitar violência maior. É claro que não estava presente porque o Secretário de Segurança julgava importante minha presença, mas porque via nisso minha obrigação evangélica de

pastor. E isso não significava que me tornava um sindicalista, porque não assumi nenhuma liderança. Estava ali como pastor, pois o pastor deve estar presente lá onde está seu povo, sobretudo nos momentos de conflito e tensões. Até Pio XII saiu do Vaticano, quando seu povo romano foi atacado e humilhado durante o bombardeio de Roma!

d) Oferecemos também o serviço de reflexão e evangelização para que os trabalhadores compreendessem sempre mais claramente como a luta deles por maior justiça estava ligada à luta de Jesus Cristo e Seu mistério pascal. E os trabalhadores realmente começaram a exprimir isso cada vez mais em suas declarações. Dentro disso, devem-se entender também as celebrações litúrgicas durante a greve;

e) também oferecemos as paróquias como postos de arrecadação de fundos e mantimentos para as famílias dos grevistas que passassem necessidades em consequência da greve.

Esses foram os principais serviços prestados. Esses serviços eram em grande parte organizados pela Pastoral Operária da Diocese. Mas, não eram serviços paralelos às iniciativas dos metalúrgicos. Ao contrário, todos foram pedidos por eles e suas lideranças. A Igreja, de fato, nada deve promover de paralelo às organizações e serviços de classe trabalhadora nesses momentos cruciais e, sim, ser um serviço e fermento dentro das legítimas organizações deles. Não se trata de trabalhar para eles, mas com eles. Essa, aliás, é a essência do serviço. Nisto se manifesta também que a Igreja respeita a legítima autonomia dos trabalhadores em decidir a defesa de seus direitos e a melhoria das estruturas e condições do mundo do trabalho.

Consequentemente, a Igreja em nenhum momento liderou ou organizou a greve. Ao contrário, Ela sempre respeitou as decisões dos operários e apoiou quando essas eram conformes com o Evangelho. Inclusive, os próprios metalúrgicos jamais aceitariam que a Igreja liderasse a greve, porque eles mesmos têm bastante organização, responsabilidade, competência e brio para decidir por si mesmos.

Quanto a incentivar a greve, todos sabemos que o verdadeiro e único incentivador dessa greve foi o baixo salário mínimo do governo, portanto a pobreza produzida pelo sistema. Houve quem dissesse que os metalúrgicos não são pobres. Isso é um mito e uma manobra política. É público que cerca da metade dos metalúrgicos ganham salários de pobreza, ou seja, até três salários mínimos, com o que o operário consegue aqui no ABC alugar uma casinha, acabando por morar em favela. Temos favelas, com levantamento feito pela Diocese, em que 90 por cento são famílias de metalúrgicos! Somente os funcionários das empresas, ganham bem e por vezes muito demais. Mas, se inclusive esses participassem da

greve, estariam cumprindo apenas com seu dever de defender os que têm salários de fome e sozinhos têm pouca força de reivindicar.

7. POLÍTICA?

Muito se propalou que a greve do ABC este ano foi uma greve política. E alguns acrescentavam que, portanto, a Igreja, apoiando a greve, estava fazendo política indevida.

A greve dos metalúrgicos, na verdade, não foi uma manifestação de política partidária. Em nenhum momento aludiu-se a qualquer partido político no sentido de promovê-lo, discuti-lo ou apoiá-lo. As lideranças, conscientes de que poderiam ser acusadas de estar promovendo o recém-criado PT (Partido dos Trabalhadores), decidiram explicitamente não misturar a greve com esse assunto partidário e, por essa razão, evitar qualquer pronunciamento ou ação que pudesse basear esse tipo de eventual acusação. E assim realmente se cumpriu. Por outro lado, que a greve indiretamente tenha sado alguma força ao PT, é possível, mas ela não foi feita para isso, mas para aumento de salário e garantias de emprego.

Também não foi explicitamente uma greve que quisesse derrubar o atual regime no Brasil. Aliás, foi o regime que por própria iniciativa entrou ativamente na greve através da repressão, ao passo que os operários queriam somente negociar com os empresários, independentemente do governo. Até o fim, os trabalhadores e suas lideranças deixaram claro e explícito, em todas as suas manifestações, que o negócio deles não era com o governo, mas com os empresários: “Nosso assunto é com os empresários, e não com o governo”, repetia-se constantemente nas assembleias, até o último dia. Foi o governo que impediu que assim fosse.

Num sentido mais amplo, sem dúvida, a greve foi também política, porque envolvia a questão do bem comum, reivindicava justiça social e reconhecimento de direitos públicos. Mas este tipo de política a Igreja também deve fazer e faz. Os próprios discursos do atual Papa orientam a Igreja neste sentido. E não é nenhuma novidade do atual Papa, pois isso já recomendavam e faziam os Papas anteriores, bem como o Concílio Vaticano II. O Bem Comum, a Justiça e os direitos Humanos são assuntos políticos, profundamente políticos, e estão no âmbito da ação pastoral da Igreja por seu compromisso com o Evangelho.

Aliás, inclusive os que se pronunciavam contra a greve e o envolvimento da Igreja, faziam política, pois fortaleciam a posição do regime, da situação e dos empresários. Não se podem usar duas medidas neste assunto!

Quero acrescentar ainda que em nenhum momento a Igreja, durante a greve ou fora dela, pregou a luta armada de classe ou quaisquer tipos de violência, como caminho para

solução dos problemas políticos ou sociais. Ao contrário, explicitamente sempre preguei e prego contra a violência.

8. REPRESSÃO

Ao que tudo indica, o governo queria evitar qualquer greve em 1980, porque o modelo econômico estava em crise e dificilmente suportaria uma onda de reivindicações populares pelo país afora. Na hipótese de não conseguir evitar essas greves, restariam alternativas muito negativas para o governo: ou se arriscaria a mexer no modelo econômico, ou teria que reprimir as greves. A primeira alternativa ficava excluída por princípio. Restaria a segunda, que seria muito desgastante para o governo, sobretudo em termos políticos de abertura.

Diante disso, optou-se por outro caminho. No fim do ano passado instituiu-se o reajuste semestral dos salários, julgando que isso esvaziaria suficientemente as motivações para deflagração de greves de peso. E a primeira grande greve previsível que se queria esvaziar, seria a do ABC, que costumava acontecer em abril.

Todavia, não obstante os reajustes semestrais, a greve do ABC acabou sendo decretada a zero hora de 1º de abril, para grande surpresa e irritação do governo. Diante do fato, o governo resolveu agir rapidamente, para que ela durasse o menos possível e com o menor impacto possível no resto do Brasil. Daí a desilusão do governo diante do primeiro julgamento do TRT que se negou a dar-lhe a “legalidade da greve” como justificativa para reprimi-la. Por outro lado, mais tarde o governo tentou usar esse mesmo fato para desmoralizar a greve, declarando que naquela altura a greve perdeu uma ótima oportunidade de terminar com uma saída honrosa para ambas as partes. Mas também isso não aconteceu. Então restava a única saída de conseguir do TRT um novo julgamento e desta vez com a sentença da “ilegalidade”. Isso acabou acontecendo!

Com essa justificativa da discutível ilegalidade da greve, o governo partiu para uma repressão duríssima e sem trégua. Seus porta-vozes declararam à imprensa que o governo faria dessa greve uma greve exemplar, o que significa que a massacraria, para que servisse de exemplo a quem planejasse greves semelhantes. Dentro dessa estratégia, tratava-se, para a repressão, de circunscrever a greve do ABC, isolando-a o mais breve possível, bem como isolar a Igreja do ABC que apoiava a greve.

No que tange à greve, a repressão conseguiu que não houvesse em todo o país nenhuma greve de solidariedade, mas não conseguiu evitar que todo o país se movesse e se organizasse em solidariedade através de coleta de fundos e de pronunciamentos favoráveis à greve. No que tange à Igreja, tentou isolá-la no início, declarando que não se tratava da Igreja

no Brasil mas de uma ação isolada e ilegítima do bispo de Santo André. Tanto maior foi a irritação das áreas governamentais quando surgiu o apoio total e forte do Cardeal Arns, bem como da CNBB: Então o governo declarou que a CNBB não é a Igreja e que o Cardeal incitava à greve.

Por outro lado, a repressão aumentava dia após dia, na suposição que isso faria os trabalhadores voltarem às fábricas o quanto antes e atemorizaria o resto da Nação, para que ninguém tivesse tão cedo a tentação de fazer greve.

Em termos de repressão houve, em resumo, a intervenção federal nos sindicatos, a demissão das diretorias sindicais, a interdição dos locais de reunião (não se mencionando as igrejas), a prisão dos diretores (a maioria dessas prisões sem mandado do juiz), a repressão na rua com a tropa da PM, a polícia do DEOPS e a do DOI-CODI, a ocupação dos logradouros públicos por carros blindados, cães, cassetetes, metralhadoras e bombas de gás lacrimogênio; no ar, helicópteros do II Exército; gás lacrimogênio soltado nas ruas e inclusive dentro do recinto da igreja durante assembleias; prisões de muitos outros trabalhadores além dos diretores sindicais; espancamentos e correrias nas ruas por parte dos elementos da repressão etc. etc., culminando finalmente com o indiciamento dos diretores sindicais na Lei de Segurança Nacional e ameaça do mesmo indiciamento contra o bispo de Santo André.

Minha pergunta é: Como é possível indiciar na LSN homens (os diretores sindicais) que nunca fizeram ou comandaram violência, seja contra pessoas seja contra propriedade alheia, e cujo único crime é terem liderado uma greve (com respaldo na Constituição Brasileira) e terem lutado pelos direitos de quem sofre a pobreza, a fome, a favela, a humilhação no trabalho? Pessoas que lutaram pacificamente pelos direitos dos outros, não podem ser criminosos!

9. A SOLIDARIEDADE

Do Brasil inteiro, e mesmo do exterior, veio a solidariedade maciça à greve e à Igreja. Milhares de famílias de grevistas receberam ajuda material, porque aos poucos a fome começou a apertar. Contam-se episódios emocionantes na coleta desses fundos de solidariedade: numa favela, os moradores fizeram questão de organizar uma coleta para os grevistas: uns contribuíram com uma xícara de arroz, outros com um ovo e assim por diante; uma latinha vazia de óleo de cozinha girou de barraco em barraco até ficar cheia. No interior do Brasil, um grupo de posseiros expulsos de suas terras e escondidos no mato, resolveram fazer uma coleta entre si e somaram Cr\$ 2.000,00 para mandar aos metalúrgicos do ABC! Era o óbolo da viúva! A solidariedade dos pequenos na mesma luta! Nos bairros da periferia do

ABC o povo se organizava, apoiava e sustentava a greve! Até as mulheres e crianças, contrariando a ordem de repressão, saíram às ruas numa passeata de solidariedade, no meio de brucutus, cães policiais e cassetetes!

A Igreja do Brasil, a começar pela CNBB, também deu um forte e decisivo apoio aos metalúrgicos e às Igrejas de Santo André e de São Paulo. Isso foi fundamental para nós!

Quanto à acusação veiculada pela grande imprensa, de que a Igreja estaria financiando a greve com dinheiro recebido do Exterior, devo esclarecer que não pedi nenhum dinheiro do Exterior para esse fim e durante a greve não foi aplicado ao Fundo de Greve ou outras atividades dos grevistas nenhum dinheiro que a Diocese tivesse recebido do Exterior.

CONCLUINDO

Quero agradecer profundamente a todos os que apoiaram de uma ou outra forma a greve dos metalúrgicos e a Igreja do ABC no seu sofrimento em favor dos trabalhadores.

Santo André, 12 de setembro de 1980.

Dom Cláudio Hummes
Bispo de Santo André

(ACSA. *Boletim Diocesano* – outubro/novembro de 1979. Nº 33)

Visita ao Papa (I)

Estive em Roma em outubro e tive a oportunidade de encontrar-me com o Papa João Paulo II, numa circunstância bastante especial. Grande número de bispos encontrava-se naqueles dias em Roma, pedindo audiência papal. Estava bastante difícil conseguir que meu pedido de audiência também fosse atendido. Mas eu argumentava que era a primeira vez que vinha a Roma depois de quatro anos de bispo. Tanto maior minha surpresa e alegria, quando o Papa me convidou para concelebrar com ele a Eucaristia, de manhã às 7h, dia 22 de outubro, em sua capela particular. Era o dia do primeiro aniversário da inauguração de seu pontificado. A concelebração foi simples, participando também seus dois secretários particulares.

Após a concelebração eucarística, o Papa convidou-me para o café matinal, numa sala contígua. Era um gesto muito fraterno e acolhedor. Estavam presentes também os dois secretários. Durante este café, pude, à vontade, expor-lhe o que mais me ia no coração como preocupações pastorais. Sendo na CNBB responsável pela Pastoral Operária e bispo de uma diocese operária, expus primeiro a situação dos operários no Brasil e em nossa diocese, e a maneira como a Igreja no Brasil e em nossa diocese procura dar uma resposta evangélica a essa situação. Disse-lhe que precisávamos de um encorajamento, nós, os bispos, padres, leigos, religiosos, que procurávamos realizar concretamente a opção pelos pobres e apoiar os trabalhadores em sua luta por justiça social e melhores condições de vida e trabalho; um encorajamento, porque muitas vezes éramos mal-entendidos neste trabalho. Mal-entendidos, por quê? – perguntou o Papa. Respondi textualmente: “Porque somos muitas vezes visto com suspeita de não fazermos a autêntica evangelização, de nos ocuparmos demais do social, de sermos de esquerda, de inspiração marxista e assim por diante”. O Papa respondeu, rápido e seguro: “Deveis continuar a lutar pela justiça. Mas a libertação que se busca, seja sem violência e venha também de Deus”. São palavras textuais do Papa.

Dentro deste contexto, perguntei ao Papa se, vindo ao Brasil, ele queria falar de modo especial aos operários. Respondeu afirmativo. Sugeri então que o fizesse aqui no ABC paulista, porque esta região é a mais significativa em termos de operariado e atividades sindicais no Brasil. Ele concordou que era uma boa sugestão, embora não confirmasse definitivamente, visto tratar-se de um ponto que deve ser estudado dentro de toda uma vasta programação. Entreguei-lhe então um relatório escrito sobre a Pastoral Operária no Brasil e sobre a pastoral em nossa diocese.

Vários outros assuntos foram abordados, que eu gostaria de referir no próximo número deste boletim. Quero apenas dizer ainda que no final do encontro, o Papa enviou sua bênção a toda nossa diocese.

Dom Cláudio Hummes

Bispo Diocesano

Anexo 13

(ACSA. *Boletim Diocesano* – Fevereiro/Março de 1981 – n. 42)

Missão religiosa da Igreja

Uma vez mais, por ocasião da atual Campanha da Fraternidade sobre a saúde, há pessoas que se questionam se a Igreja deve entrar no terreno do social e do político ou permanecer no setor religioso.

Gostaria de lembrar algumas orientações dos bispos e expor pontos de reflexão, que me parecem fundamentais e poderiam criar maior clareza na questão.

Há um consenso entre os bispos brasileiros que a Igreja não deve apoiar explicitamente nenhum partido político, e muito menos obrigar os cristãos a votar em determinado partido. Não lhe compete fazer política partidária. Isso significa também que uma comunidade eclesial como tal – paróquia ou CEB – não pode transformar-se num núcleo partidário ou em base de propaganda de um partido, nem os pastores como tais podem explicitamente pronunciar-se em favor de qualquer partido determinado, muito menos tornarem-se explicitamente propagandistas partidários.

Permanece, entretanto, o dever da Igreja de orientar sobre o bem comum e, portanto, orientar sobre o que deveria ser um partido político e sobre conteúdos que não poderiam faltar em programas partidários tomados genericamente.

É óbvio também que a Igreja não faz política no sentido de pretender tomar o poder e assumir o governo.

Mas, a Igreja não pode deixar de reconhecer e assumir na prática uma grande responsabilidade política e social em tudo o que diz respeito ao bem comum e, portanto, envolve justiça social, liberdade, fraternidade, direitos humanos, participação de todos nos destinos da Nação e nos bens produzidos, solidariedade e paz.

Para essas orientações, na verdade, existem razões RELIGIOSAS fundamentais. Vou tentar apontar duas:

- A crença num Deus único

Nós cremos que há um só Deus e que todos somos feitos à imagem e semelhança deste único Deus. Assim, fundamentalmente somos todos iguais. Nisto reside a verdade religiosa dos direitos humanos fundamentais que a Igreja defende e promove igualmente para todos os homens.

Baseados nesta nossa fé, denunciemos e rejeitemos as sociedades estruturadas em forma de classes mais privilegiadas e classes menos privilegiadas. Denunciemos e rejeitemos todas as dominações.

Se no céu não há uma hierarquia – um deus supremo e deuses menos importantes – também na terra não pode haver, visto que fomos todos feitos à imagem do mesmo Deus. Assim na terra como no céu. Nisto consistiu a grande revolução religiosa da fé monoteísta do povo judaico, que incluía a fé na criação do homem à imagem do Deus único. Nisto os judeus se distinguiam fundamentalmente das concepções pagãs e politeístas. Não há uma classe social criada à imagem dum deus supremo e outra à imagem de deuses subalternos, o que consagraria a legitimidade de uma classe privilegiada. Essa é uma ideia pagã.

Nós, ao contrário, cremos que somos iguais e temos direitos humanos iguais. O Papa João Paulo II, na Favela do “Vidigal”, ao insistir que “desapareça, ao menos gradativamente, aquele abismo que separa os ‘excessivamente ricos’, pouco numerosos, das grandes multidões dos pobres”, acrescentou, indicando para uma igualdade social: “Fazei tudo para que este abismo não auente, mas diminua, para que se tenda à igualdade social” (Disc. Na Favela do “Vidigal” nº 22).

- Deus é Pai e Nós Somos Todos irmãos

Jesus Cristo acrescentou um elemento fundamental à experiência religiosa do povo judaico: a fraternidade. Cristo proclama que não somos apenas iguais, mas somos inclusive irmãos, e Deus é Pai. Por isso, não temos apenas direitos humanos iguais, dentro de um estrito conceito de justiça, mas sendo irmãos, esses direitos devem ser promovidos dentro de um projeto de fraternidade, que se explicita em serviço aos outros, em perdão até dos inimigos, em misericórdia. Trata-se de construir um povo de irmãos, sem ódios e sem violências, que se liga a Deus como um Pai, que defende e promove com firmeza e perseverança, os direitos humanos, a justiça social, a liberdade, a solidariedade, a comunhão fraterna e a paz. A meta é a civilização do amor, diria João Paulo II.

- Concluindo,

É preciso afirmar que a Igreja não entra no político para tomar o poder ou promover qualquer partido político determinado, nem se ocupa do social por ser adepta de alguma teoria sociológica qualquer. Ela assume sua responsabilidade política em virtude da sua fé religiosa, que Ela tem a missão de proclamar e viver com todas as consequências políticas e sociais. Por sinal, essa fé não contradiz o que é verdadeiramente humano e nele se encarna, como Cristo se encarnou na história humana. Por isso também, em toda sua ação política e social, para evitar equívocos e mal-entendidos, convém que a Igreja explicita oportunamente suas motivações religiosas a as celebre na liturgia.

Dom Cláudio Hummes
Bispo Diocesano

Anexo 14

(ACSA. *Carta de Dom Cláudio aos párocos. Boletim Diocesano* – Fevereiro/Março de 1981 – n. 42)

Santo André, aos 14 de fevereiro de 1981.

Prezados Vigários,

O povo não tem muitas vezes local de reunião para refletir em conjunto e organizar-se para promover seus direitos e buscar a solução de seus problemas comuns. Apoiar e incentivar essas reuniões é contribuir na educação do povo, que deve participar e assumir suas responsabilidades sociais e políticas. No documento “Exigências Cristãs de uma Ordem Política” (Nº 25), a CNBB diz: “Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. Por sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa”.

Por isso, embora respeitando a liberdade de decisão dos Vigários, PEÇO que toda vez que o povo queira assim reunir-se pacificamente e não tem local, as paróquias abram seus espaços (mas só em última instância o espaço do templo!), quando disponíveis.

Dentro deste princípio, peço agora que, sobretudo nos bairros e lugares distantes das respectivas sedes dos sindicatos, os Vigários permitam aos metalúrgicos em campanha salarial reunir-se em seus salões paroquiais, se assim o solicitarem, dentro dos horários e exigências normais da paróquia.

Evite-se rigorosamente que se dê a impressão de a paróquia como tal ou o Vigário apoiar explicitamente qualquer partido político determinado.

Essa disponibilidade não seja um privilégio para os metalúrgicos somente, mas seja uma atitude constante para com o povo, especialmente os pobres.

Aos Vigários que se decidirem a isso, darei a cobertura que de mim depender em eventuais dificuldades.

“Não tenhais medo. Eu venci o mundo”: assim nos exorta o Senhor.

Com minha oração e agradecimento,

Dom Cláudio Hummes

Bispo Diocesano

Anexo 15

(ACSA. *Boletim Diocesano* – outubro/novembro de 1983, n. 63)

Alocução na tarde de oração

(Na Praça da Sé, em São Paulo, 25/09/1983)

Meus irmãos, minhas irmãs. A Diocese de Santo André achou-se na obrigação de aderir a esta TARDE DE ORAÇÃO promovida pela Arquidiocese de São Paulo. Aqui vieram comigo participar neste ato religioso grupos de diversas paróquias da nossa Diocese de Santo André, juntamente com alguns padres. Ao mesmo tempo, na tarde de hoje em todas as nossas igrejas do Grande ABC, as comunidades reunidas estarão unindo sua oração à nossa aqui na Praça da Sé.

Achamos importante aderir à TARDE DE ORAÇÃO, porque os motivos que levaram os Bispos da Arquidiocese de São Paulo, tendo à frente o Senhor Cardeal, a decidir pela convocação deste ato, são motivos igualmente graves para a nossa região do Grande ABC, quais sejam, TRABALHO E SALÁRIO JUSTO PARA TODOS. De fato, o problema do desemprego e do subemprego, o problema do crescente achatamento salarial vão se tornando insuportáveis para o nosso povo sofrido. A fome, a doença e o desespero vão pesando mais e mais sobre as famílias desempregadas ou mal pagas. Haja vista os acampados no Parque Ibirapuera, que apoiamos em seu protesto pacífico.

Mesmo assim, o Governo insiste e persiste insistindo em não mudar substancialmente sua desastrosa política econômica. Do outro lado, a Nação perplexa diante do afundamento do país numa dívida externa absurda e viciada na agiotagem internacional, a Nação busca uma saída. O Congresso Nacional, graças a Deus, vai retomando sua responsabilidade inalienável. O povo, por seu lado, se organiza e cada vez aceita menos as decisões tomadas nos gabinetes dos tecnocratas.

Entre as muitas iniciativas que podem e devem ser tomadas, nós, o Povo de Deus, queremos hoje REZAR.

Acreditamos na força da oração. E hoje, que é o Dia da Bíblia, cremos que Deus mais uma vez vai ouvir o clamor do seu Povo espoliado e tentar converter o coração de nossos Faraós. Gostaríamos, entretanto, que esses não repetissem a história do Faraó do Egito, mencionado pela Bíblia, mas, ao contrário, em vez de um coração de pedra, tenham um coração de carne para finalmente começar uma estrada nova de justiça social, de trabalho e salário justo para todos.

É nesta intenção que queremos hoje rezar juntos, a Arquidiocese de São Paulo e a Diocese de Santo André.

Bispo de Santo André

Anexo 16

(ACSA. 1964-1984: *poesia de Dom Jorge Marcos de Oliveira*)

1964 – 1984

Tu te lembrás, Senhor?
Eu de pouco me recorde!
Só sei isso era 1964
E a Redentora vinha...
Caminhava nos conchavos,
Com fardas, espadas,
banqueiros, donos de jornais...
Lá vem ela, se dizia,
é ela que vem aí..
Vem salvar o povo,
livrar de toda miséria,
este pobre Brasil,
que agentes perigosos
pintam de vermelho,
vermelho de sangue inocente
escondendo sua religiosa cor azul,
do céu de anil
onde brilha sempre, sempre,
o Santo cruzeiro do sul!

Em mãos de Senhoras,
santas Senhoras,
o terço, o rosário;
nos olhos; as lágrimas,
nas bocas; os gritos
contra Comunistas,
subversivos,
corruptos,
conjunto perigosíssimo
de agentes estranhos
ao nosso país!
Mas nos corações delas,
Medo bonito com luz de paz!
Tu te lembrás, Senhor?

À sombra da procissão que passa,

“Marcha com Deus”

definiam os técnicos em Guerra, -

a intriga, a trama, o enredo,

o conchavo, o plano, a revolta,

soldados nas ruas, nas estradas,

nos trens, caminhões,

sem saber pra quê...

E tinham armas e armas...

Baionetas, fuzis preparados,

Metralhadoras, balas cbc.

Metralhas pesadas, bazucas,

artilharia antiaérea, canhões,

Carros de assalto, tanques...

Alguns do Brasil, muitos do Brazil...

E a gloriosa vinha, Senhor,

cheiro de saudades em corações que partem,

cheiro de suor, de ódio, de lágrimas,

de morte, de revolução, de guerra...

mas cheiro de ideal também...

E ela se aproximava

e chegou... Senhor!

Na luta rápida e festiva

matou poucos... que bom

foram poucos, eram inocentes porém...

Mas depois de 20 anos,

só tu podes dizer!

E se os mares falassem...

Se a terra devolvesse os corpos sem nome...

cantassem nomes também...

Se os corações que choram

medrosos ainda,

chegassem a falar, dizendo nomes...

Mas sem rancor,
Nem vingança,
Nem revanche,
Apenas chorando,
Sob o céu,
olhos no fundo do mar,
nas pedras dos rios,
dos rios com seu cantochão...

E ela chegou, Senhor!
Salvou o Brasil! Mas como?
Deu-lhe a riqueza das dívidas,
Muita dívida – muito FMI,
Entendes Senhor:
e muitos juro sem limites,
concordatas, falências, desespero,
muito desemprego,
muita fome,
pouco remédio...
Casas que ruem sempre piores,
e muito custosas,
quase impossíveis,
para os salários
que caem a cada hora...

e o pequeno capital brasileiro indo embora...
parece até que está morrendo agora.

Tenho orgulho deste povo de paz!
Se resistimos até aqui, Senhor
porque temer bombas ogivais
calcadas no urânio,
urânio atômico,
cascatas de morte em todas as direções...
mas será que poderão nos vencer?

tranquilas as ruas,
protegidas suas casas!
Amparado seu amor!
Estes grandes brasileiros
só querem trabalhar,
salário justo,
comida pra comer,
água pra beber,
hospitais, remédios, escolas,
mas tudo parece esmola...
E plantaram muita mandioca,
inauguraram muitas delfins, Coroas,
nem quero lembrar, mas tu sabes tanto!
E festejaram desertos na Amazônia...
Quem fez isso? Ninguém que devia, sabe...

E agora, Senhor,
outra procissão aparece nas ruas!
Procissão cansada, mas heroica...

Quer retomar o Brasil,
Corajosa, sem armas nas mãos
sem ódio no coração
mas recomeçar o Brasil,
Mudar o Brasil...

Há só um grito: diretas, diretas!

Será ladainha?

Entendes Senhor?

Diretas, diretas!

Pobre povo, grande povo!

Diretas, diretas!

Será que os grandes senhores
pensam bem se devem ou não, dar ao povo, teu povo, antigo dono do Brasil

Muito mais gente boa do lado de cá!

Quando toda essa gente

Ficará de um lado só?

Do lado do povo – do lado do Brasil,

Esperemos que ainda vamos ver! não é Senhor?

Ainda vamos ver



Imagem 1 – Dom Jorge celebrando a Páscoa dos Operários na Pirelli – 1956. Acervo ALMJ



Imagem 2 – Dom Jorge com Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi, sem data. Acervo ALMJ



1956 São Bernardo do Campo R. Mal. Teodoro

Imagem 3 – Aniversário da cidade de São Bernardo do Campo, 20 de agosto de 1956. Acervo ALMJ



Imagem 4 – Dom Jorge com Cardeal Motta na Residência Episcopal de Santo André, 1957. Acervo ALMJ



Imagem 5 – Dom Jorge com Ulisses Guimarães, 1958. Acervo ALMJ.



Imagem 6 – Dom Jorge com os prefeitos da região do ABC, 8 de dezembro de 1960. Acervo ALMJ



Imagem 7 – Dom Jorge Marcos e Dom José Gomes no Concílio Vaticano II (1962). Acervo ALMJ



Imagem 8 – Foto tirada por Dom Jorge durante o Concílio Vaticano II. Acervo ALMJ



Imagem 9 – Dom Jorge e Lauro Gomes de Almeida, sem data. Acervo ALMJ



Imagem 10 – Dom Jorge em encontro ecumênico, sem data. Acervo ALMJ



Imagem 11 – Dom Jorge e Jânio Quadros, sem data. Acervo ALMJ.



Imagem 12 – Dom Jorge discursando, sem data. Acervo ALMJ.

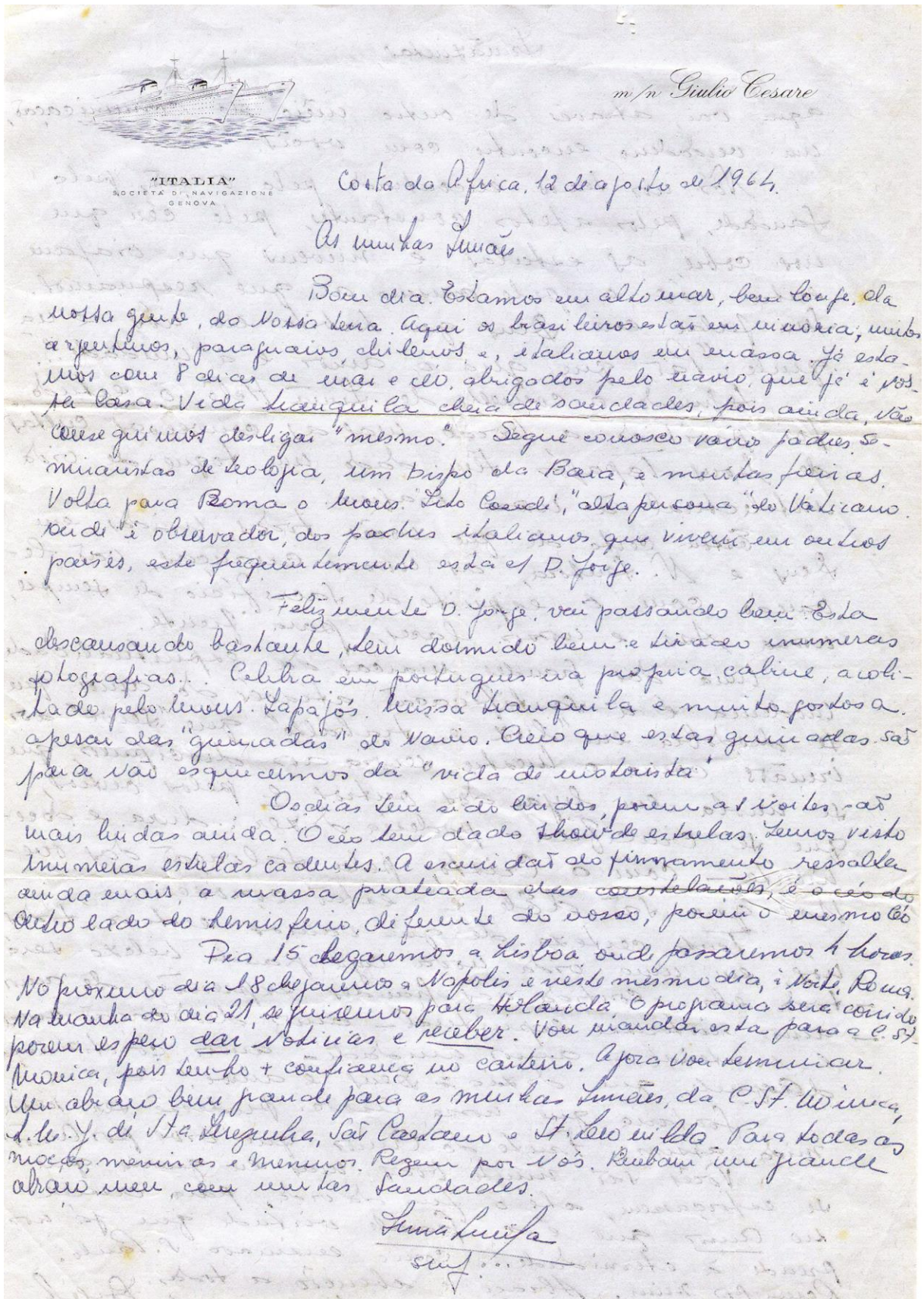


Imagem 13 – Carta de Irmã Lucila a caminho de Roma, 1964. Acervo ALMJ

Lá, 3 coisas eu notei: a fé palpável - real, quase concreta que é como o ar, como as nuvens, como o solo polido e puro pelos sapatos que o escovam cada dia... Fé cheia de esperança, mas na Cora mas no encontro com N. Senhora!

Quase ninguém chora! Lá há lágrimas elas são logo esvaídas! Há o Silêncio! Ninguém se queixa! ninguém grita, ninguém fala! Um silêncio extático diante da Presença de Nossa Senhora!

Eu me comovi tanto diante dos dentes e acariciou com lágrimas cabeças de dentes! Suas mães não olharam para mim. Nem me apadeceram, nem me viram. Viram contentes a mãe que acariciava as cabeças de seus filhos mas no fundo elas só viram, só sentiram Nossa Senhora! Eu louros e assim. Nas cercanias da festa está Nossa Senhora. Na cidade tudo é diferente! Barulho, exploração, bugos, tudo! No mesmo recanto da festa, Nossa Senhora!

Muitas festas: Fé - Silêncio. Nossa Senhora! Isso é Lourdes. Talara de sacrifício, de penitência, de suas saetas, de teclas, eu só vi e só senti essas 3 coisas: Fé! Silêncio, e a infalvel presença de N. Senhora!

Quero pedir a vocês isso também: Fé, tão viva que encha o nosso mundo! Silêncio para vivermos de novo de Nossa Senhora, mas que tanto queremos viver ~~como vivo~~ Calo - para o mesmo Jesus.

O Concílio se reunirá no dia 14. Teremos Conciliares. O São Padre é mais 14 Padres Conciliares. Acto que será uma maravilha! Pouco se sabe das modificações no ritual do trabalho! Mas já sabemos que devem vir mais de 180 bispos brasileiros!

Por volta do dia 23 escreverei nova carta. Deus as abençoe. Uma Helo copiará estas pobres linhas e enviará a cada casa. Leiam e venham por mim. As saudades são muitas. + J. B. S.

Imagem 14 - Carta de Dom Jorge para as irmãs a caminho do Concílio, 1964. Acervo ALMJ

DIOCESE DE SANTO ANDRÉ
Cúria Diocesana

Exmo. Sr. Bispo Diocesano de Santo André
 Dom Jorge Marcos de Oliveira
 Praça do Carmo, 36
 Santo André

Excelência

Nós, abaixo-assinados, Vigários Episcopais da Diocese de Santo André tomando conhecimento que V.Excia. renunciará dia 29 do presente mês, colocamos em suas mãos de bispo diocesano a renúncia irrevogável ao cargo que com tanta confiança nos outorgou.

Com os votos de feliz natal e próspero ano novo desejamos a v. excia. a melhor saúde.

Santo André, 24 de dezembro de 1975.

R. Manoel Moreira
 Dom. José Marcio de Sá
 Coe. Meletai Pereira de Souza
 P. J. Aguiar
 P. Alencar da Silva
 P. Plácido Bonella

DIOCESE DE SANTO ANDRÉ
Cúria Diocesana

Exmo. Sr. Bispo Diocesano Dom Jorge Marcos de Oliveira
 Praça do Carmo, 36
 Santo André.

Excelência

Reunidos em sessão especial, nós membros do Conselho de Presbíteros da Diocese de Santo André, cientes de sua renúncia ao Bispado de Santo André, gozando sempre de sua confiança e apôio, desejando facilitar ao máximo ao futuro bispo diocesano Dom Cláudio Hummes a maior liberdade na escolha de seus colaboradores diretos e indiretos, colocamos em suas mãos nossa renúncia irrevogável.

Aproveitamos o ensêjo para apresentar-lhe nossos votos de um Santo Natal e abençoado ano novo.

Santo André, 24 de dezembro de 1975.

Fr. David
Fr. Manoel
Pe. Bruno de Almeida
Mons. Henrique Gauperti
Pe. Ant. B. de Sá
Pe. Alessandro Santelli
Fr. João Pires
Pe. E. de S. Pozzi
Fr. Amândeo Alencar
Fr. João Dorivaldo
Fr. Raimundo

